

CARLOS ALBERTO QUINTAIS GRADIZ

**A IMPORTÂNCIA DA COMPONENTE
AMBIENTAL NAS ACTIVIDADES DE LAZER - O
CASO PARTICULAR DA UNIDADE RESIDENCIAL
DA COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA
"LAR PARA TODOS" DA CIDADE DE BEJA**

(UM ESTUDO EXPLORATÓRIO)

ÉVORA

1994

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

MESTRADO EM ECOLOGIA HUMANA

**A IMPORTÂNCIA DA COMPONENTE AMBIENTAL
NAS ACTIVIDADES DE LAZER - O CASO PARTICULAR
DA UNIDADE RESIDENCIAL DA COOPERATIVA DE
HABITAÇÃO ECONÓMICA "LAR PARA TODOS" DA
CIDADE DE BEJA**

(UM ESTUDO EXPLORATÓRIO)



62845

CARLOS ALBERTO QUINTAIS GRADIZ

ORIENTADOR: PROF. DOUTOR JOAQUIM MANUEL PANTOJA NAZARETH

ÉVORA, 1994

331
2611 i

CARLOS ALBERTO QUINTAIS GRADIZ

**A IMPORTÂNCIA DA COMPONENTE
AMBIENTAL NAS ACTIVIDADES DE LAZER - O
CASO PARTICULAR DA UNIDADE RESIDENCIAL
DA COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA
"LAR PARA TODOS" DA CIDADE DE BEJA**

(UM ESTUDO EXPLORATÓRIO)

Dissertação apresentada para obtenção do
Grau de Mestre em Ecologia Humana
pela Universidade de Évora

ÉVORA

1994

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO AO PROBLEMA.....	1
------------------------------------	----------

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE BEJA: UM ESBOÇO.....	8
---	----------

Introdução	8
------------------	---

Secção 1: Beja; alguns dados históricos.....	10
---	-----------

1.1 - Da Antiguidade até ao fim do Periodo da Romanização.....	13
--	----

1.2 - Do domínio visigodo e árabe ao periodo da Reconquista.....	17
--	----

1.3 - Beja: do século XII ao século XVI: a sua reconstrução e ressurgimento	19
---	----

1.4 - Do século XVII ao século XIX.....	23
---	----

1.5 - A cidade de Beja no século XX.....	26
--	----

Conclusão da Secção.....	32
--------------------------	----

Secção 2: Caracterização física do concelho de Beja.....	35
---	-----------

1 - Localização.....	35
----------------------	----

2 - Orografia.....	36
--------------------	----

3 - Hidrografia.....	37
----------------------	----

4 - Geomorfologia.....	37
------------------------	----

5 - Geologia	38
--------------------	----

6 - Clima	40
-----------------	----

7 - Vegetação	43
---------------------	----

Secção 3: Caracterização sociodemográfica.....	44
---	-----------

Introdução	44
------------------	----

1 - Aspectos globais da população do concelho de Beja.....	46
--	----

1.1 - Introdução: Caracterização administrativa.....	46
--	----

1.2 - Volume e ritmo de crescimento da população do concelho de Beja.....	47
---	----

1.3 - Distribuição espacial da população.....	53
---	----

Secção 4: Povoamento e Habitação.....	59
--	-----------

Introdução	59
------------------	----

1 - Povoamento e Habitação no concelho de Beja	61
--	----

1.1 - As áreas da cidade	64
1.2 - Os equipamentos colectivos e as infraestruturas.....	66
Secção 5: A acessibilidade.....	68
Introdução	68
1 - A acessibilidade e a rede de transportes do concelho de Beja	72
1.1 - A rede rodoviária do concelho de Beja.....	72
1.2 - A rede ferroviária	74
Secção 6: Sectores de actividade.....	75
1 - Sector primário.....	75
2 - Sector secundário	77
3 - Sector terciário	79
Secção 7: Estrutura da População Activa	80
Secção 8: Ensino	82
Secção 9: Saúde	84
Resumo do Capítulo I.....	85
Notas	87
Bibliografia do Capítulo I	88
CAPÍTULOII	
CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR.....	90
Introdução	90
Secção 1: Notas Introdutórias	92
1 - A Sociedade e o Espaço	92
2 - A localidade onde se vive.....	94
3 - Os caminhos para o desenvolvimento do sentimento de ligação ao lugar....	96
4 - O lugar onde se vive.....	98
4.1 - As habitações familiares e colectivas	98
4.2 - A casa, outro espelho da organização social e das normas e regras sociais	99
4.3 - Os espaços públicos e semipúblicos	100
5 - O lar	102

Secção 2: Caracterização do lugar: Cooperativa de Habitação Económica " Lar para Todos "	105
1ª subsecção	
1 - História, qualidade e sociabilidade habitacional das Cooperativas de Habitação Económica. Descrição sumária	105
1.1 - História do movimento cooperativo habitacional	105
1.2 - O movimento cooperativo no Alentejo	107
1.3 - A habitabilidade e a sociabilidade da habitação cooperativa.....	107
2ª subsecção	
1 - Cooperativa de Habitação Económica " Lar para Todos ": História e localização.....	109
1.1 - História da Cooperativa e Habitação Económica " Lar para Todos "	109
1.2 - O lugar: sua localização, ambientes proximais e distais.....	110
Conclusão desta subsecção	114
3ª subsecção	
1 - Caracterização física do lugar e as organizações formais.....	116
1.1 - Os edifícios: sua associação e organização interna dos fogos; os espaços públicos e semipúblicos; os equipamentos colectivos.....	118
2 - As organizações formais	121
4ª subsecção	
1 - Os cooperadores; caracterização sociodemográfica.....	122
1.1 - Os cooperadores	122
1.2 - A sua composição etária e por sexo.....	122
1.3 - Caracterização dos cooperadores por naturalidade	124
1.4 - Caracterização dos cooperadores por agregados familiares.....	124
1.5 - Caracterização dos cooperadores por estado civil	125
1.6 - Caracterização dos cooperadores por estatuto socioprofissional	125
1.7 - Caracterização dos cooperadores segundo o local de trabalho	127
Discussão do Capítulo II	
1 - Reflexão sobre as condições de ligação ao lugar	128
2 - Reflexão sobre os edifícios, os espaços semipúblicos e públicos do Bairro Cooperativo: Prospecção	128
3 - Reflexão sobre as condições de privacidade dos alojamentos	130

4 - Reflexão sobre os cooperadores; os efeitos da composição social sobre as relações entre grupos sociais no bairro cooperativo; a idade média dos cooperadores e a sua correspondência no ciclo de vida ou a estabilidade dos traços de personalidade e do " status "131

Notas.....136

Bibliografia do Capítulo II139

CAPÍTULO III

A DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA143

Introdução143

1ª Secção: Por uma aproximação ao objecto do Conhecimento.....144

1 - O conceito de sistema144

1.1 - As componentes do sistema146

1.2 - Explicitando a unidade de análise148

1.2.1 - O " behavior setting "151

2 - Prospecção153

2ª Secção: O Lazer: As perspectivas, sistémica e histórica.....155

1ª subsecção

1 - Uma perspectiva sistémica155

2 - Perspectiva Histórica do Lazer159

2.1 - O Lazer na Civilização Grega160

2.2 - O Lazer no tempo dos Romanos161

2.3 - O Lazer nas Idades Médias163

2.4 - O Lazer na Reforma e no Renascimento165

2.5 - Os efeitos da Revolução Industrial no Lazer166

2.6 - A Era pós-Industrial e o Lazer168

2ª subsecção

O Lazer: A Dinâmica da sua produção; o Trabalho e o Lazer173

1 - A Dinâmica da Produção do Lazer173

2 - O Trabalho e o Lazer177

2.1 - A Diferença entre o Trabalho e o Lazer178

2.2 - Analogias entre Trabalho e Lazer178

2.3 - As componentes do espaço de vida	179
2.4 - Padrões de Lazer e de Trabalho	180
2.5 - Na Procura de uma Teoria do Trabalho e do Lazer	181
2.6 - Trabalho- Tempo- Lazer	182
3ª Secção: Lazer, Recreio e Jogo: Uma aproximação conceptual e integradora.....	183
1 - Lazer	183
1.1 - Lazer como tempo	184
1.2 - Lazer como actividade	185
1.3 - Lazer como estado do ser, como experiência	186
2 - Lazer, Recreio e Jogo : conceitos, equivalências e diferenças e respectiva integração.....	187
2.1 - Diferenças entre Lazer, Recreio e Jogo.....	187
2.2 - Semelhanças entre Lazer, Recreio e Jogo	189
2.3 - A Integração do Lazer, Recreio e Jogo	190
4ª Secção: Os tipos de Lazer	191
1 - Os seis tipos maiores de M. Kaplan (1960).....	191
2 - Os tipos de Lazer de Dumazedier (1975) e de deGrazia (1966).....	192
3 - Os 5 factores de Duncan (1978)	193
4 - Uma Tipologia da Psicologia Ambiental Personológica	194
5 - A tipologia de Kelly (1973).....	194
5ª Secção: Os factores Ambientais com Implicação no Lazer	196
1 - <i>Os factores pessoais</i>	196
1.1 - O processo da socialização do Lazer	196
2 - <i>Factores provenientes do Ambiente Físico</i>	197
2.1 - A Importância do Ambiente Natural	197
2.1.1 - O Ambiente Natural para a Psicologia Ambiental	198
2.1.2 - A Perspectiva da Sociologia Ambiental	200
2.1.3 - A vertente económica da pesquisa do mercado	201
2.2 - A Importância do Ambiente Construído	202
2.2.1 - As ruas, os mercados abertos, os logradouros e os parques urbanos. A sua importância no Recreio e Lazer das crianças e adultos.....	204

2.2.2 - O Lazer e o Recreio ao ar livre como função do Ambiente de residência.....	206
3 - Factores sociais e circunstanciais	207
3.1 - A classe social, o tempo, o sexo, a idade, na participação no lazer.....	207
3.2 - O ciclo da vida e o Lazer	209
3.3 - A cultura popular e as subculturas do Lazer	213
4 - A Ecologia do Lazer: as Oportunidades, a Acessibilidade e a percepção na participação do Lazer.....	214
4.1 - A estrutura das oportunidades de recreio ou de Lazer e a administração dos seus recursos	216
4.2 - A acessibilidade ao Lazer e o seu campo geográfico.....	217
4.2.1 - O círculo geográfico imediato do Lazer	221
5 - Os determinantes rurais/urbanos do Lazer.....	222
Conclusão do Capítulo III.....	225
Notas	227
Bibliografia do Capítulo III.....	229

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA.....	234
Introdução : O problema da metodologia em Ciências Sociais.....	234
1 - O plano da pesquisa	241
2 - Os sujeitos do estudo	243
3 - As variáveis a estudar	244
4 - Os instrumentos de pesquisa	247
5 - Tratamento de dados	250
6 - Os passos do Trabalho; as fases da sua elaboração	251
7 - Limitações do trabalho realizado.....	252
Bibliografia do Capítulo IV.....	255

CAPÍTULO V

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS.....	256
1 - A representatividade da Amostra: comparação entre a população e a amostra relativamente aos dados sociodemográficos.....	256
1.1 - sexo e idade	256
1.2 - Naturalidade	257
1.3 - Nível socioprofissional (escala de Warner)	257
2 - A Amostra: alguns dados sociodemográficos.....	258
2.1 - Os elementos da amostra e a sua última residência.....	258
2.2 - Os elementos da amostra e o seu nível de instrução	259
2.3 - Distribuição da amostra segundo o rendimento por agregado.....	259
2.4 - Composição do agregado familiar	260
2.4.1 - Decomposição da estrutura populacional dos agregados da amostra ..	260
2.5 - Tipologia das Habitações	261
3 - Ecologia do Lugar: tempo, lugar, pessoas e recursos	261
3.1 - A distribuição da amostra segundo o local de trabalho	262
3.2 - Distância entre a residência e o local de trabalho	262
3.3 - Meio de transporte utilizado	263
3.4 - Recursos e equipamentos	264
3.4.1 - Posse de carro	264
3.4.2 - Posse de outros meios de lazer	265
3.4.3 - Posse de electrodomésticos	265
3.4.4 - Posse, uso, de meios de informação/comunicação	266
4 - As actividades de Lazer	266
4.1 - As actividades de lazer durante a semana	267
4.1.1 - Codificação e categorização das actividades das séries opostas.....	269
4.2 - As actividades de lazer durante o fim de semana	273
4.2.1 - Actividades de Lazer da série oposta durante o fim de semana	275
4.3 - Actividades de Lazer durante as férias	281
4.3.1 - Local de férias	281
4.3.2 - Actividades de Lazer nas férias	284

5 - As percepções dos elementos da amostra	292
5.1 - Os efeitos da redução do horário de trabalho: a percepção da amostra....	292
5.2 - A definição de Lazer : percepção da população da amostra. Análise de conteúdo e unidades de sentido.....	293
5.3 - O Impacto do Lazer no Ambiente . As percepções dos elementos da amostra.....	295

CAPÍTULO VI

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	299
1 - Ecologia e actividades de Lazer.....	299
a) - Actividades de lazer durante a semana e ao fim de semana	299
b) - Actividades de Lazer durante as férias	300
c) - A Ecologia do Lazer : a acessibilidade e a oportunidade	301
d) - Os tipos de Lazer	302
e) - As actividades de Lazer e a hipótese compensatória.....	302
f) - O Lazer e o ciclo da vida.....	303
2 - As percepções dos elementos da amostra.....	303
2.1 - A definição de Lazer	303
2.2 - A percepção do impacto do Lazer no Ambiente	304
2.3 - Os efeitos da redução do Horário de Trabalho sobre o Lazer	304

CAPÍTULO VII

CONCLUSÃO	306
A) - Reflexões sobre o Trabalho.....	306
A.1 - Reflexão e conjecturas sobre os resultados obtidos em relação às actividades de Lazer e sobre as percepções dos elementos do caso particular.	306
A.2 - Reflexão sobre a relação entre a Tecnologia, a Organização, O trabalho e o Lazer.....	308
A.3 - Reflexão sobre a construção do nosso objecto de Conhecimento.....	309
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	311
Anexo I: Modelo de Questionário	323
Anexo II: Planta da cidade de Beja	341

Anexo III: Planta da Unidade Residencial da Cooperativa de Habitação Económica "Lar para Todos ".....	343
---	-----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n° 1: Evolução da População do Concelho de Beja de 1900 a 1991.....	48
Quadro n° 2 e 3: Pirâmides de Idades.....	55
Quadro n° 4: Distribuição dos grupos etários da população do concelho em 1960, 1970, 1981.....	55
Quadro n° 4a: Concelho de Beja: População, Famílias, Alojamentos.....	57
Quadro n° 5: Quadro comparativo da dinâmica natural da população do concelho de Beja de 1920 a 1991.....	57
Quadro n° 6: Evolução das unidades industriais/n° de trabalhadores no concelho de Beja , anos 1971 a 1984.....	77
Quadro n° 7: Concelho de Beja: População activa.....	80
Quadro n° 8: Distribuição dos cooperadores por idades agrupadas.....	123
Quadro n° 9: Distribuição dos cooperadores por idades e segundo a naturalidade.....	123
Quadro n° 10: Distribuição dos cooperadores por sexo.....	123
Quadro n° 11: Distribuição dos cooperadores por naturalidade.....	124
Quadro n° 12: Distribuição dos cooperadores por composição do agregado familiar.....	125
Quadro n° 13: Distribuição dos cooperadores por estado civil.....	125
Quadro n° 14: Distribuição dos cooperadores por agrupamentos socio-profissionais , segundo a escala de Warner.....	126
Quadro n° 15: Matriz correlacional.....	126
Quadro n° 16: Distribuição dos cooperadores por categorias socio-profissionais e segundo a naturalidade.....	127
Quadro n° 17: Distribuição dos cooperadores por local de trabalho.....	127

Quadro n° 18: Quadro comparativo da proporção de condóminos da amostra e da população e segundo o sexo.....	256
Quadro n° 19: Quadro comparativo das idades médias da população Universo e da amostra.....	257
Quadro n° 20: Quadro comparativo das profissões entre Universo e a amostra, segundo a naturalidade.....	257
Quadro n° 21: Quadro comparativo das proporções entre o Universo e a amostra segundo o nível socio-profissional.....	258
Quadro n° 22: Distribuição da amostra segundo a sua última residência.....	258
Quadro n° 23: Distribuição da amostra segundo o seu nível de instrução.....	259
Quadro n° 24: Distribuição da amostra segundo os rendimentos dos agregados.....	259
Quadro n° 25: Distribuição da amostra segundo a composição do agregado..	260
Quadro n° 26: Distribuição da amostra por tipologia de habitação.....	261
Quadro n° 27: Distribuição da amostra segundo o local de trabalho.....	262
Quadro n° 28: Distribuição da amostra segundo a distância entre o local de residência e o local de trabalho.....	262
Quadro n° 29: Quadro comparativo da relação entre os níveis socio-profissionais e o tempo que demoram a chegar ao local de trabalho.....	263
Quadro n° 30: Distribuição dos sócios condóminos, segundo o meio de transporte utilizado para se deslocar ao local de trabalho.....	263
Quadro n° 31: Caracterização dos elementos da amostra em função de posse de carro.....	264
Quadro n° 32: Distribuição dos carros possuídos pelos condóminos, segundo a sua cilindrada.....	264
Quadro n° 33: Distribuição dos meios de lazer entre os condóminos da amostra.....	265

Quadro nº 34: Distribuição dos electrodomésticos possuídos pelos elementos da amostra.....	265
Quadro nº 35: Distribuição dos equipamentos e meios de informação e comunicação pela população da amostra.....	266
Quadro nº 36: Distribuição ordenada das actividades de lazer durante a semana, dos elementos da amostra segundo os graus 3 e 4.....	268
Quadro nº 37: Distribuição das actividades activas de lazer dos elementos da amostra, por nº de casos.....	269
Quadro nº 38: Distribuição das actividades de lazer dos elementos da amostra por nº de casos.....	270
Quadro nº 39: Distribuição da série de actividades de lazer activas e passivas durante a semana , da amostra, segundo o nº de casos.....	270
Quadro nº 40: Distribuição das actividades solitárias de lazer dos elementos da amostra, por nº de casos.....	271
Quadro nº 41: Distribuição das actividades de lazer dos elementos da amostra e por número de casos.....	271
Quadro nº 42: Distribuição das séries de actividades de lazer solitária/social durante a semana dos elementos da amostra e por nº de casos.....	272
Quadro nº 43: Distribuição das actividades de lazer ao ar livre dos elementos da amostra, por nº de casos.....	272
Quadro nº 44: Distribuição das actividades de lazer dentro do lar dos elementos da amostra, por nº de casos.....	273
Quadro nº 45: Distribuição da série de actividades de lazer ao ar livre e dentro do lar durante a semana dos elementos da amostra e por nº de casos.....	273
Quadro nº 46: Distribuição ordenada das actividades de lazer durante o fim de semana, dos elementos da amostra, segundo os graus 3 e 4.....	274

Quadro n° 47: Distribuição da série de actividades activas de lazer durante o fim de semana, dos elementos da amostra e por n° de casos.....	276
Quadro n° 48: Distribuição da série de actividades passivas durante o fim de semana, dos elementos da amostra e por n° de casos.....	276
Quadro n° 49: Distribuição da série oposta de actividades de lazer activas e passivas durante o fim de semana, dos elementos da amostra, por n° de casos.....	277
Quadro n° 50: Distribuição ordenada das actividades solitárias de lazer durante o fim de semana, dos elementos da amostra, por n° de casos.....	277
Quadro n° 51: Distribuição ordenada das actividades sociais de lazer dos elementos da amostra, por n° de casos.....	278
Quadro n° 52: Distribuição da série oposta de actividades de lazer solitárias e sociais durante o fim de semana, dos elementos da amostra e por n° de casos.....	278
Quadro n° 53: Distribuição ordenada das actividades de lazer ao ar livre, dos elementos da amostra e por n° de casos.....	279
Quadro n° 54: Distribuição ordenada das actividades de lazer dentro do lar, durante o fim de semana, dos elementos da amostra, por n° de casos.....	280
Quadro n° 55: Distribuição da série de actividades de lazer ao ar livre e dentro do lar durante o fim de semana dos elementos da amostra e por n° de casos..	280
Quadro n° 56: Distribuição dos locais de férias anuais dos elementos da amostra, por n° de casos e em %.....	281
Quadro n° 57: Quadro comparativo da relação entre os níveis socio-profissionais e o local de férias na praia.....	282
Quadro n° 58: Quadro comparativo da relação entre os níveis socio-profissionais e o local de férias no campo.....	282

Quadro n° 59: Quadro comparativo da relação entre os níveis socio-profissionais e viajar ao estrangeiro.....	282
Quadro n° 60: Quadro comparativo da relação entre os níveis socio-profissionais e o local de férias no bairro.....	282
Quadro n° 61: Distribuição dos recursos utilizados pelos elementos da amostra para gozar as suas férias anuais.....	283
Quadro n° 62: Quadro comparativo da relação entre o nível socio-profissional e os recursos para férias anuais.....	283
Quadro n° 63: Distribuição das actividades de lazer durante as férias dos elementos da amostra e por n° de casos.....	285
Quadro n° 64: Distribuição ordenada das actividades de lazer activas durante as férias, dos elementos da amostra e por n° de casos.....	286
Quadro n° 65: Distribuição ordenada das actividades de lazer passivas durante as férias, dos elementos da amostra e por n° de casos.....	287
Quadro n° 66: Distribuição da série oposta de actividades de lazer activa/passivas durante as férias dos elementos da amostra, por n° de casos e em %.....	287
Quadro n° 67: Distribuição ordenada das actividades solitárias durante as férias, dos elementos da amostra e por n° de casos.....	288
Quadro n° 68: Distribuição das actividades de lazer sociais durante as férias, dos elementos da amostra, por n° de casos.....	288
Quadro n° 69: Distribuição das actividades de lazer solitária/sociais durante as férias, dos elementos da amostra e por n° de casos e em %.....	289
Quadro n° 70: Distribuição ordenada das actividades de lazer ao ar livre durante as férias, dos elementos da amostra e por n° de casos.....	290
Quadro n° 71: Distribuição das actividades de lazer dentro de casa durante as férias, dos elementos da amostra e por n° de casos.....	290

Quadro n° 72: Distribuição da série oposta de actividades de lazer ao ar livre/dentro de casa, dos elementos da amostra e por n° de casos.....	291
Quadro n° 73: Quadro comparativo das séries opostas das actividades de lazer ao longo do ano, dos elementos da amostra por %.....	291
Quadro n° 74: Quadro representativo da percepção dos elementos da amostra sobre os efeitos da redução do horário de trabalho.....	293
Quadro n° 75: Quadro representativo das percepções da definição de lazer..	294
Quadro n° 76: Quadro representativo das percepções do impacto do lazer no ambiente.....	297
Quadro n° 77: Quadro comparativo das 12 principais actividades de lazer entre a nossa amostra e a de Krippendorf.....	301

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n° 1 - Enquadramento Geográfico de Beja.....	35
Figura n° 2 - Os Três Andares Hipsométricos de Portugal.....	36
Figura n° 3 - Zonas Paleogeográficas e Tectónicas do Maciço Hespérico.....	38
Figura n° 4 - Esboço Morfológico de Portugal Meridional.....	39
Figura n° 5 - Distribuição da Precipitação Anual Média.....	40
Figura n° 6 - Pirâmides de Idades.....	45
Figura n° 7 - Densidade Populacional do Concelho de Beja.....	46
Figura n° 8 - Rede Viária do Concelho de Beja.....	73
Figura n° 9 - Esquema do Paradigma Conceptual de Lazer de Levy.....	156

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 - Gráfico de barras dos tipos de actividades de lazer.....	292
Gráfico nº 2 - Gráfico de barras do impacto do lazer no ambiente.....	298

INTRODUÇÃO AO PROBLEMA

O campo do Lazer, do Recreio, do Jogo e, dos Serviços que proporcionam a Oportunidade e a Acessibilidade a essas dimensões do Tempo Livre, constituíram desde sempre uma preocupação das Organizações com o objectivo de proporcionar bem estar aos cidadãos.

Contudo, só com a Revolução Industrial é que se criaram as condições para que o Tempo Livre e, concretamente, o Lazer, se constituísse em objecto de Conhecimento e de solução de problema. De facto, o desenvolvimento da Tecnologia no período da Revolução Industrial, tornou o trabalho menos penoso, reformou as suas condições e, provocou a expansão das oportunidades de Educação, enfim, criou no grande público um desejo de recreio e de conseqüente espaço para essa oportunidade, apesar de as condições de vida objectivas não se terem modificado significativamente.

A transição da Sociedade Industrial para uma Sociedade Tecnológica Pós Industrial, concomitante com a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana (no fim do século supõe-se que 70% da população viva em áreas urbanas) cria novos problemas e relança a problemática do Lazer com maior acuidade. A Máquina alarga a sua intervenção no processo produtivo, substituindo-se às pessoas, ao mesmo tempo que diversifica os produtos. A qualidade de vida no Trabalho melhora mas também a responsabilidade e as exigências de desempenho individual e dos grupos humanos acentuam-se. A Indústria e o Comércio pressionam os sistemas tecnológicos a corresponderem às necessidades humanas, ao mesmo tempo que estes sistemas pressionam as Organizações no sentido de flexibilizarem as suas interações (impedindo o controlo da Tecnoburocracia). Neste processo entram duas das mais importantes dimensões da vida humana: O Trabalho e o Lazer.

Na era Pós Industrial estamos a assistir ao desenvolvimento rápido dos Transportes e das Comunicações e à apropriação pela Indústria, pelo Comércio e pela Ideologia, das necessidades de Lazer e do seu próprio consumo. O desenvolvimento do Lazer em termos comerciais cresce exponencialmente e o desenvolvimento tecnológico dos Transportes e Comunicações e de equipamentos, tornarão as Viagens e os bens de Lazer mais rápidas e baratos, respectivamente. Uma fluorescente Indústria de Lazer vai pouco a pouco assumindo a liderança da economia dos cidadãos. O Consumo, a Cultura e o

Lazer de Massas, estão-se a constituir em vectores essenciais do desenvolvimento da Sociedade

Efectivamente, a Economia de Serviços, sucede à Economia da produção de objectos manufacturados, e com ela a psicologização de mercadorias e serviços de que fala Toffler (1970). Ela vai condicionar o desenvolvimento, quer do consumo, quer do Lazer e ligar o sector económico cada vez mais a forças não económicas, com grande implicação no estilo de vida das pessoas.

Os planeamentos centrais e federais até então exclusivamente económicos, começam também a integrar nos seus programas, recursos, oportunidades e formas de acessibilidade, ao Lazer, conforme a sensibilidade do grande público, expressa nos indicadores sociais. Nas últimas décadas, os próprios impactos da utilização dos recursos e das oportunidades de Lazer entram nos Planeamentos centrais e municipais. O lazer contemporâneo é hoje considerado até, um grande "equalizer" (K. Roberts, 1970) na medida em que o tempo de ocupação de lazer é extensivo praticamente a todas as classes sociais.

Entretanto, se de facto hoje a Acessibilidade às facilidades de Lazer melhora, se a variedade das actividades de Lazer se diversifica e enriquece (graças à Revolução Electrónica que cria novos divertimentos domésticos) uma outra face do problema se insinua de uma forma mais preocupante e fascinante.

Temos que reconhecer que a Tecnologia, ao exigir cada vez maior desempenho e responsabilidade individual e grupal, com correspondente investimento intelectual, no sentido de fazer face às necessidades humanas, nunca será, como afirma deGrazia (1962) uma amiga do Lazer, expressão alias corroborada por Kelly (1990) que refere ter o tempo de lazer diminuído na última década. O Trabalho continua a moldar o mundo do Não-Trabalho.

Além disso, a Tecnologia determina a mobilidade social, o sentimento de ligação a um lugar (o automóvel leva-nos para outros lugares) e acentua a privatização da vida (longas horas em casa a ver T.V., vídeo, a promovermos o desenvolvimento pessoal), isto é, faz com que o centro de Lazer contemporâneo se centre em casa..

Mas, para que a Tecnologia e as Organizações que fazem as opções tecnológicas motivem as pessoas a trabalhar mais, melhor, e com maior motivação, é necessário que os valores criados pelo Lazer penetrem no Trabalho, sendo até proposto que o Trabalho e o Lazer se reunifiquem (hoje em muitos locais interrompe-se o trabalho de manhã para tomar um pequeno almoço muito social)

O Lazer e o Trabalho, fazem pois, parte do processo de adaptação do ser humano ao ambiente. A crescente complexidade da Sociedade e dos mecanismos que visam a satisfação dos grupos humanos e dos indivíduos, vai tornando a Tecnoburocracia incapaz de lidar com quaisquer questões que tenham a ver com o bem estar das pessoas, na medida em que os seus agentes estão muito distantes das pessoas, ignoram as condições locais e reagem muito lentamente às mudanças que têm de ser operadas. Têm que ser as comunidades locais a assumir o processo de adaptação dos grupos humanos. Para isso é necessário que o Lazer e o Trabalho sejam tão centrais na estrutura do tempo da vida das pessoas de modo que elas possam exprimir livremente os seus "eus" individuais. É necessário que os recursos, os acessos e os espaços de Lazer sejam incluídos nos planos regionais, salvaguardando -se o Ambiente.

Vivemos, como refere Binder (1969) um tempo faminto de cultura. Se o lazer for definido mais como, fazer, relacionar e responder, do que propriamente consumir, o rendimento será menos necessário para o lazer e o Trabalho não será tão central na vida das pessoas, mas sim os pares, e a Família

Vimos que o Trabalho, a Organização e a Tecnologia não são mais que processos que os agentes sociais utilizam para conseguir lidar com o Ambiente. Importa também saber como surgem os factores ambientais e de que modo eles participam no estilo de vida das pessoas, no Lazer e entram no quadro das suas representações perceptivas e afectivas.

A relação entre a Sociedade e o Espaço traduz as necessidades, os padrões cognitivos, os ideais, os interesses ou opções dos diversos grupos sociais, no processo de adaptação ao Ambiente.

É neste contexto, que o Ambiente construído e Natural com as suas cidades, bairros, espaços públicos, edifícios e interiores, parques naturais, rios, lagos, as vias de acesso aos processos de Produção, de Consumo e de Intercâmbio, corporalizam a relação entre a Sociedade e o Espaço. Estes ambientes constituem uma resposta da População no esforço de manter praticável a sua relação com o meio, resposta esta que é unitária, isto é, é pressuposto que o agregado possua uma organização social, Tecnologia determinada, para realizar essa adaptação.

Entre os membros da População ou do agregado há relações de mútua dependência, mas baseadas nas diferenças funcionais, havendo classes sociais que ocupam funções chaves, quer em relação ao tipo de actividade desenvolvida, quer pela formação necessária para essa actividade. Um Sistema Social surge assim e ordena as funções hierarquicamente, através de uma

organização de poder. O poder é o retrato da capacidade do sistema social para não só produzir sustento, controlar o Ambiente, mas também para criar e desenvolver práticas sociais determinadas.

A cidade é hoje a unidade fundamental da Sociedade contemporânea e, os fenómenos urbanos, surgem das relações recíprocas entre a população, o Meio Físico (Construído e Natural), a Organização Social e a Tecnologia como Duncan (1964) refere, sendo o relacionamento entre estas componentes, ordenada, estruturada, organizada e integrada num sistema estruturado .

É o sistema urbano, que por sua vez, se decompõe em espaços ligados à Produção, ao Consumo (espaços de Habitação, de recreio e Lazer, culturais) e ao Intercâmbio ou à Acessibilidade entre a Produção, o Consumo e a Gestão, de que fala Castells (1984). O Sistema Urbano com os seus espaços reflecte o esforço da Organização Social em dar uma certa ordem à estrutura urbana. O planeamento urbano como instrumento de controlo social das ocupações do espaço, regula o processo de urbanização promovendo também, como Hawley (1986) salienta, a compartimentação das populações tipo, isto é, a sua arrumação em determinados espaços. O local onde vivemos, o modo como se distribuem as facilidades ou oportunidades, a sua qualidade, o modo de acesso, a distância que demoramos a chegar aos locais de lazer, são, por isso, factores que pesam na sua participação. Assim, quanto mais distantes estiverem as oportunidades de lazer, os grandes centros de compras, maiores possibilidades haverá, de as pessoas estarem mais tempo em casa e menores serão as possibilidades de elas estabelecerem as interacções estimuladoras de boa vizinhança e de controlo do lugar onde vivem.

Deste modo também, as diversas classes e fracções de classe da estrutura social, dentro do espaço que lhes é atribuído, constroem os seus espaços sociais e físicos, têm determinados estilos de vida, operacionalizados nas diversas práticas sociais. Têm, em suma, padrões de comportamento, expressos nas acções e na organização subjectiva do espaço e provenientes dos ambientes de trabalho, de residência. Assim, o abrigo, o acesso a compras essenciais como leite, pão, jornais, cuidados, e a equipamentos culturais e recreativos, dotam uma localidade ("*neighborhood*") de vida sustentada, determinam o relacionamento social, o controlo social, conferem-lhe uma cultura específica como lembra A. Rapoport (1980), uma identidade.

As práticas sociais como Recreio ao Ar Livre, Lazer, Educação, constituem também capitais simbólicos e culturais para as diferentes classes exprimirem, através delas, as suas diferenças de status (a classe média pratica

mais formas de lazer e lazeres mais activos). As diferenças de rendimento permitem também que certas formas de lazer (Viagens e Turismo, v.g.) sejam mais praticadas por determinadas classes sociais.

Mesmo quando as pessoas utilizam o Ambiente Natural como objecto de Lazer, os atributos que ele possui, não determinam por si, o comportamento de lazer nas pessoas, na medida em que elas, quando chegam a esses "*settings*", levam consigo um vasto repertório de estímulos - o grupo social a que pertencem, o equipamento que transportam, a cultura que as moldou, isto é, os círculos sociais íntimos onde se processou a sua socialização, as condições do lar, o registo das suas experiências mais primitivas, as estruturas cognitivas, a sua personalidade- verdadeiros padrões de comportamento de lazer que podem ou não desferir golpes profundos na qualidade do Meio Ambiente e na qualidade de vida das comunidades visitadas

O comportamento de lazer é um fenómeno simultâneamente, social, psicológico económico, político, deológico, que varia com as circunstâncias históricas económicas, políticas e sociais, e com a consequente estrutura de valores que lhe dão expressão e significação determinada.

Os indicadores sociais como medidas objectivas e subjectivas da qualidade de vida vivida e percebida das pessoas, muito importantes para o planeamento social e ambiental consideram que as actividades como "*relaxing, doing nothing*" aumentam à medida que a densidade populacional aumenta. Por sua vez, as actividades de lazer dominantes são as interacções com a família, amigos, vizinhos, leitura, a televisão e, em menor escala, a prática de desportos ao ar livre (Kelly, 1990). Mesmo nas férias o nosso quotidiano nos acompanha, como evidencia Krippendorf (1984) pelo que, as actividades de lazer não são significativamente diferentes das praticadas ao longo do ano. Estes indicadores sociais traduzem a eficácia do sistema social, dos planeamentos sociais e ambientais na qualidade de vida do grande público.

Se vivemos numa sociedade muito orientada para o Lazer, impõe-se por isso, e segundo proposta de Murphy (1974) que seja proporcionado às pessoas o reforço da sua moral de modo que elas possam exprimir e manifestar atitudes de lazer sempre que o desejarem, quer durante o tempo livre, quer durante o trabalho e, mais ainda, que sejam mais identificadas pelos seus estilos de vida e gostos culturais, que pelas suas ocupações. Complementarmente, pensamos também que a emergência de uma sociedade com grandes possibilidades de usufruir as formas mais variadas de lazer, impõe também uma nova orientação, um novo padrão de atitudes, comportamentos que preservem o Ambiente, a

Natureza, pois o Homem também é um produto dela. e não um ser exclusivamente cultural.

Para que o Público tenha acesso aos Bens de Consumo, de Produção e de Recreio, é importante que esses espaços estejam colocados de modo que ele possa deslocar-se a essas facilidades e, acima de tudo, que elas sejam percebidas pelas pessoas e que entrem nos seus mapas mentais (cognitivos, sociais, afectivos e geográficos)

Se as pessoas variam entre si nos tipos e intensidade das suas necessidades de lazer, o Ambiente também varia na sua capacidade para satisfazer essas necessidades. Haverá, pois, uma boa congruência Comunidade-Ambiente quando o Ambiente for capaz de satisfazer as necessidades daquela e, a Comunidade, for capaz e tiver recursos que vão ao encontro das exigências do próprio Ambiente. Para haver satisfação pelo local onde habitamos tem de haver, pois, uma conexão, segundo Lewis e Lyon (1986) entre as condições objectivas do lugar e a satisfação subjectiva.

O objectivo geral do nosso trabalho é despertar nas pessoas e nas organizações a necessidade de proporcionar ao Lazer a centralidade que merece na estrutura de vida das pessoas e, ao mesmo tempo sensibilizar os criadores das oportunidades e os administradores dos recursos, as vantagens da promoção de centros de lazer para a comunidade, na medida em que esta dimensão ajuda a criar as condições de um novo equilíbrio entre as exigências utilitárias da sociedade e as exigências desinteressadas das pessoas de que fala Dumazedier (1974)

É também nosso objectivo geral despertar os "*décideurs*" do "*planning*" social e ambiental; para a importância do Ambiente Natural, dos cenários naturais dos Ambientes Construídos, dos edifícios, espaços públicos e privados na qualidade de vida das pessoas, nas suas interacções, na sua privacidade; para a importância da preservação da qualidade dos Ambientes Naturais e da qualidade de vida das comunidades visitadas; para a importância da participação das comunidades locais nas decisões que lhes dizem respeito, desde a rua, os espaços públicos, o "*design*" das suas habitações, a gestão da sua comunidade; para a importância determinante dos círculos sociais das pessoas, que as levam a preferir determinadas actividades de lazer

O objectivo específico do nosso trabalho é proporcionar novos estudos de um domínio tão pouco desenvolvido entre nós de um problema que ainda está longe de ser definido conceptualmente e, metodologicamente, ainda despido de procedimentos seguros para o seu estudo.

Deste modo, no 1º Capítulo do nosso trabalho faremos uma caracterização do concelho de Beja, relevando os factores históricos, físicos, sociodemográficos, sectores de actividade económica, equipamentos e infraestruturas .

No 2º Capítulo faremos uma caracterização do caso particular - o Bairro Cooperativo "*Lar para Todos*". Salientaremos os aspectos históricos do cooperativismo habitacional em Portugal e no Alentejo para então procedermos a uma caracterização do lugar. Relevaremos nessa caracterização a sua história, localização, e caracterizaremos os cooperadores a nível sociodemográfico.

No 3º Capítulo delimitaremos o tema, começando por considerar os aspectos teóricos ligados ao objecto do conhecimento em Ecologia Humana e da sua unidade de análise - o cenário da conduta - e, ainda, esboçaremos a problemática do Lazer sob uma perspectiva sistémica interaccionista e histórica. De seguida, descreveremos a dinâmica da Produção do Lazer e, posteriormente delimitaremos conceptualmente o Lazer, o Recreio e o Jogo. Descreveremos também, os tipos de Lazer que conhecemos. Finalmente, remataremos este capítulo descrevendo os factores ambientais do Lazer, desde os pessoais, sociais e circunstanciais, aos derivados dos Ambientes Naturais e construídos e da Acessibilidade ao Lazer.

No 4º Capítulo abordaremos a metodologia utilizada no trabalho, desde o plano da pesquisa, os sujeitos do estudo, a definição das variáveis até ao tipo de procedimentos utilizados. Finalizaremos este capítulo com as limitações do trabalho que levamos a cabo, assim como os passos que desenvolvemos até ao momento presente.

No 5º Capítulo descreveremos e analisaremos os resultados pondo em evidência as dimensões das actividades de lazer durante a semana, ao fim de semana e durante as férias bem como, as percepções dos elementos da amostra perante as questões abertas que lhes foram apresentadas.

No 6º Capítulo faremos a discussão dos resultados nas vertentes referidas na análise, compará-los-emos com trabalhos de mesma natureza e, avaliaremos a sua adequação com a recensão bibliográfica produzida no 3º Capítulo.

Nas conclusões faremos uma reflexão sobre o trabalho que realizámos quer a nível teórico, quer sobre o trabalho de campo, julgando da pertinência do tema em questão e dos resultados

CAPITULO I

CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE BEJA: *UM ESBOÇO*

Introdução

Neste capítulo faremos em primeiro lugar uma descrição da História do concelho, em especial da sua sede, que é também capital do distrito. Na primeira secção faremos a descrição histórica da cidade desde a Antiguidade até à Actualidade. Abordar-se-á essencialmente as pessoas e os acontecimentos marcantes, as representações simbólicas do apego que as pessoas manifestaram pelo lugar, a dinâmica que a população emprestou no seu processo de adaptação ao Ambiente e a configuração que ela produziu na Economia, no Povoamento e no Planeamento. Apresentaremos ainda nesta secção uma introdução, que nos remete para as origens da ligação de uma pessoa ou pessoas a um lugar, a uma cidade, a uma pátria.

De seguida faremos uma caracterização física do concelho nos seus aspectos de localização, hidrografia, orografia, geomorfologia, geologia, clima, vegetação.

Na 3ª secção do nosso trabalho procederemos a uma caracterização sociodemográfica. A análise da evolução da população do Alentejo e a inclusão de um cenário para o ano 2.000 são as traves do edifício da introdução a esta secção. De seguida faremos uma descrição dos aspectos globais da população do concelho, começando por uma caracterização administrativa, do volume, dos ritmos de crescimento da população nos vários períodos deste século, da densidade populacional. De seguida analisaremos a estrutura etária da população. Finalmente, consideraremos a dinâmica natural da população.

O povoamento e a habitação constituirão a 4ª secção do primeiro capítulo. Previamente tentaremos identificar os processos de povoamento, da urbanização e do planeamento urbano em geral.

Na 5ª secção deste capítulo consideraremos a acessibilidade e a rede de transportes. Nesta secção também nos esforçámos por produzir uma reflexão sobre os modos como os sistemas sociais se situam no espaço de modo a proporcionar uma qualidade de vida determinada aos seus habitantes.

Os sectores de actividade, a estrutura da população activa, o Ensino, e a Saúde, são as últimas secções que descreveremos num esforço para traçarmos um "self" do concelho que tomámos a iniciativa de o conhecer de forma analítica.

No final do capítulo apresentamos um resumo das unidades de sentido mais representativas do concelho, que não dispensa, naturalmente a necessidade de se penetrar, nos conteúdos que programámos para o nosso trabalho e a bibliografia instrumental da nossa pesquisa.

1ª SECÇÃO

BEJA: ALGUNS DADOS HISTÓRICOS

O Espaço e o Lugar

Percebemos os objectos como que situados uns em relação aos outros e mantendo entre si relações de distância. O sistema de relações espaciais é adquirido através da visão. No entanto os órgãos sensoriais que capacitam os seres humanos a ter sentimentos consistentes quer pelo espaço quer pelas qualidades espaciais são a cinestesia, a visão e o tacto. O movimento é uma condição para se ter a noção de espaço, pois mudando de um lugar para o outro produzimos o sentido da direcção. O espaço assume uma *"tosca estrutura coordenada centrada no self intencional"*. (TUAN, a 1977, (pg.12). Os olhos fornecem às pessoas um espaço vivido com 3 dimensões que a experiência se encarregará de proporcionar ao ser humano as condições de o perceber e de o organizar. Tocar e manipular coisas produz um mundo de objectos e impede que eles estejam demasiado encerrados em si.

Os outros órgãos sensoriais por si não nos fornecem a consciência de um espaço externo. Precisam das faculdades espaciais que acabámos de referir. Mesmo em relação à audição, *"mal se pode falar de uma métrica do espaço auditivo, pois as relações percebidas são fragmentárias e frustradas."* (VURPILLOT, 1969, pág.140)

O que começa por ser um espaço indiferenciado, torna-se lugar, quando o conhecemos melhor e lhe damos um significado, um valor determinado. O lugar é, *"um tipo de objecto"* (Tuan, a, pág 17), uma espécie especial de objecto, pois nele, podemos morar. Os objectos e os lugares definem o espaço, conferindo-lhe personalidade geométrica.

Da Criação de um Lugar à Ligação a uma Cidade

Da visibilidade de um espaço à criação de um lugar para viver até se atingir a sentido de ligação a uma pátria, o tempo, a experiência e a consciência desempenham um papel fulcral na estabilidade e na permanência do lugar que habitamos.

Quando olhamos para uma paisagem, temos tendência para determo-nos em alguns pontos do horizonte. De facto, há espaços no horizonte que nos chamam à atenção pela sua proeminência, pela visibilidade que proporcionam. Isto é, despertam emoções e sentimentos e proporcionam recursos. Assim, um espaço transforma-se num lugar, quando se torna familiar, isto é, quando adquire significação, valor.

Na perspectiva de Tuan *"a intenção de ir para um lugar cria um tempo histórico. O lugar é o objectivo do futuro"* (pág.130) e constitui o regulador das vidas humanas e da sua sobrevivência.

Quando o ser humano escolhe um lugar pela sua proeminência e pela sua visibilidade é confrontado com um espaço circundante, que não só lhe dá o sentimento e a consciência de poder mover-se, como constitui um recurso que lhe proporciona alimento, abrigo e poder.

O lugar para o ser humano apresenta escalas diversas.

Tanto pode ser a nossa mãe da infância, o brinquedo, o nosso lar, a nossa aldeia ou cidade, o distrito ou o país. Os lugares íntimos do ser humano são aqueles onde as necessidades mais íntimas são cuidadas. O lar é esse lugar íntimo cheio de objectos, de memórias e sonhos e onde as injúrias e as doenças são saradas.

A medida que um grupo de seres humanos coloniza um lugar a paisagem circundante vai sendo humanizada. Os seus habitantes vão adquirindo o sentido do lugar, o sentido da sua singularidade e identidade que o distingue dos outros lugares.

De facto e, continuando a ter como referência Tuan, *"todos os grupos humanos em quase toda a parte tendem a considerar a sua própria terra como o centro do mundo"* (a, pág. 147). A nível individual também ocorre a mesma referência na vivência e na construção do espaço, isto é, todo o ser humano tem tendência a contrariar a fusão com o inanimado; combater o caos, impondo um esquema no espaço em conformidade com os lados do corpo e tomando como centro o

seu próprio corpo. A partir daí traça as distâncias, a acessibilidade em relação às outras pessoas, aos objectos de importância para as suas necessidades.

Vejamos entretanto, quais os factores que Tuan nos propõe e que traduzem o sentido ou o sentimento de ligação a uma terra ou a uma pátria:

- A arte, a arquitectura, as festividades, são esforços, tentativas que procuram coporalizar os sentimentos humanos;
- o tempo, permite aos habitantes possuir largas recordações. O sentido do tempo afecta o sentido do lugar desde que as experiencias vividas sejam intensas;
- as organizações formais que as pessoas criam visam, combater o caos, a defesa contra pessoas indesejáveis e a aventura para fora da área do lugar;
- as fortificações, as muralhas, as paredes maciças visam demarcar um espaço sagrado contra o assédio das pessoas inimigas. O espaço interior é como que um lugar da experiência comum e os portais de pedra maciços visam impressionar os de fora e indicar o futuro para os que vivem dentro desse espaço murado.

É a manutenção da tradição, dos acontecimentos e pessoas devidamente memorizadas nos livros de História, que confere à cidade a sua feição histórica, este poder na sua máxima proeminência e visibilidade. À medida que a cidade ganha poder, o "self" colectivo também cresce e a sua unidade política permite-lhe também usufruir de independência.

Este apogeu das cidades como unidades politicamente independentes ocorreu no tempo dos gregos e romanos pois:

- tinham pequeno tamanho em área, uma vez que em uma hora ou num dia qualquer cidadão poderia conhecer os seus limites físicos;
- tinham pequeno tamanho em população e as pessoas aprendiam a conhecer-se umas às outras.

Este sentimento pelo lugar, pela cidade onde se vive varia de acordo com os períodos históricos e culturais que ela atravessa.

Somos seres profundamente orientados e muito intencionais e fazemos da experiência e do tempo, os meios de apreensão do sentido do lugar a que pertencemos, conferindo-lhe personalidade própria.

A cidade de Beja, naturalmente constitui um lugar entre os demais lugares com a sua própria visibilidade que permitiu às primeiras pessoas que nela habitaram o desenvolvimento do sentido do lugar e de abertura ao espaço da peneplanície e da organização do mesmo através do tempo.

Esta cidade através do tempo construiu marcos, referências de significado público que proporcionaram às pessoas que nela viveram o sentido de identidade do lugar, o sentimento de segurança e bem-estar.

Mas também foi um lugar que em determinados períodos históricos poucos traços de memória deixou e que naturalmente se reflectiu no seu peso político em relação às cidades vizinhas (Évora, por exemplo). De facto, uma cidade não se torna histórica, só porque ocupa o mesmo sítio por um longo período...

1 - BEJA: ALGUNS DADOS HISTÓRICOS

1.1 - *Da Antiguidade até ao fim do Período da Romanização.*

A cidade de Beja repousa, segundo VIANA (1944) sobre um "outrora maciço rochoso" rodeado de "largas toalhas de selva mais ou menos pantanosa" (pág.8) cuja erosão proveniente dos detritos do maciço rochoso elevou o fundo dos barrancos e rebaixou o nível do referido maciço criando "o peneplano dos vastos arredores de Beja" (ibidem) que formam o solo arável denominado também de "barros de Beja".

Teriam que ser as suas condições de habitabilidade, para além da proeminência e visibilidade que transformaram o seu espaço num lugar. Pensa-se que antes de os Celtas chegarem à cidade e nela terem-se fixado, foram os nómadas lusitanos quem escolheu a sua proeminência para repousar, pois, para os povos nómadas os lugares proeminentes eram considerados o topo do mundo. Aliás DELGADO (1973) refere que os castros - primitivos povoados dos lusitanos - eram "construídos geralmente no cimo dos montes, junto dos rios em lugar estratégico onde a conservação da sua vida lhes fosse mais fácil" (pág.26).

Pensa-se, pois, que foram os celtas que se fixaram nesta cidade em 400 anos A.C.. Os recursos da região, motivaram os residentes de então a

dedicarem-se à agricultura e ao pastoreio, em detrimento da guerra. Alargaram os seus contactos com os povos provindos do Mediterrâneo, que, apesar de dominantes, impuseram a sua influência *"por meios mais ou menos hábeis e pacíficos"* (VIANA, pág 9).

Supõe-se que no mesmo local de Beja existiria, conforme refere Platão, citado por Viana uma cidade designada por Gês (ibidem).

A sua importância como agregado na altura da chegada dos romanos, o facto de se ter distanciado politicamente quer dos lusitanos do Norte, quer dos próprios romanos teria motivado Roma pela mão de Júlio César a escolher esta cidade, para a elaboração da paz. Dominados os lusitanos, Júlio César estabelece a paz e designa esta cidade de Pax Julia (48 A.C.). Ao mesmo tempo escolhe-a para um dos principais focos peninsulares da cultura e civilização romanas. Ascende à categoria de colónia romana, usufruindo do direito itálico, sede de um convento jurídico. O imperador Augusto, na sequência das decisões de Júlio César, confere-lhe uma das quatro chancelarias da Lusitânia, tornando-a numa das principais cidades desta província romana.

O Império romano no tempo do paganismo tinha como fundamento da sua civilização o essencial da civilização helenística, mesmo em termos institucionais, em especial no que diz respeito à vida municipal. Efectivamente, a vida de uma cidade do Ocidente era idêntica não só a uma cidade da parte oriental do Império, como ainda possuía autonomia semelhante à de uma cidade grega do tempo do helenismo. No fundo, *"Roma é um povo que teve por cultura a de um outro povo, a Grécia. A vontade de poder da classe dirigente romana era tão grande que se apoderava dos valores estrangeiros como se de um despojo de guerra se tratasse; nunca receou perder a sua identidade nacional, nem despojar-se da sua herança cultural"* (VEYNE, 1990, pág.15).

Pensamos que o povo da cidade de Beja, essencialmente agrícola e muito aberto a hábitos e costumes de povos mais desenvolvidos entre os quais gregos e cartagineses, que entravam pelo sul e seguiam o curso do rio Guadiana para transacionar, tinha o perfil ideal para fazer da sua cidade, um centro político de compromisso entre a civilização da Lusitânia e a romana.

Este compromisso político foi o maior acontecimento marcante de todos os tempos da cidade de Beja, permitindo-lhe esse benefício um bem-estar colectivo e um carácter dominante na Lusitânia por mais de cem anos.

Conforme refere Viana, *"da poderosa cidade irradiavam as estradas, as rotas imperiais, artérias em que circulavam as energias da colossal república"* (pág 11).

De acordo com os métodos de colonização grega, os romanos imprimiram no seu método de colonização uma preponderância das cidades em detrimento dos aldeamentos. No entanto, da cidade partiam vias privadas que terminavam nas "*villas*" (1) rústicas, autênticos centros de exploração agrícola onde trabalhava uma população enorme (ex: "*villa*" de Pisões).

No entanto, o estilo do Império era feito de urbanidade e também de urbanismo, como refere Veyne. Por isso os notáveis de Beja só passavam algum tempo nas suas "*villas*" no Verão pois apreciavam mais os prazeres da cidade. "*Não se sentiam verdadeiramente eles próprios no campo*" (pág.181) conforme salienta Veyne.

Se um dos factores que torna uma cidade histórica, são os acontecimentos marcantes a verdade é que a arquitectura, as pessoas marcantes, não deixaram de constituir também factores reforçadores do "*attachment*" dos habitantes à sua cidade, através do tempo.

Dos quatro séculos de dominação romana destacamos os muros da designada civilidade abrangendo quase toda a cidade.

Dentro deste vasto recinto fortificado os romanos "*traçaram ruas e praças, ergueram vultuosos templos e outros edificios públicos*" (Delgado, pág.79). As próprias muralhas actuais da cidade não se desviaram dos alicerces romanos destacando-se também os portais, que eram os pontos de chegada à cidade, entreposto das várias estradas que nela convergiam.

Para essas construções vieram materiais de bastante longe como, granito, mármore, e utilizaram-se em edificios importantes, "*tijolos tais que ainda hoje se aproveitam e argamassas rijas como aço*" (Viana, pág.10).

Contudo de todas as grandes obras realizadas, restam apenas algumas reminiscências importantes, em virtude de a cidade ter sido objecto durante as lutas entre os sarracenos e os cristãos de grandes destruições que descaracterizaram significativamente o impacto da presença romana nesta cidade.

De qualquer modo, os seus habitantes, ajudaram a prosperar a cidade durante mais de quatro séculos. As casas e as ruas, ajudaram as pessoas a criar o sentido do lugar. As paredes maciças do muro da cidade, os portais demarcaram um espaço sagrado conferindo à cidade um poder e uma eminência notórios. Na concepção de Veyne, para os romanos a "*muralha é o mais belo ornamento de uma cidade, já que nessa cintura uma pessoa se sente como num lar colectivo*" (pág.181).

As funções económicas teriam submergido nesse tempo a identidade religiosa da cidade.

Os trabalhos realizados sobre as portas da cidade, não fazem menção sobre a sua porta principal na era romana (ver MESTRE, 1991, pág.17). Tentemos identificá-la, entretanto.

O ser humano, como já afirmámos mais atrás, impõe sempre um esquema no espaço, quer pessoal, quer do lugar onde vive. O espaço frontal normalmente é, essencialmente, visual. É muito mais vasto que o espaço traseiro e tem ainda mais luz. Para além disso, em termos temporais, o espaço frontal é percebido como futuro, representa dignidade e pede aos forasteiros a admiração, o respeito. O lado direito do mesmo espaço, representa o que é alto, o que é sagrado, o princípio de toda a actividade humana.

Por aqui vemos que para as pessoas, o espaço e o tempo estão em íntima conexão. Quando as pessoas se ligam a um lugar e têm objectivos na vida criam sempre uma estrutura espaço-temporal. A inexistência das referências espaciais que criam o sentido de ordem e as do tempo que regulam o sustento e as relações das vidas humanas, proporcionam a ruína do próprio cosmos das pessoas que vivem no lugar e a indecisão e o entorpecimento desencorajadores da consciência e da lealdade pelo lugar.

Assim, pensamos que a porta de Évora é a porta principal da cidade. Localiza-se "*junto à torre de Menagem*" (Mestre, *ibidem*), que, por sua vez, assenta sobre vestígios do castrum celta (VIANA et al. 1950, pág.48) e o centro da cidade seria (onde actualmente se situa a praça da república) um espaço onde se situaria um templo romano importante (*ibidem*).

Aliás FERREIRA (1989) admite que o espaço da Praça da República corresponde ao Forum local e teria a mesma dimensão do Forum de Pompeia (pág.14).

Estes símbolos arquitectónicos eram altamente visíveis e de grande significado para os seus habitantes e também para os que pertenciam a outros lugares. Beja era concerteza uma cidade planeada e a arquitectura de então, para uma sociedade sem instrução formal seria a chave para compreender a realidade da época e para refinar o sentimento de pertença das pessoas a esse lugar.

No entanto, o grau de visibilidade de um lugar não depende só da sua arquitectura, dos acontecimentos marcantes, da propaganda que os grupos exteriores fazem dela.

Depende também das pessoas marcantes que ajudaram a promover a identidade do lugar.

Recorremos de novo a Viana (1944) que fala de personagens como Márcio Piero e Caio Julio, como magistrados merecedores de "*memória pública*" (pág.11).

Pouco sabemos da vida quotidiana da população na era romana, mas pensamos que teria os seus rituais e festivais. Os templos eram centros de celebração do sagrado e do profano. Deveria também ter os seus jogos, os seus dramas públicos, os aniversários comemorativos. Por outro lado, a construção dos templos e das casas das classes mais abastadas motivava um grande entusiasmo da comunidade pois as pessoas projectavam nessas iniciativas, as suas necessidades, mas também o desejo de promoção da cidade.

1.2 - Do domínio visigodo e árabe ao período da Reconquista.

A partir do domínio visigodo assiste-se, lentamente, à decadência da cidade de Beja. Do século V ao século VIII processa-se uma quebra do comércio marítimo e terrestre, determinante na falta de progresso da região de Beja e das populações ao longo do Guadiana. Por outro lado, as lutas religiosas, a implantação do cristianismo pelos visigodos, determinaram o fim das classes abastadas que viviam com uma imensa população trabalhadora nas "*villas*" romanas. As explorações agrícolas entram em ruína e a população concentra-se em torno da cidade de Beja.

A cidade perde a designação de Pax Julia e passa a ser designada de PACA.

Ainda lhe é atribuída a sede episcopal (Delgado, pág.84), mas os centros hegemónicos segundo Viana, transitam para Sevilha, Évora, etc.

Na perspectiva de Viana, em relação à arquitectura privada e pública há muito menos fragmentos do que na época romana. Pensa-se que já nessa altura, a concentração da população que abandona os campos obriga a cidade a uma expansão urbana. Sabe-se apenas que os visigodos aproveitaram os edificios romanos e teriam construído uma sé no local onde se situa actualmente a Igreja de Santa Maria (Delgado, *ibidem*) já fora dos muros da cidade ou no arrabalde.

Não admira que a cultura visigótica poucas reminiscências deixasse uma vez que apesar de dominar politicamente a cidade, a nível social o domínio

romano era significativo "pela superioridade da sua cultura, da sua técnica agrícola e industrial" (Viana, pág.14).

Mas, apesar desta superioridade, o ideal da vida pública da era romana vai-se perdendo e com ele, a cidade.

Como refere ROUCHE (1989) a alegria de viver "que até aí crescia nas ruas e nos grandes monumentos urbanos, refugia-se nas casa e nas cabanas... o culto da urbanidade desaparece em favor da vida privada." (pág 402) .

Esta conclusão remete-nos para o facto de ao nível da cidade não se ter criado um grupo social com nível de educação e de trabalho capaz de constituir um travão às investidas bárbaras .

Quanto às pessoas marcantes salientam-se as figuras religiosas como Santo Apríngio e Isidoro Pacense que contribuíram para a cristianização da cidade. Segundo Almeida F., citado por Delgado, Isidoro Pacense foi o "único historiador católico da Espanha contemporâneo da entrada dos árabes na Península e testemunha dos primeiros 40 anos da dominação muçulmana" (pág.337).

Que dizer dos sarracenos outros povos que vieram substituir os visigodos na liderança dos destinos da cidade e que lhe deram o nome que se mantém até aos dias de hoje?

Os muçulmanos invadiram a Península em 711 e dominaram o território nacional entre os séculos VIII e XIII da nossa era em especial no Sul. Aqui as influências muçulmanas mostraram-se bem mais vincadas, determinando o vocabulário, a vida agrícola.

Contudo, para Viana, após a derrocada da sociedade hispano-romana a cidade caiu num "estado vegetativo" prosseguido "nos quatro séculos da nova sociedade gótico-árabe." (pág.16).

Mais comedido é Ferreira que considera um "lapso clamoroso" o facto de se ignorar a contribuição do período árabe na feição urbana da cidade, dos seus filhos ilustres nascidos na cidade .

Supõe-se que Beja era uma das 41 regiões que pertenciam ao califado de Córdoba e, durante a influência árabe, cidades como Mértola, Silves, Tavira, gozaram de maior evidência que a própria cidade.

Confrontada com lutas fratricidas entre árabes e entre estes e cristãos a cidade foi pouco a pouco destruída e grande parte da sua população deixou de sentir segurança e bem-estar e assim o sentido do lugar também desapareceu. Muitos bejenses imigraram para o Sul onde nessa época outras cidades floresciam, conforme já referimos atrás.

Pensa-se, pois, que o povo invasor árabe não alterasse substancialmente a feição urbana da cidade. Apesar disso, *"aproveitou as estruturas existentes, adaptando-as à sua maneira de viver a cidade e no caso vertente sacrificou muitas das funções existentes no período romano, em especial os banhos, adaptando-os à habitação"* (Ferreira, pág.15).

Nenhum edifício demonstrativo da cultura árabe perdurou até ao nosso tempo a que não será estranho o facto de, como Borges Coelho faz referência (citado ainda por Ferreira, pág.10) haver um antagonismo religioso profundo entre árabes e cristãos manifestado na intolerância e brutalidade que caracterizava as investidas cristãs, antes da tomada definitiva da cidade.

Se a cidade de Beja no tempo dos árabes estivesse em ruínas não poderia produzir evidentemente filhos ilustres como foram os juristas diversos que teve como, Anés, Albagi, Ben Said, poetas como Almutamide, Abdalláh, linguistas como Albegiani, Albageo, escritores como Hispano Pacense, matemáticos, etc..

Pouco sabemos sobre as festividades árabes que foram transmitidas aos moçárabes de Beja. No entanto parece que foram os árabes que introduziram as feiras e os mercados na cidade. Segundo Mestre, a antiga feira de Beja realizava-se à volta da Igreja de Santa Maria, que foi transformada em mesquita, durante a ocupação muçulmana. Para Mestre, era um hábito a realização de feiras e mercados à volta das mesquitas (pág.73).

Da cultura árabe, para além da língua que nos legou, há fragmentos da sua presença nas artes e ofícios que ainda não foram devidamente identificados.

Com a conquista definitiva da cidade em 1162 fecha-se um ciclo histórico. Até ao século XV a cidade segue novo percurso, pois perdeu os seus meios de identidade que a caracterizaram durante mil anos.

1.3 - Beja: do século XII ao século XVI: a sua reconstrução e ressurgimento.

Como dissemos atrás na nossa introdução, uma cidade não se torna histórica só porque ocupa o mesmo sítio durante muito tempo. É necessário que os acontecimentos sejam memorizados através dos seus textos, que são as construções, em especial quando a comunidade é iletrada. Por conseguinte,

quando estamos perante as ruínas, os sentimentos e as emoções colectivas perdem o sentido de identidade e de dignidade perante os grupos de fora.

A cidade de Beja perdeu as suas regalias políticas e administrativas e só passados quase 400 anos recupera o seu estatuto de cidade.

Este tempo histórico que medeia entre a tomada definitiva da cidade e o início do século XVI dá-nos a ideia, da magnitude do ódio e da intolerância cristã, no seu percurso de ascensão política e económica na Península manifestado na destruição da cidade e no preconceito existente em lhe restaurar a dignidade.

Este período da feudalização caracteriza-se por uma privatização do poder, isto é, os direitos do poder público fragmentam-se através das grandes casas que constituem pequenos estados soberanos. Uma nova nobreza reconstitui-se e as replicas das "*villas romanas*" surgem pouco a pouco nos arredores da cidade. A cidade perde no início do feudalismo as suas funções político-administrativas, quebra os laços com o campo, cede a dominação social aos senhores feudais e deixa de haver justificação segundo CASTELLS (1984) "*para a existência de cidades, excepto eventualmente para apoio da autoridade eclesiástica ou para a colonização de regiões fronteiriças*" (pg. 94).

O reerguer do lugar é um processo lento, iniciado por D. Afonso III que, não só inicia a sua reconstrução, como ainda procura repovoá-la. Eleva-a a vila por foral no ano de 1234, foral que lhe é de novo atribuído no reinado de D. Dinis em 1308.

É natural que durante o período dos diversos reis, estes atribuíssem algumas torres a uma pequena nobreza, ou a alguns cavaleiros merecedores de confiança do rei, assim como a gestão do agregado à volta das torres. Por sua vez, as ordens religiosas assumem um papel importante no incremento de Beja, pois conseguem do poder político autorização para a construção de templos e mosteiros, proporcionando à população meios de subsistência.

Os judeus também eram muito protegidos pela realeza destacando-se em profissões de elevados conhecimentos (Viana et alg, pág. 62).

Mas é no século XV que a alta nobreza faz assento em Beja. Será através de um irmão do rei Afonso V, D. Fernando, a quem foi doado pelo rei as vilas de Serpa, Beja e Moura. A fixação do nobre e do seu séquito marca o início de "*uma outra época de esplendor à multiseccular rainha da Planície*" conforme refere Viana (pág.23). Um pouco mais tarde o futuro rei João II, ainda como príncipe é colocado nesta cidade.

Estão criadas as condições para a revitalização da vila de Beja que ascende tacitamente a cidade ainda no tempo de D. Manuel mas só em 1521 ascende formalmente a esse título, através de João III.

Finalmente, e antes do período castelhano, o cardeal D. Henrique cria o celeiro comum, visando defender os interesses dos lavradores e dos consumidores, instituição que perdurou até ao princípio deste século.

A nobreza e as ordens religiosas, sem esquecer evidentemente alguns cavaleiros promovidos pela nobreza entre os cidadãos, por lealdade e amizade, imprimiram de facto, novo impulso à cidade, que adquire algum perfil no contexto das cidades portuguesas, mas sem a importância e o poder que tinha no tempo dos romanos.

De acordo com Viana durante este período assiste-se "*a uma ampliação da zona urbana, intra-muros*" (pág.24) como a abundante arquitectura civil e estatal testemunha, em especial a adaptação que o estilo "*manuelino*" fez do gótico.

Quer na alta Idade Média, quer Na Idade Média Tardia, o acto de construção era um assunto muito sério.

Construir, era um acto religioso, em que os sentimentos e pensamentos das pessoas estavam, na perspectiva de Tuan "*profundamente empenhados... No século XVI uma obra arquitectural dedicada a Deus podia ainda inspirar nos trabalhadores e no povo um fervor que hoje achamos incompreensível*" (a, pág.106). A construção de uma catedral levantava o entusiasmo de uma vasta comunidade de crentes.

Os arquitectos desta fase tinham muito melhores meios de construção podendo ter bastante liberdade de escolha em termos de design. Por sua vez a alta nobreza por arrasto, deixou-se levar por esta "*megalomania*" dos arquitectos da Idade Média.

Entretanto o espaço arquitectural revela-se e educa. Os quadros que narram a história de Jesus ou da Bíblia, o púlpito, os santos, a água benta, a cruz, faz com que a Igreja, a Catedral, como um todo, constitua, para quem nela entre, o simbolo do paraíso.

Como a maioria dos espaços arquitecturais são religiosos a reflexão sugere-nos que a religião pode vincular as pessoas aos lugares, isto é, encoraja nos devotos um forte sentido do passado, da tradição e da continuação do lugar, protegê-los e recompensá-los.

Salientam-se como obras de destaque deste período, a Torre de Menagem no tempo de D. Dinis e o convento de S. Francisco, mandado construir pela Rainha Santa; D. Fernando preocupado com a segurança de Beja

manda restaurar a muralha; o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição; a ermida de Santo André e de Santa Maria no tempo de D. Manuel I, que ainda iniciou a construção do Hospital Grande de Nossa Senhora da Piedade, naquele tempo um dos maiores do País; e, finalmente no século XVI os conventos de Nossa Senhora do Carmo, e Nossa Senhora da Esperança.

No seu conjunto, a cidade, que manteve a mesma fisionomia do século XV ao século XVIII, foi sempre uma cidade de lavradores, quer tivessem sido nobres ou não. As suas residências, "*embora amplas, pouco valor arquitectónico tinham*". (Delgado, pág.98) Em toda a cidade, composta por cerca de 1200 habitantes que faziam dela a 5ª povoação em população ao sul do Tejo (Viana et al, pág.56) havia também "*hospedarias e estalagens e acomodações para o gado. Portas adentro, intra-muros, pululavam as lojas de mercadores, os lagares de vinho e de azeite, as atafonas e os fornos públicos*" (Delgado, ibidem). Havia também numerosos artífices, mantendo hoje algumas ruas os nomes dos ofícios prevalentes neste período, que acabámos de citar. Havia também manufacturas de tecelagem, de calçado, de curtimento de peles.

Dentro da muralha conviviam, de acordo com as diferentes funções, lavradores, comerciantes, artífices, fidalgos, cavaleiros, escudeiros, pastores, almocreves, padres, frades e freiras, escravos, mouros, pretos e ciganos.

Durante estes séculos a área da cidade não apresentou aumento sensível, pois, no começo do século XVI tinha fora das muralhas, apenas os pequenos bairros denominados Arrabalde de S. Francisco e das Carretas, aquele junto do convento de S. Francisco, fundado em 1268.

Nestes arrabaldes viviam os "*mouros urbanos*" (SERRÃO e O. MARQUES, 1986, pág.33) a princípio artífices e mais tarde ("*devido às dificuldades ao livre florescimento do trabalho mouro*") (idem, pág.115) assalariados rurais, até ao seu desaparecimento como grupo étnico.

A minoria judaica, grupo étnico pouco dado a miscegenação vivia numa judiaria, situada no centro da cidade "*nas áreas de mais intenso desenvolvimento mercantil e artesanal*" (Serrão e O. Marques, pág.35) e que no reinado de D. Manuel I viviam na praça com o seu nome e que actualmente se denomina Praça da República.

As pessoas marcantes deste período foram, Santo Atto, S. Sesinando, André de Gouveia e Diogo de Gouveia, professores universitários no estrangeiro, Rainha Dona Leonor, Frei Amador Arrais e Diogo Fernandes de Beja.

Em relação às festividades, feiras e mercados marcantes salientamos, segundo RIBEIRO (1847) o estabelecimento da feira de Beja de 1 a 16 de Agosto, por determinação do rei D. Manuel (pág.63), as touradas, as festas de S. João.

1.4 - Do século XVII ao século XIX

A decadência da cidade de Beja que se vinha acentuando a partir de meados do século XVI, aprofunda-se com a saída da nobreza para a capital, para a Índia e Brasil, com a morte de muitos cavaleiros em Alcácer Kibir e com o empobrecimento generalizado do país durante a ocupação de Castela.

No entanto, durante todo o século XVII praticamente a cidade não sofreu incursões de Castela.

Durante o século XVIII o ouro vindo do Brasil, em pouco beneficiou a cidade, excepto, a melhoria de alguns templos e de casas de nobres. De resto, este século decorre calmo e sossegado conforme refere Viana (pág.27).

Mesmo no século passado, as Invasões francesas "*não se fazem sentir em Beja*" (Viana, pág.29) excepto algumas incursões punitivas realizadas pelos franceses quando eram molestados.

A própria nobreza esteve sempre mal representada, pois o restabelecimento do ducado de Beja só é concretizado em meados do século XIX (em 1842 segundo Ribeiro, pág.25).

Durante o período da guerra civil o vazio político criado pelos liberais e pelos absolutistas criou um clima social de grande anarquia dificilmente controlado pelas autoridades.

A partir de 1840; a criação de escolas na cidade, no prosseguimento da política trazida pela revolução liberal que visou "*garantir instrução a todos os cidadãos*" (O. MARQUES, 1986, pág. 126), apesar das tentativas absolutistas em as encerrar; a inauguração da linha de caminho de ferro (1862) como forma de concretização da política do fontismo, que "*pretendia modernizar o País mediante um programa de melhoramentos materiais que punha em relevo os aspectos dos transportes e comunicações*" (O. Marques, pág. 89) infraestruturas essenciais na criação de condições para a difusão de meios de comunicação (imprensa); a construção de edifícios públicos, a construção de estradas de acesso à cidade; o alargamento das ruas, permitiu à cidade romper com o seu isolamento social e político.

O panorama dos sectores de actividade era o seguinte, segundo Ribeiro (pág.58 e seg.)

- *"a indústria agrícola está sumamente atrasada..."*
- *"...desgraçadamente porém, afora algumas officinas de ourives, e de marceneiros, duas fábricas de solla, algumas de tijolo, telha e cal e louça de grosseiro barro, nada mais se pode mencionar, que não sejam os trabalhos triviaes de todos os povos - quando ainda pouco desenvolvidos."*
- A condução de géneros para Lisboa e outros povos era demasiado onerosa. Para além disso, *"as ruins estradas, o nenhum espírito de associação, e a falta absoluta de industria, são parte para que o commercio de Beja não alargue os braços, mas se conserve n'uma situação estacionaria"*.

Os progressos da cidade, sob o ponto de vista urbanístico nos séculos XVI e XVII foram de longe inferiores aos verificados nos dois séculos anteriores (Viana, pág 28) e segundo FONSECA (1966) *"ainda em 1850 Beja mantinha o mesmo aspecto, apertada dentro do forte cinto amuralhado. Conservava, as costumadas características de todas as povoações medievais, com as suas ruas estreitas - devido à falta de espaço, por limitado pelas muralhas, ou talvez, também pela necessidade de sombras, para defesa dos grandes calores do Estio -, os seus terreiros, em frente dos adros das igrejas; os seus conventos... alguns destes extramuros, com a s suas hortas..."* (pág.3 e 4)

A partir de 1850, a criação e o desenvolvimento de algumas infraestruturas na cidade, *"obrigam a rainha da Planície a romper sua quasi bimilenar cintura couraçada"* (Viana, pág.30). Nos últimos anos do século passado os velhos bairros exteriores que existiam desde há séculos expandem-se começando pela área do lado da estação do caminho de ferro, depois pela zona das Carretas (Largo de Santo Amaro, Rua de Lisboa, etc) e a da via de Mértola. Conforme remata Viana *"depressa estes aglomerados urbanos se ligaram uns aos outros envolvendo por completo a veneranda baliza de Pax Julia"* (pág. 30).

Contudo estas mudanças na cidade deram origem à destruição de alguns espaços arquitecturais (convento da Conceição, o palácio dos infantes e o convento da Esperança, alguns cortes nas muralhas e nas torres).

Apesar de a cidade apresentar um desenvolvimento pouco significativo no decorrer destes séculos não deixou de ter as suas figuras ilustres que de

algum modo ajudaram a fortalecer o sentido de ligação ao lugar por parte dos seus habitantes.

Assim, tivemos Mariana Alcoforado, que se tornou célebre pela atribuição da autoria das *"Lettres portugaises"*, José Agostinho de Macedo, escritor, político e religioso, Felix Caetano da Silva, autor de vários manuscritos sobre Beja, sua cidade natal.

É de salientar também, que a comunidade judaica em 1725 chegou a manter uma academia de Medicina, que funcionava como centro de formação de médicos e de cultivo de literatura (Viana et alg. pág.62).

Relativamente aos rituais e festividades mais significativos nestes séculos e que de algum modo ajudam a determinar a singularidade de um lugar como o de Beja, podemos dizer, que é no século XIX que as grandes festividades acontecem, a que não será estranho o facto de quase todas as figuras reais terem visitado a cidade no decorrer deste século.

A essas figuras reais a população bejense demonstrou grande hospitalidade. Prestaram-se também grandes homenagens a figuras bejenses regressadas das campanhas do Ultramar.

Nos terreiros, em frente dos adros das igrejas realizavam-se cerimónias oficiais *"ou corriam-se toiros"* (Fonseca, pág.4).

A feira de Beja, apesar de no século XIX ter perdido a sua grandeza não deixou de se realizar todos os anos (embora por períodos de 6 dias). Em anos de grande abundância de colheitas, trazia até ela lavradores do Alentejo, Algarve e Lisboa, assim como negociantes e artistas. Além disso realizava-se *"todas as terças feiras um mercado em Beja no Largo chamado da Feira, ao qual acode muita gente das vizinhanças, e até de pontos mais distantes..."* (Ribeiro, pág.65).

No que diz respeito às festas, a mais notável, segundo Ribeiro, era a do Santissimo Sacramento em que *"vinham a Beja os mais afamados pregadores de todo o Reino - ricas armações de Igreja se mandavam buscar a Lisboa e de lá vinham os melhores músicos"* (pág. 66) festa essa que se prolongava por três dias. Para além dessa festa realizavam-se as festas de S. João e de S. Pedro em que *"de espaço em espaço erguia-se um mastro"* permitindo aos moradores deixarem *"o retiro das suas casas, para percorrerem a cidade e gozarem os encantos de um passeio sem igual"* (ibidem).

O cante alentejano como fruto das escolas de canto popular iniciadas em Serpa no século XV pelos frades da Serra de Ossa (MARVÃO, 1982, pág. 447) e depois divulgado pelas restantes terras do distrito, transforma-se numa tradição popular. Cantado geralmente por homens está presente, nos

casamentos, romarias, no trabalho e atinge no século XIX a sua máxima expressão, não tendo a partir dessa data alterado as suas características fundamentais.

1.5 - A cidade de Beja no século XX

Proceder a uma caracterização histórica da cidade de Beja no século XX torna-se difícil na medida em que há muito poucos trabalhos neste domínio. Por isso, vamos ter como referência na nossa síntese ARGEL e MARQUES (1991) com quem vamos tentar abordar a cidade e as suas freguesias, nas vertentes, económica, política, urbanística, acontecimentos e pessoas marcantes, festividades, etc.

Até 1950 a cidade conhece uma evolução lenta, pois, até esta data, o sector de serviços está pouco desenvolvido e o sector industrial mantém-se incipiente. Quando muito, há uma indústria de manutenção da actividade agrícola, que é a dominante, quer no distrito, quer no concelho.

O caminho de ferro do Alentejo e Algarve concluído em 1906, os ramais que partem da cidade de Beja, infraestruturas importantes não são acompanhadas por um movimento de mercadorias e de passageiros, devido ao local onde foram colocados os apeadeiros e estações, ao preço de transporte de mercadorias e à estagnação do desenvolvimento económico.

A estagnação da economia entre 1911 e 1920 reflectiu-se na evolução da população residente. Até 1911 o ritmo de crescimento da população foi lento e de 1911 a 1920 há até uma estagnação da população residente. A crise económica internacional, a emigração, as epidemias, as consequências da participação na guerra mundial de 1914 são uma resposta a esta estagnação populacional. A cidade de Beja, que no ano de 1911 tinha 10113 habitantes em 1920 possuía apenas 10521. O campo, mesmo protegido pela Lei dos Cereais não vê aumentar a sua população residente. No entanto, a emigração, as epidemias, a guerra, elevaram um pouco as condições de vida dos assalariados em virtude da falta de mão de obra.

De 1920 a 1950, segundo Argel e Marques a população citadina acusa um ritmo de crescimento acelerado com 12.985 habitantes em 1930 segundo O. Marques (pág.290) e 13695 em 1940 segundo Argel e Marques.

A crise económica mundial, a 2ª Guerra Mundial, afectam o país "*moderadamente*" segundo O. Marques. Apesar do contexto mundial, os preços

dos bens de consumo baixaram e a política de obras públicas do Estado Novo impede que o desemprego alastre. Efectivamente, o Estado Novo leva a efeito nestas duas décadas uma política infraestrutural semelhante ao fontismo e com vista ao desenvolvimento da economia, quer na construção de edifícios publicos (tribunais, hospitais, liceus) bairros sociais e estradas (13.000 Km de estradas em 1920 e 26.000 em 1950).

No entanto a política agrícola nacionalista visando a autosuficiência de cereais, que mobilizou muita população agrícola, não foi compensada pela exportação a preços compensadores. Além disso, a fraca produtividade por área semeada e a absorção da produção pela população do país que cresceu significativamente ao longo dos dois decénios, deitou por terra a campanha do trigo governamental.

A cidade de Beja de 1920 a 1940 regista uma evolução da população, mas pertence ainda às populações rurais o maior aumento populacional devido à política governamental que acabámos de citar.

A política infraestrutural do governo teve naturalmente algum impacto no concelho e em especial na cidade. A construção de edifícios públicos aumenta (Liceu em 1936, Correios 1939, Governo Civil e Banco de Portugal em 1948, o Palácio da Justiça em 1951); são construídos bairros de características populares ("*casas económicas*" construídas pelo Estado e em colaboração com os municípios e organismos corporativos; as "*casas de renda limitada*" e as "*casas para famílias pobres*" - conforme O. Marques, pág. 488). Na sequência desta política habitacional são construídos os bairros da Apariça em 1942, o Bairro Salazar em 1949, Bairro de Nossa Senhora da Conceição em 1951 e em 1960 o Bairro das Caixas de Previdência este surgindo na 2ª fase "*do contexto das urbanizações do Estado Novo*" (Argel e Marques, pág. 31).

Por sua vez, a burguesia rural, a grande beneficiada da política da campanha de trigo do Estado Novo procura fazer a sua representação social no contexto urbano através da construção de casa senhoriais. Esta burguesia rural e os seus descendentes constroem nas estradas de Mértola e Salvada vivendas magníficas.

Entretanto, a política de Obras Públicas do Governo do Estado Novo, veio de facto, proporcionar algum desenvolvimento do País nos anos 50 e 60, em especial, na indústria têxtil, química básica e de refinação e dos grupos económicos respectivos, que rapidamente monopolizaram o poder económico do país.

O desenvolvimento industrial proporcionou ao operariado algumas condições de sobrevivência, mas, o mesmo não se passou nos meios rurais. No Baixo Alentejo concretamente, a política do Estado Novo protegeu os latifundiários; *"pela fixação artificial dos preços do trigo e outros cereais, tornava rendoso o seu cultivo em larga escala; contenção firme das reivindicações campestinas; política de jornas baixas; recusa de quaisquer modos de reforma agrária; impostos pouco elevados"* (O. Marques, pág. 482). O Baixo Alentejo estava assim entregue a autênticos senhores feudais na Agricultura.

Se algumas medidas paliativas foram convencendo alguns trabalhadores rurais a permanecer no campo, grande parte migrou para as zonas urbanas de Lisboa, emigrou para o estrangeiro, ou procurou viver em zonas urbanas mais próximas.

Por sua vez, as infraestruturas e a reforma administrativa levadas a efeito por todo o lado pelo Estado Novo, proporcionaram em meios como Beja a formação de um operariado ligado à indústria de manutenção e de apoio a serviços e de uma burguesia de Estado que se apropriou de aparelhos de exercício do aparelho de Estado (tribunais, repartições, etc.).

Como consequência destes acontecimentos, o Comércio também floresceu, assim como o sector Terciário.

De 1960 a 1981 a estrutura da população activa do concelho sofre grandes mudanças. O sector primário que em 1960 ocupava 58.8% da força de trabalho do concelho, representa em 1981, apenas 19.9%. Houve um decréscimo também na indústria transformadora, sem capacidade tecnológica e competitiva para singrar (de 10.9% passou para 8.2%). Também o comércio passou de 7.0 para 17% e os serviços à colectividade (Bancos, seguros, serviços administrativos, serviços pessoais e domésticos, serviços de saúde e pensões, transportes e comunicações) passam de 26 para 60% da população activa do concelho.

Como consequência da estagnação do desenvolvimento da agricultura e das condições de vida da população que vivia nas freguesias rurais, de *"1950 a 1970 a população do concelho decresce rapidamente"* (Argel e Marques, pág. 20) e *"de 1970 a 1981 a população rural continua a decrescer... A partir de então a população da cidade apresenta um ritmo de crescimento quase exponencial.... Actualmente, é a cidade que marca o ritmo da evolução demográfica do concelhia"* (ibidem). Assim, as freguesias urbanas do concelho de Beja que em 1940 tinham uma população residente de 13695 habitantes, em 1960 e 70 tinham mais de 18.000 e em 1981 tinham 58% da população do concelho, isto é, 22.193 habitantes.

Saliente-se que chegam, provenientes de outros concelhos e do estrangeiro mais de 3000 pessoas. Nos últimos anos é sugerido, através do P.D.M. de 1989 haver um crescimento real superior ao natural na cidade de Beja, que se deve *"sobretudo à população vinda de fora do concelho"* (P.D.M.1989, relatório nº2, pág. 12). Ainda em 1991 segundo dados provisórios do INE em relação à população residente no concelho, constata-se que as estimativas ficaram aquém das que nos sugerem os resultados previstos pelo P.D.M. de 1989 pois, assiste-se não só à diminuição da população do concelho, como da própria cidade. As freguesias urbanas, que em 1981 tinham mais de 22.000 pessoas, em 1991 tinham apenas 20005 e, a população do concelho, que era de 38246 em 1981, em 1991 tinha uma população residente de 35007 habitantes.

O crescimento da cidade como resultante do fluxo migratório interno, está a verificar-se em todos os sentidos. A zona especial que compreende a do Centro Histórico da cidade está sujeita a um esforço de reabilitação de acordo com o espírito do P.D.M. local (pág. 27, relatório 24) visando combater a tendência para o seu despovoamento a favor do crescimento de zonas de serviços. Para além desta zona especial e a consolidada, as zonas habitacionais de expansão em curso de iniciativa pública, como sejam as construções em curso de 500 fogos pela Cooperativa de habitação *"Lar para Todos"* o Bairro Nossa Senhora da Conceição (já construído) e as zonas habitacionais de expansão em curso de iniciativa privada de que destacamos para Nascente, a Urbanização Campos Viana, Urbanização dos Falcões, urbanizações do Ciclo, a sul do campo da Feira, Urbanização Mira Serra, vão envolvendo a cidade a Nascente e a Poente. Em relação às zonas de expansão aprovada ou em estudo e que à data actual estão em edificação, elas encontram-se a Poente, como o Instituto Politécnico, o complexo desportivo e a 5ª fase da Cooperativa de Habitação Económica *"Lar para Todos"*.

Relativamente às zonas industriais que se situam a Norte da cidade, face à sua exígua industrialização bem como a do concelho e ao falhanço da expectativa da cidade em ver deslocada para si uma unidade industrial básica, não se justifica, segundo o P.D.M. *"a consignação de mais áreas para aquele efeito"* (P.D.M. 1989, pág. 34, relatório 24).

Finalmente, no que diz respeito às zonas verdes de uso colectivo, há um esforço contra a tendência de oferta excessiva de habitação e de área correspondente em urbanização *"em relação às necessidades e potencialidades para curto e médio prazo"* (citação de Argel e Marques, pág. 32) em as desenvolver e proteger, tendo como pressuposto *"as condicionantes próprias da área, a riqueza dos*

solos e a permanência da sua utilização para fins agrícolas" (P.D.M., pág. 35, relatório 24).

No que diz respeito à Informação, esta entendida como forma de apropriação de conhecimentos, a partir da década de 80 assiste-se ao desenvolvimento de extensões universitárias, escolas superiores, proporcionando à cidade uma dinâmica que complementa a que está ligada ao mundo do trabalho. No entender de Argel e Marques os técnicos formados pelas escolas superiores devem ser da própria região e o ensino ministrado deve ter em conta a sua própria especificidade.

Entre os acontecimentos marcantes deste século na cidade de Beja temos o assalto ao Quartel de Beja organizado pela oposição ao regime do Estado Novo em 1962, a instalação da Base Aérea Alemã com conseqüente colocação de população alemã, a presidência Aberta em Beja no ano de 1987 com a presença do Presidente da República, Mário Soares.

Em relação às feiras e festividades, mantêm-se a tradição da grande feira de Beja que se realiza na primeira quinzena de Agosto de cada ano. Na perspectiva de Argel e Marques, *"para a população rural a feira ainda reveste uma certa importância, quer por aquela se encontrar mais distante dos centros principais de abastecimento, quer por dispor de produtos para transação... quer por a magia da feira e a ideia de festa se terem conservado mais no meio rural"* (pág. 125). Para além desta grande feira de Beja há a *"Feira de Maio"* que difere da de Agosto, pela dimensão (muito menor).

Para além das feiras existem os mercados quinzenais no mesmo local, embora sem a *"componente lúdica"* (ibidem, pág. 126), característica das feiras. Quanto a festas, apenas as freguesias rurais as promovem actualmente.

Entre as figuras importantes da cidade ou do concelho durante este século, temos a distinguir Mariano Feio investigador, Licio Godinho, Renato Coelho, professores universitários, Mira Galvão, Belard da Fonseca, Manuel Joaquim Delgado, o poeta Mário Beirão e o arqueólogo Abel Viana, Fernando Mamede, atleta olímpico, recordista mundial de pista em atletismo, D. Sebastião Leite de Vasconcelos, etc.

O concelho de Beja chega ao declinar do século XX com a cidade, a querer preservar os seus barros, tentando limitar a expansão urbana, cuidando da sua história. Ao mesmo tempo, procura definitivamente ultrapassar a situação de impasse económico e social. Este processo exige a reconversão da agricultura alentejana, responsável pelo marasmo económico e social da região através de:

- " uma alteração nas culturas de sequeiro;
- aumento do cultivo de leguminosas inseridas nas rotações de cultura e introdução de novas espécies;
- desenvolvimento de culturas para fins não alimentares nas terras marginais e desenvolvimento da caça, articulada com o turismo rural;
- optimização de recursos hídricos existentes através de bolsas de horticultura intensiva" (ECOFORUM, 1987, pág. 27).

No domínio do turismo o concelho, pelo seu património histórico-cultural e por possuir terras marginais adequadas para o turismo rural, tem potencialidades elevadas, em especial no desenvolvimento do turismo de "curta duração" (ibidem, pág. 30).

A nível industrial há potencialidades para o desenvolvimento da indústria rural que funcionaria como primeira escola de desenvolvimento de uma classe empresarial e de uma mão de obra qualificada necessária para o desenvolvimento de outras indústrias, que já tenham como objectivo mercados supraregionais. Estas últimas já seriam de maior dimensão (ex; indústrias de produção de óleos e de matérias intermédias para as rações). Seria importante para este nível de realização industrial cativar empresários e investimentos.

O aeroporto de Beja, até agora confinado a objectivos não produtivos poderá ser utilizado para fins civis que implicaria o seu uso para transporte de mercadorias (e para isso poderia até funcionar sinergeticamente com o porto de Sines) e para fins turísticos, constituindo alternativa aos aeroportos de Faro e de Lisboa.

Esta estratégia de desenvolvimento implica forçosamente a realização de programas que proporcionem formação de quadros intermédios e de elevado potencial e, subjacente a eles, a criação de organismos que coordenem e orientem as acções programáticas.

É evidente que as estratégias a implementar no sector primário e secundário, são extensivas ao sector terciário, mormente o sector de serviços, com aumento de serviços de hotelaria, melhoria de serviços de transporte visando maior acessibilidade às áreas periféricas do distrito, programas de animação cultural e recreativa, etc.

Pensamos que a palavra de ordem para a população jovem que em breve vai entrar no circuito de produção de informação e de artefactos será, como propõem os peritos (Ecoforum, pág. 39),

"EM BEJA QUALQUER PROBLEMA HUMANO PODE SER RESOLVIDO"

Conclusão da Secção

A cidade de Beja durante cerca de 400 anos (até ao século V) constituiu um entreposto chave do Império Romano na Lusitânia.

A partir da queda do Império a importância da cidade começou a decair pois os seus sucessivos ocupantes, Visigodos e Mouros, criaram outros entrepostos e limitaram-se a gerir uma cidade já planeada e construída, sem lhe acrescentar referências, símbolos, significativamente relevantes que a fizessem crescer em termos de proeminência e visibilidade. No entanto, tiveram o cuidado de preservar o estilo, a cultura da cidade.

Quase totalmente destruída durante a luta centenária que opôs os cristãos e muçulmanos, perdeu o seu estatuto de cidade, que só o retomou passados quase outros 400 anos, (em 1521) quando a nobreza lhe confere o grau de ducado. Até esta data a cidade nunca ultrapassou de uma forma vivida e experienciada, as muralhas que foram construídas mil anos antes e, em meados do século XVI possuía pouco mais de 1000 habitantes.

Quase ao mesmo tempo que assume o estatuto de cidade, retoma a sua decadência económica e política, que só é estancada definitivamente em meados do século XIX.

A partir desta data, o liberalismo e mais concretamente o fontismo e mais tarde o novo fontismo representado no Estado Novo, criam infraestruturas, primeiro de transportes e comunicações, mais tarde de serviços.

A partir de meados do século XIX a muralha milenar é "derrubada" definitivamente e uma primeira cintura urbana é construída à volta dela e que termina no início da década de 1960.

A partir de meados desta década novas áreas de expansão são criadas, devido, à criação da Base Aérea de Beja, à colocação de uma legião de funcionários públicos que vão justificar a criação das infraestruturas e dos aparelhos de exercício do aparelho de Estado, ao abandono do campo pela população activa rural, ao fracasso da campanha do trigo. Na sequência, é criada uma ampla rede de comércio e serviços. Assim, no fim da década de 80 uma nova cintura da cidade é formada, com sacadas viradas para um solo de barro de elevado potencial agrícola.

Arruinada uma aristocracia rural no fim da década de 50 sob o ponto de vista económico e no início da década de 70 sob o ponto de vista político, uma nova fracção da burguesia de Estado tenta dar rosto à cidade. Com a sua

filosofia "fundamentalista" tenta preservar e reanimar a cidade histórica adentro e fora das muralhas. Outra fracção da burguesia mista de Estado, mais tecnológica e apostando nos grupos humanos, tenta criar as condições ecológicas para um "desenvolvimento autosustentado" (Argel e Marques, pág. 135) e que não ponha em risco, quer a cidade histórica, quer, ainda segundo os mesmos autores, "a qualidade ambiental, dado que, sob este ponto de vista, Beja e a sua envolvente são das regiões mais ricas da Europa" (ibidem). A aposta maior desta fracção é a de que "Em Beja qualquer problema humano pode ser resolvido".

Perfilhamos as motivações do grupo humano que defende a preservação da qualidade ambiental e o desenvolvimento autosustentado.

Efectivamente, há uma crise ecológica resultante da crise de adaptação do ser humano ao ambiente.

Passados mais de 20 sobre o alerta lançado pelo clube de Roma, para os problemas ecológicos derivados de um modo de relação do homem com o ambiente, HOCHLEITNER (1991), presidente do mesmo clube afirma que "o Mundo está numa situação pior que há 20 anos, uma vez que a raça humana, apostada em alcançar o lucro à custa da exploração da Natureza e a uma velocidade estonteante, está a destruir o planeta e a destruir-se a si própria" e conclui que "na sua forma actual de exercício a democracia não é a melhor maneira de resolver os problemas com que deparamos" (D.N. supl.23/9/91).

Parece de facto que as grandes teorias políticas e económicas que levaram a este processo de adaptação do ser humano ao Ambiente, perderam de vez a credibilidade. Conforme refere o novo relatório do clube de Roma "a complexidade e a natureza técnica dos problemas não permitirão aos eleitos pelo povo tomar a decisão certa, no tempo certo" pois as suas actividades e planos visam objectivos a curto prazo, que apenas constituem remendos à política do meio ambiente. Conclui o mesmo relatório que "no mundo que está a surgir na actualidade, o poder de decisão já não pode ser monopólio dos governos e dos seus ministérios que, situados nas cúpulas, estão a trabalhar no vácuo".

O Poder actual, está desproporcionalmente centrado na função chave em detrimento das funções ordenadas em arranjos laterais, impedindo-o de coordenar a sobrevivência humana e a relação com o Ambiente.

Neste momento já não se verifica a homeostase no funcionamento do processo de relação População-Ambiente. As desigualdades económicas e sociais entre países e povos, tendem a aumentar se não for desenvolvida uma estrutura institucional que se apresente como alternativa às estruturas actuais que desenvolveram dependências ruinosas. Há necessidade de uma política

supranacional que vincule as diversas sociedades e organizações a lidarem com os problemas de adaptação ao ambiente, respeitando evidentemente, a individualidade e a especificidade da adaptação dos grupos humanos, assim como o seu grau de consciência perante os problemas materiais.

Por outro lado a noção de que o ambiente biofísico é finito, deve levar-nos, como refere HAWLEY (1986), "*a inventariarmos os nossos recursos*" (pág.110), modelando constantemente e de acordo com os avanços tecnológicos, as suposições do progresso humano e a diminuir os custos de produtividade por unidade de produto além de retirar competitividade no processo de utilização dos recursos que devem ser partilhados por todos os grupos humanos em especial se eles forem limitados. Além disso a mobilidade tecnológica deve intensificar-se de modo a não aumentar a dependência económica de uma sociedade em relação a outras.

É urgente que o sentimento por um lugar, que leva tempo a adquirir, seja registado "*nos músculos e nos ossos*" (Tuan, pág. 184) e que seja também, segundo o mesmo autor, "*uma mistura única de visões, sons, cheiros, numa harmonia única de ritmos naturais e artificiais*" (ibidem).

SECÇÃO 2

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO CONCELHO DE BEJA

1 - LOCALIZAÇÃO

O concelho de Beja tem 1173km², localizando-se no coração da peneplanície alentejana e tem como sede de município, que também é capital de distrito, a cidade de Beja.

Este concelho é limitado; a Norte pelos concelhos de Cuba e Vidigueira; a leste, pelo concelho de Serpa; a sul pelos concelhos de Mértola e Castro Verde, e a Ocidente pelos concelhos de Aljustrel e Ferreira do Alentejo.

Situa-se a sede do concelho a 38° 2' de latitude norte e a 7° 53' de longitude oeste, "sobre um relevo residual de gabro, que atinge 284m no seu ponto de maior altitude" segundo Argel e Marques (pág. 13) (ver fig. nº1)

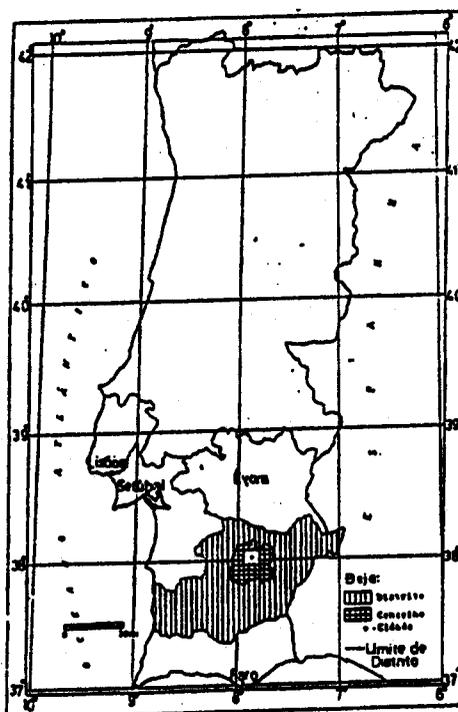


Fig. 1 - Enquadramento Geográfico de Beja

Fonte: RIBEIRO O., LAUTNSACH e DAVEAU S., (1987) - Geografia de Portugal

2 - OROGRAFIA

Em termos geomorfológicos, considerando neste caso específico o relevo e, tomando como linha divisória o rio Tejo, concluímos que a altitude média da parte meridional do País é de 260m (a parte setentrional do país tem uma altitude média de 370m, ver fig. nº 2).

Tal como o Alentejo, o concelho de Beja tem uma peneplanície vasta de onde surgem ondulações. Assim, a Nordeste da cidade até ao rio Guadiana o terreno é mais ou menos ondulado, mas sem perder a uniformidade da peneplanície.

O ponto mais elevado do concelho tem 288 metros de altitude e a cidade de Beja atinge no seu ponto mais elevado a altitude de 284 metros, como já fizemos referência.

A zona Sul do concelho é bastante dobrada com declives fortes, com numerosas linhas de águas profundas, mas em que, também as altitudes não ultrapassam os 200 metros.

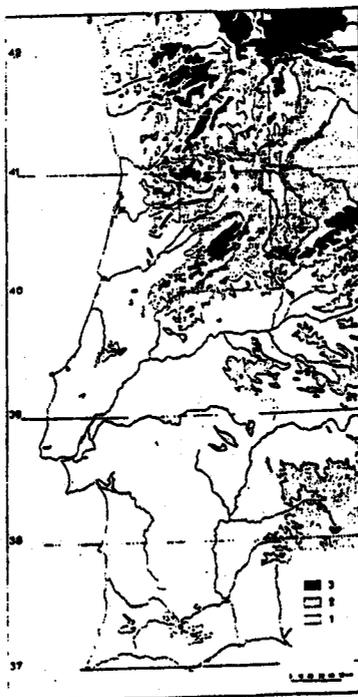


Fig. 2 - Os três andares hipsométricos fundamentais de Portugal. Figura 1 da obra original de O. Ribeiro, 1955, foi substituída pelo mapa 1 de Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, a partir da sua 2ª edição, 1963 (II, 41), porque este cobre também as regiões espanholas vizinhas.
1. altitude inferior a 400 m; 2. de 400 a 700m; 3. superior a 700m.

Fonte. RIBEIRO O., LAUTENSACH e DAVEAU s. (1987) - Geografia de Portugal

3 - HIDROGRAFIA

Tomando como referência os apontamentos municipais, salientamos que o concelho de Beja *"é bastante pobre em águas correntes. Apenas merecem referência além do Guadiana que limita o concelho a nascente, as ribeiras de Terges e Cobres a sul, a de Cardeira que se dirige de Beja até Quintos para depois desaguar no Guadiana, e a de Odearça que parte do concelho de Cuba, passando ailhargada de S. Matias, entroncando no Guadiana, a nascente de S. Pedro de Pomares"* (C.M.B. pág. 7).

Todas as ribeiras secam durante o Verão e, no Inverno, a torrencialidade é episódica.

A diversidade geológica da área do concelho remete-nos para o pressuposto da existência de várias nascentes dispersas pela região.

4 - GEOMORFOLOGIA

Beja é zona de elevado grau de intensidade sísmica, que se encontra na proximidade do epicentro de um tremor de terra. É portanto considerada uma zona sísmica.

O aspecto geomorfológico fundamental consiste no predomínio de vastas superfícies de erosão (ver fig.nº3).

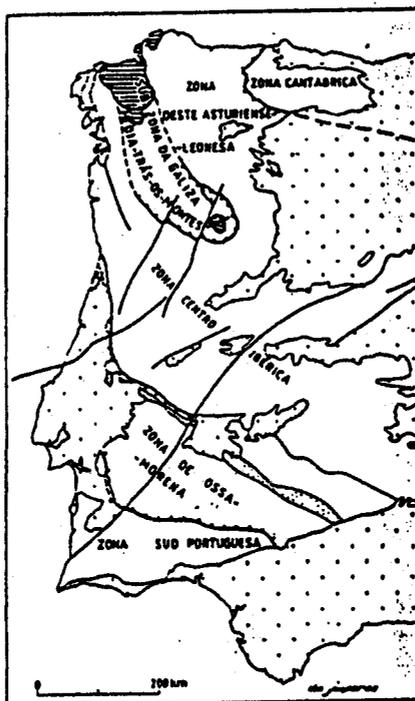


Fig. 3 Zonas paleogeográficas e tectónicas do Maciço Hespérico.
 Segundo A. Ribeiro et alii, 1979 (citado na nota 138).
 A ponteadado largo, a cobertura sedimentar do maciço.

Fonte : RIBEIRO O., LAUTENSACH e DAVEAU S. (1987) - Geografia de Portugal

Trata-se como o afirmámos atrás, de uma vasta peneplanície, invadida nas orlas por diversas transgressões marinhas e fossilizada por detritos continentais de épocas muito diversas, sendo portanto considerada poligénica. A peneplanície "corta indiferentemente, faixas de materiais como, xistos, metamórficos e argilosos, grauvaques, porfírios, granitos e alguns mármore (perto de S. Brissos)" (CMB, 1987, pág. 8), faixas essas, que são niveladas.

5 - GEOLOGIA

Como RIBEIRO (1987) refere, "sete décimos do território português pertencem ao Maciço Antigo Ibérico, bloco de rochas sedimentares, eruptivas e metamórficas anteriores à era Secundária" (pág. 167). Estes terrenos constituem predominantemente, segundo o mesmo autor, "áreas arrasadas, onde apenas os

movimentos posteriores, o jogo de blocos e a diferença de resistência das rochas à erosão introduzem desigualdades no relevo” (pág. 168).

Entre as rochas do Maciço Antigo o granito ocupa a maior extensão. Isso não acontece na região de Beja, embora existam no sector Norte do concelho juntamente com pórfiros, dioritos, gabros, granodioritos. A seguir ao granito o xisto argiloso é a rocha predominante do Maciço Antigo, que ocupa neste concelho, a zona leste da cidade e a maior parte do sul e Nordeste do concelho. Destacam-se também no concelho formações sedimentares do Miocénico e do Paleogénico, estas constituídas por grés e conglomerados de côr rosada e calcáreos. Os depósitos do Miocénico existem na área de Beringel e são constituídos por grés fino com cimento argiloso e calcáreos compactos com leitos delgados.

Em termos metalogénicos, o bloco meridional (ver fig. nº4), do Maciço Hespérico e, concretamente, o andar da Zona de Ossa Morena a que o concelho de Beja pertence, é constituído por jazigos estratiformes de ferro-manganés, vulcano-sedimentares de pirite de ferro cuprífera, embora de concentração pequena.

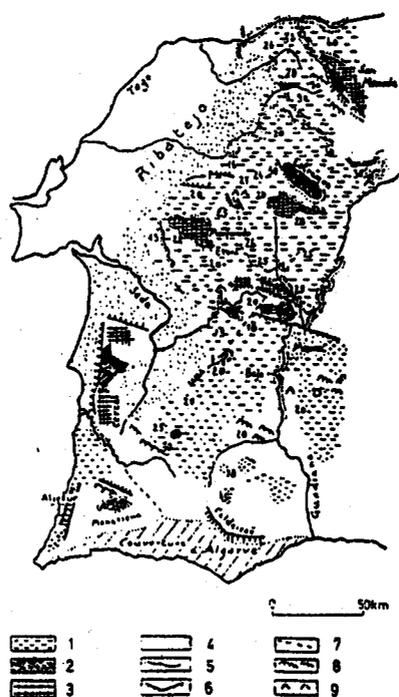


Fig. 4 - Esboço morfológico de Portugal Meridional.
Figura 1 de P. Birot. M. Feio. 1948 (I. 483 a).

Fonte : RIBEIRO O., LAUTENSACH e DAVEAU S. (1987) - Geografia de Portugal

6 - CLIMA

Na opinião de MALVEIRO (1990), "o Alentejo pela sua posição meridional apresenta um clima de afinidades mediterrânicas e continentais. A principal característica é o seu Verão quente e seco". (pág.21). Também, LAUTENSACH (1987), esforça-se por apresentar uma divisão climática do país. Inclui Beja na província continental do sul. Para este autor esta província corresponderia "aos campos de Beja e à Região Transguadiana: Verão quente e Inverno fresco. Precipitação anual: 350 a 500mm; quatro a seis meses secos Humidade do ar relativamente fraca no pino do Verão" (45%)" (pág. 366) (ver fig. nº5).

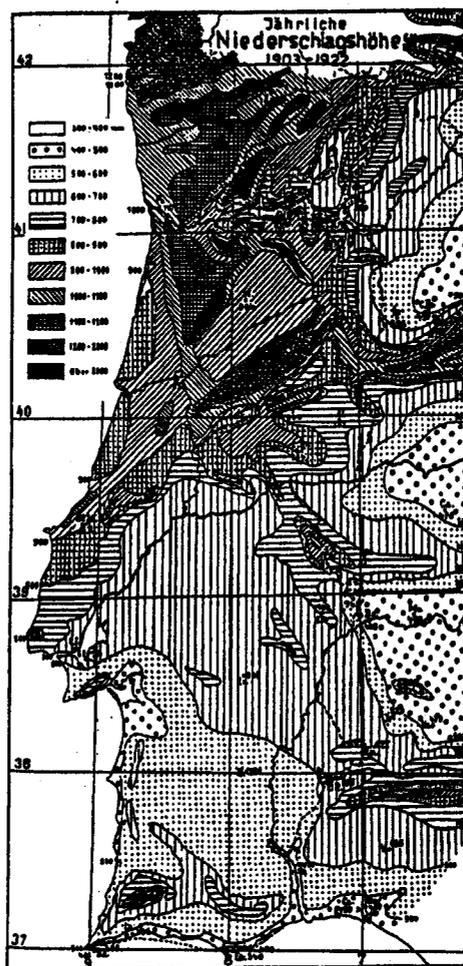


Fig. 5 - Distribuição da precipitação anual média (1903-22).

H. Lautensach, 1932 (I. 217), fig.6.

Escala original, 1:2 700 000

Fonte : RIBEIRO O., LAUTENSACH e DAVEAU S. (1987) - Geografia de Portugal

Tentemos traçar um resumo dos tipos de tempo que temos ao longo dos meses do ano e por estações do ano, respectivamente apresentados por Lautensach e Ribeiro (1987):

Meses de Julho e Agosto:

Nestes dois meses os valores climáticos referentes à chuva e à humidade apresentam um valor mínimo. Sopra o vento Suão, vento muito quente e seco:

Setembro:

Este mês ainda é um mês quente e seco apesar de as temperaturas médias serem mais baixas do que em Agosto a que os dias mais curtos lhe deverão estar associados.

Outubro:

O mês de Outubro é o primeiro mês com características outonais nítidas na região de Beja. A nebulosidade e a precipitação crescem. Os ventos predominantes são o vento de SW que é quente e é chamado de aguadeiro e o de NW, também denominado de pedraceiro.

Novembro e Dezembro:

Estes meses são, na perspectiva de Lautensach "*muito semelhantes*" (pág. 347). Nesta região a precipitação máxima costuma ser no mês de Novembro, ao passo que no Norte é em Dezembro e a região vai-se tornando progressivamente mais fria.

Janeiro e Fevereiro:

Nestes meses os ventos não costumam ser fortes e há em geral poucas nuvens. No entanto a amplitude diária das temperaturas eleva-se. No mês de Fevereiro é costume haver chuvas fortes.

Março:

É um mês menos soalheiro que os anteriores, mas também mais chuvoso. Também há ventos fortes.

Abril:

Neste mês os valores médios de nebulosidade, altura e frequência das chuvas são em geral menores que em Março. Nesta altura os campos de Beja já estão muito aquecidos.

Maiço:

Neste mês, a subida de temperatura é mais rápida que em Abril. As chuvas tornam-se reduzidas no nosso meio, mas também ocorrem trovoadas com mais frequência.

Junho:

Este mês tanto pode sofrer fortes precipitações de chuva, como ainda pode ser já um mês de Verão.

O clima de Beja apresenta contrastes vigorosos nas estações do ano. Assim temos:

Verão

Nesta estação do ano, o termómetro sobe acima dos 40° e a humidade relativa pode descer a menos de 10%. *"É o Vento Suão que cresta as culturas, faz morrer as árvores, amolece os homens e os gados, revolvendo massas de ar escaldante como um bafo infernal e turvando a atmosfera de uma neblina seca e amarelada. Entre as ceifas e as sementeiras, por um tempo assim, nas horas mais quentes do dia, o campo fica amortecido. Os gados acolhem-se à sombra das árvores, os homens ao abrigo das sestras"* (Ribeiro, pág. 372). Chega a haver 4 meses de chuva escassa.

Outono

Diminui a insolação com o encurtamento do dia. As noites são frescas mas os dias ainda *"são quentes e soalheiros"* (pág. 375). Por vezes há dias de aguaceiros e nesta região dão-se aos campos os amanhos que precedem ou acompanham as sementeiras. Nesta região o mês de Novembro apresenta uma quebra térmica superior a 4-5° e o máximo de chuva ocorre neste período.

Inverno

É um tempo húmido e morno. Relativamente à pluviosidade ela é inferior ao mês de Novembro. O tempo invernal no Baixo Alentejo é predominantemente seco. É o tempo das geadas e das temperaturas muito baixas em especial de noite.

Primavera

É uma estação de grandes variações térmicas, pluviométricas nos meses de Março e Abril. No entanto, as chuvas são mais raras no Baixo Alentejo e o mês de Abril é um mês crítico para os cereais. No mês de Maio surgem algumas trovoadas. Como refere Ribeiro, o Verão, *"que só em Julho se instala nas montanhas do Norte, pode dizer-se que começa no Sul um ou dois meses mais cedo"* (pág. 380).

No fundo, esta diferença climática entre o Norte e o Sul, com valores tão opostos pode ser também explicado pelo contraste do relevo entre as duas regiões (montanhoso ao Norte e as extensões pouco elevadas no Sul).

7 - A VEGETAÇÃO

Relativamente à geografia das plantas e se considerarmos as regiões florísticas, colocamos o concelho de Beja na secção do Alentejo. De acordo com esta classificação, o concelho de Beja está predominantemente na faixa do Alentejo Oriental cujas espécies florísticas correspondentes são as mediterrânicas. O clima continental influencia o desenvolvimento das *Quercus* sempre verde como a azinheira, o sobreiro, o medronheiro, a urze branca, o alecrim, a aroeira, o trovisco, as cistácias como a esteva, o estevão e o sargaço.

As matas não encontram um clima propício ao seu desenvolvimento devido ao contraste entre o tempo invernal e o tempo estival, impedindo-as de atingir grandes dimensões.

Vêm-se também algumas espécies lenhosas de que distinguimos, o pinheiro de Alepo e o pinheiro bravo em Baleizão (Norte).

SECÇÃO 3

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Introdução

A análise da evolução da população do Alentejo de 1900 a 1980 e a introdução do vector prospectivo apresentado por NAZARETH (1988 a, 1988 b) constituem os nosso pontos de referência para uma caracterização sociodemográfica do concelho principal do distrito de Beja.

Efectivamente, Nazareth observou que nos primeiros 30 anos deste século o distrito de Beja teve um crescimento populacional anual superior a 1% (pág. 106, a). A partir da década de 40 o ritmo de crescimento da população do Alentejo entra em perda progressiva e já na década de 60 a taxa de crescimento anual da população é negativa.

No que diz respeito à estrutura da população o distrito de Beja é um dos distritos com maior proporção de idosos no ano de 1980 e, no que diz respeito ao crescimento migratório anual, o distrito, na década de 60-70 foi dos que apresentou a saldo migratório mais negativo (35°/00, 35 abandonos por mil habitantes).

Assiste-se também, em termos espaciais, ao decréscimo da população em lugares e isolados com mais de 2000 pessoas, para além de considerar o abandono da população de lugares e isolados com menos de 100 habitantes entre 1960-81 com -55,5% de habitantes (ibidem, pág. 125).

Na perspectiva de Nazareth, até ao ano 2000 o Alentejo *"irá perder 25000 a 67000 habitantes"* (pág.126, a) e atingirá, no último período deste século, a taxa de crescimento mais negativa do país. Efectivamente, para uma população de 585.280 em 1980 e de 581.385 em 1985, em todo o Alentejo com uma taxa de crescimento anual negativa correspondente de -0.13, e de -0.14, para o período de 1985-90, é de -0.28 e -0.30 para os períodos de 90-95 e 95-2000 (anexo, pág. 224, 225, b) o Alentejo ainda perderá no computo geral mais de 4% da população até ao ano 2000. Contribuirá para essa perda de população, o crescimento migratório que no Alentejo atingirá -19% (pág. 187, b) e, a perspectiva de o número de mortes ultrapassar o número de nascimentos. A pirâmide de idades terá uma base ainda mais reduzida e um topo bastante empolado (pág. 126, b) (ver fig. n°6)

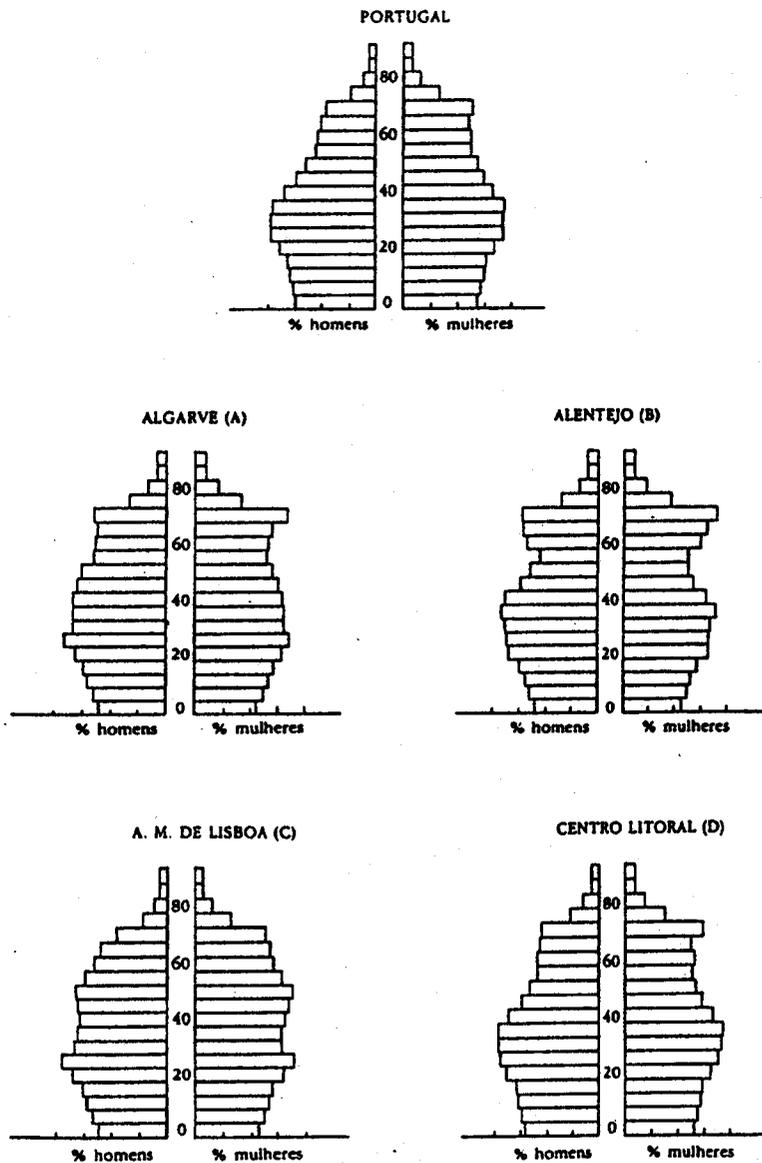


Fig. 6 - Pirâmides de idades, em Portugal e nas Regiões, no ano 2000 (Modelo I)

Fonte : NAZARETH, J.M. (1988) - Portugal - próximos 20 anos (unidade e diversidade da demografia Portuguesa).

Iremos analisar nesta secção a dinâmica demográfica do concelho de Beja.

Vamos considerar, por isso, os aspectos globais da população do concelho em que destacaremos os volumes e ritmos de crescimento desde 1900 até 1991. De seguida teremos em consideração a distribuição espacial da população, quer em termos de densidade populacional, quer ainda no modo

como ela ocupou o espaço do concelho, através da constituição dos diversos tipos de agregados populacionais, quer, finalmente, a estrutura etária das principais classes etárias.

Iremos também debruçar-nos sobre a dinâmica natural e migratória da população concelhia.

1 - ASPECTOS GLOBAIS DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE BEJA

1.1. Introdução: Caracterização administrativa

O concelho de Beja, com uma área de 1173.32Km², divide-se, desde 1988 em 18 freguesias. Foi convencionado dividir as freguesias em duas classes: urbanas e rurais (fig.7).

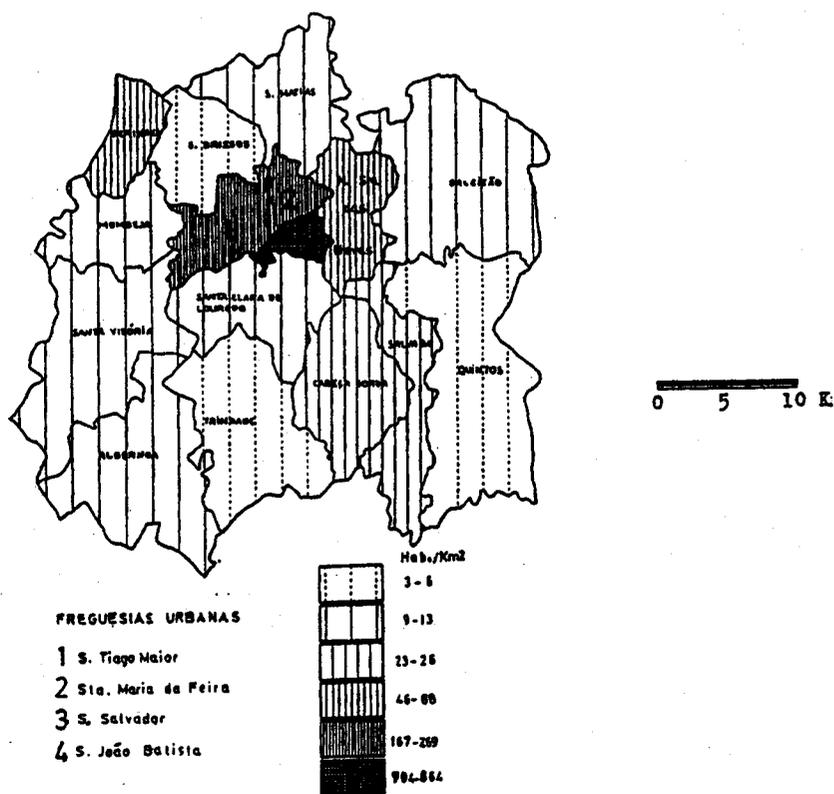


Fig. 7 - Densidade populacional do concelho de Beja, por freguesias (hab./Km²) - 1981
Fonte: I.N.E.

Fonte: ARGEL, D. e MARQUES, H.G. (1991) - Quatro décadas de Beja

As freguesias urbanas são:

- Salvador
- Santa Maria da Feira
- Santiago Maior
- São João Batista

As freguesias rurais são as que se seguem:

- Albernoa
- Baleizão
- Beringel
- Cabeça Gorda
- Mombeja
- Nossa Senhora das Neves
- Salvada
- Santa Clara do Louredo(Boavista)
- Santa Vitória
- São Brissos
- São Matias
- Trindade
- Trigaches (constituída em 1988)

1.2. Volume e ritmo de crescimento da população do concelho de Beja

As nossas fontes de informação serão as «Estatísticas Demográficas», o P.D.Municipal (87) e relatórios da A.R.Saúde e Centro de Saúde de Beja.

Uma leitura do quadro nº1 relativamente à evolução da população do concelho de Beja no período compreendido entre 1900 e 1991 remete-nos para a constituição de 7 períodos distintos entre si e, a saber:

Quadro nº 1: Evolução da população do Concelho de Beja de 1900 a 1991.

	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Albernoa	1195	1533	1595	2101	3525	2267	1879	1331	1105	915
Baleizão **	2463	2896	2628	3200	2736	3028	3083	1869	1564	1225
Beringel	2478	2772	2995	3336	3744	3374	3554	2774	2763	1700
Cabeça Gorda ***	-	2355	2358	2510	2638	2761	2509	1958	1829	1578
Mombeja	689	792	820	855	999	1065	1002	775	554	494
Nª Sª das Neves	1312	1638	1376	1835	2261	2397	2666	2280	2486	2131
Quintos	861	1040	1189	1317	1674	1535	1516	1002	641	467
Salvada	3559	2050	2255	2282	2710	2702	2510	1590	1510	1404
Salvador (u)	1345	2477	2895	3471	3941	4438	5189	4932	5300	5363
Stª C. Louredo	800	1038	916	1125	1216	1165	1189	1023	931	879
Stª Maria Feira (u)	1999	2291	2301	2791	3463	3418	3975	3947	4137	3598
Santa Vitória	1108	1545	1794	2931	2396	2383	2240	1495	1092	813
Santiago Maior (u)	2470	2463	2818	3741	3637	5438	5251	5551	7153	7736
S. Brissos ****	397	-	-	-	424	437	374	234	160	317
S. João Batista (u)	2425	2799	2501	3094	3104	3579	3625	3934	5553	6559
S. Matias	849	1302	1205	1232	1275	1272	1299	976	852	722
Trindade	832	1067	1164	1315	2370	1324	1258	713	566	431
Trigaches *	-	-	-	-	-	-	-	-	-	648

* Freguesia nova desde 1981

** Nos anos de 1890 a 1930 incluía a população da freguesia de S. Pedro de Pomares. Em 1938 esta freguesia voltou a ter autonomia mas foi extinta de novo em 1953 e incluída na freguesia de Baleizão.

*** Criada com lugares da freguesia da Salvada entre 1900 e 1911

**** Nos anos de 1911 a 1930 fazia parte da freguesia de S. Matias. Em 1936 passou de novo a constituir freguesia autónoma.

(u) - Freguesia urbana

1º período: 1900 a 1911

Neste período há crescimento da população a uma taxa média anual de 1.549% (utilizamos, para medir o ritmo de crescimento da população o processo geométrico $\log P_n/P_0 = n \cdot \log (1+a)$. (Nazareth 1988, a, pág. 165).

O saldo fisiológico (natalidade menos mortalidade) foi de 15/1000 em média por ano, o que corresponde à taxa média de crescimento. Infere-se, por estes dados que não teria havido durante este período, movimentos migratórios centrípetos e centrífugos.

Pode-se dizer que a população deste período, fundamentalmente, foi uma população fechada.

Em relação às freguesias, as rurais tiveram uma taxa de crescimento superior à média do concelho e, as freguesias urbanas, um pouco abaixo da média (1.7% ao ano, contra 1.3%, respectivamente).

2º período: 1911 a 1920

Neste período, a taxa de crescimento médio anual foi de 0.27%. Acontecimentos marcantes precipitaram as condições de estagnação da população em termos volumétricos; a 1ª Guerra Mundial, com presença de muitos militares do concelho de Beja; o surto epidémico, também denominado de «*pneumónica*» responsável pelo aumento da mortalidade e consequente quebra da natalidade.

Como o coeficiente de crescimento foi praticamente nulo, podemos dizer que a população concelhia estacionou, uma vez que a população estacionária conserva, em geral, a mesma composição por idades e volume.

Em relação às freguesias, a taxa de crescimento médio anual nas freguesias urbanas foi maior que a média anual do conjunto da população (0.5%), enquanto a das freguesias rurais esteve abaixo da média anual da mesma população (0.13%).

3º período: 1920 a 1940

A população concelhia durante este período conhece um novo incremento significativo. De um volume de 30810 habitantes ascende ao longo do vinténio aos 42.113, com uma taxa de crescimento médio anual de 1.575%.

Como o saldo fisiológico foi de 1.07% conclui-se que houve alguma dinâmica populacional em termos migratórios que a justificasse.

De facto, se para uma população esperada de 38115 (valor do Pn) realizou-se um volume de 42113 concluímos que durante este período o concelho de Beja foi atractivo para uma população exterior de cerca de 4000 pessoas. São os efeitos da «*campanha do trigo*» do «*Estado Novo*» como observámos atrás ao longo da descrição histórica do concelho. A população concelhia, foi nesta fase uma população aberta.

No cômputo geral, as freguesias rurais voltaram a superiorizar-se às freguesias urbanas no que diz respeito ao ritmo de crescimento, com uma taxa de crescimento médio anual de 1.6%.

Conclusão destes três períodos:

O aumento da população verificado no concelho ao longo destes 3 períodos, confirma a análise de Nazareth citada na introdução deste tema. Isto

é, estamos perante uma população predominantemente fechada mas não estável nos primeiros 20 anos deste século e com crescimento natural. E estamos perante uma população predominantemente aberta no vinténio 20-40 graças à migração e com crescimento real superior ao crescimento natural e com uma prevalência de crescimento das freguesias rurais.

4º período: 1940 a 1960

Neste vinténio a população do concelho volta a sofrer impactos histórico-económicos de importância significativa. De facto, a taxa de crescimento médio anual da população para estes 20 anos é de 0.118%, inferior ao saldo fisiológico médio anual que foi de 0.83.

Por conseguinte, para uma população esperada de mais de 49000 pessoas, de acordo com a lógica proposta pelo saldo fisiológico, o volume da população atingiu somente 43119.

Inferimos por isso, que, pelo menos, mais de 6000 habitantes emigraram. Pela primeira vez também a dinâmica das freguesias altera-se; enquanto as freguesias rurais apresentam uma taxa de crescimento médio anual negativa (-0.5%), as freguesias urbanas ganham população.

5º período: 1960 a 1970

A população acusa neste período um crescimento real negativo com uma taxa média anual de -1.68%. Concretamente, a população decresce de um volume de 43119 para um volume de 36384 habitantes. Sabendo que o crescimento natural deste período atingiu um saldo fisiológico médio anual de + 0.59 o que nos apontaria para uma população esperada de 45372, afinal o concelho acabou por perder cerca de 22% dos seus habitantes ou seja perto de 9400 pessoas.

Foi uma década caracterizada por um grande êxodo da população dos campos para outras regiões do país ou para o estrangeiro.

As freguesias rurais atingem o seu ponto mais baixo de crescimento negativo ao longo do século revelando um crescimento médio negativo a uma taxa de -3.3% ao ano. As freguesias urbanas também abrandam o seu crescimento que se fixa por uma taxa de crescimento médio positivo de 0.2%.

6º período: 1970 a 1981

De 1970 a 1981 o volume da população passou de 36.314 para 38246. A taxa de crescimento médio anual da população foi de 0.504% e o saldo fisiológico correspondente foi ligeiramente inferior (0.454% durante o mesmo período). Concluimos por isso, que embora de uma forma pouco representativa, a população geral ultrapassou o volume da população esperada para o decénio.

Contudo, neste período, vêm residir para Beja pessoas vindas de outros concelhos do país das ex-colónias e do estrangeiro (Alemanha, especialmente). O preenchimento de vagas para serviços públicos, os primeiros tempos da Reforma Agrária constituíram os atractivos prevalentes do concelho de Beja para a população do exterior (cerca de 3040 pessoas).

Por outro lado, se o crescimento real foi apenas de 1822 pessoas podemos conjecturar que houve um contingente natural do concelho que migrou. Assim, o concelho e a cidade foram ao mesmo tempo atractivos e repulsivos.

Neste mesmo período, enquanto as freguesias urbanas acusam uma taxa de crescimento médio anual muito acima da média do concelho (+1.9% contra 0.50% do concelho) a taxa de crescimento médio anual das freguesias rurais atingiu o valor de -1.1%

7º período: 1981 a 1991

Os dados da realidade dos censos de 1991 contrariaram as previsões dos autores do P.D.M.de Beja, que estimaram uma população concelhia de 42000 pessoas já em 1987 (pág. 15) quando na verdade, o volume da população atingida em 1991 foi de 35007 pessoas. Houve assim uma taxa de crescimento médio anual negativa (-0,88%) .

Em relação às freguesias, constata-se também que as perspectivas avançadas pelo P.D.M. não corresponderam aos dados encontrados embora se concretizasse a tendência da dinâmica negativa do ritmo de crescimento da população rural acompanhada também pela da população urbana. Senão vejamos:

Os dados provisórios do censos de 1991 apontam , pela 1ª vez no século, para uma dinâmica regressiva da população urbana com especial incidência na

freguesia que corresponde ao espaço do Centro Histórico da cidade, invadido pelo sector de serviços. A freguesia de Santa Maria da Feira perdeu em relação ao volume da população de 1981 mais de 16% de habitantes. Foi aliás, a única freguesia da população urbana que perdeu população ao longo do decénio.

No cômputo geral, as freguesias urbanas apresentaram ao longo do decénio uma taxa de crescimento médio anual negativa de -0.04%.

As freguesias rurais apresentaram uma taxa de crescimento médio anual negativa (-2.15%), a 2ª mais baixa do século (na década de 60-70 atingiu um valor de -3.3% ao ano).

Por sua vez, as freguesias periféricas, contrariando também as previsões do P.D.M. acusaram um retrocesso no volume da população em relação ao censo de 1981.

No que diz respeito ao saldo fisiológico a leitura do Censo de 1991 remete-nos para uma taxa de crescimento natural negativa (-4.8%).

Apesar de não termos dados que nos proporcionassem uma leitura do saldo migratório do censo de 1991, podemos desde já assegurar que mesmo para uma taxa de crescimento natural médio negativo ao longo do decénio com os valores do censo de 1991, o concelho de Beja mostrou-se mais um concelho repulsivo, que atractivo.

Conclusão do período compreendido entre 1940 e 1991:

Os dados da dinâmica da população no período acima indicado, confirmam os de Nazareth, isto é, há uma diminuição do volume da população que é extensiva ao concelho de Beja. As freguesias rurais começam a evidenciar um crescimento real negativo, que se mantêm persistente até aos dias de hoje. Por sua vez, se a tendência da diminuição da população se mantêm persistente nas freguesias rurais, os censos de 1991, indicam-nos, para as freguesias urbanas e, pela primeira vez neste século, uma diminuição do volume da população.

Além do fluxo migratório ter sido responsável pela diminuição do volume da população do concelho a partir de 1940, surge um dado novo que agrava a tendência da diminuição da população; o facto de, a partir de 1981, haver um saldo fisiológico negativo com mais mortes que nascimentos.

Em relação à distribuição espacial da população, actualmente nenhuma freguesia rural possui 2.000 habitantes, ao passo que em 1940, 61% das freguesias rurais tinham mais de 2.000 habitantes.

O monte era a unidade básica do povoamento até 1911, mas, em 1981 apenas existiam 48% do efectivo daquela data. Naturalmente que, como reflexo da diminuição da população, a densidade populacional vai diminuindo e, deste modo o concelho na actualidade tem uma densidade inferior a 30 hab/Km².

Confirmam-se os dados de Nazareth, quando fazemos a análise da estrutura etária da população, com um topo empolado na pirâmide idades sendo mais acentuada essa característica nas freguesias rurais. Neste momento mais de 25% da população concelhia tem mais de 60 anos de idade e, a faixa etária do grupo 0-19 anos tem vindo a diminuir em volume, com repercussão evidente no índice de dependência, que no concelho já atinge .691.

No que diz respeito ao contingente das famílias, o facto de haver, de forma significativa um maior número de famílias em 1991, a sua composição diminui, passando em 20 anos de 3.4 pessoas/família (1970) para 2.7 pessoas/família (1991).

De acordo com a análise prospectiva de Nazareth, as estimativas que produzimos, contrariam os previstos no último relatório do P.D.M.. Manter-se-á a tendência da diminuição da população do concelho e cremos mesmo que, a não haver acontecimentos marcantes, a população urbana continuará a baixar, e estimamos que nos próximos 10 anos o concelho perderá mais de 1000 habitantes.

1.3 - Distribuição espacial da população

1.3.1 - Distribuição da população do concelho de Beja por agregados.

Ressalta da observação da evolução da população do concelho de Beja, o facto de a cidade com as suas freguesias urbanas começar, a partir de 1970 a representar mais de 50% do volume da população do concelho, culminando a sua representatividade em 1991 com 63% da população do concelho.

Nas últimas décadas o monte deixou de ser a unidade básica da população do concelho e o povoamento é hoje muito mais concentrado e núcleos normalmente grandes.

Tomando como referência os dados do INE desde 1911 até 1981, dos 5431 lugares com menos de 10 habitantes que existiam em 1911, em 1981 só existiam 3069 (56.9%). Dos lugares com população compreendida entre 10 e 100

peçoas, que existiam em 1911, só restavam 637 no momento do censo de 1981 ou seja, 48% do efectivo que existia no primeiro decénio do século.

Relativamente aos aglomerados constituídos pelas freguesias rurais, em 1940, 61.5% dessas freguesias tinham um volume populacional superior a 2.000 peçoas e em 1991 nenhuma freguesia rural atingiu os 2.000 habitantes.(ver quadro nº1).

Nem as freguesias periféricas como as de S. Matias, Beringel, Nossa Senhora das Neves, Santa Clara do Louredo viram crescer o volume populacional. Mesmo a melhoria das condições de saneamento básico levadas a cabo nestas freguesias pelas estruturas camarárias não constituiu incentivo suficiente para a fixação da população na periferia. Por sua vez, de acordo com os estudos prévios do P.D.M. (1984) citados por Argel e Marques há na própria cidade *"um largo excedente de área em urbanização ou aprovada em relação às necessidades e potencialidades para o curto/médio prazo e, obviamente, em relação aos próprios horizontes do Plano"* (pág. 32).

1.3.2. Densidade populacional do concelho de Beja

Naturalmente que o reflexo da perda de população para uma área invariante, fez-se sentir na densidade populacional. Esta, era de 33 habitantes/Km² em 1981 e, em 1991 era inferior a 30 habitantes/km².

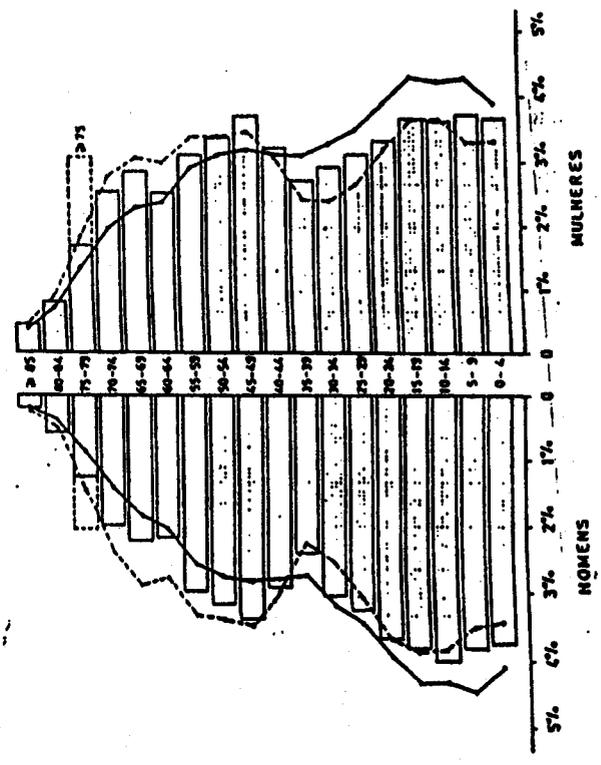
Relativamente à densidade populacional o panorama do concelho segue naturalmente a tendência do próprio distrito.

Assim, para uma área invariante de 72.3 Km² a cidade de Beja, que em 1981 tinha uma densidade de 307 hab./km², viu essa densidade baixar, em 1991, para 306 hab./km². Em relação às freguesias rurais as diferenças de densidade populacional são ainda maiores. Em 1981 a densidade populacional das referidas freguesias era de 15 hab/Km² e, em 1991 essa densidade passou para 12 hab/Km² (consultar fig.7).

Em suma, é o peso da densidade populacional das freguesias urbanas que contribui para que a densidade populacional do concelho seja significativamente superior à do distrito (17 hab/km²). No entanto, chama-se a atenção para o facto de a densidade populacional da freguesia de S. Brissos que em 1981 tinha uma densidade populacional de 3 hab./Km² para uma área de 53 Km² viu essa densidade em 1991 baixar para 2 hab/km². Já a freguesia rural com maior densidade populacional era a de Beringel que, ainda com a

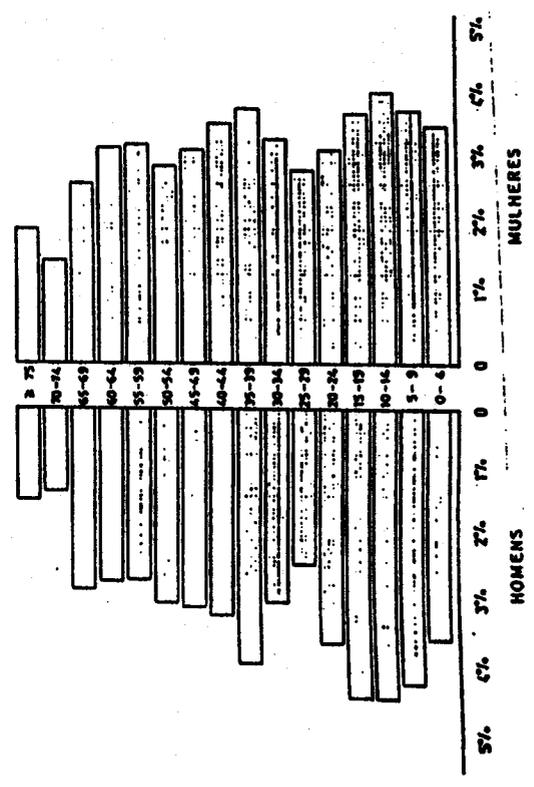
PIRÂMIDE DE IDADES
 CONCELHO DE BEJA-1981
 - - - - - TOTAL DO DISTRITO
 ——— TOTAL DO PAÍS

GRUPOS DE IDADES



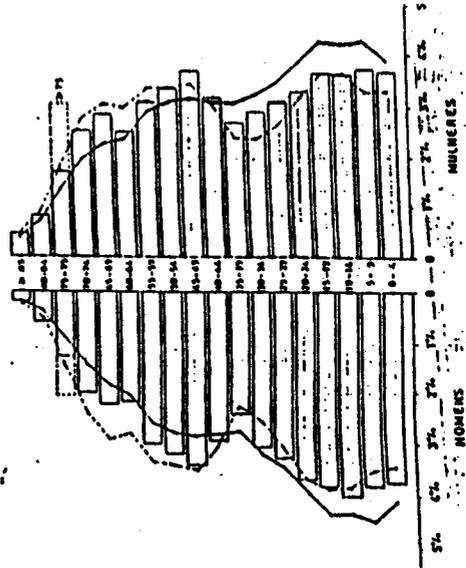
PIRÂMIDE DE IDADES
 CONCELHO DE BEJA -1970

GRUPOS DE IDADES



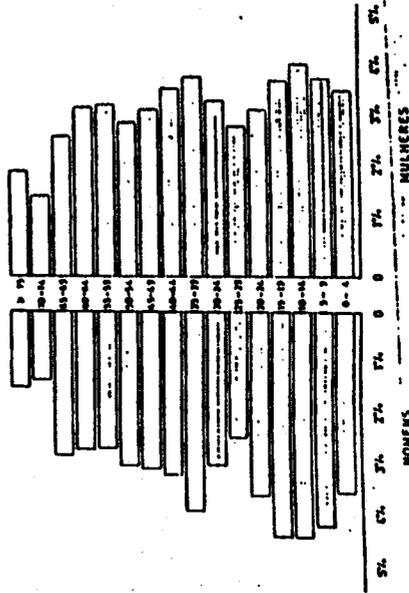
PIRÂMIDE DE IDADES
 CONCELMO DE BEJA-1981
 ---- TOTAL DO DISTRITO
 ——— TOTAL DO PAIS

GRUPOS DE IDADES



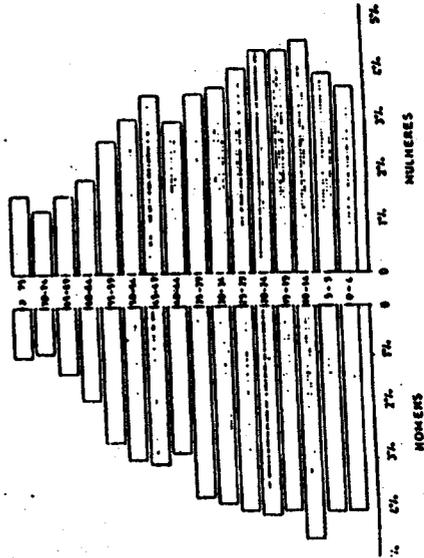
PIRÂMIDE DE IDADES
 CONCELMO DE BEJA-1970

GRUPOS DE IDADES



PIRÂMIDE DE IDADES
 CONCELMO DE BEJA-1960

GRUPOS DE IDADES



integração da povoação de Trigaches, tinha, em 1981 uma densidade populacional de 88 hab/km².

1.3.3. Estrutura etária da população do concelho de Beja

Se repararmos nos quadros 2 e 3 e, os compararmos entre si verificamos que as pirâmides de idades para 1960, 1970 e 1981 remetem-nos para a constatação de um acentuar dos desequilíbrios. Há uma base que vai diminuindo e um topo que se vai alargando, tradutor de um envelhecimento da população.

Além disso, constatamos um estrangulamento das mesmas pirâmides na faixa etária compreendida entre os 25 e os 40 anos. Esse estrangulamento remete-nos por sua vez, para a migração de população nessa fase etária. Se o grupo mais diminuto desse estrangulamento, era em 1970 o dos 25-29 anos, em 1981 era o dos 35-39 anos.

Comparando as pirâmides de idades das zonas urbanas e rurais verificamos que na zona rural é evidente a fragilidade da base da pirâmide, indicadora de fraca natalidade, assim como o estrangulamento do grupo 25-49 indica-nos saída da população em idade activa. Por sua vez, a pirâmide de idades da cidade dá-nos uma base mais vasta e um estreitamento mais significativo no grupo etário dos 10 aos 25 anos.

Consideremos, entretanto, o quadro seguinte, com apenas a enumeração dos 3 grandes grupos etários ao longo das décadas de 1960,1970 e 1981:

Quadro n°4: Distribuição dos grupos etários da população do concelho de Beja em 1960, 1970, 1981.

	1960	1970	1981
1 - grupo de 0 a 19 anos	33.4%	31.6%	30.1%
2 - grupo dos 20 aos 59 anos	55.1%	50.9%	50.5%
3 - grupo igual ou superior a 60 anos	11.5%	17.5%	19.4%

Analisando agora o quadro acima, verificamos o aumento significativo da população com mais de 60 anos, que no espaço de 20 anos aumenta 8%, aproximando-se dos 20% da população do concelho. Entretanto, em 1991 a

população do distrito com mais de 60 anos já atingiu 25% do volume da população total.

Por sua vez a população mais jovem tem vindo a diminuir ao longo das décadas que apresentámos.

Ainda dentro do estudo da estrutura da população do concelho consideremos agora alguns dos seus índices.

Com o aumento do índice de envelhecimento da população, a diminuição proporcional da faixa etária correspondente à população activa, aumenta também o índice de dependência.

De facto, segundo o relatório do P.D.M. o índice de dependência que era de 703/1000 em 1960, aumentou para 813 em 1981, valor que é quase o dobro da média do País (419/1000).

Em 1991 o índice de dependência do distrito atingiu 691/1000, que poderá indiciar para o concelho a mesma tendência de redução (nesta data ainda não obtivemos os dados provisórios da distribuição da população concelhia por idades).

Quanto à composição do agregado, verificamos que, enquanto em 1970 o número médio de pessoas por família atingiu um valor de 3.4/família, em 1991 o número de pessoas por família foi de 2.7 pessoas.

Já quanto ao número de famílias, (quadro 4 a) a tendência dos dados do concelho é para o seu aumento, pois, de 1970 para 1991 o número de famílias no concelho passou de 10765 para 12860 (+ 2095) correspondendo a um aumento de 2% em relação aos valores de 1970, o que é significativo ($Z = -24.4$).

Relativamente ao alojamento, de 1970 para 1991 houve um aumento de 2564 alojamentos aumento sensivelmente igual ao das famílias, com um aumento médio de 128 fogos por ano.

Em termos de estimativa de população e, tomando como base a taxa de crescimento médio anual para o distrito de Beja para o período de 1990 a 1995 proposta por Nazareth e que é de -0.28, a nossa análise prospectiva aponta-nos uma população de 34614 habitantes em 1995 e para uma taxa de crescimento médio anual negativa de -0.30 para o período de 1995-2000 teremos, nessa altura cerca de 34090 habitantes. Esta prospecção deve constituir uma charneira importante do planeamento urbanístico uma vez que tudo aponta para que em vez de procurarmos uma expansão urbanística para os próximos 10 anos, devemos sim ordenar o território urbano no sentido da sua renovação. A não ser que a Base aérea tenha uma conversão comercial, o que constituiria um

acontecimento marcante, que mudaria radicalmente as tendências de crescimento da população concelhia... sem falar do projecto do Alqueva.

Quadro 4 a : Concelho de Beja - População, Famílias, Alojamentos

Freguesias	1970			1981		
	Pop. Resid.	Fam.	Aloj.	Pop. Resid.	Fam.	Aloj.
Albernoa	1331	417	602	1105	390	516
Baleizão	1869	610	852	1564	534	766
Beringel	2774	904	1146	2763	938	1177
Cabeça Gorda	1985	648	804	1829	627	837
Mombeja	775	256	361	554	193	267
N. S. Neves	2280	626	692	2486	738	851
Quintos	1002	306	361	641	216	357
Salvada	1590	551	737	1510	523	650
Stª Clara do Louredo	1023	317	343	931	295	350
Stª. Vitória	1495	465	631	1092	393	563
S. Brissos	234	74	89	160	56	119
S. Matias	976	303	404	852	271	404
Trindade	713	241	321	566	196	335
Total Freg. Rurais	18020	5718	7343	16053	5370	7192
Salvador	4932	1395	1487	5300	1615	1811
Stª. Maria da Feira	3947	1039	1129	4187	1219	1325
Santiago Maior	5551	1561	1785	7153	2152	2503
S. João Baptista	3934	1052	1639	5553	1785	2102
Total Freg. Urbanas	18364	5047	6040	22193	6771	7741
TOTAL CONCELHO	36384	10765	13383	38246	12141	14933

Fonte : P.D.M.

1.3.4. Dinâmica natural da população do concelho de Beja

Vejamos o seguinte quadro sobre a dinâmica natural da população do concelho desde 1920 e tomando como base o relatório do P.D.M. de 1984 e as nossas recolhas.

Quadro nº 5: Quadro comparativo da dinâmica natural da população do concelho de Beja de 1920 a 1991

	1920	1940	1960	1970	1981	1991
Natalidade	31.5	21.9	19.5	15.3	16.0	10.2
Mortalidade	16.9	13.4	10.8	12.2	10.3	15.08
Saldo Fisiológico	14.6	8.5	8.7	3.1	5.7	-4.8

Como observámos atrás a quebra ou o estrangulamento verificado na população procriadora potencialmente é responsável pela diminuição da taxa de natalidade no concelho de Beja ao longo dos anos.

A quebra da taxa de mortalidade, com excepção da década de 70 conheceu uma quebra progressiva, interrompida no década de 90, em que assistimos a uma erupção brusca da mortalidade. Esta terá a haver com o "peak" de envelhecimento acumulado de uma população que atingiu o ponto médio de esperança de vida à nascença no período da década de 80-90.

É evidente que, no momento em que o número de mortes seja superior ao número de nascimentos o crescimento natural revestir-se-á de forma regressiva, que se manterá, no caso de persistir o crescimento da população idosa, que pelos nossos dados atingiu 25% do volume da população do concelho.

Relativamente ao saldo migratório o concelho, no período de 1970 a 1981 conheceu um saldo populacional ganhador. No entanto, os indicadores demográficos de 1991 apontam para uma taxa de crescimento migratório negativa para o distrito de Beja (- 0.8%).

SECÇÃO 4

POVOAMENTO E HABITAÇÃO

Os primeiros povoados permanentes estão associados a zonas onde os recursos alimentares ribeirinhos eram mais ricos.

A partir daqui *"onde quer que os recursos alimentares se encontrassem ao dispôr do homem durante todo o ano num único local"* (CAMPBELL, 1983, pág.223) assim se constituíam os povoados permanentes.

Para além de possuírem os recursos alimentares, os habitantes tinham, como condição para se fixarem aos lugares, a possibilidade de armazenarem quer os produtos, quer as sementes necessárias à produção.

À medida que se desenvolveram, as comunidades humanas necessitavam não só de alimentos, como também, de água e de matérias primas. De facto, com o crescimento dos aglomerados cresceram também as necessidades energéticas e aumentaram as actividades humanas.

Diversificam-se, graças à procura das necessidades as mais diversas, a gama de produtos manufacturados e as especializações.

O progresso das especializações torna as diversas cidades, especializadas em determinados produtos. As interdependências entre as diversas cidades, gerou, como não podia deixar de ser, uma teia de mercadorias, pessoas e de energia (sob forma de alimentos, matérias primas, etc).

O desenvolvimento das ferramentas, das instalações, das máquinas, em suma, da tecnologia, multiplicou o número de pessoas e o fornecimento de alimentos. As cidades começam a ter um volume considerável de seres humanos.

O desenvolvimento da Agricultura e da Indústria colocam à cidade, graves problemas de urbanização, pois a população ultrapassa sempre a sua área de recursos e, a organização social, como instrumento da relação do homem com o ambiente tem grandes dificuldades de controlo social relativamente ao crescimento urbano.

A evolução urbana em termos de actividade, ocupação do solo, densidade habitacional está relacionada com o modo como uma estrutura social contribui para a constituição de um espaço residencial ou produtivo. É também o retrato do modo como as economias proporcionam a concentração das

funções que conferem à cidade a sua auto-suficiência produtiva ou administrativa.

O planeamento urbano é considerado como um *"conjunto de planos, programas e declarações políticas que têm como objecto servir de guia à acção política ou privada"* (Bollens, 1965 citado por Castells, pág. 210) ou então *"como aplicação da previsão em ordem à realização de certos objectivos preestabelecidos relativos ao crescimento e ao desenvolvimento de zonas urbanas"* (Chapin, 1963 citado por Castells, pág. 211).

No fundo, o planeamento urbano é considerado, *"como a intervenção do sistema político sobre o sistema económico, a fim de procurar superar as situações sem saída que se verificam neste"* (Castells, pág. 79).

A urbanização é, de acordo com o mesmo autor *"o processo pelo qual uma percentagem significativamente importante de uma população humana se agrupa no espaço, formando aglomerados funcional e socialmente interrelacionados do ponto de vista urbano"* (Idem, pág. 86).

No período anterior à época romana, os abrigos deveriam mudar muito pouco durante o tempo. As casas eram construídas sempre da mesma maneira, pois as pessoas eram dependentes dos materiais que tinham à mão. Não havia arquitectos e eram as próprias pessoas a construir as suas casas. Como os materiais eram efémeros, admite-se, por isso, que a construção e a reconstrução seriam actividades constantes nesse tempo e em que eram as próprias pessoas a construir os seus abrigos. Para Tuan *"as pessoas viviam num sistema económico simples e nunca experimentaram o design formal das habitações e dos espaços"* (a, pág.104).

É a partir da época romana, que surge a conceptualização arquitectural, por sua vez herdeira da concepção arquitectural egípcia. Mas, é a partir da Idade Média que surge o protótipo da arquitectura moderna. Os arquitectos planeiam, pois, têm muito mais liberdade de escolher, quer para saber onde construir, com que materiais (os homens, hoje dominam muito mais os materiais que necessitam para construir) e que forma a aplicar. O complexo arquitectural criado num espaço, transforma-se por sua vez, num ambiente, que afecta as pessoas que vivem nele (afecta os sentimentos, a percepção, clarifica os papéis sociais e as relações entre as pessoas).

No mundo moderno as pessoas, nem constroem as suas casas, nem participam no design do seu bairro e dos monumentos que dão significação aos lugares. A sociedade moderna depende cada vez menos, quer dos objectos materiais, quer do ambiente físico para expressar o seu valor. Os símbolos

verbais, os livros, substituem cada vez mais os símbolos materiais, e, naturalmente o modo como se constroem as coisas.

Também o homem moderno é tão móvel, que não tem tempo para estabelecer raízes num lugar. E o sentimento por um lugar leva tempo para ser construído. Por outro lado, as pessoas com rendimentos mais elevados movem-se tão continuamente que os lugares para elas pouco significado especial têm. Repartem-se por várias casas, conforme os hobbies que necessitam (uma casa de praia, uma casa de campo, uma casa para o jogo e a recreação, etc).

Longe vão os tempos da casa popular, a casa térrea alentejana, de taipa ou adobe, um poial de pedra à entrada da porta da casa a convidar a um descanso de fim de tarde. Hoje há uma erosão marcante relativamente às diferenças culturais representadas nas habitações. Conforme referem CANTER e THORNE (1972) *"today, most buildings are designed with little reference to the culture in which they are to exist. Yet there is at present little information on the psychological losses or gains which accrue from this practice"* (pág. 3).

1 - O POVOAMENTO E A HABITAÇÃO NO CONCELHO DE BEJA

São os recursos e a produtividade dois dos principais factores que determinam o povoamento, assim como o modo como o sistema político se reproduz no económico.

No concelho de Beja dominam terras de grande propriedade (prédios com mais de 500 ha ocupam 25% das terras do concelho) e 3/4 têm área superior a 100 ha.

Por sua vez nessas terras as culturas preferenciais são as de sequeiro. A intensidade da produção económica é baixa.

Naturalmente que, para estas características citadas a densidade populacional teria que ser também baixa.

Até à década de 30 o monte era, como já referimos atrás, a unidade básica de povoamento rural, ou se quisermos, a forma principal de aglomeração.

O falhanço da política agrícola do Estado Novo, a fraca produção económica leva ao abandono dos montes por parte da população que aí reside, que, por sua vez, vai para as aldeias.

As aldeias são centros muito afastados entre si, que faz com que o povoamento dominante do concelho seja do tipo concentrado.

No entanto, é a cidade que se assume cada vez com mais peso no contexto do concelho. Em 1940 tinha um volume populacional que não ultrapassava 30% do população do concelho e, no início da década de 90 o volume da população urbana já atingia 60%.

A expansão urbana da cidade acompanhou o seu ritmo de crescimento .

O fracasso da campanha do trigo, a inexistência de um desenvolvimento industrial no concelho despovoam as freguesias rurais a partir da década de 40. As populações dessas freguesias procuram então na cidade ou na imigração possibilidades de sobrevivência.

Por outro lado, a criação de infraestruturas administrativas pelo Estado Novo atrai cada vez mais quadros à cidade. Processa-se uma alteração na paisagem urbana, mas sem as características, evidentemente, das áreas metropolitanas das sociedades altamente industrializadas. Esta afluência da população rural é o resultado, mais da decomposição da sociedade rural, do que propriamente o resultado da capacidade de dinamismo da sociedade urbana.

No entanto, esta mudança da estrutura ocupacional de uma grande parte da população que vem do campo para a cidade de Beja caracteriza-se essencialmente, por uma passagem de uma tarefa essencialmente agrícola para uma, ligada aos serviços (comércio, serviços domésticos, pequeno comércio, trabalhos não especializados e até administrativos).

Como resultado da afluência da população rural surgem os bairros sociais (o da Apariça e o Bairro Salazar na década de 40 e o Bairro de Nossa Senhora da Conceição na década de 50).

Como reacção contra o colectivismo e, na linha ideológica da aristocracia rural que ergueu na década de 30 e 40 as casas senhoriais (ex: a Casa dos Lavradores da Preguicinha, uma família de lavradores abastados da cidade) surgem, paralelamente aos bairros sociais, as *"vivendas"* (2) em número muito apreciável nas estradas de, Mértola e Salvada. A construção das vivendas é, na perspectiva de Argel e Marques, *"da iniciativa da burguesia citadina, em regra, descendente da velha aristocracia rural, que exerce agora na cidade profissões liberais"* (pág. 30).

A vivenda traduz, segundo Castells *"uma forma de individualismo centrado sobre a família, provocado por uma burguesia integradora"* (pág. 29). A vivenda seria a ordem, o mundo autosuficiente, depositário de uma individualidade.

Entretanto o crescimento da cidade de Beja começa a preocupar os responsáveis do planeamento urbano e do seu ordenamento que nas próximas duas décadas (60 e 70) coordenam a construção do Bairro das Caixas de Previdência, o Bairro da Base Aérea, e as de iniciativa privada, através dos seus diversos "*Planos Gerais de Urbanização*".

O crescimento da cidade processa-se em todos os sentidos como referem Argel e Marques. No entanto, a estrutura urbana da cidade, levou os responsáveis da organização politico-social a definir o centro urbano, isto é, um tipo de ocupação do espaço com um conjunto de actividades e funções. Esse centro urbano seria, pela sua posição geográfica e pelo seu grupo de actividades, como que o elemento integrador da organização social urbana.

O centro urbano da cidade de Beja é do tipo romano-medieval, pois os seus símbolos e a sua função urbana (mercado) figuram no mesmo espaço.

A partir deste centro é criado um ordenamento, que não é, como já referimos, provocado pela indústria, mas sim, pela decomposição da estrutura social rural e pelos serviços. A desconcentração da função residencial provocado pela mudança social não foi acompanhada pela descentralização da função comercial. Quando muito são criados mini-centros comerciais ou mini-mercados.

Este processo urbano seria o que melhor traduziria as necessidades do sistema urbano (3) e dos seus elementos: a população, o meio ambiente, a tecnologia e a organização social. Por sua vez, este sistema urbano seria também a articulação específica entre os elementos fundamentais do sistema económico e que seriam, segundo Castells (pág. 225).

- o conjunto de actividades de produção de, bens, serviços e informação (indústria e escritórios) - Produção-
- o Conjunto de actividades relativas à apropriação social, individual e colectiva do produto (habitação e equipamentos colectivos) - Consumo-
- O intercâmbio entre a Produção e Consumo no interior de ambos (Comércio e circulação).
- A Gestão ou o processo de regulação das relações entre Produção, Consumo e Intercâmbio (gestão municipal, planos de urbanismo).

Entretanto o Plano director Municipal procura dar resposta e propõe directrizes que resolvam os problemas colocados pela concentração urbana e

pela carência de equipamentos assentes essencialmente na organização do crescimento da aglomeração do concelho.

O Plano Director propõe, por isso a descentração do núcleo central da cidade, através do reforço de outros centros na cidade e, tendo em conta os equipamentos infraestruturais colocados nas freguesias periféricas, a constituição de centros de apoio a comunidades rurais em Beringel e Cabeça Gorda, Salvada, no sentido de *"constituirem centros alternativos à cidade para oferta de um conjunto de bens e serviços"* (relatório 24, 1987, pág. 26/58).

Entretanto, verifica-se, nos últimos anos um abandono de um *"estrato"* social das próprias zonas habitacionais de expansão em curso para a zona do Centro histórico, que neste momento está em plena renovação. Constituem esse *"estrato"* intelectuais liberais, a elite da cidade, que se tenta demarcar das restantes *"camadas"* sociais. Também não será estranho a este comportamento por parte desta fracção da população *"o apego elitista aos valores da cultura urbana... e a defesa das áreas tradicionais de expressão cultural: teatros, museus, centros de reunião, comércio de nível mais elevado, espectáculos de qualidade, etc"* (Castells, pág. 284).

1.1. As áreas da cidade

De qualquer modo o Plano director Municipal propõe uma política de ordenamento e de condicionamento territorial para a área da cidade, dividindo-a em 1) área urbana programada e 2) área urbana não programada.

Para os autores a área urbana programada é constituída pelas áreas *"já edificadas ou a edificar"* (pág. 26). A cidade seria dividida em:

1 - zonas habitacionais constituídas por:

1.a - Zona especial/centro histórico - cuja área *"deve ser entendida como um corpo homogéneo ou 'e difício urbano' com e a valorizar"* (pág. 27).

1.b - Zonas de habitação consolidada consideradas pelos autores como *"aquelas onde se considerou existirem, ou já estarem em execução, infraestruturas primárias e secundárias"* e que constituiriam a zona de habitação do Centro Histórico e a do Arrabalde.

1.c - Zonas de Habitação de expansão que *"são aquelas onde o Plano prevê a construção de novos conjuntos residenciais e cuja edificação em loteamento urbano exige a construção de obras de urbanização"* (pág. 29). Essas zonas de habitação podiam

ser ainda as que estão em curso e as aprovadas e em estudo. Compreenderiam as primeiras a zona a sul do centro Histórico, e a Nascente, como sejam, as Urbanizações de Campos Viana, Campo da Feira, do Ciclo, dos Falcões, de Mira Serra. Neste grupo ainda, destaca-se também uma zona habitacional de iniciativa pública e que será objecto de nosso estudo. Referimo-nos à Cooperativa de Habitação "*Lar para Todos*" com um projecto de 500 fogos, dos quais mais de metade já estão construídos. Entre as zonas aprovadas e em estudo, algumas das quais neste momento estão em curso, destacamos:

- Instituto Politécnico
- Complexo Desportivo

2 - Zonas industriais e de armazéns que abrangem a zona marginal da Estação do Caminho de Ferro no sentido Norte, mais tarde alargada no sentido da estrada de Serpa "*à qual corresponde hoje o actual Parque Industrial de Beja*" (pág. 33).

3 - Zonas Verdes que compreenderiam :

3.a - as zonas verdes de uso colectivo destinadas ao recreio e lazer ao ar livre. Seriam zonas "*integradas na malha habitacional, com equipamentos de apoio ao recreio e lazer...*" (pág. 34).

3.b - as zonas verdes de protecção integral em que "*deverá ser impedida com maior rigor, a construção nessas zonas por forma a garantir a drenagem das principais bacias e dos melhores solos agricultáveis*" (pág. 35). Está por isso, prevista a afectação de uma zona a sul da Cidade para instalação de equipamentos de interesse municipal.

3.c - as zonas verdes de protecção e enquadramento definidas como zonas de "*estrutura verde através das quais se pretendem proteger os valores paisagísticos, ambientais e de enquadramento da cidade de Beja*" (pág. 35).

4 - Zonas a reabilitar. Estas zonas encontram-se degradadas e sujeitas a novos usos pouco compatíveis e que devem merecer um Plano de Pormenor.

1.2. Os equipamentos colectivos e as infraestruturas

Em relação aos equipamentos a situação actual e os projectos do Município são os seguintes:

1.2.1. Os Equipamentos colectivos. Compreenderiam :

a) - equipamentos de apoio à infância com construção de mais 5 creches além das 7 existentes

b) - equipamentos de ensino. Prevê-se a construção de mais duas escolas de ensino primário e uma de ensino preparatório e secundário. Relativamente ao ensino Superior, o Instituto Politécnico encontra-se já em fase de acabamento. Relativamente o ensino especial, há muito pouco tempo foi inaugurado o Centro de Paralisia Cerebral.

c) - Equipamentos de saúde

É apenas proposto a edificação de novo Centro de Saúde concelhio, estando prevista a sua construção na zona adjacente ao bairro dos Falcões.

Como o desaparecimento do Centro de Saúde Mental e a incorporação dos seus serviços no Hospital Distrital de Beja, este vê acrescida sua já insuficiente capacidade de atendimento, pelo que é proposto a construção da 2ª fase.

d) - equipamentos de apoio à 3ª idade

Segundo os autores do Plano, em relação aos Centros de dia existente a cidade encontra-se "*satisfatoriamente servida*". Relativamente a Lares de idosos a capacidade está já totalmente preenchida sendo proposto a transformação do Hospital da Misericórdia em Lar de Idosos.

e) - Equipamentos desportivos

Segundo os dados de LUCAS (1993) o concelho tem neste momento o seguinte equipamento desportivo:

- 14 salas de desporto, cujos utentes são, na maioria, estudantes das escolas;
- 16 polidesportivos ou campos para pequenos jogos (ténis, basquetebol, andebol);
- 8 polidesportivos ou campos para grandes jogos nas freguesias urbanas;
- 14 campos de futebol nas freguesias rurais;
- 1 pista de atletismo em material não sintético;
- 1 piscina descoberta (50x21);
- 2 carreiras de tiro sendo uma com 30x25;
- 1 circuito de manutenção;

f) - Equipamentos culturais

Está em fase de conclusão o edifício da Biblioteca e Arquivo Histórico Municipal.

Esta prevista a implantação de uma Academia de Música.

1.2.2. Infraestruturas

Relativamente às infraestruturas, quer de águas residuais, quer no que diz respeito ao abastecimento de água, o concelho está bem servido.

SECÇÃO 5

A ACESSIBILIDADE

Introdução

O problema da acessibilidade é tão importante como o da produção, da saúde, da habitação, da educação e da energia.

Em qualquer sociedade humana, há um conjunto de 3 sistemas, que constituem como que um "*design*" do ambiente construído:

- Os sistemas de produção constituídos por unidades cuja função não é só, produzir bens duradouros e não duradouros ou de consumo, mas também transformar a matéria prima em produtos acabados necessários às pessoas e às máquinas;
- Os sistemas sociais cuja função é, não só abastecer com bens e serviços os consumidores, como localizar-se no espaço, de modo que as pessoas procurem esses serviços.

O objectivo desses sistemas é proporcionar qualidade de vida às pessoas inculcando-lhes valores normativos de modo que elas tomem certas atitudes preferenciais em relação ao suporte da vida (alimentação, alojamento), à protecção (segurança social) e à realização pessoal (educação recreação, etc).

Por conseguinte, a capacidade das pessoas para obter qualidade de vida (4) dependeria da sua aptidão para diferenciar as necessidades através do uso de critérios cognitivos (avaliação de custos/benefícios das suas necessidades e do modo de as realizar espacialmente, e não só), sociais (através da incorporação dos valores do grupo) e afectivos (atitudes preferenciais, valores,) e, da localização dos sistemas sociais encarregados de fornecer os meios para a satisfação das necessidades. Mas é evidente que a qualidade de vida depende também de outros sistemas:

- sistemas de infraestruturas (energia, água, matéria prima, transportes), que fornecem os recursos de modo que tanto os sistemas sociais como os de produção possam operacionalizar bens e serviços.

Entre os factores estruturais, os transportes constituem um factor determinante para a satisfação dos objectivos qualitativos. Constituem os meios de ligação das pessoas aos sistemas sociais. Como MICHAELS (1981) refere, "*o objectivo do transporte é assegurar o acesso a todos os sistemas que proporcionam alta qualidade de vida*" (pág. 243).

O percursos das pessoas para as actividades sociais, de recreio, etc, necessárias para o seu bem-estar, desde a sua casa até aos lugares de destino são de 3 tipos:

- intraurbano
- interurbano
- rural

Os acessos intraurbanos são realizados normalmente por 3 diferentes tecnologias: automóvel privado, transportes colectivos rodoviários e via férrea. O automóvel privado domina o transporte nas áreas metropolitanas, uma vez que face a tantas áreas dispersas de residência e de unidades funcionais de produção e de serviços, o automóvel é a única alternativa embora os seus custos sejam cada vez maiores, sendo necessário no futuro novas tecnologias para o transporte individual (por exemplo, o sistema A.G.T. que compreende um veículo que opera em trilhos fixos e que transporte 2 a 4 pessoas).

No transporte interurbano o enfoque através dos tempos tem sido a diminuição do tempo de viagem, o que supõe a existência de sistemas de propulsão capazes de pôr os comboios a andar a 375Km/hora de modo a serem competitivos com os meios aéreos.

Para as viagens nos meios rurais com baixa densidade populacional e com longas distâncias entre si, o sistema automóvel-estrada continua a ser o mais utilizado, não acessível a pessoas com incapacidade física e com dificuldades económicas. As alternativas para os meios rurais em termos de transporte estão muito difíceis. Talvez no futuro deva haver autocarros com funções especiais, assim como serviços programados. Mas mesmo estas alternativas são bem modestas!

Os padrões de comportamento dos ambientes residenciais e de trabalho estão a mudar. Recorreremos a Michaels e a Nazareth para traçarmos os cenários das sociedades desenvolvidas do futuro em termos demográficos, tecnológicos e de organização social, com repercussões nos transportes.

Efectivamente, na consideração dos cenários do ano 2.000 a nível demográfico, Nazareth estima, como já fizemos referência, que 70% da população dos países desenvolvidos viverão nas áreas urbanas.

No que diz respeito à estrutura etária da população, o mesmo autor prevê para os países desenvolvidos no ano 2000 uma percentagem de 20% de pessoas com mais de 60 anos (pág. 105) e uma idade média do conjunto da população com 50 anos. Este cenário traduzir-se-á para o mesmo autor por um *"novo tipo de sociedades e de relações sociais"* (pág. 105, b).

Na sociedade portuguesa passar-se-á uma situação paralela à da Europa. Para o mesmo autor haverá uma diminuição da importância dos jovens, um aumento da população potencialmente activa excepto no Alentejo (pág. 190) e um aumento da população idosa quer em números absolutos, quer em números percentuais.

Relativamente ao cenário económico nos países desenvolvidos haverá uma revolução informática, microinformática e robótica com implicações na generalização da educação e o alargamento da escolaridade e ao nível da população mais velha serão criadas universidades, aldeamentos e haverá aumento significativo do número de lares.

As necessidades subjacentes em qualquer viagem apelam para três tipos de trocas: Transferência de informação, de mercadoria e transações interpessoais. Nesta estrutura de trocas estão envolvidos quer os sistemas produtivos quer os sistemas sociais.

No entanto, para Michaels, todas as alternativas de transporte para as viagens cairão dentro de três classes: (pág.205)

- tecnologia para mover as pessoas mais através do tempo, que através do espaço. Pensa-se que em 50% das viagens que as pessoas fazem das suas casas para os diversos locais dos sistemas sociais, o objectivo é a troca de informação. Com o desenvolvimento da computação e da tecnologia de comunicação, a maior parte das necessidades das pessoas poderá ser satisfeita sem necessidade de movimento físico;
- as tecnologias para o movimento físico devem abranger, quer as pessoas com limitações físicas e psicológicas quer o grande grupo de idosos o que as levará a novas espécies de tecnologia de transporte para as viagens individuais. Por outro lado os materiais e as fontes de energia dos transportes deverão modificar-se. Até lá é possível para já educar as pessoas

- a diminuir em 20% os seus gastos em transportes quer em energia quer em compromissos não muito significativos para as suas necessidades pessoais;
- organização dos solos. Para Michaels *"the density of land use development and the location of the production and consumption systems determine the necessity for transportation technology. Similarly, the availability and willingness to invest in transportation have been a major determinant of land use organization"* (pág. 266).

O uso do solo pode ser organizado e integrado da forma que o sistema social e produtivo o desejarem, uma vez que a capacidade tecnológica actual permite responder aos mais variados comportamentos intraurbanos, interurbanos e rurais.

No entanto, na década de 1980 surgem 3 factores, segundo Michaels, que pesam na organização do uso do solo:

- o primeiro factor seria, na perspectiva de Michaels o decréscimo acentuado do número de crianças desejadas pelas famílias;
- o segundo factor seria, segundo o mesmo autor, o rápido crescimento de uma população com mais de 55 anos;
- o terceiro factor seria o rápido crescimento de unidades *"single and comunal"*.

Todos estes factores remeteriam-nos para a conjectura de que a quantidade de residencia espacial requerida, quer para a casa, quer de área de solo, é muito menor que a exigida nas gerações passadas, cujas famílias eram muito numerosas.

As mudanças demográficas apontadas por Nazareth e por Michaels sugerem-nos que a organização social do futuro centrar-se-á mais no adulto que na criança. Sugerem-nos também que, face à possibilidade de a força de trabalho na maioria dos casos estar concentrada nas áreas de processamento de informação, estes sistemas produtivos estariam em princípio colocados nas áreas comunitárias, pelo que o sistema de transportes seria uma emanção da compreensão das necessidades das pessoas e do modo como elas se organizam num determinado espaço.

Contudo, os impactos sociais, ou se quisermos, as mudanças, percebidas na interacção humana devido à implementação de programas ou de políticas de transporte, na especulação da terra, na construção civil, estão longe de ser devidamente avaliadas. Efectivamente, entre os projectos e planos e a sua

operacionalização, passam-se muitos anos, uma vez que os procedimentos de avaliação dos impactos, desde a sua identificação, avaliação, até à monitorização ou ajustamento das consequências, são muito difíceis de alcançar na prática.

1 - A ACESSIBILIDADE E A REDE DE TRANSPORTES DO CONCELHO DE BEJA

O território do concelho de Beja caracteriza-se por uma boa permeabilidade, pois não existem acidentes geográficos que dificultem o acesso ao concelho e à sua cidade.

Assim, vamos encontrar um conjunto de vias nacionais que se organiza *"radialmente a partir do contro administrativo e económico do concelho"* (relatório 3 do P.D.M. 1987, pág 50), que é a cidade de Beja.

Segundo o mesmo relatório, a sua rede de estradas tem uma estrutura radial sendo, à excepção da EN 391, praticamente inexistentes vias que permitam boas ligações entre os eixos, o que reduz consideravelmente a acessibilidade das parcelas de território definidas pela rede principal. Por outro lado o equipamento a nível municipal está localizado em Beja, pelo que a acessibilidade das populações ao equipamento é reduzida. Este facto é atribuída pelos peritos à política de organização de transportes, que garante transporte casa-escola, casa-trabalho, mas não facilita o acesso da população aos equipamentos de lazer, apesar de possuir uma infraestrutura rodoviária *"boa"* segundo os peritos do P.D.M. .

1.1 - A rede rodoviária do concelho

Considerando o facto de, para além da cidade, nenhum lugar do concelho possuir concentração significativa de emprego, a estrutura rodoviária está organizada com a rede rodoviária em *"estrela"* com centro na cidade.

A rede rodoviária do concelho tem 360 Km, dos quais cerca de 37% é ocupada com estradas nacionais. Por sua vez a rede rodoviária tem dois eixos concorrentes nucleares - O Norte-Sul (Évora, Beja, Vila Real Stº António) e o eixo Nascente-Poente (Espanha, Beja e Sines). Também, os principais aglomerados do concelho situam-se ao longo destes dois eixos.

1.2 - A rede ferroviária

A estrutura da rede ferroviária é marcada por dois eixos principais de ligação Lisboa-Algarve. Um dos eixos - Lisboa Alentejo Algarve - atravessa o concelho de Beja. Não há actualmente vias secundárias .

A linha do Sul tem uma função económica e social importante, quer em passageiros, quer em mercadorias. Só é lamentável o aeroporto de Beja não possuir uma finalidade comercial, de modo a operacionalizar a ligação de Sines a Beja, que teria um efeito incalculável na dinâmica económica e na mobilidade das populações desta região.

A oferta da C.P. é de dois tipos - serviços regionais e serviços directos. Nas ligações subregionais há 12 circulações diárias nos dois sentidos. Há também ligações rápidas a Lisboa (2h 30m) e as ligações de Beja a Évora só permitem a chegada a esta cidade à tarde e à noite. Só há uma ligação directa ao Algarve.

Pode-se concluir que o serviço *"oferecido pela C.P. no que se refere a tempos de viagem, adequação de horários e frequências e, aos aspectos qualitativos e de condições de comodidade e actividades postas à disposição do utente, não favorece a mobilidade regional e a opção pelo modo de transporte ferroviário"* (Idem, pág. 79). Podemos mesmo considerar os eixos ferroviários pouco expressivos em relação às potencialidades em termos de procura e de recursos do meio.

SECÇÃO 6

SECTORES DE ACTIVIDADE

1 - SECTOR PRIMÁRIO

Antes de abordarmos o sector em si, pretendemos traçar uma panorâmica sobre a estrutura fundiária do concelho.

Supõe-se que a estrutura agrária, até à chegada dos romanos era colectivista. A *"villa"* teria sido, na perspectiva de Lautensach (1987) *"a célula primordial da evolução da estrutura agrária, submetida aos princípios da propriedade privada"* (pág.634). Este sistema ter-se-ia mantido intacto durante a dominação árabe, que era muito tolerante em relação às populações que subjugava. Como o código visigótico favorecia a divisão da herança, a pequena propriedade desenvolveu-se muito, especialmente no Norte do País. Com a conquista do Alentejo, dado que a população era pouco densa as enormes áreas tornaram-se domínio da grande propriedade e da grande exploração *"com um povoamento intercalar de proletários sem terra"* (Lautensach, pág.638).

Apesar dos diversos períodos históricos em que os regimes de propriedade sofreram alguma modificação, no concelho de Beja, as transformações do regime de propriedade não sofreram alterações apreciáveis.

Passemos então a enumerar a estrutura fundiária do concelho. De acordo com o relatório do P.D.M.(1989), 75% da superfície ocupada é de prédios com mais de 100 hectares. No entanto, propriedades de mais de 500 hectares ocupam uma área de 25% da superfície do concelho.

Segundo o relatório do P.D.M. *"a nova fase de mudança que a lavoura do Alentejo tem de enfrentar com a entrada na C.E.E. acarretará certamente um novo ajustamento na propriedade rural, pela necessidade de introduzir novas técnicas de cultura e novas culturas, pelas modificações das rotações das culturas e, finalmente, pela utilização de nova maquinaria"* (relatório nº4, pág. 94).

1.1 - A Agricultura, a Pecuária e a Silvicultura.

A área cultivada do concelho ocupa 97% da sua área total.

A quase totalidade da superfície agrícola destina-se, como já referimos, a culturas de sequeiro. As culturas que apelam a recursos hídricos mais consistentes, apesar de terem alargado a sua proporção na superfície agrícola, não são suficientemente representativas (limitam-se à cultura do milho, melão, forragens).

As espécies de cereais mais importantes por ordem decrescente são, o trigo, a aveia e a cevada. A ocorrência de outras utilizações do solo diz respeito às culturas hortícolas de, vinha, pomares e olivais.

Por sua vez, as espécies florestais ocupam uma área importante, apesar de estar a ser reduzida a sua área (apenas 19%). Destacam-se entre as espécies florestais, o azinho, o sobreiro e o eucalipto. O azinho ocupa 1/3 da área do concelho. No entanto a sua área está a ser reduzida. Para a explicação deste facto o P.D.M. aponta 2 factores:

- crescente mecanização que procura eliminar os obstáculos;
- baixo rendimento proporcionado pela exploração suína.

No que diz respeito à pecuária, os ovinos, e os suínos são as espécies prevalentes nas explorações agro-florestais, logo seguidas dos bovinos e caprinos.

As perspectivas futuras do concelho de Beja são as que decorrem das do distrito e outras que já apontámos quando fizemos uma descrição histórica do concelho.

Por conseguinte, há pouca produtividade dos solos contribuindo esse facto para o aumento dos custos de produção e correspondente subida de preços. As superfícies dedicadas às culturas de sequeiro vão ser reduzidas. Contudo serão feitos ajustamentos de algumas culturas como o "*trigo duro*" nos solos mais produtivos, de modo que a associação de custos de produção/rentabilidade seja harmónica.

Para além destas culturas prevê-se a divulgação de uma variedade de grão de bico e de leguminosas "*proteaginosas*" muito adaptadas à nossa ecologia.

O recoberto vegetal de plantações de azinheiros e sobreiros e a formação de pastagens permanentes poderão, juntamente com a produção de grão e forragens nalgumas terras menos favoráveis, sustentar uma pecuária de rendimento satisfatório em leite e carnes.

No que diz respeito à produção animal, a produção de ovinos e caprinos é a mais adaptada à ecologia do nosso meio e as necessidades da Europa. No entanto, a ausência de estruturas que congreguem os produtores e regulem os preços de mercado e, a ausência de empenhamento e dispersão dos produtores, muitos deles sem formação neste domínio, impedem uma comercialização eficaz.

A fruticultura, com implantação de pomares visando a produção de frutos a desidratar e a produção de frutos secos, a plantação de vinha e as culturas regadas, constituem, como já o afirmámos, as grandes apostas a realizar no concelho de Beja, de acordo com os pareceres dos relatores do P.D.M.

1.2 - O sector secundário

Até 1984 cerca de 2/3 das unidades industriais, tinham ao seu serviço 1 a 2 trabalhadores.

No que diz respeito às unidades industriais com menos de 5 trabalhadores, elas representam 83.5% das unidades do concelho.

Entre 1971 e 1984 houve um acréscimo de 14.5% de unidades industriais (quadro nº 6).

Quadro nº 6: Evolução das Unidades Industriais/nº de trabalhadores no Concelho de Beja, anos 1971 a 1984.

ANOS	com - de 5 trabalhadores	com + de 5 trabalhadores	TOTAL
1 1971	186	63	249
2 1984	238	47	285

As unidades industriais com menos de 5 trabalhadores representam 28% da população activa no sector secundário.

Entretanto o acréscimo das unidades industriais não foi acompanhado pelo aumento do contingente da população activa nesse sector, havendo até uma queda de ratio nº de trabalhadores/nº de estabelecimentos industriais. Associado a esse facto há uma diminuição do volume de mão de obra empregue pela maioria das empresas do concelho.

Quanto ao valor bruto da produção industrial em 1984, esta atingiu 1.6 milhões de contos contra 240.000 contos em 1971. No entanto, se analisarmos ao nível da produtividade, ela aumentou cerca de 7 vezes, mas para tal contribuiu de forma decidida, tanto a renovação tecnológica, como a redução do efectivo de pessoal operário.

A enumeração deste quadro que acabámos de apresentar, dá-nos a noção de prudência a que se remeteram os investidores locais, que apostam nas pequenas unidades e com poucos compromissos com o factor pessoal, o que lhes dá possibilidades de resistir aos impactos das mudanças tecnológicas.

No que diz respeito à estrutura das actividades industriais, ela reparte-se do seguinte modo:

- É a indústria transformadora com 63.5% das unidades industriais e segundo dados de 1985 que domina a actividade industrial do concelho. Concretamente, é a indústria alimentar a que hegemoniza este tipo de indústria.

- todavia, há 3 sectores de actividade que congregam mais de 4/5 do emprego e a saber:

- indústria alimentar - 28.6%;
- indústria de fabricação de produtos metálicos e equipamento metálico- 37.9%;
- indústria de fabricação de produtos minerais não metálicos- 14.4%;
- a construção civil que conheceu um incremento interessante nos anos 70, entre 1982 e 1985 viu desaparecer quase 30% das suas empresas, com implicações no emprego local. Explica-se esse facto pela incapacidade em competir com as empresas não concelhias que penetraram no mercado da construção. Mas, mesmo assim, são as pequenas unidades que resistem com sucesso às dificuldades provindas da crise económica dos anos mais recentes.

Neste sector tem sido o Estado o maior investidor com mais de 40% das construções logo seguido de particulares com 31.1% e empresas privadas.

1.3 - Sector terciário

Segundo os dados de 1985 o conjunto das actividades terciárias constituídas por Comércio/Banca/Seguros/Serviços ocupam mais de metade da mão de obra do concelho. Por sua vez, os estabelecimentos constitutivos destas actividades concentram 2/3 dos estabelecimentos existentes no concelho.

A tendência deste sector é para crescer em relação à globalidade das actividades económicas, quer em termos de unidades económicas, quer em termos de volume de emprego.

A implementação do Ensino Superior Público e privado no concelho é responsável pela presença de uma população flutuante considerável (mais de 2000 pessoas) e pela acentuação da componente "*prestação de serviços*", no conjunto das actividades que compõem o sector terciário.

No que diz respeito aos efectivos por unidade de estabelecimento, contrariamente ao sector secundário, assiste-se a uma maior fragilidade das empresas constituídas por efectivos inferiores a 5 trabalhadores.

A actividade mais mal representada no concelho é a referente aos estabelecimentos hoteleiros/restaurantes, muito dependentes de população flutuante. A maioria dos utentes são nacionais.

Em breve surgirá uma unidade hoteleira na cidade de Beja, que irá proporcionar o incremento da oferta e estimular o turismo regional.

É evidente que o desenvolvimento do sector terciário está associado ao desenvolvimento dos restantes sectores de actividade. A pobreza de infraestruturas no concelho a nível terciário traduz, como não podia deixar de ser a pobreza dos restantes sectores de actividade. Remetemos para a leitura da descrição histórica do concelho as propostas de desenvolvimento concelhio e regional que poderão modificar os "*settings*" infraestruturais de bem estar.

SECÇÃO 7

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ACTIVA

Vamos ter como fonte do nosso trabalho os relatórios do Ministério do Trabalho e o relatório nº6 do P.D.M. 1987.

Em 1981, a população em idade activa representava 62.6% da população residente no concelho de Beja (relatório 3, P.D.M., 1987, pág. 5).

Relativamente à população activa com profissão e à sua distribuição pelos diversos sectores de actividade desde a década de 60 até 1985, podemos em primeiro lugar, salientar que o concelho viu reduzido em 25% a sua população activa com emprego. Por sua vez, 3/4 dos efectivos perdidos estavam ligados ao sector primário.

Enquanto em 1960 o sector primário comportava 58.8% da população activa com profissão, em 1985 no sector da Agricultura apenas labutava 14.4% da sua população activa.

O sector secundário está mais representado na indústria transformadora e na construção civil que ocupam no seu conjunto, cerca de 15% da população activa com profissão.

Há de facto uma tendência para a terciarização no concelho de Beja, que em 1960 tinha 26% da sua população activa com profissão no sector terciário, ao passo que em 1981 este sector já representava 61.6% do volume da população activa com trabalho e, em 1985 esses valores já rondavam 69.3% da população activa a trabalhar (electricidade, transportes e comunicações, comércio, bancos, seguros, operações com imóveis, serviços) (ver quadro nº7).

Quadro nº 7: Concelho de Beja: População Activa (valores em percentagens)

	1960	1981	1985
Agricultura	58.8	19.9	14.9
Ind. Extractiva	.1	.6	.3
Ind. Transformadora	10.9	8.2	9.4
Electricidade	.3	1.2	3.3
Construção Cível	4.2	9.7	6.1
Comércio	7	17	32.2
Transp/Comum	2.9	4.8	11.5
Banco/Seguros et	.7	2.3	4.1
Serviços	15.1	36.3	15.2

O peso crescente do sector "*Comércio e Serviços*" é explicado pelo peso administrativo e burocrático que a cidade tem suportado desde 1960 com a implantação de quadros e funcionários do aparelho de Estado.

SECÇÃO 8

ENSINO

Socorremo-nos de dados do ano lectivo 87/88 como referência e comparamos com os do ano lectivo 92/93. De acordo com os mesmos tracemos então a panorâmica do concelho neste domínio tão importante das sociedades modernas e, que é o da apropriação da informação.

1 - ENSINO PRIMÁRIO E PREPARATÓRIO

Para 35 escolas primárias oficiais haveria 2559 alunos espalhados, por sua vez, por 100 salas de aulas no ano lectivo 87/88. Actualmente há apenas 31 escolas, 81 salas de aula e o contingente escolar não ultrapassa 1922 alunos.

Relativamente ao ensino preparatório o concelho tinha apenas duas escolas C+S (em 1993 a cidade foi dotada de mais uma escola C+S, mas ainda sem alunos) de natureza pública e uma privada. Para além dessas escolas haveria 6 telescolas espalhadas pelas freguesias rurais.

Frequentavam essas escolas 1394 alunos, dos quais 80% frequentavam as escolas da cidade.

2 - ENSINO SECUNDÁRIO E COMPLEMENTAR

Com ensino secundário e complementar em simultâneo, há apenas duas escolas no concelho. Os alunos que a elas afluem são:

- 1713 do unificado
- 1456 do complementar
- 779 do 12º ano
- 1186 do ensino nocturno

3 - ENSINO MÉDIO E SUPERIOR

O ensino médio e superior tem conhecido um incremento significativo. As Escolas Superiores de Educação, de Enfermagem e Agrária, que no seu conjunto tinham mais de 700 alunos em 1987, hoje, estas escolas têm mais de 2000 alunos.

Relativamente ao ensino superior a cidade tem 4 extensões universitárias:

- Universidade Moderna
- Faculdade de Direito
- Instituto Superior de Psicologia Aplicada
- Instituto Superior de Serviço Social

Essas escolas possuem mais de 800 alunos dos quais mais de 60% frequentam a Universidade Moderna.

4 - ESCOLAS PROFISIONAIS

Para além de uma escola Profissional da tutela do Ministério do Trabalho, temos uma escola privada da tutela da Confederação Sindical (escola Profissional Bento Jesus Caraça)

SECÇÃO 9

SAÚDE

Tomaremos como referência os dados da A.R.S. de 1990 e os do ex-Centro de Saúde Mental (1992).

De acordo com os dados das instituições referidas, temos a referir que o concelho possuía como infraestruturas, para além do Hospital Distrital com capacidade para 272 camas, um Centro de Saúde com 11 extensões concelhias, o Centro de Paralisia Cerebral, a Escola de Deficientes Auditivos.

E de acordo com a avaliação de 1991 produzida pelo Centro de Saúde de Beja os óbitos por causa de morte em 1989 no concelho de Beja eram, pela seguinte ordem decrescente:

- doenças cérebrovasculares
- enfarte agudo de miocárdio
- tumores malignos

Estas doenças foram responsáveis por mais de 50% dos óbitos ocorridos em 1989.

O suicídio constitui neste momento a 7ª causa de morte no concelho de Beja que registou no quinquénio 87-91 50 suicídios, correspondendo a 15% dos suicídios ocorridos no distrito durante o referido período, que, para uma população invariante de 37.000 pessoas dará uma taxa de 26/100.000.

Resumo do 1º Capítulo

A cidade de Beja nunca mais recuperou a proeminência que atingiu durante mais de 400 anos e precisamente durante a dominação romana, apesar dos esforços das classes dominantes do século XV e XVI e dos séculos XIX e XX através de criação de infraestruturas. Contudo preservou as referências possíveis que a caracterizaram desde sempre como uma cidade histórica e com alguns fragmentos simbólicos, muito significativos dos seus períodos mais brilhantes.

O concelho localiza-se no coração da peneplanície alentejana, é bastante pobre em águas correntes, constitui uma zona de elevado grau de sismicidade e, do ponto de vista geológico e geomorfológico pertence ao Maciço Antigo Ibérico e com vastas superfícies de erosão.

O seu clima é de afinidades, simultaneamente mediterrânicas e continentais, com um Verão muito seco e quente e um Inverno fresco, uma precipitação pouco significativa (350 a 500mm) e com contrastes muito vincados nas estações do ano.

Relativamente à geografia das plantas, Beja encontra-se na faixa do Alentejo Oriental, onde as espécies florísticas prevalentes são as mediterrânicas, de que destacamos, a azinheira, o sobreiro, o alecrim, etc.

O ritmo de crescimento da população está em perda progressiva, com uma taxa de crescimento médio anual negativa, com um grupo etário de mais de 60 anos que representa mais de 19% da população (o do distrito representa mais de 25% da população) e com um índice de dependência, quase o dobro da média do País, e com um número médio de 2.7 pessoas por agregado. Se, finalmente, debruçarmo-nos sobre a distribuição espacial da população, verificamos que mais de 60% da população concelhia reside na cidade, capital do distrito.

No que diz respeito aos sectores de actividade a quase totalidade da superfície agrícola é ocupada com culturas de sequeiro e, no que diz respeito à estrutura da propriedade, ela poucas modificações sofreu, predominando naturalmente a grande propriedade com 75% dos prédios, com mais de 100ha. As unidades industriais, que na sua maioria não possuem mais de 5 trabalhadores, embora tenham vindo a aumentar. Contudo em relação à população contingentada neste sector não se tem vindo a verificar esse aumento. O sector dominante é o sector de serviços, que abarca mais de 60% da

população activa, contribuindo para que existam em média por rua, 3.7 estabelecimentos.

Em termos de equipamentos colectivos, desporto, Saúde, Educação, há infraestruturas mínimas e, no tocante à acessibilidade a cidade, além de ser, tal como o concelho, bastante permeável, possui uma rede viária interurbana e ferroviária capazes de emprestarem uma dinâmica extraordinária no caso de se modificarem as condições de desenvolvimento da região. No entanto, na actualidade, os serviços regionais de transportes são pouco frequentes não favorecendo a mobilidade regional além de não darem acesso aos centros de lazer.

Em suma, as infraestruturas existentes, permitem tornar a cidade e o concelho num entreposto capaz de garantir, segundo os peritos do P.D.M., a capacidade de resolver qualquer problema humano.

NOTAS

(1) Villa designa *"um conjunto dos bens de um senhor ou lavrador, com a sua residência, o alojamento dos trabalhadores, as terras, cultivadas ou não, os estábulos e os celeiros"* (Lautensach, 634).

(2) *"vivendas"* são casas unifamiliares rodeadas de um espaço ou jardim (ver Castells, pág. 39).

(3) Ainda, segundo Castells, o sistema urbano define-se *"como estrutura das relações entre processo de produção e processo de consumo num complexo espacial dado e através de um processo de intercâmbio e de um processo de gestão dessas relações"* (pág. 225).

(4) O conceito de qualidade de vida no âmbito científico inclui, na perspectiva de GOMES dos SANTOS (1988), duas componentes:

- qualidade objectiva da vida que remete para as *"condições de vida em que os indivíduos vivem"* (pág. 16).

- qualidade subjectiva da vida referir-se-ia ao julgamento dos indivíduos sobre as condições em que vivem e implica algumas ramificações que o mesmo autor propõe: qualidade subjectiva da vida percebida ou sentida, qualidade subjectiva da vida avaliada e a qualidade subjectiva da vida experimentada.

BIBLIOGRAFIA DO 1º CAPITULO

- ARGEL, D. e MARQUES H.G. (1991) - *Quatro décadas de Beja - uma busca das bruscas transformações, 1950-1989* - Ed.C.M.B.
- CANTER, D. e THORNE R. (1972) - Attitudes to housing - *Environment and Behavior*, pág. 3-32, March.
- CAMPBELL, B. (1983) - *Ecologia Humana* - Ed.70, Lisboa, 1988.
- CASTELLS, M. (1984) - *Problemas de investigação em sociologia urbana* - Ed. Presença, Lisboa.
- DELGADO, M. J. (1973)- *Ensaio Monográfico* (histórico, biográfico, linguístico e crítico)- Ed. C.M.Beja.
- ECOFORUM (1987) - Algumas linhas orientadoras para uma estratégia de desenvolvimento do concelho de Beja- *Arquivo de Beja- Vol.IV , IIª série*, - ed. C.M.Beja .
- Estatísticas Demográficas - 1989 - Ed. I.N.E. (1990).
- Estatísticas Demográficas- Censos 1991- Ed. I.N.E. 1992.
- FERREIRA, R. H. (1989) - A intervenção do arquitecto na cidade histórica: o caso de Beja - in *Cadernos do Centro Histórico de Beja*, nº 2, Beja.
- FONSECA, A.B. (1966) - *Mariana Alcoforado - a freira de Beja e as "lettres portugaises"*, Lisboa.
- HAWLEY, A.H.(1986) - *Human Ecology* - University Chicago Press.
- HOCHLEITNER (1991) - citação in D. Notícias, suplemento de 23/9/91.
- LUCAS, A.L. (1993) - *folhas inéditas sobre o parque desportivo do concelho de Beja* (cedidas amavelmente).
- MALVEIRO, M.I. (1990) - *Desertificação e dinâmica populacional no concelho de Mértola - uma perspectiva ecológica* - dissertação de mestrado, Univ. de Évora.
- MARVÃO, A. (1982) - Os cantares alentejanos - in *a Descoberta de Portugal* - Ed. Selecções Reader's Digest, Lisboa.
- MARQUES, OLIVEIRA A.H. (1973?) - *História de Portugal* - Vol.III - Ed. Palas, Lisboa, 1986.
- MARQUES, OLIVEIRA A.H. (1973) - *História de Portugal* - Vol. VII - Ed. Palas, Lisboa, 1986).
- MESTRE, J.F. (1988) - Do arrabalde de S. Francisco ao Bairro das Portas de Mértola - in *Cadernos do Centro Histórico de Beja*, nº 1, Beja.
- MESTRE, J.F. (1991) - *Beja, olhares sobre a cidade* - Ed. C.M.Beja.

- MICHAELS, R.M.** (1981) - Future transportation: organization of the design process - in *Human Behavior and Environment*, vol 5 - ed. Altman, Wohlwill, & Everett, Plenum Press, N.York.
- NAZARETH, J.M.** (1988, a) - *Portugal - próximos 20 anos - (unidade e diversidade da Demografia Portuguesa)* - Ed. F.C. Gulbenkian, Lisboa.
- NAZARETH, J.M.** (1988, b) - *Princípios e métodos de análise da Demografia Portuguesa* - Ed. Presença, Lisboa.
- P.D.M.** (1987) - relatório nº2.
- P.D.M.** (1987) - relatório nº3.
- P.D.M.** (1988?) - relatório nº4.
- P.D.M.** (1988?) - relatório nº5.
- P.D.M.** (1988?) - relatório nº6.
- P.D.M.** (1989) - relatório nº 24.
- RIBEIRO, O., LAUTENSACH H. E DAVEAU S.** (1987) - *Geografia de Portugal* - Vol 1, Vol 2, Vol 3, - Ed. Sá da Costa, Lisboa, 1988 e 1989.
- RIBEIRO, J.S.** (1846) - *Beja, no ano de 1845* - ed. fac simile C.M. Beja, 1986.
- ROUCHE, M.** (1989) - *Alta Idade Média Ocidental - História da vida privada* - Vol 1, - ed. Afrontamento, 2ª edição, 1990.
- SANTOS, M. O. Gomes dos** (1988) - *Qualidade Subjectiva da Vida e Planeamento Social* - Univ. Évora (Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica)
- SERRÃO J. e MARQUES A.O.** (1986) - *Portugal na crise dos séculos XIV e XV* - Ed. Presença, Lisboa, 1987.
- TUAN, Yi-Fu** (1977) - *Space and place* - ed. University of Minnesota Press, Minneapolis.
- VEYNE, P.** (1989) - *O Império Romano - História da vida privada* - Vol 1, - Ed. Afrontamento, 2ª edição, 1990.
- VIANA, A.** (1944) - *Origem e evolução histórica de Beja* - Ed. Minerva Comercial, Beja.
- VIANA, A. et. al** (1950) - *Guia de Beja* - Ed. C.M. Beja.
- VURPILOT, L.** (1966) *A Percepção do Espaço - Tratado de Psicologia Experimental*, Vol 6, - Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1969.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR

Introdução

A cidade, o bairro, ou o local onde vivemos, os espaços públicos, os edifícios e os seus interiores, são uma expressão dos padrões cognitivos, dos ideais, dos grupos sociais, no seu processo de adaptação ao Ambiente.

É com referência nesta proposição, que iremos desenvolver o nosso trabalho neste capítulo, que se divide em duas secções.

Iniciaremos este capítulo com a abordagem da relação entre a sociedade e o espaço, o local onde se vive e os caminhos que julgamos importantes para o desenvolvimento do sentido de comunidade ou de ligação ao lugar.

Em relação ao lugar onde se vive, realçaremos a importância das casas, das habitações colectivas e familiares ou individuais, enquanto reflexos, nos seus "designs" e configurações, das normas sociais e descreveremos a sua influência, no comportamento das pessoas, na sua organização subjectiva do espaço e da comunicação.

Os espaços públicos, semipúblicos são também componentes do lugar onde se vive, na medida em que interferem no processo de socialização da família e do fortalecimento, das condições de controlo pessoal do território do alojamento e do edifício e fracção, do suporte social e do apego ao lugar. Daí a razão também, da sua abordagem.

Finalmente o lar como um instrumento de comunicação connosco próprios, com os membros da nossa família, amigos e visitantes encerra a primeira secção deste capítulo.

É neste contexto que penetramos no tema propriamente dito deste capítulo e que é a caracterização do lugar, representada na área residencial denominada Cooperativa de Habitação Económica "*Lar para Todos*".

Na primeira subsecção descrevemos numa introdução a história do movimento cooperativo habitacional europeu, no País e no Alentejo. A partir daí, descreveremos sucintamente as políticas do solo, da habitabilidade e da sociabilidade da habitação cooperativa e a ressonância que elas têm na satisfação em morar.

Iniciaremos a segunda subsecção com a História da Cooperativa de Habitação Económica "*Lar Para Todos*".

De seguida entraremos na caracterização da área residencial pondo em evidência a sua localização e, a partir do centro dessa área convencionamos os ambientes circundantes para termos uma ideia da acessibilidade do lugar aos vários locais dos principais domínios da vida (Educação, Trabalho, Saúde).

A caracterização física do lugar e as organizações formais constituem outra subsecção do nosso processo de caracterização do lugar. Realçaremos a forma do bairro, o tipo de habitação e condição dos fogos, os espaços públicos, semipúblicos e interiores, das habitações.

Na subsecção seguinte faremos uma caracterização sociodemográfica dos cooperadores, destacando as variáveis que tivemos disponíveis, como sexo, estado civil, camada socioprofissional, local de trabalho, composição do agregado.

Finalmente, produziremos uma discussão ou, se quisermos, uma reflexão sobre o modo como os dados vão ou não ao encontro da recensão produzida na 1ª secção.

Assim, parece-nos que o lugar tem características de um "*integral neighborhood*" apesar de não cobrir todos os aspectos da vida de uma pessoa e, de o tempo de residência no Ambiente Físico fixo não ter mais de 6 anos, insuficiente para que o sentido de identidade e de identificação ao lugar se produza nas pessoas que lá habitam.

1ª SECÇÃO

NOTAS INTRODUTÓRIAS

1 - A SOCIEDADE E O ESPAÇO

A relação entre as pessoas ou a Sociedade e o Espaço põe sempre em evidência o comportamento humano, o modo como ele se integra, se acultura num espaço constituído por objectos físicos quer sejam fixos (1) ou não.

O uso activo que de algum modo as pessoas fazem do espaço e do meio físico, quer para atingir graus de preferência de proximidade, quer para atingir níveis de envolvimento desejado nas transações que efectuam, quer ainda para proporcionar bem estar pessoal, familiar ou social, põe em evidência, se quisermos avançar numa perspectiva sociológica, questões de urbanismo (2), questões de urbanização (3). Põe também em evidência o modo como se estruturam espacialmente as relações sociais (remetem-nos para a modelagem do ambiente através da organização do espaço onde cabem então os programas de planeamento urbano e os "*designs*" ou formas que devem assumir, o parêntesis é nosso) e o modo como o "*processo colectivo de consumo*" (4) se realiza nesse espaço. (Castells, pág. 61).

Esse mesmo uso activo que as pessoas fazem do espaço e do meio físico, traduz também, os padrões cognitivos, os seus mapas comportamentais, os seus ideais.

Constituem sistemas simbólicos muito importantes, (modelos idealizações) que as pessoas ou grupos sociais optam, para incorporar nas suas estratégias de adaptação ao meio ambiente.

Por conseguinte, os ambientes construídos corporalizam os esquemas, os padrões de grupos sociais determinados. Reflectem a sua identidade, o que faz com que esses ambientes não sejam meros objectos físicos ou económicos.

Os ambientes construídos são "*culturas específicas*" (RAPOPORT, A. 1980, pág. 7) (5) com impacto no comportamento humano (6) e nos estilos de vida (7) específicos. As pessoas "*de diferentes culturas utilizam o espaço de formas diferentes*" (Hall, 1966, citado por AIELLO, 1987, pág. 434).

A cidade é a unidade urbana fundamental da sociedade contemporânea. E os fenómenos urbanos surgem das "*relações recíprocas entre a população, o meio*

físico, a organização social e a tecnologia" (Duncan, 1964, citado por Castells, pág.68).

Este relacionamento das pessoas entre si, das pessoas com as coisas e das coisas entre si, é um relacionamento ordenado, estruturado e organizado. Estas componentes que se interactuam constituem um sistema estruturado, o sistema urbano (8).

Por sua vez, o sistema urbano é composto, ainda segundo Castells, pelos elementos de Produção como sejam o espaço industrial, escritórios, "*mass média*", pelos elementos de Consumo, como sejam os espaços das actividades que têm por objecto a apropriação individual, social e colectiva do produto, como por exemplo, a habitação, os equipamentos colectivos, culturais e recreativos. Por sua vez o Intercâmbio é outro elemento, que corresponde à dimensão espacial dos intercâmbios entre a Produção, o Consumo e, finalmente a Gestão que, é um elemento constituído por processos de regulação das relações entre a Produção, o Consumo e o Intercâmbio como sejam os organismos de planeamento, as instituições camarárias.

Todos estes elementos constituem, segundo Castells, "*processos sociais*" uma vez que se trata de intervenções dos agentes sociais sobre os elementos materiais.

Entretanto, da mesma forma que em relação ao espaço o ser humano tem como referência central o seu próprio corpo, também a organização social sente necessidade de dar uma certa ordem à estrutura urbana, apesar de as grandes mudanças económico-sociais terem levado a que zonas espaciais sejam ocupadas hoje por zonas residenciais, amanhã por zonas industriais, o que vem provar também que os processos espaciais também são processos sociais.

De qualquer modo, a centralidade urbana remete para a necessidade de se conceber um centro urbano (9). O centro urbano designa simultaneamente um lugar geográfico e um conteúdo social com uma função integradora das actividades urbanas (Produção, Consumo, Intercâmbio e Gestão). Tem também uma função simbólica, com símbolos arquitecturais de grande visibilidade (praça medieval ou romana, Câmara Municipal, etc).

No entanto, as novas formas de urbanização tiveram que responder às transformações das estruturas sociais provindas do desenvolvimento económico. Surgem deste modo novos centros na cidade. Há como que uma desconcentração e, ao mesmo tempo, uma descentralização das funções. Por sua vez a homogeneidade social dos espaços habitacionais também contribui para o desenvolvimento de novos centros no interior da cidade.

Como resultado das transformações sociais, o antigo centro urbano especializa-se em novas funções visando manter a dominância, através de uma especialização em novas actividades. Torna-se essencialmente, como Castells salienta, uma "área de decisão" (pág. 198) remetendo os centros de lazer para a periferia da cidade. O planeamento urbano, como instrumento de controlo social das ocupações do espaço procura regular o processo da urbanização com a criação de novos centros na estrutura urbana, como centros funcionais, simbólicos, etc.

2 - A LOCALIDADE ONDE SE VIVE OU "NEIGHBORHOOD"(10)

Para RIVLIN (1987) o reconhecimento por parte das pessoas de um território delimitado, como possuindo uma integridade e uma significação pessoal é o requisito necessário para a existência de uma localidade ("*neighborhood*").

Nos dias de hoje, o abrigo e o acesso a compras essenciais como leite, ovos, pão, dotam uma localidade de vida sustentada e neste processo desenham-se padrões de actividade social que se tornam importantes na vida das pessoas. Por exemplo, o simples acto de comprar um pacote de leite num minimercado local ou a compra de um jornal numa tabacaria do bairro, se são processos que se tornam habituais, põem em movimento uma série de contactos pessoais que faz associar as pessoas a um lugar. Se por acaso um estabelecimento encerra no local as pessoas que lá vivem sentem imediatamente esse encerramento.

Por conseguinte a área de residência cobre todos os aspectos da vida desde compras, educação de crianças, organização de serviços sociais e de recreio ou de lazer, celebração de feriados ou acontecimentos, recuperação da doença, etc.

Um local caracteriza-se pela feitura de 3 dimensões segundo Warren (1978) citado por Rivlin (pág. 3): interacção entre as pessoas e as organizações, as conexões existentes entre locais ou no interior da localidade e o sentido da identidade do lugar ("*place-identity*") (11).

Nessa localidade, as pessoas que vivem perto da porta ou no mesmo bloco são denominadas vizinhos.

A alteração na estrutura da família, o aumento do urbanismo, o incremento das tecnologias e as suas transformações, não só têm provocado grandes alterações no planeamento urbano e na mobilidade social, como também na estrutura da vida contemporânea do lugar.

De facto, assiste-se a uma diminuição da composição do agregado familiar e a uma concentração da população nos meios urbanos.

No que diz respeito ao impacto das tecnologias, podemos constatar que ele se verificou em duas direcções. Se por um lado, o automóvel, ou o transporte colectivo estendem os horizontes das pessoas permitindo-lhes ir para além da sua zona de residência, para comprarem bens de consumo, recrearem-se, fazerem visitas, etc, por outro lado, a vida contemporânea tem voltado o homem para dentro de casa, levando Sennet (1978) citado por Rivlin, a considerar que avançamos para uma "*intimate society*" (pág. 8) e para o crescimento da privatização da vida (que no entanto é contestado mais à frente, quando analisarmos a subsecção seguinte). As pessoas, ao mesmo tempo que se dedicam muito tempo a ver televisão dentro das suas casas, aí também têm os seus computadores pessoais à disposição, as "*bricolages*", fazem outros trabalhos domésticos com as novas tecnologias de cozinha, realizam-se profissionalmente. Não necessitariam de ter contactos sociais, ou divertimentos, para além dos contactos que têm no local de trabalho.

No campo do urbanismo, as zonas residenciais do século passado, transformaram-se em zonas de complexos fabris e, estes em complexos comerciais ou de escritório. Os projectos de renovação urbana arrancam milhares de famílias de lugares familiares e com intensa vida comunitária, a pretexto da degradação arquitectónica, destruindo-se a coesão social que sustentava as vidas humanas no local.

A mobilidade social provocada pelas transformações tecnológicas e pela competição de funções, tem contribuído para que se não desenvolva o sentido do lugar. Por exemplo, nos E.U.A. Rivlin cita que as pessoas se mudam em média todos os cinco anos e os proprietários de casa mudam de residências em média de 7 em 7 anos, impedindo as pessoas de ganharem raízes nos lugares onde habitam com a consequente estabilidade, segurança e conforto que caracteriza o sentimento de pertença ao lugar (12) e a satisfação residencial.

As transformações da estrutura da vida contemporânea obrigam-nos a reformular os conceitos que utilizámos para caracterizar o lugar ("*neighborhood*") que já não é a fonte natural de segurança, estabilidade, e de orientação das vidas humanas. Até que ponto as novas tecnologias afectarão ou

não os padrões de vida quotidiana das pessoas? Até que ponto também as comunidades de reformados que se vão estendendo por todo o lado e que vão ganhando cada vez maior importância, não terão uma palavra a dizer, na medida em que os residentes têm um papel importante junto dos arquitectos, ergónomos, engenheiros, organizações sociais, staff comunitário, na vida das suas cidades e visando o seu bem-estar? No fundo trata-se de devolver a segurança, a satisfação das necessidades, a estabilidade do relacionamento social, os espaços públicos para acontecimentos e os contextos para as afiliações como propõe a autora que acabámos de referir.

3 - OS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SENTIMENTO DE LIGAÇÃO AO LUGAR

Se de facto a Revolução Industrial libertou o indivíduo da vida colectiva do campo, tornando-o autónomo, por outro, o stress da cidade fê-lo retrair-se. Na perspectiva de Alexander (1967) citado por LITTLE (1987) *"the long range affect of industrialized urbanization has been the emotional isolation of individuals and concomitant social desorganization. The central components of the syndrome are seen to be the creation of isolated, inward dwellings that lead to practical difficulties of sustaining intimate contact with friend and neighbors"* (pág. 224) com efeitos nos filhos que, vivendo por sua vez isolados, acreditam não só na sua autosuficiência como estimula-lhes o desejo de viver isolados e autónomos.

É evidente que não devemos circunscrever-nos aos modelos tecnológicos do ambiente físico como a arquitectura para encontrarmos a saída para o desenvolvimento do sentido de comunidade (13). Também o contexto, económico-social e político são determinantes na ligação da pessoa ao lugar. (que adianta vivermos num bairro com uma arquitectura percebida como desejável ou suportável se o local de trabalho é distante, se é fora da área em que estão os nossos amigos, se a política de utilização dos solos continua a ser mercantilista?). Como ainda refere SAEGERT (1987) *"o ambiente físico concretiza as nossas categorias sociais e tem como suporte, de qualquer forma, instituições desenvolvidas historicamente e práticas económicas"* (pág. 122).

Mesmo, os planos urbanos mais bem intencionados e desenvolvidos por especialistas podem não funcionar. Estudos comunitários realizados por Weiss et al. (1975) não vêem diferenças nos principais aspectos da qualidade de vida,

entre comunidades planificadas e convencionais (citado por HOLAHAN e WANDERSMAN (1987, pág. 851). As novas comunidades planificadas podem fazer melhor uso da utilização do solo, proporcionar melhores oportunidades de recreio, etc, mas não haveria diferenças significativas na satisfação com a qualidade de vida, nas percepções dos residentes sobre identidade comunitária e de vizinhança, etc. A qualidade de vida dependeria menos do "design" social ou físico das comunidades referidas e mais da segurança económica, da vida em família, do vigor pessoal e dos valores e das amizades que se estabelecem.

O desenvolvimento do sentido de comunidade passa também pelo desenvolvimento da interacção social, que teria como suporte a oportunidade de contacto, a proximidade com os outros e um espaço apropriado para interagir (KEANE, 1991).

Na sua recensão Keane refere que há estudos que indicam não haver relação entre o aumento, do tamanho de uma população e o sentimento de diminuição de competência, do isolamento social, ou de infelicidade pessoal (Fischer, 1973; os Dohrenwends, 1974). Só na medida em que ao aumento da população estiver associado o sentimento de que uma área está superpovoada, é que um indivíduo será menos competente para compreender, controlar e processar os "inputs" ambientais (Milgram, 1970; Taylor, 1980; Saegert, 1978).

No que diz respeito à densidade interna (14) Keane salienta que alguns autores (Gove, 1979; Galle, 1972) verificaram haver uma relação inversa entre a referida densidade e a saúde mental, o cuidado com as crianças e o relacionamento social ao passo que outros (Booth, 1976; Mitchell, 1971) observaram que as situações de "Crowded conditions" raramente têm consequências nas relações familiares, na vida comunitária ou no desenvolvimento de tensões emocionais. Já quanto à densidade por edifício Keane cita Newman (1972 e 1982), Franck (1982) e Gills (1977) para nos propor que o número de pisos está associado negativamente com a interacção social e, positivamente, com o medo do crime (aliás, na mesma linha de Yancey).

Enquanto alguns sociólogos (v.g. Wellman, 1979) sugerem que a tecnologia, a comunicação, os transportes e os estilos de vida, contemporâneos podem levar as localidades ou comunidades locais a perder a importância que tiveram (citados por Holahan e Wandersman, pg. 852) outros como os autores que acabámos de citar consideram que quer queiram ou não, as pessoas são influenciadas pela percepção da vizinhança no seu processo de interacção ou de isolamento social e, quanto maior for o controlo social (15) e o "coping" (16) exercidos pelos grupos sociais do local menor será o síndrome de declínio do

mesmo local e maior será a coesão social e, por conseguinte, a competência ambiental desses grupos.

Aliás, Unger e Wandersman (1985) propõe-nos que as organizações formais devem despertar nos cidadãos o desenvolvimento do sentimento de comunidade, argumentando do seguinte modo:

"Neighboring involves the social interaction, the symbolic interaction, and the attachment of individuals with the people living around them and the place in which they live. Therefore, while controversies about the importance or lack of importance of the urban neighborhood in today's society are taking place, it is clear that neighboring plays an important role in people's lives. Neighboring shapes perception of neighbors, influences social interaction or social isolation and affects problem solving and neighborhood viability, whether or not people are actively interacting with their neighbors" (pág. 852, citado por Holahan e Wandersman).

4 - O LUGAR ONDE SE VIVE

4.1 - As habitações familiares e colectivas

Para Hiemstra e Mc Farling um requisito importante da habitação para uma só família e o respectivo ambiente é o tratamento do espaço. O espaço permite à família desenvolver actividades sem interferência dos vizinhos.

As habitações colectivas têm em geral menor área territorial para cada família, as pessoas estão mais próximas dos vizinhos, pois há partilha de tectos, paredes, calçada comum, originando falta de privacidade, impedindo a amizade e o relacionamento saudável entre as pessoas. Segundo os mesmos autores a disposição física das habitações colectivas não fomenta relações sociais entre os moradores. (ver pág. 50).

Outro autor, E. HUTTMAN (1985) que analisa as políticas transnacionais relativamente à habitação, ao referir-se aos *"high-rise building"* construídos em Inglaterra, diz que os ingleses acham essas construções impopulares, porque não têm jardins nem privacidade, *"que as pessoas aborrecem-se porque os elevadores falham com frequência... que as mães não conseguem supervisionar as brincadeiras dos filhos fora do prédio, que há falta de espaço próprio para a brincadeira e uma grande densidade de população no prédio"* (pág. 326) tornando-o barulhento. Outro autor, Kumove (1966) citado por Hiemstra e McFarling observou que as crianças com

mais de 7 anos que moram em prédios altos passam muito mais tempo fora de casa que as da mesma idade que moram nas habitações individuais ou familiares.

Por sua vez, Newman (1973) também citado por estes autores refere que a taxa criminal aumenta em edifícios com mais de 7 andares.

Para Gans (1962) citado por YANCEY (1971) a proximidade física dos apartamentos ou das residências tem uma relação contingente com o desenvolvimento da relação entre famílias. Os estilos de vida seriam muito mais determinantes para o relacionamento entre famílias. Para Gans seriam os meios culturais onde as pessoas constroem as suas aspirações que implicariam no estilo e vida, como por exemplo os rendimentos e as ocupações.

Por sua vez, Yancey considera que não haveria relação entre o status social e a satisfação com o local nem este com a proximidade dos amigos.

4.2 - A casa, outro espelho da organização social e das normas e regras sociais

Retomando Rapoport, este autor considera o Ambiente como uma organização complexa e sistemática de quatro elementos: "o espaço, a significação, a comunicação e o tempo" (pág. 11). Estas facetas ocorrem simultaneamente numa variedade de configurações (por exemplo, a organização e o uso do espaço dentro de casa sustenta formas diferentes de comunicação e de significação para os que residem nela).

Em todas as sociedades as normas sociais e as funções que as pessoas ocupam na sua vida real (papeis) determinam o modo como os lares devem ser usados, isto é, os tempos e os lugares para entrar, divertir, comer, dormir e comunicar. As normas sociais reflectem-se em "*vários designs e configurações das residências, os tipos e as localizações dos mobiliários e objectos afins*" (WERNER et al. 1985, pág.4).

Outro exemplo da organização do espaço de acordo com os padrões dos grupos sociais é a escolha da casa, ou da habitação. Assim, a hipótese da variável independente recursos económicos parece não ter muita influência na escolha de casa. No entanto, Duncans (1955) citados por MORIARTY (1974) observaram que diferentes grupos socioeconómicos possuindo rendimentos semelhantes têm diferentes padrões de residir e, naturalmente, preferências diferentes em relação ao local a residir.

A hipótese de escolha social parece ser a mais consistente. Ela propõe que as pessoas que procuram casa escolhem os sítios para morar de acordo com postulados comportamentais e não exclusivamente por motivos económicos. Os trabalhos de Moriarty apontam para uma boa associação entre acessibilidade social e a procura de casa. Quer dizer, o padrão de escolha de casa tem a ver, por isso, com a proximidade de amigos compatíveis e vizinhos. Em segundo lugar, entre os factores que levam as pessoas a escolher local de residência tem a ver com o acesso ao emprego. Como refere Moriarty, "*this analysis of residential locational choice indicates that both an area's employment accessibility and social accessibility are important attributes evaluate by home seekers in their selection of a household*" (pág. 465).

Parece-nos também importante salientarmos PRIEMUS (1986) que nos propõe a inclusão de várias variáveis na sua teoria que "*views housing as a creative adaptation process*" (pág. 32). Assim, destacamos entre as demais, a posição do sujeito no ciclo da vida em família, a sua posição em relação ao mercado de trabalho (se é boa, o processo de adaptação ao lugar fortalece) e em relação à carreira, o estilo de vida da família (a preferência por um dado "*habitat*" é consequência de um certo estilo de vida), a significação que se dá ao lugar onde se vive e que é produto das interacções interhumanas simbólicas.

Por conseguinte, a corporalização dos espaços e dos objectos, a sua significação, influenciam os comportamentos das pessoas, a sua organização subjectiva do espaço e da comunicação, fazendo com que um espaço se transforme num lugar e este, suportável para as actividades das pessoas, que também percebem o lugar como homogéneo (em termos de afinidade e comunhão de interesses, tipo de casa, tipo de espaço público).

Deste modo as unidades habitacionais tornam-se congruentes com o estilo de vida e o desenvolvimento do sentido de comunidade.

4.3 - Os espaços públicos e semi-públicos

Poucos estudos existem sobre a relação entre a arquitectura e os padrões de comportamento das pessoas. Os estudos dominantes situam-se prevalentemente sobre as respostas humanas aos ambientes sociais.

As pessoas ao longo do tempo incorporam nos seus processos psicológicos e nas transações com o meio, o contexto físico circundante, de acordo com as suas necessidades e motivações. Segundo Proshansky, Ittelson e

Rivlin (1970) citados por Holahan, as pessoas teriam um "*behavioral mapping*" (pág. 33) composto por interações verbais, não verbais e de actividades, desde conversar, recrear-se activamente procurando os recursos dos logradouros ou de passeios para bicicletas, ou estarem sentados no logradouro comum ou no jardim do bairro a ouvirem rádio ou ainda a fazerem compras no minimercado local, ou ainda a fazer jardinagem ou a amanharem o seu automóvel no parque de estacionamento em frente da casa.

Deste modo os espaços sociais ou espaços públicos fora de casa são importantes no processo de socialização das famílias. Segundo Holahan em vizinhança antiga "*90% of outdoor behavior occurred along the sidewalk, near entranceways, on stoops, and along the curb*" (pág. 38) e as pessoas utilizam esses espaços para promoverem transações informais e casuais.

Os settings comerciais ou se quisermos, as construções que contêm pessoas e objectos também são espaços que promovem trocas sociais. Aliás, os espaços que contêm atracções comerciais e de recreio despertam a socialização das pessoas e ajudam-nas a promover a satisfação em residir no seu bairro. Num levantamento ambiental levado a cabo e também citado por Holahan conclui que as condições ligadas à satisfação em viver em determinado lugar teria a haver com o facto de se encontrar pessoas e fazer amigos, ter possibilidades de recreação, oportunidades e lugares para conversar, de obter suporte para problemas pessoais, conforto e privacidade, a composição física da casa e das dependências, o mobiliário, o sentimento global de viver no seu bairro (ver pág. 49).

Retomando Yancey, este autor considera imprescindível nas habitações colectivas a existência de "*defensible space*" (pág. 17) sob forma de espaços semi-públicos: "*sem os espaços semi-públicos e as 'facilities', o desenvolvimento das redes sociais são retardadas. A atomização da comunidade pode resultar em conflitos entre vizinhos*" (idem).

Estudos de Wilner (1962) também citados por Yancey mostram que com um "*design*" arquitectural que facilite a interacção social através da implementação de espaços e acessos comuns, há um acréscimo de, confiança entre vizinhos, visitas, ajuda mútua, (pág. 18) fortalecendo as condições de controle pessoal e de suporte social por parte das pessoas e o apego ao lugar.

Para BABA e AUSTIN (1989) melhorando a qualidade das características ambientais do local onde se vive, aumentaria a preocupação dos residentes pela aparência desse mesmo local ("*neighborhood*"), assim como a percepção da segurança do mesmo (menos receio do crime, por exemplo, o

parêntesis é nosso). Quanto maior for a coesão social da população residente num local, maior confiança existirá em relação a esse mesmo local.

Por conseguinte para haver satisfação pelo local onde se habita teria de haver uma conexão segundo Lewis e Lyon (1986) "*entre as condições objectivas de uma localidade e a satisfação subjectiva*" (citados por Baba e Austin, pág. 766).

No entanto, nos dias de hoje, tanto a vida pública como a privada, estão em crise.

De facto, existe uma intrusão forte do público na vida privada. "*Information pours into your home through public means, through the mails, under your door, through the TV, rádio, and telephone, and strangers intrude at your door or by phone, proselytizing, selling something, or seeking aid. These public intrusions, over several hundred years of their history, have tended to erase the early, seemingly clearer distinctions between private and public*" (BRILL, 1989, pág. 20-21).

Por sua vez, a perda da vida de vizinhança e da vida pública tem-se acentuado também nos últimos cem anos. O "*design*" urbano e arquitectural não tem contemplado os espaços públicos, nem ambientes públicos visando a vida social comunitária. Deve-se por isso estudar novos conceitos estéticos de ambientes públicos como a rua, a praça, o parque. Esse estudo deve ser interdisciplinar, com arquitectos paisagistas, psicólogos sociais e sociólogos e ecólogos, de modo a evitar que as decisões sejam tomadas por elites. É necessário desenvolver em Ecologia Humana a área de Vida Pública comunitária de modo que o sentido de comunidade recupere as suas raízes destruídas pela Revolução Industrial, segundo Alexander (1974) citado por Little, pág. 224) e pelo automóvel, segundo Perry (1924), citado por GOLDFIELD (1987, pág. 231). É necessário também, promover a privacidade nos lares de modo que as pessoas possam partilhar mais profundamente os seus afectos e, ao mesmo tempo, poderem desdobrar-se para si próprias (é importante também estarmos sós, connosco próprios).

5 - O LAR

A casa é uma unidade física que define e delimita o espaço para os membros da família. Proporciona abrigo e protecção para as actividades domésticas. E o direito de posse ou de propriedade de uma casa traduz-se, no fundo, na transformação de uma casa num lar.

No entanto, o lar é mais do que um marco territorial. É uma entidade complexa que é definida por factores económicos, socioculturais, políticos, sociodemográficos e psicológicos. O lar não é só um lugar, mas também tem ressonância psicológica e significação social. "*It is part of dwelling - something we do, away of weaving up a life in particular geographical spaces*" SAEGERT, 1985, pág. 287).

O modelo do lar, a significação ou a representação que lhe é dada e o uso dos seus interiores também estão relacionados com os factores que acabamos de citar.

Assim, o uso da cozinha por exemplo na Grã-Bretanha, alarga-se para a lavagem de roupa em pia aí colocada, ao passo que por exemplo no bairro cooperativo objecto do nosso trabalho há, junto da cozinha uma dependência para esse efeito ("*a marquise*"). O facto de haver distinção no uso dos interiores da casa significa que os hábitos, costumes e mesmo regulamentos de construção podem diferir de cultura para cultura.

Para além disso, as variações sociodemográficas como a idade, o sexo e a estrutura familiar, crenças religiosas, também pesam no modelo de casa que se pretende e na representação que se faz relativamente ao uso do lar. Por exemplo, os elementos mais velhos do lar normalmente estão mais ligados às rotinas domésticas como sejam, a preparação dos alimentos e a sua manufactura, apesar de haver mudanças tecnológicas nos equipamentos e mobiliário de cozinha ou até os "*fast-foods*" constituírem alternativas às rotinas domésticas. Além disso, os elementos mais velhos do agregado familiar tentam impôr uma divisão mais forte no que diz respeito à competência para o domínio das divisões, sendo a cozinha considerada domínio da mulher.

Por sua vez, as dimensões psicológicas também se relacionam com o modelo de casa, a representação que se tem do lar e o uso que se lhe dá. A casa é um instrumento de comunicação connosco próprios, com os membros da família, amigos e, até, estranhos.

Relativamente aos objectos domésticos que estão distribuídos pela casa, desde plantas interiores, objectos domésticos de muito valor, visam não só proporcionar às pessoas da casa maior conforto, mas também transmitir informação a respeito de nós próprios e, no relacionamento com os outros e transmitir a nossa identidade e autoestima.

O projecto e a decoração dos interiores do lar não se prendem exclusivamente a factores económicos, pragmáticos, escolhidos mais ou menos racionalmente. "*The planning and decoration of home interiors is also intimately*

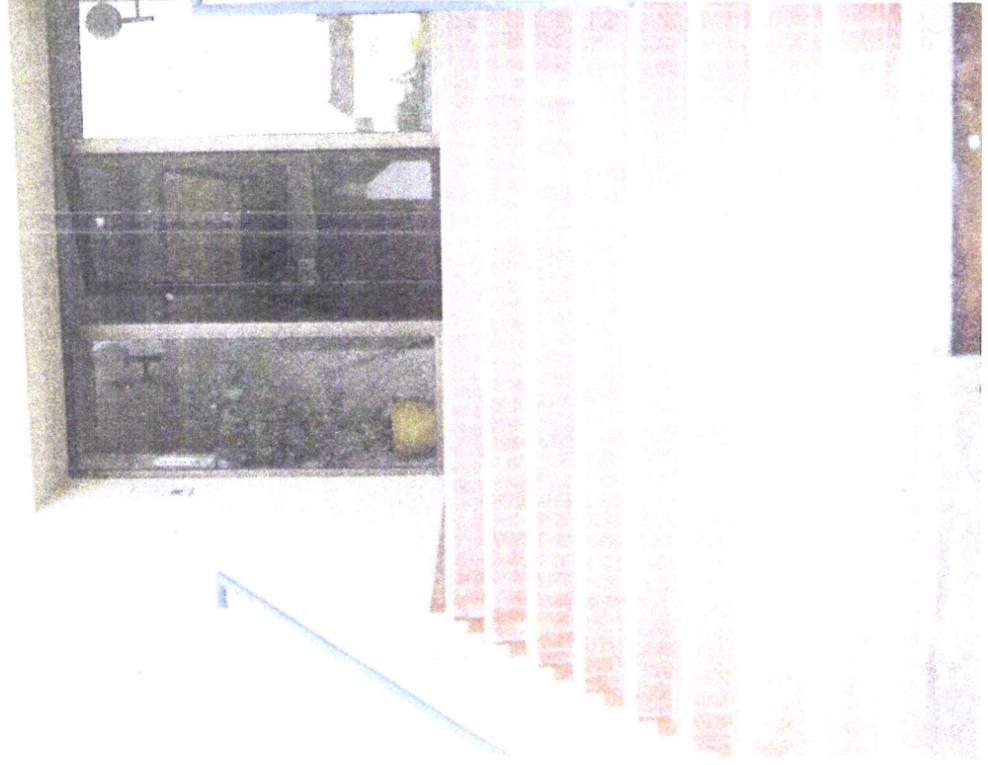
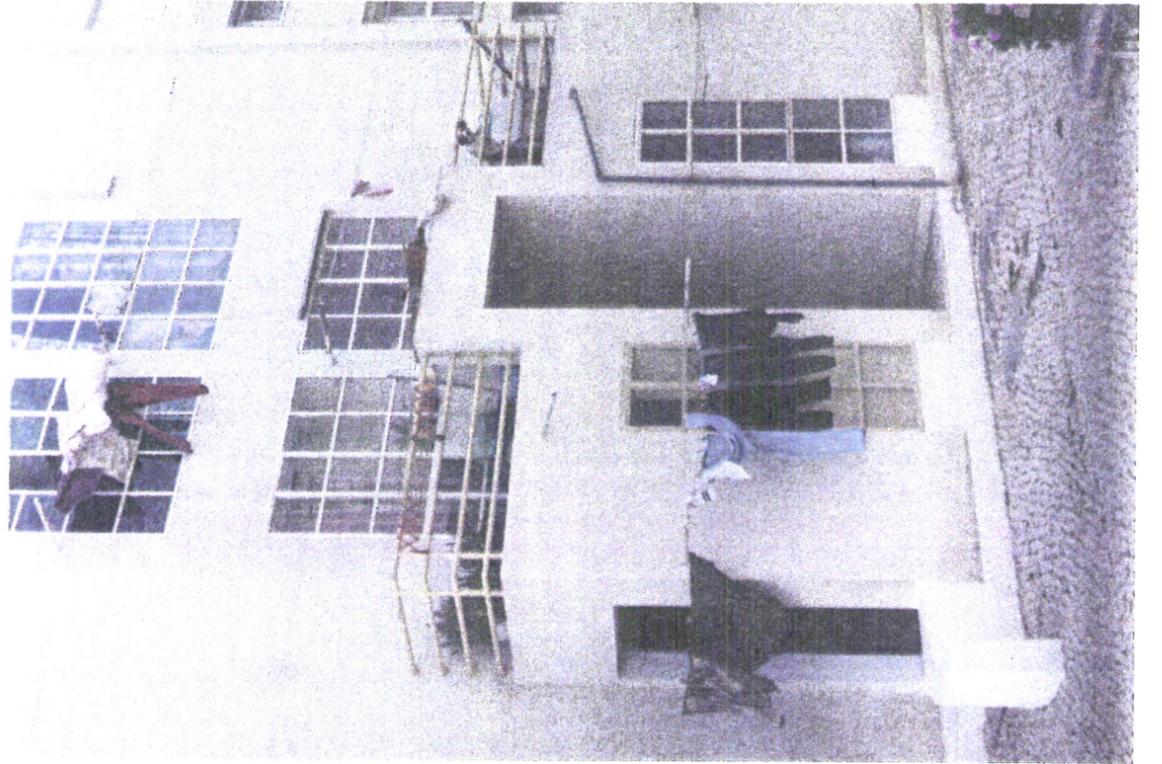
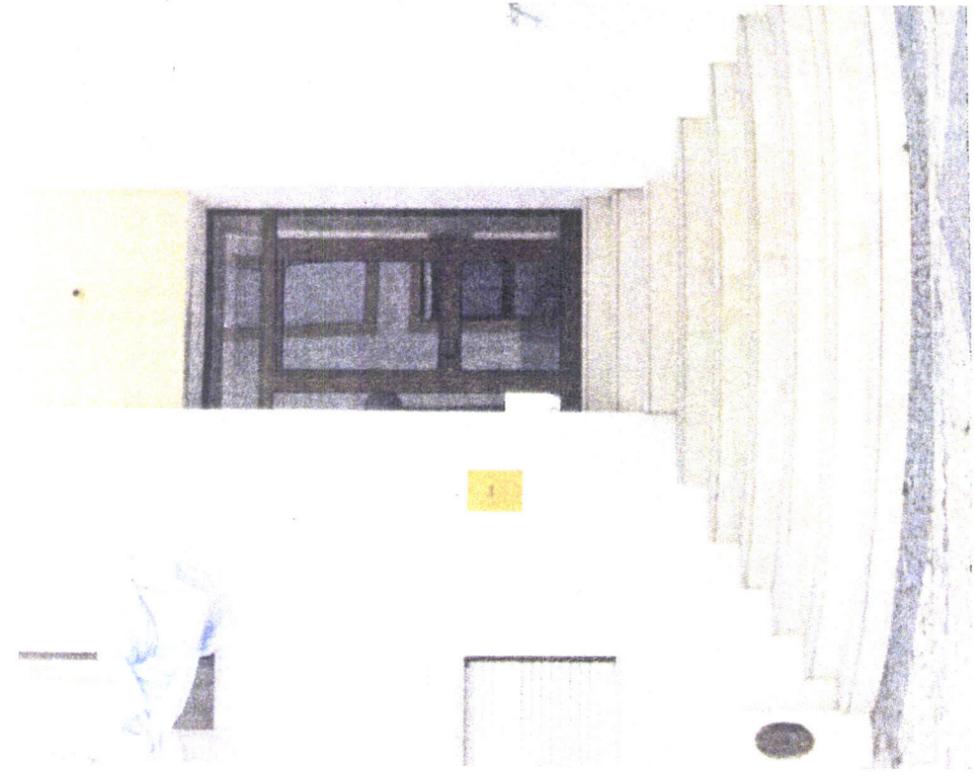
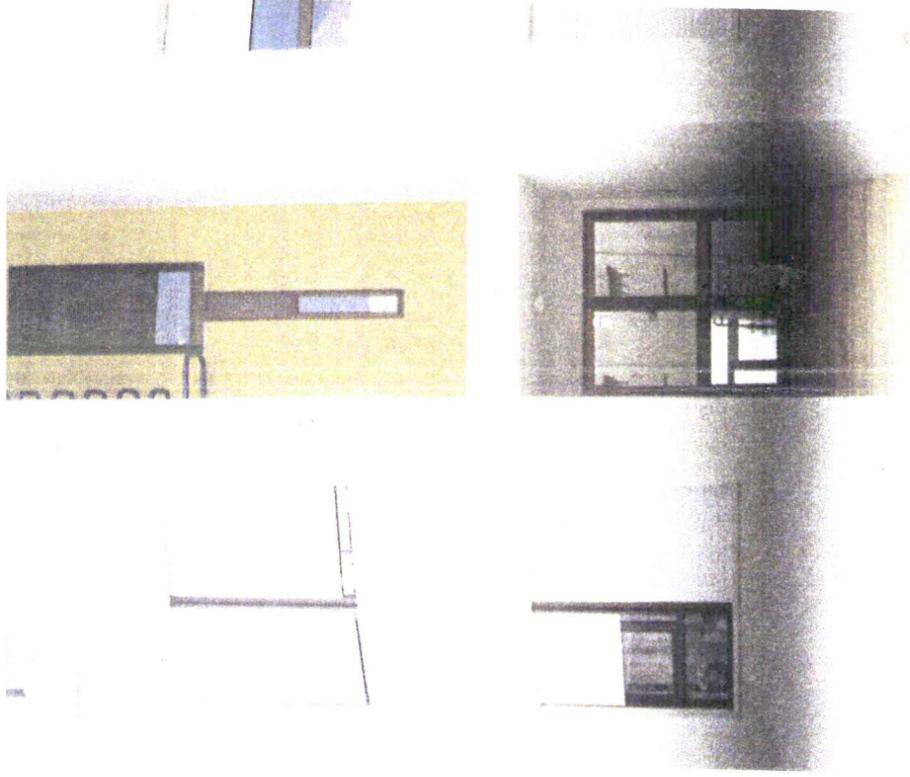
related to past residential experience, and personal aspirations and preferences, which can be the foundation of unconscious, symbolic factors" (LAWRENCE, 1987, pág. 162).

Através da atribuição de significado aos espaços e objectos domésticos as pessoas transmitem-nos a ideia de que o lar não é só um ancoradouro, que nos protege da sociedade, mas também constitui uma credencial que visa obter respeito e estima dos outros. Aqui cabe também perceber que a privacidade pode ser interpretada não só em termos de relação dialéctica entre espaço e actividades dentro e fora de casa, mas também, em termos de individualidade e comunalidade.

Os interiores da casa também têm uma representação para as pessoas que nelas habitam e, neste caso o tempo tem um papel importante no modo como as pessoas se empenham quer nas actividades domésticas (as situações da família mudam ao longo do ciclo da vida, assim como as actividades e a organização do lar; uma situação é, o momento em que os filhos são pequenos e outra, por exemplo, na fase final da vida adulta - fase do "*ninho vazio*" - em que os aposentos têm outro uso, o parentesis é nosso), quer na atribuição do significado do lar e dos aposentos. De qualquer modo, as pessoas que "*utilizam de forma regular e na mesma altura do dia determinada área da casa, tendem a tornar essa área mais confortável que os aposentos que só são reservados para as ocasiões especiais*" (WERNER, 1987, pág. 172).

Finalmente há autores (Berry e Kasarda, 1977) que admitem estar associado a volumetria da residência, quer com o vigor das relações sociais, número de amigos e parentes e participação em organizações formais (citados por Baba e Austin).

Pouco se sabe, entretanto, sobre as atitudes e os valores dos residentes sobre a casa, sobre as práticas da vida doméstica ao longo dos séculos e até, do impacto que as inovações tecnológicas domésticas têm tido nas famílias.



COOPERATIVA DE
HABITAÇÃO ECONOMICA
" LAR PARA TODOS "
os acessos às habitações



2ª SECÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR: COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA "LAR PARA TODOS".

1ª Subsecção

1 - HISTÓRIA, QUALIDADE E SOCIABILIDADE HABITACIONAL DAS COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO ECONÓMICA. DESCRIÇÃO SUMÁRIA

1.1 - História do movimento cooperativo habitacional

As cooperativas de Habitação existem no nosso país desde os fins do século XIX.

Funcionavam, até 1974 como Caixas de Crédito Imobiliário. Era uma modalidade organizacional em que sempre que o resultado da quotização atingisse um valor limite da respectiva classe de construção, os sócios adquiririam o direito a construir a sua habitação em terrenos próprios ou dispersos. As cooperativas só podiam apoiar-se nos seus primeiros tempos "*nas capacidades de poupança, de compra e de venda dos seus membros... que provinham de camadas economicamente débeis e a formação dos capitais, obtidos de entre outros modos pela colocação de valores, só se fez muito lentamente*" (RUPPRECHT, 1975, pág. 19).

Após o 25 de Abril de 1974 surgem as primeiras cooperativas de habitação que são, em alguns casos o resultado do esforço dos criadores das Associações de Moradores.

Na primeira fase do seu desenvolvimento, as cooperativas eram apoiadas pelo Fundo de Fomento de Habitação (F.F.H.). Esse apoio, segundo MAGANO (1991), "*era dirigido à população insolvente e pressupunha a organização comunitária, visando a melhoria das condições de alojamento*" (pág. 19).

Numa 2ª fase surgem as denominadas "*Cooperativas de Habitação Económica*" constituídas, na sua maior parte entre 1976 e 1978, contando com o apoio jurídico, técnico, social e financeiro, do núcleo de apoio às cooperativas do F.F.H..

Entretanto, dá-se a desactivação desse núcleo de apoio e, com ela, os bloqueamentos dos financiamentos.

Consequentemente decresce o número de cooperativas de habitação que se constitui e é preciso esperar por 1984 para surgir um novo impulso traduzido na constituição de novas Cooperativas de Habitação Económica (C.H.E.). Referimo-nos evidentemente, à constituição do Instituto Nacional de Habitação (I.N.H.).

Mas, as barreiras de crédito voltam a acentuar-se e, só sobrevivem, na perspectiva de Magano, as cooperativas *"que tiveram capacidade de se estruturar e de criar fontes de financiamento público"* (pág. 20).

Uma das razões apontadas para este bloqueamento por Rupprecht, quando analisa a política habitacional em países em vias de desenvolvimento, é o facto de as instituições bancárias terem outros interesses de que destaca: *"o comércio, o financiamento das importações, as indústrias que contam com medidas proteccionistas e as iniciativas privadas, que prometem ganhos mais lucrativos"* (pág. 15).

No entanto para GHEKIERE (1991) que analisa com pormenor os mercados e a política de alojamento dos diversos países da comunidade europeia ao debruçar-se sobre a política de realojamento sistemático conduzida pelo F.F.H. considera que esta revelou-se *"trop couteuse, inefficace du point du vue de l'integration des populations et surtout inadaptée aux caractéristiques des ménages"* pelo que a transferência da competência do F.F.H. para os municípios tornou-se segundo o mesmo autor *"mieux adapté e très différencié"* (pág. 272). Para aplicação dos programas dos municípios o financiamento do I.N.H. tornou-se importante.

Das 395 cooperativas de Habitação constituídas legalmente, só cerca de 200 estão activas no nosso País.

Na actualidade, o movimento cooperativo habitacional tem 60.000 cooperadores e conta com 30.000 fogos construídos, sendo muito importante o seu papel na promoção de habitação de custos controlados. Segundo Ghekiere a produção anual de alojamentos passou de 372 em 1979 para perto de 7000 em 1987 (ver pág.276).

Nos últimos tempos há uma tendência para as cooperativas terem dificuldades em vender as habitações que constroem por incapacidade de muitos cooperadores em utilizar o crédito. Daí que a aquisição das habitações esteja a ser efectuada por uma camada social um pouco mais elevada do que aquela que estava prevista nos objectivos que corporalizaram a constituição das Cooperativas de Habitação Económica que exigem por sua vez, habitações de melhor qualidade.

1.2 - O movimento cooperativo no Alentejo

A região do Alentejo como reflexo do seu fraco desenvolvimento económico e social em comparação com as outras regiões do País, também apresenta a sua concomitância no plano do movimento cooperativo. Efectivamente, na perspectiva de CARAÇA (1992) *"a resolução dos problemas habitacionais das populações mais carenciadas tem sido deveras penoso e de difícil concretização"* (pág. 45).

No que diz respeito à sua difusão na região, devido ao êxodo das populações rurais, as cooperativas de habitação concentram os seus esforços nos centros urbanos de Beja e Évora.

Para responder aos graves problemas que se colocam à eficácia do movimento cooperativo na região, desde a ausência de empresas com a envergadura desejada, à inexistência de mão de obra qualificada na construção civil e na gestão, as dificuldades de financiamento, etc, foi criada uma estrutura regional cooperativa - A Direcção regional do Alentejo - que abarca actualmente 25 cooperativas de habitação distribuídas por 15 concelhos da região e com 1800 fogos já construídos.

1.3 - A habitabilidade e a sociabilidade da habitação cooperativa.

Relativamente à qualidade da habitação cooperativa produzida até agora, é opinião de CABRITA (1991) que *"a produção habitacional oriunda do movimento cooperativo, independentemente de um caso ou outro de maior descuido ou imediatismo simplificador, tem lutado para evitar os males"* (pág.) que caracterizam a paisagem construída no nosso país com aspectos de, falta de coerência das malhas e das formas urbanas, infraestruturas e de equipamentos deficientes, má qualidade arquitectónica das edificações, apresentação de patologia e degradação construtiva precoce verificada nas fachadas dos edifícios. Para o mesmo autor os esforços feitos no movimento cooperativo para evitar os males atrás apontados, têm-se traduzido em *"resultados cada vez melhores"* (pág. 27) propondo neste domínio uma boa fiscalização na habitação cooperativa e o lançamento de novos desafios visando a melhoria da qualidade da habitação, através de, produtos, cuja utilização tenha a garantia de qualidade certificada, alargamento de inovação tecnológica e da optimização do binómio custos/qualidade dos empreendimentos cooperativos.

Em inquérito organizado em 1986 por QUINTELA (1986) e dirigido a uma amostra das populações urbanas residentes nos empreendimentos das cooperativas de habitação de Lisboa e Setúbal, são apontadas algumas razões pelas quais as pessoas aderem às cooperativas de habitação (pág. 31 a 36).

Assim, as razões económicas e de necessidade de habitação ocupam mais de 80% das respostas.

No que diz respeito à satisfação habitacional, 94% dos cooperadores inquiridos afirmam estar satisfeitos com a casa cooperativa, enquanto 23% queixam-se de defeitos de construção e de má localização.

Quanto à satisfação em residir, as razões prevalentes para essa ocorrência são, a qualidade da casa (76% de respostas) seguida do bom relacionamento (48% de casos) e da qualidade da urbanização, o que contraria os resultados das pesquisas que fizemos referência na introdução deste capítulo.

Quanto ao conhecimento interpessoal entre residentes, 31% consideram que as relações de vizinhança são mais frequentes desde que residem no bairro cooperativo.

Por sua vez 2/3 dos residentes no bairro cooperativo relacionam-se de "portas adentro" com outros moradores, sendo as de base familiares, as prevalentes e em 28% de casos têm por base as relações estreitas de vizinhança.

Quanto às representações ligadas às relações de vizinhança, 91% dos cooperadores consideram à partida, as relações de vizinhança muito importantes. No que diz respeito aos problemas de vizinhança, os que mais se destacam são, os barulhos das crianças, as zaragatas e os problemas ligados à limpeza do prédio.

Finalmente, 93% dos inquiridos admitem ter prestado ou, pelo menos, estarem disponíveis para prestar pequenos serviços aos vizinhos.

Nas conclusões Quintela conjectura que "*uma vivência comunitária sadia permite e incentiva o desenvolvimento das sociabilidades fortes e fecundas*" (pág. 36).

2ª Subsecção

1 - COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA "LAR PARA TODOS"

1.1 - História da Cooperativa de Habitação Económica "Lar Para Todos"

A Cooperativa de Habitação Económica "Lar Para Todos" tem as suas raízes históricas na Sociedade Cooperativa de Construção "Lar para Todos" Responsabilidade Limitada, criada por escritura pública em 17/3/1964 (Diário do Governo, IIIª série, nº34, 10/2/65, pág. 415).

O objecto social da então Sociedade Cooperativa era a aquisição de terrenos e edificação nos mesmos de casas de habitação económica.

A eleição dos primeiros corpos sociais da Cooperativa realizou-se em 16/12/64 às 22h.30m com a presença de 65% dos 20 associados fundadores, cujo principal impulsionador teria sido o senhor Manuel Leandro dos Reis, publicamente louvado na mesma assembleia (acta nº 1 de 16/12/64, assinatura ilegível).

Em 1965 foram adquiridas as primeiras casas pela Sociedade.

Em 1977 é publicada a alteração da designação da Sociedade Cooperativa de Construção "Lar para Todos" que passa a designar-se COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONOMICA "LAR PARA TODOS", cuja escritura é lavrada em 21/11/77 e a sua publicação é certificada em 12/12/77 (D.R. 12/12/77, IIIª série pág.11537).

Um pouco mais tarde a Cooperativa adopta regime de sociedade cooperativa de Responsabilidade Limitada, sendo o âmbito da sua actuação apenas o distrito de Beja (D.R. 7/3/78 IIIª série, pág. 2607).

Em 20/7/82 por deliberação da Assembleia Geral (acta nº 34) são alterados os Estatutos da Cooperativa no que diz respeito à sua designação, que passa a ser COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONOMICA "LAR PARA TODOS" C.R.L. (D.R., 30/10/82, IIIª série, nº 252, pág. 15030).

Em 6/1/84 é atribuída pela Câmara Municipal de Beja à Cooperativa uma área inicial de 23.390m² de terreno para a habitação.

De 1965 a 1984 a Sociedade Cooperativa, depois Cooperativa de Habitação Económica construíram ou compraram 30 habitações.

De 1984 a 1992 a cooperativa construiu 328 fogos, estando, no momento em que escrevemos estas linhas, 317 cooperadores a habitar.

A partir de 1990 a Cooperativa deslocou a sua sede social para a área onde actualmente se situa o seu "bairro" (D.R., 28/2/91, IIIª série, nº 49, pág. 3712 e 3713).

1.2 - O lugar; sua localização, ambientes proximais e distais

1.2.1 - A sua localização

A Unidade residencial da Cooperativa de Habitação Económica "Lar Para Todos" também designada por "Bairro da Cooperativa" ou "Bairro de Santo André" fica situada junto à estrada nacional Lisboa- Beja e a poente da cidade de Beja.

Encontra-se, de acordo com o ordenamento urbano do território municipal, na área urbana programada (17) e, mais concretamente na "zona de habitação em expansão" (18). Dentro desta última zona localiza-se, de acordo com o plano de pormenor Beja I e II, na zona habitacional de expansão em curso.

É delimitada a sul pela zona de expansão aprovada ou em estudo (mas com obras já em curso neste momento) em que estão instalados e em vias de se instalar os seguintes equipamentos colectivos:

- Escola C+S de Santiago Maior
- Instituto Politécnico
- Complexo Desportivo constituído por campo relvado, campo de ténis, pista de atletismo, campo de andebol.
- Entre o complexo desportivo e a unidade residencial situa-se uma mata, com sanitários e lava loiças, parque de merendas, circuito de manutenção. Denomina-se esta mata de "Mata Municipal".
- Mais à frente, à medida que se caminha para Sul, localiza-se o Hipermercado "Modelo", recentemente inaugurado.

A Sudeste, o bairro cooperativo é limitado por unidades residenciais individuais privadas ("vivendas") e, mais à frente, na mesma direcção, pelo Bairro Social, que se encontra já na zona de Habitação consolidada.

A Leste o bairro faz fronteira com o Convento das Carmelitas e a prisão da cidade, por sua vez incorporados na zona de habitação consolidada.

A Norte, o Bairro é delimitado pela estrada de Beja-Lisboa nº 121 e, do lado de lá, da estrada e, à medida que se caminha para Norte, pelo cemitério de Santiago Maior.

A Poente é delimitado por uma zona de cultivo, muito plana com uma extensão de 200 metros, no fim da qual se localiza a estrada nacional.

O bairro cooperativo situa-se numa área muito plana, cujo solo, aliás muito fértil, se denomina "*Barro de Beja*".

1.2.2 - Ambientes proximais, distais e longínquos

Podemos convencionar os ambientes proximais aqueles que distam do centro do bairro cooperativo a menos de 5 minutos a pé. Convencionamos os distais os que distam desse centro até 10 minutos a pé. Entre os longínquos, convencionamos os toleráveis os que distam até 20 minutos a pé do centro do bairro e os não suportáveis os que distam a mais de 20 minutos a pé.

Vamos, face aos ambientes que convencionámos e que denominamos de arena geográfica para as afiliações pessoais e grupais, identificar os que fazem parte dos domínios significativos da vida do local onde vivemos; centros de compras, de trabalho, de recreio ou lazer, de socialização, e de afiliação ética ou religiosa. Estes, de algum modo contribuem para o desenvolvimento de sentimento de ligação ao lugar.

a) - Ambientes proximais

- Dentro do bairro cooperativo encontramos os seguintes centros de afiliação e de aquisição de serviços de necessidades:

1 um sinal de paragem de autocarro cujos horários de passagem nos dias úteis são:

- no sentido da ida para o centro da cidade

7.45 8.35 9.25 13.35 14.50 19.15

- no sentido do regresso do centro da cidade

9.05 12.50 14.20 18.45

- nos dias feriados e domingos não há transportes e, nos sábados só há carreiras de manhã. (Rodoviária Alentejo, Informação ao público, dia 28/4/93)

- 2 caixas de correio centralizadas na sede social da cooperativa cuja intenção visou satisfazer mais as necessidades dos serviços de correio do que proporcionar encontros informais entre os residentes.
- 3 minimercado "*para todos*" que dista a 2.30 minutos a pé do bloco mais afastado do bairro. É um centro de compras em especial para artigos de primeira necessidade, como pão, ovos, leite e outros produtos de ocasião, quando as pessoas querem evitar de se deslocar para fora do bairro.
- 4 um café situado no edifício da sede social e que está alugado. Este café tem, na cave, uma sala de "snooker".
- 5 a sede social da organização formal da cooperativa que é constituída por órgãos sociais comuns às das outras organizações. Na sede social há um salão em anexo que serve para as Assembleias Gerais, para festas e saraus e ainda casamentos. Tem também uma secretaria com 4 funcionários administrativos. A localização da sede social no próprio lugar de residência dos cooperadores visou "*fomentar o convívio e o desenvolvimento do espírito cooperativo e incrementar as actividades culturais com a participação activa dos moradores*" (citado por LOBO DE CARVALHO, 1987, pág.8).
- 6 uma bijutaria que fica situada muito perto do minimercado citado atrás. Também é um local de encontro informal entre residentes, pois, aí se compram jornais, revistas, tabaco, brinquedos e objectos decorativos ("*Papelaria, Tabacaria, Santo André*").

- fora do território da cooperativa

Fora do território da cooperativa e ainda dentro do ambiente proximal temos:

- a sudeste, na zona das unidades habitacionais privadas e na fronteira com o "*Bairro Salazar*" e o "*Bairro Social*" encontramos três centros promotores

de interacção humana; dois cafés/pastelarias - Raclima e cave; um minimercado denominado "O Arco".

- a nordeste, a ermida de Santo André mandada erguer por D. Sancho I e situada na estrada nº 121 Lisboa/Beja.

- a leste encontramos a prisão da cidade e, na fronteira do logradouro da cooperativa ergue-se o muro do convento das "*carmelitas*".

- a oeste-noroeste e norte um imenso logradouro que vai até as estradas nacionais e onde está projectado uma zona verde como prolongamento da "*Mata Municipal*".

b) - Ambientes Distais

Os ambientes distais dão mais acesso a vários domínios da vida, mas não são aí que se encontram os principais centros de emprego. São também menos cómodos, pois já estão fora da "*aldeia*".

Podemos localizar neste nível de ambiente os seguintes centros:

- a leste nordeste um centro de compras denominado "*Supermercado Spar*" cujo acesso não é fácil pois fica no ponto mais alto da subida da estrada de Lisboa; uma loja de electrodomésticos; várias oficinas industriais de manutenção,

- a leste sudeste situam-se três bairros, que no entanto estão mal servidos em termos de centros de compras; a escola primária do Bairro da Apariça, alguns cafés, mercearias pequenas; o Hospital Distrital de Beja, que é a unidade de saúde mais perto, e onde trabalham cerca de 700 funcionários, muitos dos quais residem nos bairros mais próximos entre os quais o da Cooperativa; a Escola Superior de Enfermagem;

- a sul do bairro cooperativo encontramos a primeira grande unidade de lazer: A "*Mata Municipal*" e o Complexo Desportivo, mas sem acesso por transporte colectivo, pelo que, só as pessoas mais jovens, com vida planificada e socialização no domínio do desporto é que os frequentam com regularidade.

c) - Ambientes Longinquos

Os ambientes longinquos considerados suportáveis por nós são os seguintes:

- a Leste Nordeste o mercado 25 de Abril, a Zona do Castelo, o supermercado "Ibérico", alguns serviços públicos, a praça da República onde se encontra instalada a Câmara Municipal entre as unidades mais salientes;
- a Leste sudeste encontramos o Centro de Saúde de Beja, o Jardim do "Bacalhau" um lugar de lazer com bancos, esplanada e um lago de água com repucho; os centros comerciais existentes na cidade; algumas indústrias de manutenção; a zona das lojas comerciais, dos serviços culturais, do ensino secundário.

Encontramos nas zonas consideradas não toleráveis, os centros de transporte, os centros de educação superior, o hipermercado da cidade, os serviços públicos de polícia, Guarda Nacional Republicana, Governo Civil, a piscina municipal, as creches e infantários, o Jardim "Gago Coutinho e Sacadura Cabral", etc.

Conclusão desta subsecção:

A cidade de Beja, apesar de ser uma cidade relativamente pouco povoada e poder-se atravessá-la de um extremo ao outro em menos de uma hora, não deixa de apresentar os seus problemas próprios para quem mora neste bairro cooperativo.

Os locais de trabalho, de lazer e de educação encontram-se situados em ambientes que convencionamos longinquos e distais em relação à área onde as pessoas habitam.

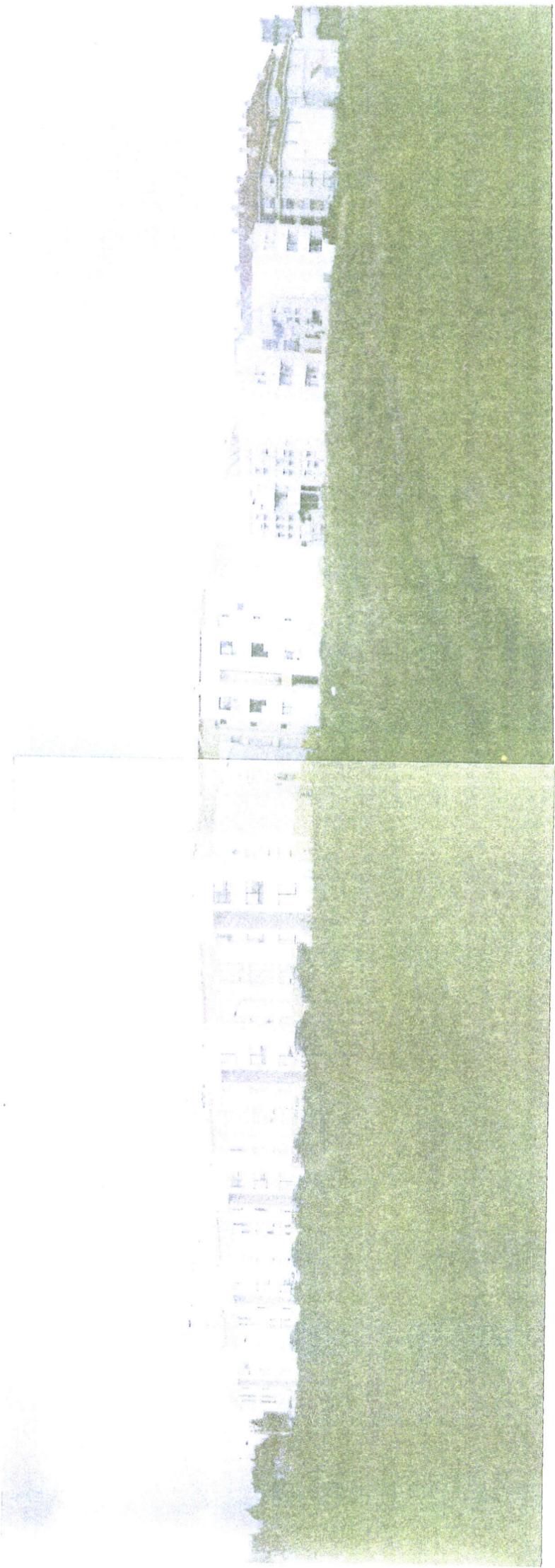
Assim, confirmamos que a estrutura social se reproduz nos espaços onde as pessoas habitam. Por sua vez elas movem-se por necessidades e motivações, conferindo aos espaços as representações correspondentes ao ciclo da vida em que se encontram (jovens, velhos, etc.) e às possibilidades materiais e intelectuais que possuem. A acessibilidade desigual aos espaços fulcrais dos domínios da vida (educação, trabalho, abastecimento de necessidades) afecta a percepção e o comportamento das pessoas em relação a esses espaços.

Quando se debruçam sobre os estudos comparativos entre comunidades planificadas e convencionais Holahan e Wandersman salientam que, sempre que um "setting" fornecedor de necessidades em especial supermercados se encontra a uma distância superior a 5 minutos a pé, as pessoas preferem pegar no carro e dirigir-se aos centros de compras mais afastados e localizados no centro da cidade ou ao hipermercado, para se abastecerem. (ver pág. 851)

Deste modo, a ausência de algumas amenidades como, centros de compras, creches, escolas, locais de trabalho, processos de aquisição de compras, de recreio no bairro cooperativo não fortalece as conexões das pessoas e a ligação ao lugar.

No entanto, este bairro não deixa de possuir algumas amenidades como um centro de compras de bens essenciais como, pão, leite, ovos, jornais diários, café. Estas amenidades que se combinam com as características dos alojamentos e dos seus espaços semi-públicos e públicos, conferem-lhe as condições de uma vida sustentável e proporcionam-lhe as bases padronizáveis de interacção, de identidade ao lugar e de controlo social. Seria importante que a organização formal do bairro não capitalizasse as rendas dos, centros de compras, de modo que os settings, uma vez que os arrendatários são habitantes do lugar, ganhassem, como locais de conexão e de interacção social, características singulares que os transformassem em símbolos ou personalizações significativas do bairro.

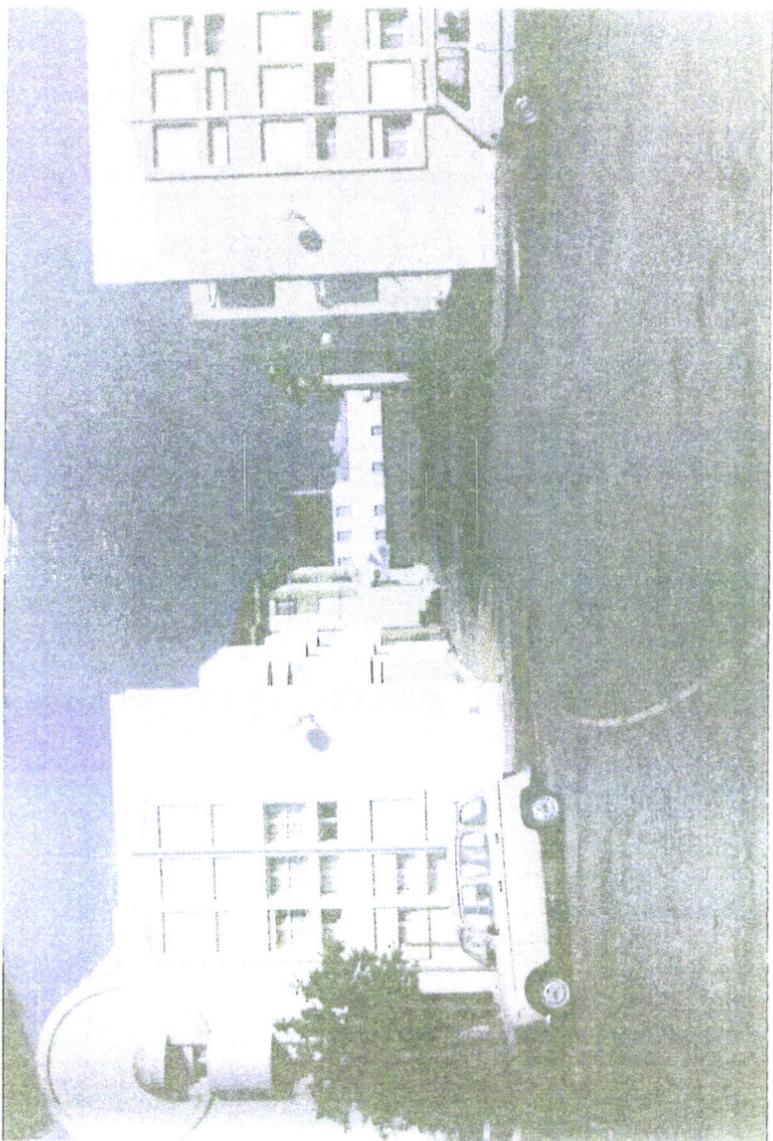
Podemos incluir este bairro cooperativo numa das "conchas" circundantes dos indivíduos que nela vivem como nos propõem Moles e Rohmer (1972) citados por FRÉMONT (1985): *"território face a face e de controlo social, em que nos deslocamos sem esforço, sem projectos programados, sem longas perdas de tempo, no interior de um círculo de 500 metros de raio. É o herdeiro da aldeia"* (pág. 30).



COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONOMICA

" LAR PARA TODOS " :

um cenário da unidade residencial



3ª Subsecção

1 - CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO LUGAR

Nesta alínea vamos ter em consideração as características físicas do lugar, tais como a forma do bairro ou da "*unidade residencial*", tipo e condição dos fogos, os espaços públicos, semipúblicos e interiores das habitações.

É evidente que o ambiente físico tem uma implicação determinada no modo como as pessoas vivem, apesar de reconhecermos que a representação que as pessoas fazem do ambiente em que vivem constitui outro factor importante a considerar. Por exemplo, a proximidade física dos apartamentos, a altura dos lotes, os espaços semi-públicos no interior dos lotes ou à sua entrada, contribuem para o desenvolvimento das relações informais entre famílias. O interior das casas, a qualidade das construções, interferem não só na privacidade dos residentes como na sua sociabilidade (apartamentos muito pequenos não estimulam as motivações de sociabilidade dos residentes - v.g. visitas-). Por outro, os lotes com poucos pisos e com janelas para os logradouros com condições de uma boa "*natural surveillance*" (19) dão segurança às famílias tanto em relação aos filhos que brincam nos espaços dos logradouros como em relação aos estranhos que pertencem a outros territórios que não sejam do bairro. Finalmente, os espaços públicos ajudam as pessoas a intensificar as conexões entre si, a aumentarem o controlo social do território (quer do lugar, quer do microlugar).

Por sua vez, as organizações formais, como os corpos gerentes da cooperativa, ou os zeladores do lote contribuem, com as suas intervenções preventivas (empenhando-se nas manutenção das estruturas dos edifícios e dos logradouros, organizando acontecimentos e festividades, programas) que optimizem a satisfação na vida dos seus residentes. Estes adquirirão, com essas intervenções maior controlo social do lugar. Os zeladores têm um papel importante pois a participação de cada cooperador estimula o controlo pessoal em relação ao ambiente do prédio, a sua partilha nas tomadas de decisão do bairro e a competência ambiental ou a capacidade para lidar de forma consciente com os stressores ambientais (poluição sonora, falta de transportes, etc. A percepção do ambiente do prédio ou do lote, não significa que se controle o ambiente, mas sim que haja controle pessoal em relação a ele. (v.g.

não se têm as coisas sob controle, mas sim elas estão sob controle). Segundo Yates (1976) as organizações de lote ou de fracção têm um impacto mais elevado que outras estruturas por causa de algumas características que lhes são atribuídas pelo autor e que seriam a especificidade da tarefa, que teria de ser compatível com os níveis e recursos dos zeladores, o facto de essa tarefa não ser complicada e poder ser solucionada de forma clara e ainda o facto de a sua pequena escala e em termos organizativos permitir a máxima participação se o envolvimento das pessoas que moram no prédio pode representar para elas como significativo e importante para o seu bem-estar subjectivo e objectivo. Em resumo, para Yates, *"the block associations come closest to resolving the contradiction in collective action by developing small, problem-solving organizations with widespread participation among block residents"* (citado por Holahan e Wandersman, pág. 844).

A "unidade residencial" que compõe a Cooperativa de Habitação Económica situa-se a poente da cidade de Beja, numa encosta suave, ocupando uma área de 23.360 m².

É composta por 328 fogos (dos quais até à data do nosso levantamento 317 estavam habitados) estando previsto para a 5ª fase a construção de mais 60 fogos.

A construção da unidade residencial tem-se processado por fases, estando concluídas até à presente data 4 fases.

Inicialmente foi um objectivo da organização social da cooperativa e do Instituto de Fomento de Habitação e do projectista uniformizar a arquitectura dos conjuntos ou fases, com edificações de três pisos, de dois fogos por piso e as tipologias dos edifícios iam de uma T1 a T2 ,T3 e T4 e T5, estas duas abandonadas conforme o determinado por portarias governamentais. (20)

Os fogos habitados têm a seguinte tipologia:

T1 = 20; T2 = 169; T3 = 130; T4 = 8; T5 = 1

Todos os edifícios, à semelhança do que passa na civilização industrial, são de concepção standardizada. No entanto, a imagem das duas primeiras fases caracteriza-se por uma dominância marcante de elementos formais na composição. As fases seguintes tomaram imagem diferente, de acordo com as limitações de custo impostas pela portaria 580/83 e com as intenções do Plano e o desejo da Câmara Municipal de Beja.

Resultou desta filosofia, uma procura de simplicidade formal e construtiva e um investimento maior nos aspectos relacionados com o conforto da habitação, amenizando-se os efeitos das condições climáticas do lugar - elevadas temperaturas e forte luminosidade no Verão, baixas temperaturas no Inverno - e dando realce ao valor do espaço urbano representado nos espaços públicos. É evidente que, segundo os autores dos projectos das restantes fases houve um compromisso possível com a arquitectura das duas primeiras fases. Contudo, os seus projectos são por eles denominados de "*projecto-tipo*" mas em que há intenção de contribuir com esses projectos-tipo para uma imagem de unidade e coerência formal no conjunto da unidade residencial. (que é "*má*" segundo o arquitecto responsável da Câmara)

A unidade residencial tem uma rua principal que se situa na direcção leste (Av. Ramiro Correia) e seis ruas secundárias, sendo duas perpendiculares à rua principal e 4 paralelas à mesma.

1.1 - Os edifícios: sua associação e organização interna dos fogos; os espaços públicos e semi-públicos; os equipamentos colectivos.

As massas edificadas ou fracções, ou blocos de edifícios, têm uma orientação Norte-Sul, sendo assim assegurada uma insolação para todos os compartimentos de todos os fogos. Todos os edifícios apresentam dois fogos por piso, excepto os que compõem a 3ª fase, que têm 4 fogos por piso.

Todos os edifícios têm 3 pisos (r/chão + 2 andares) possibilitando a redução relativa das áreas de comunicação vertical. Os acessos aos edifícios fazem-se dos dois lados. (pela rua exterior e pela rua interior ou logradouro)

O desnível de acesso nos edifícios no sentido transversal permitiu o aproveitamento das caves para arrecadações, excepto nos edifícios que compõem a 4ª fase.

Todos os fogos têm dupla exposição solar excepto os da 3ª fase, permitindo aos moradores uma "*natural surveillance*" quer das ruas exteriores, quer dos logradouros.

Relativamente à organização interna dos fogos e espaços semi-públicos, todos os edifícios têm ventilação transversal satisfatória e as comunicações verticais permitem, como já referimos atrás, duplo contacto com o exterior.

Os acessos aos edifícios faz-se por degraus exteriores suficientemente largos para permitir batidas de bolas de Basquetebol ou Voleibol. Os patamares

são suficientemente amplos de modo a permitir contactos interpessoais. Os patins e degraus interiores são largos pois, permitem o trânsito de mobiliário sem qualquer dificuldade por parte dos utentes ou por profissionais de mudanças. As portas de entrada são frente a frente em todos os edifícios excepto os da 3ª fase, que por terem 4 fogos por piso têm um patim muito amplo, permitindo contactos informais interpessoais muito valiosos e espaço pessoal defensável, proporcionando aos residentes conforto e segurança pessoal em relação aos seus territórios fixos. Relativamente aos edifícios da 1ª e 2ª fase as portas de entrada dos fogos são também na direcção frente a frente, mas de modo que quando se abra a porta de entrada o vizinho da frente não veja o interior, situação que é reforçada pela comunicação vertical (a escadaria não permite que vejamos a porta do vizinho da frente).

No que diz respeito ao interior dos fogos e sua organização temos a referir que, em todos os edifícios, excepto os da 4ª fase, há um "hall" de entrada que confere privacidade aos residentes. A cozinha e dependência para lavagens de roupa estão mais próximas das ruas interiores e de lá, consegue-se saber quem é a primeira pessoa a entrar no fogo, quem é a última a sair, para além de se exercer grande controlo social sobre o logradouro ou rua interior onde os filhos e vizinhos convivem.

Em frente à cozinha situa-se a sala de estar que é a sala onde se vê televisão (é aí que são colocadas as tomadas das televisões para ligação à antena parabólica colectiva) e, onde naturalmente as pessoas passam mais tempo. Daí também a possibilidade de ser a sala mais confortável. Para se ir para os quartos tem que se atravessar a sala comum sendo assim assegurada a privacidade da zona de dormir.

As casas de banho, em todas os edifícios são interiores, excepto as da 4ª fase, que possuem uma janela virada para a rua interior.

Relativamente aos espaços públicos podemos referir que eles são vastos. As ruas interiores, que se situam nas traseiras dos fogos são amplas com floreiras no meio e junto aos edifícios. As floreiras colocadas no meio das ruas interiores (excepto no logradouro da 4ª fase, que estão junto dos edifícios) têm como objectivo, segundo o projectista *"corresponsabilizar os residentes na melhoria da qualidade ambiental e minimizar os encargos públicos na manutenção dos espaços colectivos"*.

No entanto, estes espaços públicos com os seus logradouros, são pouco agradáveis para os adultos. Não encontram neles motivos para se recrearem ou intensificarem a interacção social e pessoal e, os das ruas interiores, são, com as

suas calçadas "alfacinhas" agrestes para as crianças pois, qualquer queda representa sempre inibição na conquista do espaço e na representação do corpo e, para os adolescentes, não tem motivos de interesse (não têm equipamentos).

As ruas exteriores têm parques de estacionamento, contentores de lixo bem distribuídos, algumas árvores junto dos passeios. Os candeeiros públicos estão normalmente distribuídos e a qualidade da luz é satisfatória. Quanto aos passeios eles são amplos, mas, devido à exiguidade do parque de estacionamento (há famílias com pelo menos dois carros e com duas gerações a coabitar no mesmo fogo) os carros ficam estacionados nos passeios com prejuízo na recreação das crianças que utilizam com frequência as bicicletas ao fim da tarde e, no Verão, à noite.

Os vidros que fazem parte da composição formal de alguns edifícios não estão partidos, não se vê muito lixo acumulado ou espalhado nas ruas exteriores e interiores, as paredes dos espaços semi-públicos ou públicos não estão escritas.

O bairro cooperativo tem uma sede social que se situa na própria unidade residencial a Norte e é um equipamento colectivo cujo fim é "*fomentar o convívio e o desenvolvimento do espírito cooperativo e incrementar as actividades culturais com a participação activa dos moradores*" (Lobo de Carvalho, pág. 8).

O seu espaço é compreendido por:

- um corpo central constituído por entrada e sala polivalente, com capacidade para 150 pessoas sentadas, dispondo de espaço para palco e cabine de som/projecções/arrumos.
- acesso, instalações sanitárias, direcção e arquivo.
- bar (que está arrendado), zona de estar, secretaria e arquivo, com acesso também pelo lado Norte.

A cooperativa possui ainda mais três espaços que estão arrendados para actividades comerciais.

Para além destes equipamentos fixos, a cooperativa possui 2 antenas colectivas que cobre os fogos da 3ª e 4ª fase.

2 - AS ORGANIZAÇÕES FORMAIS

A unidade residencial tem como órgão social fundamental a Cooperativa.

Os seus, objecto e fins sociais são, de acordo com o previsto estatutariamente (art. 3º dos Estatutos) *"a construção ou a sua promoção e a aquisição de fogos para habitação dos seus membros, bem como a sua reparação ou remodelação e administração dos mesmos"*; a promoção *"de outras iniciativas de interesse para os cooperadores nos domínios social, cultural, material e de qualidade de vida, designadamente a a criação de postos de abastecimento, lavandarias, serviços de limpeza e arranjos domésticos, creches e infantários, salas de estudo, salas e campos de jogos, lares para a 3ª idade e centros de dia"* (pág. 1).

Todos os cooperadores têm direitos e deveres definidos estatutariamente.

A Cooperativa tem os seus órgãos sociais mandatados por 3 anos. A esses órgãos sociais estão também vinculados os zeladores de edifícios que assumem rotativamente e anualmente, a direcção dos mesmos.

4ª Subsecção

1 - OS COOPERADORES; CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Iremos caracterizar de seguida os cooperadores da unidade residencial. Vamos ter em consideração a estrutura etária dessa população, o número de pessoas por agregado.

Utilizámos como fonte de pesquisa actas camarárias, actas de assembleia da cooperativa, diários da república e do Governo, o ficheiro (que ajudámos a actualizar) dos cooperadores.

Iremos também conhecer a sua origem, o seu estatuto, baseando-nos por isso, na escala de Warner e iremos cruzar as diversas variáveis acima indicadas. Utilizamos o processo MICROSTA e as medidas que iremos utilizar serão as respeitantes à estatística descritiva e algumas de estatística inferencial .

1.1 - Os cooperadores

Vivem no bairro cooperativo, no momento em que redigimos este trabalho, 896 pessoas.

São 317 os cooperadores titulares dos fogos, o que nos permite inferir que cada agregado familiar é composto, em média, por 2.7 pessoas (valor idêntico ao apurado no concelho)

1.2 - A sua composição etária e por sexo

A idade média dos cooperadores, proprietários dos alojamentos, é de 37.80 anos. Cerca de 66% têm menos de 40 anos e, com mais de 60 anos há apenas 3.79%. A maior frequência situa-se no grupo etário 30-40 anos, com um contingente de 42.3% do universo populacional. (ver quadro 8).

Quadro nº 8: Distribuição dos cooperadores por idades agrupadas			
Idades Agrupadas	N	%	% AC
20<30	76	23.97	23.97
30<40	134	42.27	66.25
40<50	61	19.24	85.49
50<60	34	10.73	96.21
60<70	11	3.47	99.68
70<80	1	.32	100.
//////////	Total = 317	100.	//////////

São os cooperadores provindos das freguesias rurais, o grupo que tem uma idade média mais avançada que a dos restantes grupos e com uma percentagem maior no grupo etário 60-70 anos (respectivamente, 40.3 anos e 7.4%).

São os cooperadores nascidos nas freguesias urbanas os que apresentam a idade média mais baixa, logo seguidos dos originários de fora do distrito. (respectivamente, 34.2 e 37.4 anos). Entre os provenientes das freguesias urbanas, 82% têm menos de 40 anos e a maior frequência encontra-se no grupo etário 20-30 anos (43%) conforme podemos ver no quadro nº9.

Quadro nº 9: Distribuição dos cooperadores por idades e segundo a naturalidade									
Naturalidade	20	30	40	50	60	70	Idade Média	Total	
	%	%	%	%	%	%			
Freg.Urb.	40 -42.6	37 -39.3	8 -8.5	6 -6.4	3 -3.2	- -	43.2	94	
Freg. Rural	9 -16.7	17 -31.5	17 -31.5	7 -12.9	4 -7.4	- -	40.3	54	
Dist. Beja	14 -13.0	53 -49.0	21 -19.4	15 -13.9	4 -3.7	1 -0.9	39.9	108	
Fora Dist.	13 -21.3	27 -44.3	15 -24.6	6 -9.8	- -	- -	37.1	61	
TOTAL	76 -//	134 -//	61 -///	34 -///	11 -///	1 -///	////	317	

Relativamente à distribuição dos cooperadores por sexo, verificamos que 53.6% são do sexo masculino. (ver quadro nº 10)

Quadro nº 10: Distribuição dos cooperadores por sexo		
Sexo	Frequência	Percentagem
0 - Masculino	170	53.63
1 - Feminino	147	46.37
Total	317	100.

1.3 - Caracterização dos cooperadores por naturalidade.

Vamos caracterizar os sócios cooperadores por origem, isto é, pelo lugar da sua naturalidade. Assim, os valores 1, 2, 3, 4 representam respectivamente as variáveis qualitativas, freguesias urbanas, freguesias rurais, fora do concelho e dentro do distrito e, finalmente, fora do distrito.

Assim, de acordo com o quadro nº11, observamos que os cooperadores naturais do concelho representam menos de metade do universo populacional (46.3%). Por sua vez, a maior frequência é observada entre os que são provenientes do distrito (34%) logo seguidos dos que nasceram na cidade.

Quadro nº 11: Distribuição dos cooperadores por naturalidade		
Naturalidade	Frequência	Percentagem
1 - Freguesias Urbanas	94	29.65
2 - Freguesias Rurais	54	17.03
3 - Distrito de Beja	108	34.07
4 - Fora do Distrito	61	19.24
Total	317	100.

Não conseguimos apurar a última residência dos que nasceram na cidade, por não haver elementos sobre esse domínio, mas, se considerarmos que a maior frequência se concentra no grupo etário 20-30 anos, podemos indiciar que residiriam nas casas dos pais.

1.4 - Caracterização dos cooperadores por agregados familiares.

Vivem actualmente no bairro cooperativo 897 pessoas, no conjunto dos 317 alojamentos já habitados, o que representa 2.8 pessoas por agregado.

Prevalecem os agregados constituídos por 3 e 4 pessoas, que representam 56.8% da totalidade dos agregados (os de 3 pessoas representam 33.1% e os de 4 pessoas, 23.6%) como podemos ver através do quadro nº12.

Quadro nº 12: Distribuição dos cooperadores por composição do agregado familiar			
Comp. do Agregado	Frequência	Percentagem	Percent. Acumulada
1	49	15.46	15.46
2	70	22.08	37.54
3	105	33.12	70.66
4	75	23.66	94.32
5	16	5.05	99.37
6	1	0.32	99.68
7	1	0.32	100.
Total	317	100.	////////

1.5 - Caracterização dos cooperadores por estado civil

Se acompanharmos o quadro nº 13 somos confrontados com uma prevalência de cooperadores casados, que representam 76.7% do contingente e de solteiros, que representam, por sua vez, 18.6% desse universo.

Quadro nº 13: Distribuição dos cooperadores por estado civil		
Estado Civil	Frequência	Percentagem
1 - Solteiro	59	18.61
2 - Viúvo	6	1.89
3 - Divorciado	9	2.84
4 - Casado	243	76.66
Total	317	100.

1.6 - Caracterização dos cooperadores por estatuto socio profissional

Iremos adoptar a escala de Warner (21) que contempla 5 categorias socio-profissionais (ver em anexo2). As categorias socio-profissionais que observámos vão desde

2 - licenciados de posição média, a bachareis ou ainda proprietários de pequenas indústrias, oficiais, etc. (**média**)

3 - comerciantes e vendedores, sargentos, caixeiros, solicitadores, funcionários públicos administrativos empregados de comércio, etc. (**inf.alta**)

4 - pessoal da GNR e P.S.P., operários especializados e semi-qualificados, etc. (**inf.baixa**)

5 - trabalhadores não especializados, estudantes, domésticas, etc.

Em conformidade, a leitura do quadro nº 14 remete-nos para as seguintes considerações:

- são as profissões incluídas na categoria 3, as que apresentam maior representatividade com 29% de cooperadores ;
- as categorias socio-profissionais 2 e 5 são as menos representadas com 21.45% do contingente observado em cada uma das categorias referidas;
- podemos inferir que os níveis socio-profissionais estão homoganeamente distribuídos no espaço da cooperativa.

Classe socio-profissional	Frequência	Porcentagem
Classe 2	68	21.45
Classe 3	92	29.45
Classe 4	89	28.08
Classe 5	68	21.45
Total	317	100.

No entanto resolvemos arrumar grupos de variáveis e compará-las entre si, neste domínio. Resolvemos pois considerar as relações entre as categorias socio-profissionais e a naturalidade. Pegamos por isso na matriz correlacional representada no quadro nº 14 onde encontramos uma correlação moderada segundo os parâmetros de Cohen (1969) citado por McCrae e Costa (pág. 82).

Quadro nº 15: Matriz Correlacional

	Número	Natural	Sexo	Idade	Est.Civ.	Prof.	Loc.Tra.	Agreg.
Número	1.00000							
Natural	.02118	1.00000						
Sexo	.07159	.06255	1.00000					
Idade	-.41702	.14136	-.01141	1.00000				
Est. Civ.	-.06323	-.00013	-.11906	.10314	1.00000			
Prof.	-.03608	-.27739	.03723	.05280	.20358	1.00000		
Loc.Tra.	.17157	-.05488	-.01135	.01444	.06792	.02713	1.00000	
Agreg.	.30186	.08955	-.15900	.24110	.60697	.06436	-.04152	1.00000

Conjecturamos pois que haverá uma relação negativa entre ser natural do concelho e o nível socio-profissional, que aliás o quadro 16 nos pode elucidar:

- na categoria 2 são os cooperadores naturais de fora do distrito os mais representados com 41%, logo seguidos dos provenientes fora do concelho (dentro do distrito de Beja) com 23.4% dos contingentes desses locais. Os que apresentam menor representação na categoria 2 são os provenientes das freguesias rurais;
- na categoria 3 são os cooperadores provenientes de fora do distrito e das freguesias rurais os mais representados proporcionalmente com respectivamente 42.6 e 40.7% do contingente dos referidos grupos;
- na categoria 4 são os cooperadores provenientes do concelho (freguesias urbanas e rurais, por esta ordem) os mais representados proporcionalmente com, respectivamente 34 e 29.6% dos contingentes referidos;
- na categoria 5 os cooperadores mais representados são os provenientes das freguesias urbanas e de fora do concelho com respectivamente, 28.7 e 24.07%.

Quadro nº 16: Distribuição dos cooperadores por categorias socioprofissionais e segundo a naturalidade

Naturalidade	categoria 2		categoria 3		categoria 4		categoria 5		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1 - freg urbana	14	14,9	21	22,3	32	34,0	27	28,7	94
2 - freg . rural	4	7,4	22	40,7	16	29,7	12	22,2	54
3 - Do distrito	25	23,1	23	21,3	34	31,5	26	24,1	108
4 - foraDistrito	25	41,0	26	42,6	7	11,5	3	4,9	61
Total	68	////	92	////	89	////	68	////	317

1.7 - Caracterização dos cooperadores segundo o local de trabalho

A leitura do quadro nº17 leva-nos a concluir que cerca de 90.5% dos cooperadores têm como local de trabalho as freguesias urbanas e cerca de 95% trabalham dentro do concelho

Quadro nº 17: Distribuição dos cooperadores por local de trabalho		
Local de Trabalho	N	%
1 - Freguesia Urbana	287	90.54
2 - Freguesia Rural	13	4.10
3 - Dentro do Distrito	10	3.15
4 - Fora do Distrito	7	2.21
Total	317	100.

Discussão do Capítulo II

1 - REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE LIGAÇÃO AO LUGAR

A unidade residencial da Cooperativa de Habitação Económica "*Lar para Todos*", situada a poente da cidade de Beja, com as suas massas edificadas dispostas no sentido Norte /Sul tem apenas seis anos de existência, tempo esse ainda insuficiente para o desenvolvimento do sentimento pelo lugar.

Os seus 897 habitantes encontram-se afastados, dos centros de, Lazer, Recreio, Educação, Trabalho, pois estes distam mais de 5 minutos a pé do local de residência.

No entanto, apesar de o meio não poder satisfazer essas necessidades que acabámos de focar, prejudicando de algum modo as conexões ou ligações sociais e as afiliações, não deixa de possuir alguns centros de compras e de lazer, facilitadores de contactos informais entre os seus habitantes (bijutaria, mini-mercado, sede social, café). Esta combinação de abrigo, locais de compras básicas (pão, leite, jornais) e locais de convívio, não deixa, segundo Rivlin de "*endows a neighborhood with life sustaining functions and in the process lays down patterns of social activity that become important part of people's lives*" (pág. 3). Os contactos que as pessoas estabelecem entre si e o conforto que advém da existência desses centros proporcionam as condições objectivas de ligação ao lugar.

Por sua vez, a cidade de Beja, com os seus 20.000 habitantes e podendo-se atravessá-la em uma hora a pé, para os 90.5% dos cooperadores que nela trabalham, não deixa também de proporcionar algumas amenidades suportáveis para um habitante de uma cidade de província, se compararmos com as longas distâncias que os cidadãos das grandes metrópoles têm de percorrer para recorrerem aos centros fornecedores de necessidades.

2 - REFLEXÃO SOBRE OS EDIFÍCIOS, OS ESPAÇOS SEMIPÚBLICOS E PÚBLICOS DO BAIRRO COOPERATIVO. PROSPECÇÃO.

Quanto à composição dos edifícios, apesar de a sua imagem formal ser prevalentemente standardizada, não deixa de possuir características formais,

bastante diferentes do caso de "*Pruitt-Igoe*" abordado por Yancey. Quanto ao "design" físico dos espaços intra-edifícios podemos considerar que a densidade de fogos por edifício, a densidade populacional por fogo e por divisão, proporcionam as condições de segurança e bem-estar aos seus residentes.

Efectivamente, os edifícios possuem apenas 3 andares e, com excepção dos edifícios que compõem a 3ª fase, todos possuem 2 fogos por piso. Pensamos que, face à predominância de T2 e, considerando a existência de uma média de 2.8 pessoas por agregado e vivendo numa área média de mais de 20 metros quadrados por pessoa, podemos também considerar em termos de territorialidade e de "*defensible space*" (22) que o bairro cooperativo tem condições de suportabilidade e de segurança comunitária.

Por sua vez, o facto de possuir o que Yancey designa de "wasted spaces" (23) amplos que permitem; às crianças brincarem no átrio de entrada, nas escadas de acesso às duplas entradas dos edifícios; aos adultos estabelecerem contactos informais sem que o seu espaço e território pessoais (24) sejam postos em causa nos patins junto às entradas dos fogos; outras facilidades e amenidades como comunicações verticais espaçosas que permitem às pessoas deslocarem mobílias facilmente, confere aos moradores do local, segurança, controle e estabelecimento de redes de contactos informais, muito importantes para que se desenvolva a coesão social.

No que diz respeito às condições de "*natural surveillance*" que se enquadra num dos níveis do "*defensible space*" proposto por Newman, elas são óptimas. De facto, as duas entradas dos edifícios, o facto de estes terem só três pisos, janelas para os dois lados dos fogos que permite aos pais conseguirem a manter a vigilância dos filhos, após estes saírem de casa, as ruas exteriores terem passeio, parque de estacionamento, e, as ruas interiores serem amplas, com espaços para as crianças brincarem, permite aos residentes controlar a entrada de intrusos no seu território e, a estes, reconhecerem os limites de um território bem demarcado impedindo-lhes a estimulação de actos de vandalismo. E, no caso de o bairro se encontrar limpo, sem sinais de degradação, com população que se reproduz, ainda maior se torna o controlo social do local.

Os espaços públicos da unidade residencial são vastos, mas, como já referimos são pouco cativantes para os adultos e para as crianças.

No entanto, parece que os espaços públicos estão a atravessar uma crise evolutiva em termos estéticos e de equipamento (MOORE, 1989) e têm como principais utilizadores, as crianças. Apesar da fraca qualidade dos

equipamentos, dos buracos, do próprio piso, a taxa de acidentes não é significativa.

Tanto em termos de "design" como em termos de animação há necessidade de formular novos programas nesse domínio. Particularmente no domínio da animação os animadores dos logradouros devem ser "facilitadores do desabrochar das crianças, devem ajudá-las a aprender a tomar as suas próprias decisões" (Moore, pág. 109). A parte do trabalho dos animadores deve consistir em "montar, manipular e modificar o ambiente físico de modo a facilitar a actividade recreativa e culturalmente relevante" (pág. 104).

É nesses logradouros que as crianças passam a maior parte dos seus tempos livres e é nesse ambiente que podem desenvolver o sentido de autonomia e de auto-estima, importantes para o seu bem estar subjectivo.

Para além de se transformarem em locais de animação das crianças, os espaços públicos devem-se transformar no local de encontro dos interesses dos diversos grupos sociais, pois eles reflectem as nossas próprias pessoas, a nossa cultura e os nossos valores. Como salienta FRANCIS (1989) "*our public environment serves as reflection or mirror of individuals behaviors, social process, and our often conflicting public values*" (pág. 49), tornando-se cada vez mais importante, pois, o ambiente do trabalho impessoal, o aumento do "stress", impulsionam as pessoas para os espaços públicos.

Por isso é importante também que as pessoas que morem neste bairro adquiram o sentido do controlo (25) dos espaços públicos, das áreas onde habitam. Este processo exige segundo Lynch (1981) citado por Francis (1989) a acessibilidade e uso. São essas formas de controlo que permitem aos utilizadores reclamar a sua apropriação simbólica ou real do lugar, o direito de modificar o espaço para facilitar o seu uso e a transformá-lo. Este processo permite aos moradores transformar esses espaços públicos numa dependência do próprio lar. (sem esquecer que os espaços públicos são, em especial para os sem abrigo, um verdadeiro lar)

3 - REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE PRIVACIDADE (26) DOS ALOJAMENTOS.

Se existem condições de privacidade nos alojamentos do bairro cooperativo, em função da densidade de pessoas por assoalhada, no entanto há propriedades físicas do ambiente residencial que podem exercer efeito

negativo no relacionamento social entre os vizinhos do prédio. Referimo-nos evidentemente à partilha de paredes e tectos que podem constituir fonte de aborrecimentos e às péssimas condições de isolamento dos fogos. Por esse motivo, as crianças terão que restringir as brincadeiras normais e, o funcionamento de rádio, televisão, aparelhos de limpeza, terá que ter como referência, a preocupação em não estimular comportamentos que possam afectar a relação entre vizinhos.

Na perspectiva de Altman (1975) citado por WALDEN, NELSON e D. SMITH (1981) a satisfação por uma situação residencial dependeria, quer do nível desejado de contacto, quer do nível de contacto atingido. Por sua vez, se o indivíduo não está a ter privacidade desejada, isto é, se está em situação vivida de "*crowding*", é motivado a fazer ajustamentos de modo a obter um equilíbrio, ou, se quisermos, um nível desejado de privacidade.

Apesar de Walden et al. terem-se debruçado sobre os efeitos da densidade por aposento em indivíduos de ambos os sexos, concluem que o "*crowding*" é acima de tudo uma experiência subjectiva, excepto em condições extremas objectivas, que produzem o "*crowding*" em qualquer indivíduo. (Uma família operária pode sentir privacidade numa sala em que os 4 filhos pequenos estão a ver televisão e, ao mesmo tempo conversarem entre si, enquanto o pai a um canto da sala ouve pela telefonia o relato do jogo, indiferentes ao barulho provocado pela aparelhagem musical do vizinho de cima. No entanto, numa família da classe média alta, pode ser insuportável para o pai, que está a ler no escritório, o nível de som da televisão, idêntico à da família operária, regulado pelo seu único filho, na sala anexa da própria residência - o exemplo é nosso-)

4 - REFLEXÃO SOBRE OS COOPERADORES; OS EFEITOS DA COMPOSIÇÃO SOCIAL SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE GRUPOS SOCIAIS NO BAIRRO COOPERATIVO; A IDADE MÉDIA DOS COOPERADORES E A SUA CORRESPONDÊNCIA NO CICLO DE VIDA OU A ESTABILIDADE DOS TRAÇOS DE PERSONALIDADE E DO "STATUS".

Os grupos socio-profissionais repartem-se homoganeamente no bairro cooperativo. No entanto há uma tendência para as pessoas pertencentes à camada 2 abandonarem o local e comprarem habitações ou na zona do Centro Histórico ou na Zona de Mira Serra, projectada para 2º centro da cidade, cujas

habitações, embora com a mesma volumetria, têm outros acabamentos e dependências (garagem e arrecadações).

Vimos na recensão que produzimos, que as pessoas, independentemente da classe social, fazem depender a sua ligação ao lugar do conhecimento pessoal que têm dos vizinhos. Referimo-nos também na recensão do capítulo que, segundo Yancey, não haveria relação entre o status social e a satisfação pelo lugar.

No entanto, em sociedades pós industriais como nos Estados Unidos as pessoas permanecem em média 5 a 6 anos no mesmo local de residência, durante as fases mais importantes da vida adulta, em especial quando está em causa a luta pela melhoria de "status", pelo que não é de estranhar que as pessoas pertencentes a determinadas camadas prefiram viver em locais que representem o espelho da ascensão social ou em que haja homogeneidade social.

A questão de se saber se os locais devem ser habitados por várias classes sociais ou classes homogéneas, GREENBIE (1982) remete-nos para duas alternativas. A primeira alternativa é a que se verifica em locais até então reservados para a classe média. Está-se a assistir, segundo Greenbie, a um "assalto legal às zonas consideradas exclusivas" (pág. 213) da classe média, através da construção de habitações para famílias de baixo rendimento. Estas iniciativas teriam o apoio, segundo o mesmo autor, da "Commission on Population Growth and the American Future" e pelo Congresso através da "Housing Act of 1970". Este programa visaria "increase the social heterogeneity of a community, wheter by introducing new populations into old ones, or by planning new cities from scratch" (pág. 213) com base no axioma democrático, em que, a quebra de barreiras sociais entre segmentos subculturais da população... é uma justiça pública.

Para o mesmo autor haveria uma justificação para a aprovação deste programa. "As complexas interacções sociais e as teias complexas de cooperação exigidas pelas sociedades tecnológicas modernas, também requerem de forma clara um alto grau de comunicação através de linhas socioeconómicas, e a eliminação, tanto quanto possível da hostilidade, do preconceito e do medo, baseados na ignorancia de outros estilos de vida" (idem).

Em oposição a estas ideias são as colocadas pelos que defendem que a protecção de outras constelações sociais e o respeito pelos seus limites autodefinidos em termos de arranjo espacial que os identifique, constitui uma condição indispensável para a cooperação humana e bem estar.

Vimos também, que a idade média dos cooperadores é de 37.9 anos e que 66% têm menos de 40 anos.

Este dado faz-nos também levantar questões de ordem sociopsicológica que importa referir. Quais são as grandes necessidades e tarefas das pessoas que estão dentro destes estadios da vida adulta? As pessoas mudam muito ao longo da vida, particularmente as que estão abrangidas pelas faixas etárias que acabámos de referir? E a luta pelo "status", pela carreira, como se processa? E a organização económica e política que meios tem para que as pessoas otimizem as condições de existência objectiva e subjectiva?

As pessoas, no decorrer da vida sentem que têm que colocar sob controlo os seus próprios projectos, para os quais têm que se empenhar. De facto, há um "relógio social" em determinada cultura que exige que determinados objectivos da vida como sucesso na carreira profissional, constituição de família, casamento, sejam realizados num percurso do tempo e, é com base nessas referências que a sociedade ou o meio nos sanciona, pelo sucesso ou insucesso das nossas realizações nesses periodos da vida (embora saibamos que nas modernas sociedades os indivíduos têm como referem McCRAE e P. COSTA (1990) "*considerable latitude for personal choices, some of which reshape the life course*" (pág. 168).

Por sua vez, as pessoas não revelam diferenças nas características de personalidade entre os 30 e os 80 anos. Há, portanto uma estabilidade da personalidade ao longo dos anos. Quando muito pode haver perdas, segundo McCrae e Costa "*na força e vigor físico, no interesse sexual e em certas funções intelectuais*" (pág. 72). Mesmo que a estrutura da vida e as atitudes mudem ao longo da vida, as características da personalidade permanecem estáveis.

Relativamente aos domínios da vida, as pessoas que estão satisfeitas num dos domínios da vida tendem a estar satisfeitas nos restantes (CUTLER, 1979, pág. 574). Para este autor, os domínios mais importantes para a satisfação na vida nos grupos etários dos 25 aos 44 anos são o casamento, a família, os amigos, a sua cidade, o lar e a prosperidade. No entanto ressalva que as diferenças de educação também influenciam a dimensionalidade da satisfação na vida.

Do ponto de vista sociológico, uma vez que estes grupos etários são determinantes na escolha da carreira e na prosperidade, KRIESBERG (1979) considera que as pessoas que tenham um "ranking" alto numa das dimensões do "status", classe e poder, têm também tendência para apresentar "ranking" alto nas restantes dimensões. Por exemplo, o prestígio da ocupação e

rendimento estão correlacionados positivamente, segundo o autor, com a satisfação no trabalho (pág. 263). Admite-se também que as pessoas com um "ranking" mais baixo têm também um "self-regard" mais baixo. Haveria também uma relação inversa entre altos rendimentos e acidentes ou doenças e, em termos de vida de família as pessoas têm tendência para casar com outras de classe semelhante. Essa relação reflectiria a tendência *"para as pessoas casarem-se com as que vivem perto e as pessoas viveriam em áreas que são diferenciadas de acordo com a classe social"* (Peach, 1974, citado por Kriesberg, pág. 277).

Quanto ao casamento e partilha das tarefas domésticas, as pessoas das classes mais baixas tenderiam a casar mais cedo uma vez que estas classes atingem níveis mais baixos em educação e de opções ocupacionais e a partilhar menos as tarefas domésticas.

No que diz respeito à vida comunitária as pessoas com rendimentos mais elevados e educação mais elevada participariam mais nas organizações comunitárias.

Quanto às actividades de lazer, as pessoas com níveis profissionais mais baixos passariam mais tempo nas tavernas ou cafés e a ver televisão do que em actividades recreativas, ou de leitura.

Considerando a idade média dos cooperadores e o seu estado civil (18.6% solteiros e 77% casados) recorreremos à psicologia evolutiva para caracterizar, de um modo genérico as fases da vida adulta dentro das quais se enquadra a maioria dos cooperadores da unidade residencial.

Vamos referir concretamente as fases, inicial e intermediária da vida adulta como nos propõe PIKUNAS (1979). Para o autor, tornar-se adulto *"é um processo que envolve a escolha de uma profissão, seleccionar uma esposa e integrar a personalidade nas estruturas socioculturais e dinâmicas da sociedade em que a pessoa deve actuar"* (pág. 333). Se na fase inicial da vida adulta as tarefas de desenvolvimento de um jovem entre os 20 e 35 anos incidem especialmente na independência económica, na escolha do conjuge e constituição de família, assim como o ajustamento à paternidade, obrigando muitos jovens a pôr de parte alguns hobbies da juventude e até melhoria da carreira profissional, na fase intermediária da vida adulta, outros passos se dão no desenvolvimento humano, em especial no início desta fase que é a que nos interessa para o nosso trabalho. Esta fase, que abrange pessoas entre os 35 e 50 anos, é a de maior realização nos papeis ocupacionais. *"São os anos mais produtivos e satisficentes da vida de uma pessoa, económica e socialmente e em muitos outros aspectos"* (pág. 378). Há consolidação socioeconómica e o "status" da família é avaliado pelo sucesso

económico atingido. Há também mais oportunidades de aquisição de produtos que dêem conforto ao lar.

Em termos parentais, à medida que os filhos crescem os pais vão tendo mais tempo para as suas actividades de lazer, ao mesmo tempo que mantêm, com alguns declínios já manifestos, o vigor físico e a saúde. Aumentam também nesta fase as actividades cívicas e sociais e descobrem-se novas satisfações ocupacionais.

Finalmente, tomando como referência a organização social existente, podemos conjecturar, de acordo com as dimensões propostas por Warren para os locais onde as pessoas vivem (27), que o local possui características de um "*integral neighborhood*". Efectivamente, há níveis adequados de relação face a face, normas estatutárias determinadas, zeladores de edifícios ligados umbilicalmente à organização formal da cooperativa.

No entanto, este local não cobre todos os aspectos da vida (educação, trabalho, etc.) e o sentido de identidade ao lugar, dados os poucos anos de existência que tem o lugar vai demorar algum tempo a realizar-se. É necessário que o tempo e a experiência, os acontecimentos marcantes, as pessoas marcantes, as festividades singulares, aconteçam para que o sentimento pelo lugar se estabeleça.

NOTAS

- (1) - Segundo Hall (1966) citado por Aiello (pág. 390) haveria 3 tipos de organização espacial:
- espaço de características fixas correspondendo à organização dos contextos tais como, cidades, casas, quartos...
 - espaço de características semi-fixas: inclui móveis que podem ser deslocados (cadeiras, mesas, etc)
 - espaço informal, que reenvia para a
- (2) - Urbanismo é definido por Castells, como sendo "um modo de vida" (pág.27)
- (3) - urbanismo é o processo organizado a partir de um modelo e pelo qual, "uma percentagem significativamente importante de uma população humana se agrupa no espaço formando aglomerados funcional e socialmente interrelacionados do ponto de vista interno. Esses aglomerados são aglomerados urbanos" (Castells, pág. 86)
- (4) - Processo colectivo de consumo é referido por Castells como sendo um processo de consumo, cuja organização e gestão é colectiva (habitação, os equipamentos colectivos, culturais e recreativos) (ver Castells, pág. 71)
- (5) - Cultura para Rapoport "may be said to be about a group of people who have a set of values and beliefs which embody ideals and are transmitted to members of the group through enculturation" (pág. 9)
- (6) - O comportamento humano é "*um processo e não uma coisa que podemos sustê-la para observação*" conforme refere Skinner (1953) (HIEMSTRA e McFARLING, 1974, pág. 5)
- (7) - por estilos de vida consideramos com Rapoport "*ways in which people characteristically make choices about how t behave, what roles to play, how to allocate resources*" (pág. 10)
- (8) - O sistema urbano é essencialmente, a estrutura espacial delimitada pela própria estrutura social muito embora, na actualidade o espaço no seio da estrutura social veja o seu peso diminuir progressivamente.
- (9) - O centro urbano é uma ocupação de um espaço com um conjunto de actividades, funções, de grupos sociais.
- (10) - segundo a socióloga S. Keller (1968) "*neighborhood is a locality with a physical boundaries, social networks, concentrated use of area facilities, and special*

emotional and symbolic connotations for its, inhabitants" (citado por GOLDFIELD, 1987, pág. 224)

(11) - O termo "*place-identity*" foi usado por Proshansky et al. é considerado como uma subestrutura do self, tal como a personalidade, por exemplo e consiste em "*cognitions about the physical world in which the individual lives*" (Rivlin, pág. 9)

(12) - O sentimento de pertença ao lugar neste caso referimo-nos ao conceito de "*attachment*" que Shumaker e Taylor (1978) definem como sendo "*positive affective bond or association between individuals and their residential environment*" (citado por Rivlin, pág. 12, 13)

(13) - Os ingredientes do sentido de comunidade propostos por Sarason (1974) são: "*the perception of similarity to others, an acknowledge interdependence with others, a willingness to maintain this interdependence by giving to or doing for others what one expects from them, feeling that one is part of a larger dependable and stable structure*" (citado por EDELSTEIN e WANDERSMAN, 1987, pág. 81 e 82)

(14) por densidade interna Michelson (1972) refere-se "*as the number of persons per room within a dwelling unit*". Para além deste tipo de densidade o mesmo autor propõe-nos a "*building density*" que se refere ao número de pessoas por prédio, ou então número de fogos por edifício e a "*Neighborhood density*" que é o número de pessoas ou "*dwelling units*" dentro de uma área particular (citado por Keane, pág. 30)

(15) - Por controlo social Holahan e Wandersman designam a "*capacidade dos residentes de uma área para regular acontecimentos e as condições no seu lugar*" (pág.853)

(16) - O termo "*coping*" designa esforços para lidar com as situações ou, como HANSON e GERBER (1990) salientam "*uma variedade de 'self-management tools*" que dê às pessoas uma maior percepção de controlo sobre os acontecimentos (ver pág. 138)

(17) - A área urbana programada é constituída "*pelas áreas já edificadas ou a edificar*", para as quais o Plano define o uso dos solos, o que permite elaborar os respectivos programas. Estas áreas podem ser destinadas à habitação, zonas verdes ou zonas de equipamentos e serviços (relatório nº 24, pág. 26/58)

(18) - As zonas habitacionais de expansão são aquelas "*onde o Plano prevê a construção de novos conjuntos residenciais e cuja edificação e loteamento urbano exige a construção de obras de urbanização*" (relatório nº 24 pág.29/58)

(19) - o termo "*natural surveillance*" foi utilizado por Newman (1972) que o definiu como sendo "*the ability of residents to observe the public areas of the*

residential environment while they are engaged in their daily activities" (citado por Holahan e Wandersman, pág. 833)

(20) - remetemos o leitor para as portarias 580/83 de 17 de Maio e o aditamento da portaria nº 828/88 de 29 de Dezembro.

(21) - recolhemos esta escala de **BAIRRÃO RUIVO et al (?)** - Contribuição ao Estudo da Etiologia da Debilidade Mental - in Cadernos COOMP nº 4 (?) pág.88 a 91.

(22) - Para Newman (1972) *"defensible space it is a technique applicable to low-density rowhouse groupings as well as to development composed of high-rise apartment building"* (in S. KAPLAN e R.KAPLAN 1982, pág. 310-311. Consiste numa lista de elementos de *"design"* físico que contribuam para a criação de segurança em territórios fixos, em especial habitações colectivas.

(23) - Por *"wasted spaces"* Yancey define-os como *"space within buildings that is outside of individual family dwelling units"*. (pág. 8)

(24) - Espaço pessoal, na concepção de **SOMMER** (1969) tem conotação psicológica e é descrito pelo autor como *"território portátil"* (pág. 35)

(25) - Controlo de um espaço público significa na acepção de Lynch *"the ability of an individual or group to gain access to, utilize, influence, gain ownership over and attach meaning to a public space"* (citado por Francis, pág. 158)

(26) - Privacidade é definido por Westin (1966), citado por Pastalan como *"o direito do indivíduo para decidir que informação acerca de si próprio deveria ser comunicada a outros e sob que condições"* (pág. 325). A privacidade reveste-se sob vários estados como sejam, a intimidade, a solidão, o anonimato e a reserva.

(27) - Este autor citado por Rivlin, analisou as organizações sociais dos residentes e, de acordo com as 3 dimensões para a a caracterização do lugar (interacção, identidade, conexões) propõe 6 padrões de lugar: *"integral"*, *"parochial"*, *"diffuse"*, *"stepping-stone"*, *"transitory"* e *"anomic"* (Rivlin, pág.3 e 4)

BIBLIOGRAFIA

- AIELLO, J.R.** (1987) - Human Spacial Behavior - in *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Altman I. & Stokols D. Vol.1 - Wiley & Son, N.Y.
- BABA, Y. & AUSTIN, D.M.** (1989) - Neighborhood environmental satisfaction, victimization, and social participation as determinants of perceived neighborhood safety - in *Environment and Behavior*, Vol 21, nº6, Nov. 1989, pág. 763-780.
- BAIRRÃO, Ruivo et. al.** (?) *Contribuição ao estudo da Etiologia da Debilidade Mental* - Ed. COOMP caderno nº 4, Lisboa, (?)
- BRILL, M.** (1989) - Transformation, nostalgia, and illusion in public life and public place - in *Human Behavior and Environment*, vol. 10 - Ed. Altman I. & Zube E. H. - Pub. Plenum Press, N.Y.
- CABRITA, A.M.R.** (1991) - Breves reflexões sobre a qualidade da habitação cooperativa - *Habitação Cooperativa em Portugal (1974-1991)* - Ed. FENACHE (1992)
- CARVALHO, Lobo de** (1987) - *Projecto Base Arquitectura da CHE*-documento inédito (fotocopiado)
- CUTLER N.E.** (1979) - Age variations in the dimensionality of life satisfaction. *Journal of Gerontology*, vol. 34 nº4, pág. 573-578.
- EDELSTEIN, M.R. & WANDERSMAN, A.** (1987) - Community Dynamics in Coping with toxic contaminants - in *Human Behavior and Environment*, Vol.4 - ed. Altman, I. & Wandersman, A. - Pub. Plenum Press, N.Y.
- FRANCIS, M.** (1989) - Control as a dimension of Public Space Quality - Ed. Altman I. & Zube E. - *Human Behavior and Environment*, Vol 10 - Plenum Press, N.Y.
- FRÉMONT, A.** (1976) - *A Região, espaço vivido* - Ed. Liv. Almedina, Coimbra, (1980)
- GHEKIERE, L.** (1991) - *Marchés et politiques du logement dans la CEE* - Ed. La Documentation Française, Paris.
- GOLDFIELD D.R.** (1987) - Neighborhood preservation and Community Values in Historical Perspective - Ed. Altman I. & Wandersman A. - *Human Behavior and Environment*, Vol 9, Plenum Press, N.Y.
- GREENBIE, B. B.** (1982) - Social territory, Community Health, and Urban Planning - in KAPLAN S. & KAPLAN R. edt. - *Humanscape (Environments for people)* - Ulrich's Books Inc., Ann Arbor, Michigan.

- HANSON, R.W. & GERBER K.E.** (1990) - *Coping with chronic pain* - Ed. Guilford Press, N.Y.
- HEIMSTRA, N.W. & McFARLING L.H.** (1974) - *Psicologia Ambiental*. Ed. E.P.U., S.Paulo, (1978).
- HOLAHAN, C.J. & WANDERSMAN, A.** (1987) - The community Psychology perspective in Environmental Psychology - in *Handbook of Environmental Psychology*, Vol.1, Ed. Stokols D. & Altman I.. Pub.Willey & Son, N.Y.
- HUTTMAN, E.** (1985) - Transnacional Housing Policies, common problems and solutions - in *Human Behavior and Environment*, Vol. 8 - Ed. Altman I. & Wandersman A. - Pub. Plenum Press, N.Y.
- KEANE, C.** (1991) - Socioenvironmental determinants of community formation - in *Environment and Behavior*, Vol.23, nº 1, Jann. 1991, pág. 27-46.
- KRIESBERG, L.** (1979) - *Social Inequality*. Ed. Prentice-Hall, New Jersey.
- LAWRENCE, R.J.** (1987) - What makes a house a home - in *Environment and Behavior*, Vol. 19, nº2, March \987, pág. 154-168.
- LITTLE, B.R.** (1987) - Personality and Environment - in *Handbook of Environmental Psychology* - ed. Altman I & Stokols D. - Pub. Wiley & Son, N.Y.
- MAGANO, O.** (1991) - Dez anos de História - *Habitação Cooperativa em Portugal* (1974-1991)- Ed. FENACHE, 1992.
- McCRAE, R.R. & COSTA, P.T.** (1990) - *Personality in Adulthood*. The Guilford Press, N.Y.
- MOORE, R.C.** (1989) - Playgrounds at the Crossroads: What We know, What we need to Know - Ed. Altman I. & Zube E. - *Human Behavior and Environment*, Vol 10 - Plenum Press, N.Y.
- MORIARTY, B.M.** (1974) - Socioeconomic status and residential locational choice - in *Environment and Behavior*, Vol. 6 , nº4, Dec., pág. 448-469.
- PASTALAN, L.A.** (1982) - Privacy as an Expression of Human Territoriality - in *Humanscape (Environments for people)* - Ed. Kaplan S. & Kaplan R. Ann Arbor, Ulrich's Book, Inc. Michigan, 1982.
- PIKUNAS, J.** (1979) - *O Desenvolvimento Humano* - Ed. McGraw- Hill do Brasil, S. Paulo (1981).
- PRIEMUS, H.** (1986) - Housing as a social adaptation process (a conceptual scheme) - *Environment and Behavior*, Jann. 1986 pág. 31-52.
- QUINTELA, J.G.P.** (1991) - Sociabilidades em habitat cooperativo - in *Habitação Cooperativa em Portugal* - Ed. FENACHE, 1992.

- RAPOPORT, A.** (1980) - Cross-Cultural aspects of Environmental Design-*Human Behavior and Environment*, Vol. 4 - Ed. Altman I., Rapoport, A. and Wohlwill J.F. - Pub. Plenum Press, N.Y.
- RIVLIN, L.G.** (1987) - the neighborhood, personal identity, and group affiliations - Ed. Altman & Wandersman A. - *Human Behavior and Environment*, Vol. 9, Plenum Press, N.Y.
- RUPPRECHT, G.V.** (1975) - *Cooperativas de Construção e Habitação* - Ed. Perspectivas & Realidades, Lisboa.
- SAEGERT, S.** (1985) - The role of Housing in the experience of dwelling - In *Human Behavior and Environment*, Vol. 8 - Ed. Altman I. & Wandersman A. - Pub. Plenum Press, N.Y.
- SAEGERT, S.** (1987) - Environmental Psychology and Social change - in *Handbook of Environmental Psychology*, Vol. 1, Ed. Altman I. & Stokols D. - Pub. Wiley & Son, N.Y.
- SOMMER, R.** (1969) - *Espaço Pessoal* - Ed. E.P.U., S. Paulo, 1973.
- STRAUS, D.** (1988) - Human Ecology: the speciality of generalizing - *Human Ecology (steps to the future)* - Ed. Pratt J. e Young G. L. - Pub. by Society for Human Ecology, Sonoma.
- WALDEN, T.A., NELSON, P.A., SMITH, D.E.** (1981) - Crowding, privacy, and coping - *Environment and behavior* - Vol.13, n°2, Mar. 1981, pág. 205-224.
- WERNER, C.** (1987) - Home Interiors (A time and Place for Interpersonal Relationships) - *Environment and Behavior*, Vol. 19, n°2, Mar. 1987, pág. 169-179.
- YANCEY, W.** (1971) - Architecture, interaction and social control - the case of a large Scale Public Housing Project - in *Environment and Behavior* - March, 1971, pág. 3 - 21).

Outras Publicações

Acta n° 1 da Cooperativa de Habitação Económica de 16/12/64.

Diário de Governo IIIª série , n° 34, pág. 415.

Diário da República de 12/12/77 IIIª série, pág. 11537.

Diário da República de 7/3/78 IIIª série, pág.2607.

Diário da República, de 30/10/82, IIIª série, nº 252, pág. 15030.

Diário da República, de 28/2/91, IIIª série, nº 49, pág. 3712 e 3713
Cooperativa de Habitação Económica "LAR PARA TODOS" - Estatutos-

Rodoviária Nacional - Informação ao Público - Azeitão, 28/4/1993.

CAPÍTULO III

A DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA:

Introdução

Este capítulo tem 3 secções distintas.

Na primeira secção começaremos por proceder a uma aproximação teórica ao objecto do conhecimento. O conceito de sistema, das suas componentes, são os suportes para a explicitação da unidade de análise, cujo "*behavior setting*", sistema composto por componentes humanas e não humanas poderá ser o recurso conceptual operatorio das várias ciências humanas.

A segunda secção subordina-se à temática do lazer. Na primeira subsecção procurámos, de acordo com os conceitos formulados na primeira secção, apresentar o Lazer numa perspectiva sistémica e histórica, marcos de referência determinantes para o seu estudo. Na segunda subsecção abordaremos a dinâmica produtora do Lazer, a importância da Tecnologia, do Trabalho e das Organizações no Sistema Social. Consideraremos também a relação Trabalho-lazer, emanações, das relações entre as organizações e a tecnologia.

A terceira secção abordará os vários conceitos de Lazer, Recreio e jogo e a sua integração no conceito de Lazer como "*Play, leisure, recreation concept*".

A quarta secção contemplará, na ausência de um modelo metodológico bem definido, os tipos de lazer propostos por vários autores desde Kaplan (1960) até Kelly (1974).

Na quinta secção, a componente ambiental do Lazer será a temática determinante do nosso trabalho. Estudaremos os factores associados ao comportamento de Lazer, desde os pessoais, sociais e circunstanciais até aos factores ligados à Acessibilidade e à Oportunidade.

1ª SECÇÃO

POR UMA APROXIMAÇÃO AO OBJECTO DO CONHECIMENTO

1 - O CONCEITO DE SISTEMA

O conceito de "sistema" é, na actualidade, um conceito chave em toda a pesquisa científica. Em todas as ciências, as componentes do fenómeno não são entidades separadas, isoladas, mas constituem um conjunto organizado e ordenado. Por sua vez, as diversas ciências constituídas, quer as sociais, quer as naturais, não são também, entidades isoladas. Há leis e modelos, que se aplicam a todas as ciências, tornando-as assim, interdependentes.

Conforme salienta BERTALANFFY (1973), a teoria geral dos sistemas tem como fim "formular os princípios válidos para todo o sistema e extrair daí, as suas consequências" (pág. 31), partindo do postulado da semelhança estrutural, ou se quisermos, da isomorfia nos vários domínios científicos.

Por outro lado, ao contrário do que se passa com os factos de natureza física que têm, segundo o princípio da termodinâmica a tendência para se encaminharem para a destruição ou desordem, para Bertalanffy "*le monde vivant montre au cours de son développement embryonnaire et de son evolution un passage vers un ordre plus élevé une plus grande hétérogénéité et plus d'organization*" (pág.39). Por conseguinte, durante o processo histórico da evolução, a pressão ecológica levou os organismos mais aptos a afeiçoarem-se à lógica adaptativa, estando envolvida nessa lógica adaptativa, a evolução do próprio comportamento que especializa e complexifica o comportamento inicial até então "fechado", adaptando-o às novas e diversas funções.

Nenhum ser vivo pode ser isolado do ambiente, ou se quisermos, do contexto (1) de que faz parte.

O ser humano (2) é parte de um todo vasto, o que implica que toda a pessoa está sempre envolvida em algum ambiente (3) isto é, num contexto físico, químico, biológico, interpessoal, sociocultural.

Assim, as pessoas, os processos psicológicos e os ambientes humanos e não humanos, são concebidos como aspectos de um todo, de uma unidade integrada, de um sistema. Estes processos psicológicos não estariam isolados do mundo onde as pessoas actuam. A atitude que conduziu à separação da

actividade psicológica do ambiente em que essa actividade toma lugar "*led investigators to examine hypothetical 'structures' or 'mechanisms' with little regard for their role in the actual functioning of the organism*". (WAPNER et. al., 1973, pág. 267).

Por sua vez, a nossa perspectiva, não lida com a relação entre os elementos no sentido de que um elemento ou componente, pode afectar o outro. Consideramos sim que os aspectos de um sistema, isto é, pessoa e contexto coexistem e conjuntamente definem-se um ao outro e contribuem para a representação e a natureza de um acontecimento holístico. Os elementos não se combinam para fazer o todo; eles são o todo.

O ambiente e o comportamento humano constituem, como já referimos, uma unidade integral ou transaccional. Esta visão implica, segundo Altman (1981) "*that environment cannot be dealt with independently of the behavior that occur within tem. Thus, this emerging point of view does not refer to the interaction of people and environments but to trans-action of people and environments*" (citado por WAPNER, 1987, pág. 1435).

Mesmo os comportamentos mais elaborados das pessoas a nível intelectual não são actividades à parte, mas são processos de uma situação total que designamos Sistema Pessoa-em-Ambiente. A Cultura e o espírito não são mais do que um instrumento do ser biológico incorporados no processo de adaptação do ser humano ao ambiente. Conforme Popper e Eccles (1981) afirmam, "*mind itself engages in mutually causative interactions with these organismic suborganization and with the environment*" (citado por WALLACE, 1988, pág. 11).

Por sua vez o tempo e o espaço fazem parte do fenómeno, dos comportamentos, dos acontecimentos.

As qualidades temporais "*corporalizam o fluxo e as dinâmicas das relações das pessoas com os settings físicos e sociais*" (ALTMAN e ROGOFF, 1987, pág. 9).

Se o tempo é parte do fenómeno, dos acontecimentos ou dos comportamentos, o espaço é também uma dimensão importante. um conceito abstracto e antropocêntrico, pois toma como referência a pessoa. Toda a pessoa está, de acordo com Tuan, no centro do seu próprio mundo e, o espaço que a circunda é diferenciado de acordo com o esquema do seu corpo e constitui, simultâneamente um simbolo para a Abertura, para as outras pessoas. As máquinas e os instrumentos, alargam o sentido do espaço.

O espaço é também um recurso, que dá prosperidade e poder. A capacidade espacial das pessoas, para se tornar numa consciência espacial, necessita de tempo, de treino.

O espaço e o tempo são dimensões importantes para a realização dos sistemas orientados para um fim. A indecisão, os hábitos, os costumes entorpecem as pessoas. Fá-las perder o sentido do futuro, a resistência face à pressão ecológica. Fá-las perder o sentido de dominância, pois, este sentido leva as pessoas a alargar os seus espaços.

Finalmente, o observador não é um elemento que está à parte do sistema, como propõem as perspectivas sistémicas mecanicistas. O observador faz parte do acontecimento, pois o fenómeno - uma confluência de processos psicológicos envolvidos, qualidades ambientais e aspectos espaço-temporais - é parcialmente definido pelas qualidades do observador, tornando-o também num aspecto do acontecimento a estudar.

1.1 - As componentes do sistema

Na análise das componentes básicas do Sistema Pessoa-no-Ambiente, concretamente, no plano do seu funcionamento consideramos a existência de componentes estruturais e dinâmicas.

As componentes estruturais são as pessoas e o seu ambiente, as componentes dinâmicas, estão envolvidas nas transações que a pessoa realiza no seu contexto.

No sistema Pessoa-no-Ambiente existe uma grande variedade de objectos ambientais:

- os domínios interpessoais (pessoas)
- os domínios físicos (objectos produzidos pelo homem e objectos naturais, transporte, etc)
- os domínios socioculturais (normas, leis, educação, economia, política, lazer, religião, etc.)

Os aspectos da Pessoa como componente do sistema Pessoa-no-ambiente envolvem:

- os de ordem física (o corpo, a idade, etc)

- os de ordem psicológica que compreendem as valências intrapessoais (o self, coping, estilo cognitivo, etc.) e as interpessoais (as expressões emitidas, a sensibilidade aos outros em ambiente, etc)
- os de ordem sociocultural (estilo de vida, o papel, o status, etc)

A experiência que as pessoas têm com os objectos ambientais baseiam-se quer em vários aspectos do ambiente (tamanho, forma dos objectos, pessoas, coisas), quer em vários aspectos do self (forma do corpo, autoestima, identidade, locus controlo) quer ainda nas relações self-ambiente (sentir-se confortável em casa). Por sua vez os aspectos mais salientes do relacionamento Pessoa-Ambiente são os da temporalidade (ex: tempo que vivemos num bairro), os da espacialidade (mobilidade residencial, isto é se mudamos várias vezes de residência, se nos distanciamos demais dos outros) os do encadeamento (as ligações que estabelecemos com os vizinhos) o enfoque (isto é, se nos relacionamos preferencialmente connosco ou com os outros, ou mais com as pessoas do que com as coisas) e o "*planning*" (que envolve a procura de conforto e de sossego, ou o esforço que fazemos para intensificarmos as nossas relações interpessoais, socioculturais, etc.).

As transacções (ou meios e fins que as pessoas utilizam desde um estado inicial até um estado final) que as pessoas realizam em relação aos objectos ambientais são:

- cognitivas (utilização de processos perceptivos, de memória, de pensamento);
- afectivas (processos envolvidos na tonalidade emocional);
- de avaliação (avaliação estética, v.g.).

Estas transacções ou processos, não são tratados isoladamente pois o fenómeno perderia a sua essência, como já vimos anteriormente. Perceber, pensar, recordar, são instrumentalidades postas ao serviço dos meios e fins dos seres humanos e são processos psicológicos interdependentes.

Por sua vez, as transacções, que constituem a componente dinâmica do sistema Pessoa-em-Ambiente não são um acaso ou caóticas, mas são dirigidas, partindo de um estado inicial para um estado final através de actividades ou processos cognitivos, afectivos e de avaliação. Como refere Wapner, as pessoas com os seus mundos múltiplos (família, trabalho, etc) são espontaneamente activas "*striving agents capable of constructing and construing their environments in*

various ways and acting in terms of their own experience. They are active creators of the experienced environment in which they function" (pág.1441). O ser humano tem, no dizer de Wapner, *"uma raiva pela ordem"*.

As transações que a pessoa realiza são teleologicamente dirigidas. O sistema Pessoa-no-Ambiente é um sistema orientado e, essas transacções, com o ambiente são administradas pelo desejo de satisfazer e realizar os seus fins e os valores. Nessa direcção teleológica formula os seus planos ou representações para levar a cabo as acções concretas.

Finalmente, o carácter social normativo do ambiente onde as pessoas vivem, tende a impôr limites ao empenho dos agentes ou pessoas, nas acções que realizam para atingir determinados fins ou valores. Assim as pessoas numa ordem social determinada tendem a procurar apresentar-se, através das suas expressões, como certas espécies de pessoas nessa ordem social, pelo modo como se relacionam com as pessoas e as coisas que compõem o seu ambiente. As expressões dadas ou exprimidas (símbolos verbais v.g.) e as expressões emitidas (por dissimulação) pelo indivíduo visam não só expressar-se a si mesmo como impressionar os outros com quem faz a interacção (4) e de forma controlada pois, um princípio básico da organização da sociedade refere, segundo GOFFMAN (1959), que *"um indivíduo que implicita ou explicitamente dá a entender que possui certas características sociais deve de facto ser o que pretende que é"* (pág. 21). Outro princípio subjacente a este remete-nos para a ideia de que a sociedade está organizada de modo que *"qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada"* (item) uma vez que a sua conduta projecta em princípio, um plano para a actividade cooperativa que pretende levar a cabo.

1.2 - Explicitando a unidade de análise

A existência de *"mecanismos de diversidade biológica dentro de cada espécie"* (HIERNAUX, 1980, pág. 46) permite-nos explicar a existência, no seio da mesma população de soluções adaptativas alternativas. Aliás Krebs (1985) citado por VICENTE e SANTOS (1989) considera que *"a maior mudança nas técnicas de investigação ao longo da última década tem sido a ênfase crescente no comportamento individual em detrimento da classe de indivíduos"* (pág. 65).

De facto, há pessoas que aceitam com muito mais convicção que outras, os limites de velocidade, aplicação das normas ambientais, sobre a conservação da Natureza e assumem comportamento correspondente a essas convicções.

Por conseguinte, a pesquisa da personalidade admite que as pessoas assumem orientações, desenvolvem operações diferenciadas (interacções, processos psicológicos, avaliações) em relação às questões ambientais, visando a realização das suas necessidades e objectivos. Como salienta HOLAHAN (1978) "*different people evolve different and unique tactics in dealing with environment challenges, and these strategies are suited to personal abilities and personal styles of action*" (pág. 24), a que o mesmo autor designa de "*person-environment fit*".

Os seres humanos, à semelhança dos seres vivos, adaptam-se ao meio, mas discriminam e transformam os elementos do meio em seu proveito. No entanto, ecólogos de formação biológica e de formação nas ciências humanas partilham segundo Wicker (1979) "*de uma série de pressupostos essenciais*", de que destacamos:

- a interdependência entre os seres vivos e o meio;
- a liberdade de acção dos seres vivos é restringida por dispositivos interiores (genéticos) e por condições (exteriores) restritivas do próprio meio, isto é, a liberdade de acção não é absoluta" (citado por CRAVEIRO, 1992, pág.

Apesar de os indivíduos mostrarem diferenças seguras na intensidade e na qualidade da procura do ambiente, podem actuar de forma semelhante em contextos semelhantes. As tendências empíricas estudadas até agora sugerem-nos também um processo de especiação ao nível do desenvolvimento individual.

Embora não rejeitemos em psicologia o enfoque da sua unidade de análise no individual, a verdade é que as outras instituições sociais como a sociologia e a antropologia também se preocupam com o comportamento e a experiência humanas. Só que, para estas ciências é o grupo, as organizações, etc, que constituem a sua unidade de análise. Como salienta PROSHANSKY (1987) "*the focus on environmental problems as experienced by individuals in ongoing physical settings does not permit the luxury of casting aside particulars levels of analysis*" mas, apesar disso, "*to the invironmental psychologist, the individual psychological level of analysis is necessary and even critical, but it is by no means sufficient*" (pág. 1479). Os objectos ambientais, quer humanos, quer não humanos afectam o que a pessoa pode fazer aumentando ou diminuindo o espaço e o pensamento. Os episódios comportamentais ou se quisermos, as acções dirigidas para objectivos por parte das pessoas são também "*iniciados e*

monitorizados e terminados pelos ambientes ecológico e psicológico" (BARKER, 1987, pág. 1416).

A preocupação com a dinâmica social, com o processo social, com a estrutura social, fez deslocar a unidade de análise da psicologia, transformando-a numa disciplina interdisciplinar. Os seus interesses passaram para a resolução dos problemas ambientais complexos, sendo utilizados na pesquisa os vários níveis de organização social (indivíduos, grupos, organizações). Assim, a perspectiva interdisciplinar consideraria que *"that complex social and physical-setting problem are not caused by one or few variables that can be isolated"* (Proshansky, pág. 1474, 1475) mas que se interactuam.

O estudo dos problemas humanos ou *"problemas orientados"* devem ser estudados nos contextos onde eles ocorrem e não em laboratórios fechados e, os conceitos e princípios devem evoluir directamente a partir de problemas específicos e dos settings que estão a ser estudados directamente.

Considerando o pressuposto de que o sistema pessoa-em-ambiente é a unidade de análise básica, a sua diferenciação remete-nos, para a sua categorização em níveis de organização.

Ao mais alto nível de funcionamento do sistema organismo-ambiente é a pessoa que actua num mundo governado por regras e valores de longa duração operados por uma organização social que já é por si, segundo Day & Day (1977) como *"highly fragile social construction of reality"* (citado por Wicker pág. 627) devido ao facto de as pessoas, para manter essa ordem social necessitam de negociar entre si os seus interesses. Por sua vez, este sistema é contingente no seu funcionamento ao nível de agente-habitat onde as pessoas e as coisas estão presentes. Operando a este nível o ser humano é orientado para incentivos determinados como sejam, alimento, abrigo, companhia, etc, utilizando instrumentalidades determinadas como técnicas, mecanismos e instrumentos. Finalmente a forma como o ser humano actua ao nível de agente-habitat é contingente no nível de agente-ambiência como já explicitamos nas nossas notas.

Em resumo, não há, na nossa perspectiva uma separação entre os processos psicológicos, os comportamentos e os contextos onde eles se realizam. Pessoas, processos psicológicos e contextos definem-se mutuamente e constituem aspectos de um todo, o fenómeno, o acontecimento, o comportamento. São os acontecimentos, constituídos pelos aspectos psicológicos, ambientais e espaço temporais que constituem a nossa unidade de

análise. Os processos psicológicos estão incorporados nos contextos físicos e sociais.

Os contextos ou settings são mais do que as qualidades dos ambientes físicos e sociais que podem ser relevantes do ponto de vista psicológico para as pessoas. Também compreendem o fluxo dos acontecimentos, o modo como os "settings" se relacionam com os outros aspectos da vida da pessoa como sejam esferas dos diferentes domínios da vida (educação, família, actividades de lazer, etc) a representação ou a significação que as pessoas dão às situações (5) em que estão envolvidas, e a familiaridade que as pessoas têm com o "setting" (6) (entrando aqui já, os aspectos temporais do fenómeno). Estes factores contextuais ou situacionais que influenciam o relacionamento entre o comportamento e o ambiente constituem o "pattern" ideal da pesquisa sistémica.

Conforme Altaman e Rogoff salientam *"ideally, a transactional approach would first analyse the situations or event of interest, including characteristics of participants, the environment, and norms and rules that link people and context together"* (pág.35). A partir daí deviam ser usadas medidas "standard" que pudessem acompanhar os aspectos do acontecimento ou do comportamento.

1.2 1 - O "behavior setting"

Entretanto, a perspectiva transaccional sentiu necessidade de operacionalizar os seus conceitos e encontrou eco em Barker.

Barker postulou nas suas descobertas entre várias proposições que:

- *"o comportamento humano exprime-se quer sob forma individual, quer sob forma extraindividual; as unidades do ambiente como os armazens de grosso produzem um pattern característico de comportamento independentemente das características pessoais das pessoas nele envolvidas, e as características e o conjunto dos comportamentos podem ser determinados em bloco sem referencias individualizadas;*
- *... muito da ordem, estabilidade , e previsibilidade do comportamento humano, provêm do ambiente ecológico; do behavior setting coercivo, estruturado, homeostático, onde as pessoas habitam"* (1415). Posição idêntica é a de Wapner ao considerar que ao mais alto nível de funcionamento do sistema pessoa-em- ambiente *"é a pessoa quem opera num mundo governado por regras colectivas e é dirigida na direcção de*

valores de longo prazo" (pág. 1443), alcançados através de sistemas de referência conceptuais, de linguagem, etc.

Efectivamente, o conceito central de Barker que lhe permite compreender a qualidade dinâmica do relacionamento pessoa-ambiente é o *"behavior setting"* que Wicker, (1979) actualiza ao defini-lo como *"sistema regulado, ligado, ordenado, composto por componentes humanas e não humanas substituíveis que interactuam num padrão sincronizado, levando a cabo uma sequência ordenada de acontecimentos que designamos por setting-program"* (citado por Altman e Rogoff, pág. 29). O *"setting-program"* é definido por WICKER (1987) como sendo uma sequência ordenada no tempo de interações pessoa-ambiente que conduz a um desempenho ordenado das funções essenciais do setting (ver pág. 614).

Para Wicker e tomando a perspectiva temporal, o *"behavior setting"* como qualquer organização teria o seu ciclo de vida (criação, crescimento, diferenciação, declínio e morte). Por outro lado, o *"behavior setting"* como miniatura do sistema social não se apresenta como mutuamente rejeitante em relação às organizações. É uma construção social da realidade - *"the result of sense-making and interactive behaviors of participants"* (pág. 616). Distinguem-se das organizações e dos pequenos grupos na medida em que estão ligados a lugares e a objectos inanimados e realizam-se dentro de fronteiras espaciais específicas.

Continuando o seu raciocínio, o mesmo autor dá grande relevo nos estágios temporais das facetas dos settings, ao estágio da pré-convergência ou de estabelecimento do setting e concretamente às dinâmicas internas que lhe sucedem.

Quer dizer com isso que, enquanto Barker minimiza a individualidade e valoriza o anonimato das pessoas no behavior setting, Wicker dá grande relevo aos fundadores e às suas cognições, uma vez que influenciam o posterior desenvolvimento dos settings e dos seus programas visando a satisfação dos seus ocupantes (bairro, loja, parque de diversões, etc.), que por sua vez, os representam como desejáveis, valiosos, ou então como, desafiadores e exigentes.

Finalmente Wicker considera a importância dos contextos em que os behaviors-settings estão inseridos, apresentando os que influenciam a criação e o curso de vida dos behavior-settings: (pág. 637)

- Padrões de valores e outras condições culturais;
- condições legais e políticas;
- condições económicas;
- condições tecnológicas e de informação;
- condições demográficas e geográficas.

Finalmente o conceito de "*Behavior setting*" é, apropriado para os vários ramos das ciências. Apesar de possuir menos componentes ou componentes de menor envergadura como várias organizações com multisettings, a verdade é que as ligações entre as várias componentes são mais fortes que nas grandes organizações. Esta unidade seria proveniente do relacionamento altamente interdependente entre as componentes humanas e não humanas e da independência relativa em relação aos acontecimentos fora do setting. Dada a sua solidez poderá ser, eventualmente, um recurso conceptual para outras ciências.

2 - PROSPECÇÃO

As preocupações de várias disciplinas no campo das ciências humanas, em especial no domínio da psicologia, terão que ultrapassar o enfoque, quer nas idiosincrasias do sujeito, quer nos espaços microscópicos dos pequenos grupos humanos. Como refere SOMMER (1987) os problemas ambientais mais prementes encontram-se em escalas ambientais cada vez mais vastas. "*The future of the field will see the involvement of environmental psychologists in efforts to solve global and eventually interplanetary problems.... This research will involve the activities of larger, superorganismic entities with jurisdictions cutting across regional, national, and planetary boundaries*" (pág. 1505).

Efectivamente, parece-nos que, no fundo os problemas ambientais são essencialmente problemas humanos e não, problemas tecnológicos. Aliás consideramos com Maloney e Ward (1973) citados por BORDEN e FRANCIS (1978) que "*a crise ecológica é a crise de um comportamento mal adaptado*" (pág.191).

Os seres humanos não são seres culturais desprovidos de constituição biológica. A Cultura não é mais do que um instrumento do ser biológico incorporado no processo de adaptação ao ambiente.

O grau de complexidade dos problemas humanos, exige que haja descentralização de competências, que deverão ser assumidas pela comunidade humana. Esta, através de um arranjo de mútuas dependências entre o self e a sociedade, ou entre as diversas subunidades do sistema social deve operar em unidade de modo a manter viável o relacionamento da espécie humana com o ambiente.

A adaptação do ser humano ao ambiente é mais "*um processo colectivo, (7) que individual*". (Hawley, 1986, pág.126).

Se as políticas sociais de sucesso são as que relacionam os factores estruturais com os princípios da Ecologia Humana é a sociedade que deve constituir-se como "*líder intelectual da espécie humana*" (STRAUS, 1988, pág.15) neste processo de relacionamento com o Ambiente, pois esta componente do Sistema não só cria e sustenta o sentido de comunidade, destruído com a chegada da Revolução Industrial e da urbanização industrializada, como também, (se considerarmos o Ambiente Natural) é um recurso-útil para as pessoas, facilita a capacidade de construir, contém símbolos que certificam a Cultura ou o self, é uma diversão e um restaurador de energias. (KNOFF, 1987, pág. 786 a 789).

Não há pois, que temer a interdisciplinaridade, nem a interdependência, na abordagem do sistema Pessoa-no-Ambiente, uma vez que o conhecimento humano tem três intenções muito simples na transação que efectua no ambiente: controlar e prognosticar; comunicar; libertar o ser humano do isolamento e do constrangimento. (Habermas, 1971, citado por SAEGERT, 1987, pág. 110). Essa interdisciplinaridade permitiria aos diversos campos da psicologia e das ciências que lidam com o comportamento e o ambiente, uma gestalt comum perante o processo de adaptação do ser humano ao ambiente e, ao mesmo tempo, devolver à comunidade as conclusões e programas, visando o bem estar psicológico e objectivo. Pois, à medida que o saber científico, enquanto entendido como aproximação à realidade objectiva, invadir o quotidiano do homem, enquanto agente ambiental, mais possibilidades ele terá de se adaptar ao ambiente e não, controlá-lo, ou destruí-lo.

2ª SECÇÃO

O LAZER: AS PERSPECTIVAS, SISTEMA E HISTÓRICA

1ª Subsecção

1 - UMA PERSPECTIVA SISTÉMICA

Apesar de o lazer ser considerado simultaneamente um fenómeno social, psicológico, económico e político há dificuldade em avançar com um paradigma para a conceptualização do comportamento de lazer.

Contudo J. LEVY (1979) apresenta-nos uma representação esquemática de um paradigma sistémico não transaccional mas interaccionista, em que o Ambiente é tratado como variável independente e o comportamento como variável dependente. A sua pesquisa assenta portanto em variáveis antecedentes e consequentes e respectivas relações e no princípio da causa eficiente. Este princípio remete-nos para a noção, segundo Rychlack (1977) citado por Wapner (1987) de que um acontecimento antecedente invariavelmente e necessariamente causa um acontecimento consequente que se chama efeito (a relação é, portanto unidireccional).

De facto, o autor propõe-nos uma investigação do lazer em termos de antecedentes, consequentes e estrutura do comportamento de lazer (ver fig. 8) que resumimos:

A Conceptual Paradigm for the Study of leisure Behavior

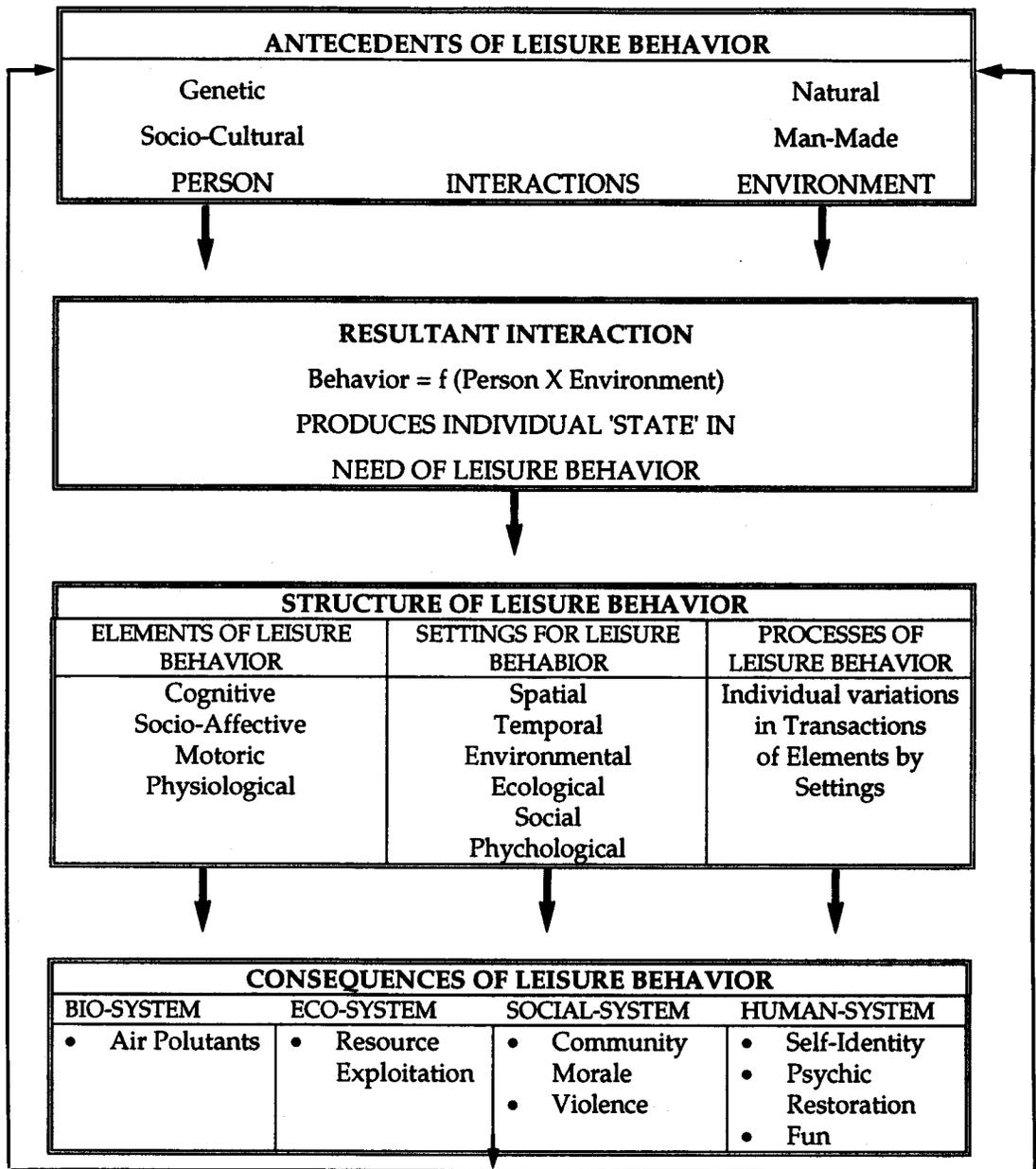


Figura 9: Esquema de paradigma conceptual para o estudo do comportamento de lazer de Levy (1976)

Fonte: LEVY, J. (1976) - A Paradigm for Conceptualizing leisure behavior

1 - O comportamento de lazer seria determinado pelos antecedentes socioculturais, genéticos e ambientais (ambiente natural e construído).

1.1 - É através do processo sociocultural - o processo de socialização - que os indivíduos aprendem a funcionar em sociedade. Por isso, as experiências na infância em actividades de recreio constituem um determinante significativo da

participação na idade adulta nessas actividades, como desenvolveremos mais tarde, quando abordarmos os contextos do lazer. As diferenças biológicas ou sexuais são também importantes nas diferenças de socialização e na variedade dos estilos de lazer dos homens e mulheres.

1.2 - Para algumas formas de lazer, os traços genéticos e inatos são necessários, mas não constituem condição suficiente para atingir níveis de realização e de satisfação pessoais.

1.3 - O Ambiente na sua forma natural e construída é também um antecedente do comportamento de lazer.

Por sua vez, as variáveis ambientais como barulho, clima, forma, etc, constituem outros antecedentes ambientais a considerar.

2 - As consequências do comportamento de lazer desempenham um papel crucial segundo Levy na evolução biológica, psicológica, sociológica e filosófica do homem. O mesmo autor fundamenta-se nos estudos antropológicos para dizer que o homem como artista é mais antigo do que como trabalhador.

2.1 - As satisfações derivadas do comportamento de lazer remetem-nos para as quatro necessidades primordiais no sistema humano (Caillois, 1961, citado por Levy, pág.56): necessidade de competição, necessidade de controlar a oportunidade; necessidade de transcender as suas próprias limitações e necessidade de assumir riscos. Essas necessidades proporcionariam ao ser humano a autoidentidade, a oportunidade de divertir-se e de restaurar a energia física.

2.2 - Os comportamentos de lazer também poderão ter efeitos negativos como a estimulação da violência, perda de respeito pelo ser humano no sistema humano (através da televisão), pelo sistema social e a poluição no biosistema.

2.3 - Hoje em dia, o consumo de recursos de lazer para a manutenção do estilo de vida das pessoas é insaciável, com riscos de esgotarmos os recursos existentes, mesmo os que são renováveis.

3 - Para Levy, a estrutura do comportamento humano de lazer pode ser dividida em três categorias existentes; os elementos do comportamento de

lazer, os "settings" para o comportamento de lazer e os processos de comportamento de lazer.

3.1 - Para se levar a cabo determinados comportamentos de lazer é necessário que eles sejam congruentes com as nossas capacidades cognitivas, psicomotoras e afectivas. Temos que ter a percepção das suas representações.

3.2 - Os "settings" para o comportamento de lazer tratam de factores que envolvem as actividades de lazer (por exemplo, para se nadar tem que haver água). A temperatura do Ambiente, o espaço do "setting", são factores não pessoais determinantes do comportamento de lazer. Por sua vez, as exposições aos "settings" pessoais (competitivos ou não, aborrecidos ou não) modelam as atitudes, as orientações dos valores e as disposições de personalidade, que se tornariam parte do repertório do comportamento de lazer.

3.3 - Os processos do comportamento de lazer são "*manifestações expressivas do modo como o indivíduo manipula conscientemente os elementos e os settings*" (Levy, pág. 55), isto é reflectem as orientações do indivíduo para o comportamento de lazer. Assim, quando alguém adopta uma atitude cautelosa ou atrevida perante uma actividade recreativa (por exemplo fazer alpinismo ou jogar ténis) tem a ver com o estilo expressivo da pessoa, com a sua automonitorização dos elementos que estão dentro de si e dos "settings" que estão à sua volta.

4 - Como todo o sistema dinâmico, o paradigma do lazer tem ainda, segundo Levy, um elo de regeneração ("*feedback*"). Por isso, as consequências do comportamento de lazer, podem começar por ser variáveis dependentes e acabar por ser variáveis independentes ou antecedentes (por exemplo a violência num jogo de futebol pode, do ponto de vista sociocultural socializar o indivíduo na perda de respeito por qualquer membro da raça humana).

Em resumo e, de acordo com CRANDALL (1980) qualquer trabalho na área de lazer deve envolver simultaneamente uma aproximação à actividade ou ao "setting", à pessoa, e as razões como motivações, necessidades e satisfações (ver pág. 50 e 51).

2 - PERSPECTIVA HISTÓRICA DO LAZER

Se o lazer é um fenómeno humano então ele deve ter existido em todas as culturas e sociedades. A separação trabalho-lazer é característico das sociedades industriais e pós-industriais como propõem DUMAZEDIER (1974) e KELLY (1990).

Por isso, a nossa aproximação a este tema basear-se-á em ideias e práticas realizadas nos contextos históricos.

Nas sociedades mais simples e remotas a vida fluia sem fronteiras nítidas entre determinadas actividades como produção de bens, vida de família, educação de crianças, luta livre, dança, música, etc. O trabalho ou a necessidade e o lazer ou a liberdade estão integrados e não segmentados. E ambos se realizam sem prejuízo da afinidade do grupo social ou da manutenção da ordem social no mesmo.

O que o lazer exige segundo Kelly é uma base económica adequada que possibilite aos grupos humanos algumas concessões, como escolha, afrouxamento da necessidade de sobrevivência e a participação comunitária.

É por esta via, que o lazer se torna parte da Cultura e exprime os seus valores para os indivíduos e para a comunidade. Por isso o lazer é, na acepção de Kelly *"highly ethnic. Its forms are related to the food, family practices, religion, sex, war, socialization, stratification, fashion, and most of all, the economic base of the culture"* (pág. 100).

Nas sociedades pré-industriais históricas a base económica assentava na terra, na água e no produto. A economia agrícola requeria, por sua vez uma população relativamente dispersa e os lugares integravam o local de trabalho, de residência, de culto e o ambiente natural.

O lazer estava integrado no trabalho, nos acontecimentos especiais e até em outros padrões de vida (por exemplo comemoração de uma vitória sobre uma intempérie ou sobre dificuldades que o grupo social enfrentou e que foram ultrapassadas) relacionados com a sobrevivência da comunidade.

A festa, integra o trabalho e o jogo, que se misturam, pois não há um corte nítido entre ambos, que só o relógio beneditino vem interromper. O trabalho é cortado com pausas, cantos, jogos rituais diversos.

Não havia o que Godbey (1978) refere, *"lazer deliberado,"* (citado por THORKILDSEN, 1983. pág. 161), isto é, não haveria nada que fosse o resultado do exercício de livre escolha.

O tamanho pequeno destas comunidades dispersas, a ligação das famílias ao lugar, as festividades que eram aproveitadas para promover a interação social entre comunidades vizinhas, através de trocas comerciais e de jogos, tornou-as predominantemente informais e pessoais.

Só nas culturas antigas mais avançadas, com papéis no trabalho claramente diferenciados, é que o lazer se associa de algum modo à elite. Por isso iremos de seguida caracterizar o lazer e as civilizações grega, romana; o lazer na Época medieval, da reforma e da renascença.

2.1 - O lazer na civilização grega

Parece ter sido a civilização grega, segundo Thorkildsen a que influenciou o pensamento da corrente de lazer. A compreensão do homem e da vida era mais dominado pelo pensamento que pela fé. E o lazer tomou um lugar muito importante na vida dos gregos.

Do ponto de vista filosófico, o lazer constituía um fim em si mesmo e significava ser livre. Ser livre na filosofia da cultura grega significava não ser escravo. Era definido como "*tempo livre para o auto-desenvolvimento e expressão*" (Kelly, pág.104) e "*tempo livre da necessidade de trabalhar*" (Thorkildsen, pág.161).

Só uma pessoa livre poderia ter sensibilidade para apreciar o significado da beleza, da verdade, das Ideias, etc.

Ser livre implicava por isso, empenhamento na cultura representada essencialmente nas artes, na Poesia, na Filosofia e não no jogo e no recreio.

Por sua vez, o lazer era mais público que privado uma vez que a vida cívica do cidadão consistia em exercer tarefas públicas, conversar e debater. Segundo Kelly os jardins públicos, os ginásios, os parques eram lugares de interação política. Não admira, por isso, que a grandiosidade dos edifícios públicos contrastasse com a elevada modéstia das habitações privadas, sem grandes confortos e daí que a comunidade e não o lar constituísse o local preferido para o lazer.

2.1.1 - O contexto social

As cidades gregas, de acordo com a filofia das suas elites, eram cuidadosamente planeadas de modo a proporcionar o empenho dos cidadãos

livres nas actividades físicas e culturais, actividades essas muito importantes "para o auto-desenvolvimento e preparação para a responsabilidade política" (8) (Grazia, 1962, citado por Kelly, pág. 104).

Essas actividades eram interditas a mulheres, escravos e pobres. No apogeu da civilização grega (500 anos A.C.), assiste-se inclusivé à profissionalização do desporto e das artes a ponto de os dirigentes não só os valorizarem, como tomarem decisões políticas nesse domínio.

2.1.2 - O contexto económico

Os pobres e os escravos não tinham possibilidades de ter lazer, preocupados que estavam com a sua subsistência.

Eles eram o suporte do lazer da elite, cuidando da produção e dos serviços.

Pouco se sabe entretanto até que ponto os escravos, os pobres e as mulheres participavam em nos festivais que existiam nas cidades.

Resumo

Pensa-se que a gama de actividades qualificadas como lazer não era muito variada e a qualidade das actividades que se realizavam enquadram o lazer grego no que Thorkildsen qualifica de "lazer ético" e que Dumazedier classifica de "ociosidade", que é um substituto do trabalho.

2.2 - O lazer no tempo dos romanos

O lazer era muito importante para os romanos mas, ao contrário dos gregos, a prática do lazer visava essencialmente a preparação para o trabalho e para a guerra. Os desportos eram praticados com muita frequência. Por aqui se deduz, que contrariamente ao lazer estético da civilização grega, o lazer romano era essencialmente utilitário.

2.2.1 - O lazer romano visto na perspectiva do consumo e de controlo social

Os banhos (9), - que eram de baixo custo - os anfiteatros e as arenas, eram construídos para beneficiar a massa da população e tinham objectivos nitidamente consumistas.

A classe dirigente visava com estas medidas o controlo social e a manutenção da estrutura política. *"Leisure in these mass consumption did not just arise as a response to popular demand; mass leisure was a political instrument"* (Kelly, pág. 107).

As exhibições de violência que caracterizaram os últimos tempos do Império traduziam não só a fragilidade da estrutura política e a ruína financeira, como o afastamento da população da vida produtiva da sociedade. Quanto mais violência havia no circo, mais pão faltava ao cidadão comum romano....

2.2.2 - O contexto social do lazer romano

Enquanto lazer das massas consistia no consumo das facilidades e dos produtos apresentados pela classe dirigente, o lazer desta era bem distinto. Nas *"villas"* romanas havia equipamentos privados como jardins, piscinas, reservas de caça, etc.

Quanto aos escravos pouco se sabe sobre o tipo de lazer que viviam, uma vez que tinham como funções, essencialmente, trabalhar e entreter. Presume-se que se empenhassem em espécies de lazer informais como conversar, contar histórias, segundo Kelly (10).

Resumo

O lazer romano apresenta o lazer de massas como um fenómeno novo.

Ilustra de certo modo este tipo de lazer, um contexto de urbanização, nitidamente social (Roma chegou a ter um milhão de habitantes, 800 banhos públicos e um circo, o Maximus que albergava 380.000 pessoas) e a sua instrumentalização política.

Este tipo de lazer ilustra também os custos maciços requeridos para a construção dos equipamentos públicos que acabámos de referir, que só uma

economia assente na exploração das terras conquistadas (11) poderia permitir. Mas, sobretudo, este tipo de lazer ilustra a perspectiva consumista, que faz do lazer mais uma distração do que uma oportunidade de desenvolvimento da criatividade humana e do sentido de comunidade.

2.3 - O lazer nas Idades Médias

2.3.1 - Contexto

O lazer neste período da História não pode ser separado do movimento religioso cristão, que teve um efeito profundo e duradouro no lazer.

A perseguição aos cristãos e a política do império romano da sua concentração, fez emergir o que Kelly designa "*o elemento paulino*" que é influenciado pela cultura grega, em especial pela classe média que se situava entre a aristocracia que considerava o lazer estético o objectivo da vida de um homem, e a escravatura. Esta classe média que começou a ter apoio e liberdade de acção a partir da era de Augusto considerava também o trabalho como uma honra e um mérito.

Só que, como refere Kelly o dualismo grego do apóstolo Paulo condenou a "*carne*" e os prazeres como fontes do Mal. Só o lazer sagrado da contemplação e da oração era louvado. "*The common leisure of physical movement and development, of everyday friendship and occasional celebrations, of food and drink, dance and music, pleasure and game was condemned as inspiritual. The Greek-influenced dualists developed a doctrine that was against bodily and cultural expression, against the pleasure of this world, and against placing high value on even the closest human relationships*" (pág. 112).

Nos primeiros tempos do cristianismo, os judeus cristãos contrapunham à versão Paulina do ideal da vida, o conceito de que o mundo era a arena da actividade de Deus e, merecedor por isso, da atenção humana. Aceitavam o trabalho, defendiam-no até, mas toleravam também o direito de as pessoas e as famílias exprimirem a sua sexualidade, comemorarem as celebrações da comunidade, manifestarem a sua criatividade, através da música e da dança. Como salienta Kelly "*o prazer não era considerado um Mal*" (idem).

A partir do século IV, V, o dualismo Paulino tornou-se, no Ocidente, não só a doutrina oficial da Igreja católica, como do Estado. Até 1000 D.C. foram anos muito severos para o homem comum. Os mosteiros espalham-se e pregam

não só trabalho árduo, como também a auto-privação. As-únicas actividades de lazer autorizadas eram a veneração e a observância religiosa.

As ordens monásticas não descuraram todavia a Cultura, preservando a documentação erudita dos séculos anteriores, como desenvolveram a Filosofia e a História.

Para além destas actividades os mosteiros reuniam a comunidade para a actividade religiosa várias vezes ao dia. No sentido de disciplinar o trabalho e a oração os beneditinos introduziram o relógio que acabou por ser o instrumento do tempo mais importante na vida das pessoas do Mundo Contemporâneo!

2.3.2 - O lazer na Idade Média

Sabemos que a aristocracia ou a nobreza se dedicava à caça, à falconaria e aos torneios mas, quanto à vida dos servos e dos arqueiros pouco sabemos. Estes vivem sob a ameaça constante de mobilização para a guerra e a vida dos servos era cheia de dificuldades. Tinham abrigos pobres, falta de comida, contraíam doenças com frequência, fatais, e não possuíam liberdade.

Os feriados e domingos em certos lugares representavam mais de metade do ano, pelo que dia sim, dia não, havia sempre acontecimentos na comunidade. Para além dos jogos preparativos para a guerra, os trovadores e os presdigitadores entretinham a população.

Mas, as cruzadas tornavam a vida dos pobres e da aristocracia bastante incerta...

Resumo

Muito embora a religião consentisse em determinados períodos a "fraqueza da carne" que caracterizava a maioria das pessoas ("*muitos serão chamados, mas poucos os escolhidos*") e admitisse a cooperação com o lazer, o trabalho foi sempre glorificado e o lazer ou a "*preguiça*" era considerado "*uma força do demónio*".

2.4 - O lazer na Reforma e no Renascimento

Nesta época Lutero é, juntamente com Calvino, um dos grandes mentores da Reforma.

Defende a ideia de que Deus chama as pessoas não só para a oração como também para o trabalho, através da agricultura e do comércio, para o casamento e a procriação.

É o período da constituição dos estados-nações, da extensão do comércio devido às descobertas dos Portugueses.

Surge também a banca e, o dinheiro, começa a ter tanto valor como a terra. E a reforma deu muita motivação ao desenvolvimento do comércio no mundo.

A Renascença difunde a Reforma por todo o Mundo e aproveita o apoio que a Igreja católica deu à Arte, para a secularizar. Os palácios dos mecenas enchem-se de artistas profissionais. Estes deixam de centrar a sua criatividade em Deus e nos santos e começam a mostrar as maravilhas do mundo, o homem e a mulher.

Por sua vez, o desenvolvimento da Imprensa torna possível a distribuição do conhecimento por um público muito mais vasto, que não as ordens religiosas, universidades e casas aristocráticas.

O humanismo que brota da Renascença estimula a expressão da criatividade humana e, no planeamento das cidades estimula a criação de espaços para as ocasiões de festas e de parques que abrem ao grande público nos dias das grandes festividades.

Muitos filósofos nos seus escritos incluem a actividade de lazer. Em Inglaterra da luta entre Puritanos e a Reforma surge "*O livro dos Desportos*" escrito em 1618 por Jaime I. Este livro emite directivas, que permitem à população trabalhadora disputar certos jogos fora das horas do culto. Além disso, segundo o rei, os Desportos eram importantes para o Estado pois preparavam os homens para o compromisso militar.

No século XVII e XVIII o Liberalismo trazido pela Renascença encoraja não só uma aristocracia para a prática do lazer como um público mais vasto para a prática do Desporto, para a frequência de tavernas. Estas e as casas de café ou de chá tornam-se locais de reunião social fundamentais. Além disso, os jardins eram abertos ao público nos feriados.

2.4.1 -O lazer para as diferentes classes sociais

Enquanto as classes mais elevadas como a aristocracia entretinham-se com corridas de cavalos, caça, pesca, fogo de artifício e exercícios militares, música e teatro, boxe, as classes mais baixas enchiam os terrenos comuns e as praças públicas. As actividades dos pobres eram, as corridas, o jogo da pela, a luta, tiro com arco, jogos de galos, e outras actividades semelhantes às da aristocracia como caça e pesca, muito embora o estilo fosse diferente em termos de participação (a aristocracia tinha as suas reservas de caça e os pobres caçavam furtivamente).

Resumo

No fundo, a luta entre a Reforma protestante e o Humanismo representado na Renascença é entre a afirmação da vida e o sistema de valores que minimiza a sua importância. Em geral, segundo Kelly as filosofias que dividem a vida em matéria e espírito, Bem e Mal, não passam de tentativas de repressão da liberdade e da actividade de lazer como fins em si. Conforme Kelly salienta "*the basic value conflict is not between religion and leisure but between ascetic and expressive orientations, between repression and freedom found in both religious and secular forms*" (pág. 123).

2.5 - Os efeitos da Revolução Industrial no Lazer

Os processos, da industrialização e da urbanização caminharam sempre lado a lado. Contudo, o processo de urbanização não deve ser entendido exclusivamente como um simples crescimento da população urbana. O processo urbano tem uma expressão espacial que é o resultado do modo como as comunidades desempenharam as suas funções nos domínios da produção e consumo de bens e serviços, controle e suporte sociais.

A expressão espacial do processo urbano é também, como já explicitámos na introdução do capítulo anterior uma tradução das normas rígidas que determinam os padrões de diferenciação socio-espacial, ou se quisermos de segregação residencial (os bairros ou determinados locais das

idades começam a ter um "background" social e étnico homogéneo - nos Estados Unidos -).

A estrutura espacial da cidade que era praticamente celular (a casa e o local de trabalho estavam próximos entre si) nos primórdios da Revolução Industrial, modifica-se. A separação da casa e do local de trabalho começam a emergir. A acompanhar este processo, o agravamento do tempo de trabalho necessário para subsistir é também um facto.

No entanto, o aumento da complexidade das funções das comunidades e a sua interdependência estimulam o desenvolvimento dos transportes e comunicações, permitindo que os valores, as normas e os costumes das diversas comunidades que até então eram inacessíveis, sejam difundidos e o acesso ao mercado se tornasse mais cómodo e rápido e, as comunidades espalhadas estreitassem as relações entre si.

Para Torkildsen a pobreza das casas, as longas horas de trabalho, as dificuldades de transporte, o trabalho das crianças, a falta de espaços públicos, jogaram contra o lazer das populações dos séculos XVIII e XIX, que, desenraizando-se das suas aldeias e pequenas cidades para irem para as grandes cidades, vão passar tempos muito difíceis.

Foi preciso chegarmos ao virar do século XIX para que o lazer despertasse interesse teórico e prático. Assim, os pioneiros do lazer e os sindicatos começam a influenciar os governos para que o lazer fosse extensivo ao grande público. Na Grã-Bretanha, a saúde pública, o recreio físico, banhos e parques e espaços abertos são colocados à disposição do público (Torkildsen, pág. 166). A conquista do meio dia de sábado foi também muito importante para o início da aceitação do lazer por parte do grande público e para a sua percepção de que trabalho e lazer fossem consideradas áreas separadas da vida e que este podia ser escolhido individualmente.

No início do século actual, o crescimento do movimento de recreio, a reformas das condições de trabalho, o desenvolvimento da tecnologia, a expansão das oportunidades de educação, o esforço dos governos na direcção do ordenamento do território de modo que as indústrias perdessem a concentração que as caracterizava, o planeamento urbano, que cria os espaços públicos, tornam o movimento de recreio num fenómeno humano.

O grande público apesar de ter que trabalhar longas horas, viver na pobreza, tem um desejo de recreio. No início do século o lazer do grande público era constituído pelo descanso, pela conversa, pelo ambiente dos bares.

Não havia espaço ou oportunidade para participar ou assistir a desportos, mas começa a haver procura de divertimentos que pudessem ser pagos.

São produzidos espectáculos (cinema, teatro, etc.) que se transformam num negócio, em especial nos Estados Unidos ("*show business*"). O lazer comercializa-se, ao mesmo tempo que proliferam as organizações de recreio não governamentais.

2.6 - A Era Pós-Industrial e o Lazer

O rótulo pós-industrial foi usado por Bell (1974) para descrever o crescimento acentuado de emprego no sector terciário (VLIET, BURGERS, 1987). É a economia de serviços que condiciona o desenvolvimento, quer do consumo, quer do lazer.

A medida que as máquinas alargam a sua intervenção no processo produtivo, vão-se substituindo às pessoas. A automação e o "microchip" vão substituindo o "*trabalho ético*" (PORRITT, 1984) em nome da "mais elevada produtividade e maior eficiência" (idem, pág. 80) enquanto o processo de reindustrialização não se instala. E este processo produtivo não tem em conta as externalidades como sejam a degradação do ambiente, o "stress" e o "de-skill" do trabalho e a deterioração das relações sociais e das condições de vida das minorias (idosos, desempregados tecnologicamente).

O espaço e a distância vão-se dissolvendo graças ao avanço da tecnologia dos transportes e das comunicações, com benefícios consequentes para a expansão dos mercados, para a mobilidade do capital e a sua internacionalização (por exemplo, triplicam os investimentos alemães nos E.U.A. na década de 80 e os carros americanos deixam de ser produzidos na América).

2.6.1 - factores económicos

A economia de serviço exige dos serviços humanos e do comércio mais horas de trabalho. Por sua vez, às profissões tecnológicas, de pesquisa e de "*management*" é-lhes exigido permanente desenvolvimento pessoal e aumento de produtividade pelo que o tempo livre vai rareando nestas profissões. Deste

modo, as previsões de aumento de tempo livre baseadas nas reduções a longo prazo da semana de trabalho, são enganosas (Kelly, pág. 168).

O emprego de mulheres está associado ao crescimento da economia de serviços. A participação da mulher no mundo do trabalho está a favorecer o aumento da proporção dos rendimentos do agregado familiar (45% em 1980; 65% em 1990; 80% em 2000), a taxa de divórcios, etc.

A proporção de homens com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos e no mundo de trabalho está a declinar.

O desenvolvimento tecnológico está a ter efeitos profundos no lazer. Efectivamente não só há muito mais instrumentos de lazer como as oportunidades para a sua prática aumentam (o transistor, o computador, o vídeo, a televisão por cabo). Pensa-se pois, que o divertimento electrónico doméstico será o futuro da maior oportunidade de lazer e o mais escolhido.

Na sequência, o desenvolvimento tecnológico dos transportes, comunicações e de equipamentos, tornarão as viagens e os bens de lazer, mais rápidas e, mais baratos, respectivamente.

Parece, pois, que o desenvolvimento do lazer em termos comerciais crescerá exponencialmente e o local de lazer centrar-se-á em casa. Para além disso as possibilidades de transporte pessoal aumentarão também, sem falar ainda no desenvolvimento das induções químicas e a sua repercussão na motivação para o lazer.

Contudo, o desejo que as pessoas têm em obter satisfação na vida, debate-se também com a possibilidade de limitação de recursos e com a degradação dos ambientes naturais. A utilização destes está, como justificaremos mais adiante, quando abordarmos os contextos do lazer, atingir níveis de saturação e a degradá-los. O uso do recurso aquático está a ser racionalizado, assim como o das reservas de caça e as zonas de campismo.

2.6.2 - Factores políticos do lazer.

A era pós-industrial não se circunscreve à importância da economia de serviços. Abrange também a importância do planeamento social. Como salienta TOFFLER (1970) *"a passagem da produção de objectos manufacturados para a de serviços, a psicologização das mercadorias e serviços e, por fim, a mudança para a produção de experiências, ligam o sector económico de modo cada vez mais estreito às forças não económicas"* (pág. 445).

O Planeamento Social resulta do fracasso da estratégia da economia das décadas anteriores que acreditava que os problemas da humanidade se resolviam através do crescimento do P.I.B. e da produtividade, em suma, através da prosperidade material. No entanto as assimetrias sociais aumentaram, surgem os desastres ecológicos, o desemprego tecnológico.

Os planeamentos, que até então eram económicos alargam o seu campo de intervenção. Os governos centrais são obrigados a integrar nos seus planos e programas de administração dos recursos e a coordená-los com os órgãos regionais.

Os planeamentos rapidamente se tornam sistémicos e prospectivos, devido ao aumento da complexidade da sociedade.

As tecnoburocracias vão-se tornando incompetentes para lidar com as questões como por exemplo a Habitação, a Saúde, a Educação. O planeamento tecnocrático só trabalha, à semelhança da política, com objectivos de curto prazo e "*estão muito distantes, ignoram as condições locais e reagem com muita lentidão às mudanças*" (Toffler, pág. 441).

A excessiva burocratização faz relançar um "*novo federalismo*" (Vliet e Burgers) que defende a devolução de funções governamentais às comunidades locais. A crescente complexidade da sociedade, como acabámos de referir, a sobrecarga de informação que chega aos centros de decisão em ritmo cada vez mais acelerado exigem cada vez mais gente e organizações formais interdependentes a participarem no processo de adaptação da sociedade ao Ambiente.

É neste contexto que os planeamentos sociais e ambientais recorrem a métodos que nos permitam avaliar quer a qualidade do Ambiente, quer as nossas vidas. Traduzem, se quisermos, a eficácia do sistema social nos vários domínios da vida. São os indicadores sociais.

Os indicadores sociais, segundo Campbell (1976) são medidas objectivas que descrevem, as circunstâncias objectivas em que os indivíduos vivem. São também medidas subjectivas da qualidade de vida percebida (citado por MANN, 1977, pág.311). Alguns indicadores, por exemplo, consideram que as actividades de "*relaxing, doing nothing*" aumentam à medida que a densidade populacional aumenta. Por sua vez, entre as actividades de lazer "*ver televisão, ler, conviver, ouvir rádio e relaxar*" foram consideradas mais importantes que "*ir ao cinema ou assistir a acontecimentos desportivos*" referência muito importante para o planeamento ambiental (Mann, pág. 326).

Mais remotamente, deGrazia (1962) ao comentar os estudos da O.R.R.R.C Norte Americana afirmou que os americanos passam a maior parte dos seus tempos livres (tal como no trabalho) entre quatro paredes (pág. 155-156). Da mesma opinião é Kelly (1990) ao considerar que seis das dez principais actividades de lazer dizem respeito às interacções com a família, amigos, vizinhos, sendo as restantes a leitura, a televisão e a prática de desportos ao ar livre (ver pág. 7).

Mesmo nas férias "*o quotidiano nos acompanha*" (KRIPPENDORF, 1984, pág. 65), uma vez que não nos tornamos pessoas diferentes quando passamos a ser turistas ou veraneantes. Segundo o mesmo autor, em férias somos marcados pelo nosso estilo de vida diário, levando-o connosco para onde quer que vamos. Para nos sentirmos em férias o mais importante não é mudar a vida quotidiana, mas sim não trabalharmos, nem estarmos em casa.

O lazer transformou-se numa rubrica muito importante do sistema social. Os recursos do recreio e do lazer passam a estar incluídos nos planos governamentais. O espaço de lazer começa a estar incorporado no conjunto da área urbana e até na Igreja entra (anexo à sala de catequese vê-se, com frequência, parques infantis).

Há tendência para atribuir à administração pública os custos de manutenção e de adjudicação dos recursos de recreação pública e estão a ser aplicadas taxas de utilização de recursos para a manutenção dos seus custos de manutenção.

Os grupos humanos e de pares vão-se emancipando da tutela das elites, assistindo-se à diminuição do controlo das instituições da sociedade e ao aumento das possibilidades de expressão dos "*eus*" individuais e dos grupos de pares e as férias e os tempos livres poderão dar corpo a essas expressões.

Resumo

Recorrendo de novo a Kelly, prevê-se que o futuro do lazer seja elaborado pelas tecnologias. Um divertimento doméstico torna-se disponível por um simples toque de um quadro transistorizado. Viajar será comum e barato. O emprego exigirá menos e oferecerá mais no modo de satisfação. O auto desenvolvimento totalitário (corpo e espírito) será valorizado.

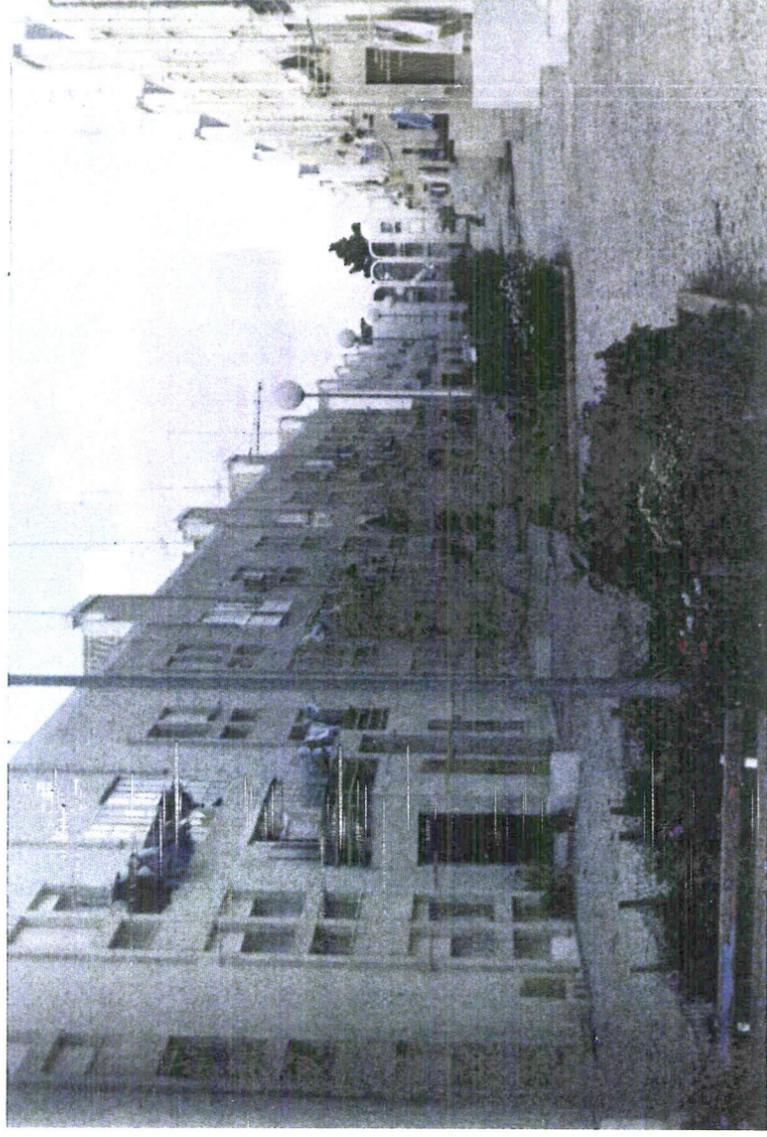
O lazer será muito variado, rico para todos e constituirá o elemento principal na economia do consumidor, deixa de ser pretexto de preparação

para o trabalho e, acima de tudo, será uma dimensão da vida relacionada com as outras (ver pág. 163 e 164).



UNIDADE RESIDENCIAL DA COOPERATIVA DE HABITAÇÃO
ECONÔMICA " LAR PARA TODOS "

*Uma panorâmica dos espaços públicos representados
nos logradouros ou ruas interiores.*



2ª Subsecção

O LAZER: A DINÂMICA DA SUA PRODUÇÃO; O TRABALHO E O LAZER

1 - A DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO LAZER

O estado de desenvolvimento das forças produtivas desde, o trabalho morto (maquinaria ou tecnologia) ao trabalho vivo (mão de obra qualificada) passando pela organização científica do trabalho, conjuntamente com o desenvolvimento da classe de serviços, hoje a grande responsável pelo mercado e pelo nível de produção, provocaram mutações sociais e culturais significativas. Dentro destas mutações situam-se, a diminuição do horário de trabalho, os conteúdos das relações sociais, os sistemas de valores, os direitos individuais e os deveres sociais à redução do trabalho industrial, como consequência da elevação dos níveis de produção e de produtividade trazidos pelas descobertas científicas e tecnológicas e da acção dos sindicatos, faz emergir a problemática do tempo livre e, dentro deste invólucro, a do lazer. Podemos pois dizer com DUMAZEDIER e ISRAEL (1975?) que *"o lazer é uma produção contínua do progresso técnico"* (pág. 7).

Mas é evidente que a componente técnico-económica só por si não explica a dinâmica social do lazer. O homem deixa de ser dirigido pela empresa, pelas instituições socio-espirituais, sociopolíticas ou pela família e cria novas necessidades sociais que visem a sua realização. Digamos que o homem começa a possuir um direito e até um poder de dispôr livremente o seu tempo para escolher actividades de lazer, visando a satisfação das necessidades individuais e sociais.

Estas necessidades estão em *"interacção permanente com as condições subjectivas e objectivas que as favorecem ou contrariam"* (Dumazedier, pág. 58). O lazer não é, nem liberdade absoluta nem fruto exclusivo dos determinismos sociais.

Se o homem deixa de ser dirigido pela tradição, pelas normas e valores da família ou da religião, passa a ser movido entretanto, *"por normas e valores veiculados pelos meios de comunicação de massas e pelos grupos de pares"* (Dumazedier, pág.22).

O Consumo, a cultura e o lazer de massas constituem os vectores de desenvolvimento das sociedades pós-industriais. Se elas criam a necessidade de lazer, criam também a necessidade de o consumir. A descoberta da

democratização do crédito estimula a economia de consumo, estimula a comercialização do tempo livre.

As próprias características da produção modificam-se, conforme salienta de GRAZIA (1966). A duração dos produtos vai diminuindo, devido ao emprego de materiais de menor duração e às mudanças estilísticas. Segundo o mesmo autor *"o produtor é mais vendedor que produtor; o consumidor é mais comprador que consumidor"* (pág. 199).

O lazer torna-se nos dias de hoje uma indústria a caminho da liderança. Se em 1959 o lazer e o recreio ocupavam 5% dos gastos do consumidor (de Grazia, pág. 80), hoje as pessoas dispendem 7% do orçamento familiar directamente no lazer (Kelly, pág. 8). As expectativas de apropriação de bens de consumo que proporcionam conforto (automóvel, máquina de lavar) acompanham também as expectativas de lazer.

A crescente importância do lazer tem levado os governos centrais e federais ou regionais a contemplá-lo como uma rubrica importante. Os orçamentos nesta área começam a competir com os orçamentos da Educação e da Saúde. Até a própria Igreja, que controlou durante longos períodos a vida das populações tenta chamar a si o público, organizando ou promovendo as actividades de lazer (de Grazia, pág. 240). As organizações tentam exercer o controlo político sobre o lazer (governos, Igreja, sindicatos), mas quanto maior for o tempo livre menos possibilidades haverá de essa situação ocorrer.

Nos Estados Unidos as novas comunidades de reformados e de não segregados (em especial no Oeste, onde o clima é mais ameno) possuem facilidades de salão e ao ar livre como, piscinas, campos de golfe, *"courts"* de ténis. Outras, além de possuírem estas facilidades têm estabelecimentos comerciais próximas (MARANS et. alg., 1984, pág. 71 e 72) e, no futuro essas comunidades terão não só serviços de cuidados de saúde tão atractivos para jovens como para reformados, como ainda possuirão bolsas de trabalho próximas da residência, de modo que os reformados possam ocupar-se, quer voluntariamente, quer auferindo rendimentos.

1.1- A organização, o trabalho e a tecnologia: a sua importância no contexto do lazer.

Vivemos grande parte do nosso quotidiano em instituições e ambientes organizacionais.

Efectivamente, os seres humanos no seu processo de adaptação ao ambiente criam organizações, instituições, com as mais variadas funções, desde produção de bens, até produção de serviços e funções de manutenção.

À semelhança do homem, a sociedade organizada, como sua emanção, é um sistema aberto. Recebe "*inputs*" ou energia dos indivíduos, processa-os, converte-os (cria produtos, processa materiais, treina pessoas, proporciona serviços) e exporta--os para o sistema social, que os absorve.

Mas, as organizações não possuem só estruturas de manutenção, de produção e de apoio à produção. Possuem também outros subsistemas de componentes. Têm um "*um padrão elaborado e formal de papel*" (KATZ e KHAN, 1968, pág. 65) de que a divisão social de trabalho é a sua manifestação mais específica. A divisão social de trabalho pressupõe a existência de uma "*clara estrutura de autoridade*" (ibidem) e reflecte o modo como é exercido "*a função ou o controle gerencial*". (ibidem)

Qualquer organização social é armada de uma componente ideológica, dotada de normas que acabam por fortalecer a estrutura de autoridade. Essas normas e valores, visam vincular as pessoas de modo que elas permaneçam no interior da organização social e executem as funções que as estruturas de manutenção exigem.

Finalmente, num ambiente em mutação, as exigências provindas do mundo externo de mudança em valores e normas, de alteração de poder económico e político, levam a estrutura de autoridade a "*criar estruturas adaptativas*" (ibidem) para a modificação interna da organização mas em que a autoridade ou o controlo seja preservado.

É a partir deste contexto que caracteriza e fundamenta as organizações sociais que abordaremos as relações entre as organizações, a tecnologia e o trabalho que, não constituindo nos dias de hoje, o centro dos interesses da vida das pessoas, não deixa de ser a base da estrutura do tempo na vida delas.

De facto, as mudanças tecnológicas contemporâneas, o rápido crescimento económico, as grandes movimentações sociais, pressionam os sistemas organizacionais a alterar no seu interior as diversas estruturas desde as do trabalho, até às de autoridade.

Não nos parece que haja na actualidade um determinismo tecnológico, que seja independente do ambiente social e da cultura.

A invenção da técnica e a sua expressão, quer na produção em massa, quer na produção tecnológica, baseia-se em certos objectivos definidos pelo sistema social e envolve, quer a engenharia, quer o que DAVIS e TAYLOR

(1976) denominam "*social system design*". E as razões apresentadas pelos autores são as seguintes (pág. 380).

- 1º - no próprio "*design*" tecnológico estão já imprimidas as escolhas sociais ;
- 2º - há escolhas sociais contidas no "*design*" da organização que tomam a seu cargo o uso da tecnologia.

Haveria, sim, uma interdependência entre o "*planning*" do sistema social e o "*design*" da tecnologia.

Os efeitos do surgimento da era pós-Industrial na organização e no trabalho manifestam-se no tipo de ocupação e no emprego, de tal modo, que as resistências do sindicato e das organizações inibem, ainda segundo Davis e Taylor "*o desenvolvimento de novas formas organizacionais e profissionais que têm potencial para desempenhos significativos e satisfatórios*" (pág. 387). De facto, a tecnologia mais avançada oferece-nos oportunidades, quer para desenvolver novas formas organizacionais mais humanas, quer ocupações que promovam uma alta qualidade de vida no trabalho. Ela faz depender, graças à sua flexibilidade em relação aos sistemas sociais, a organização, do indivíduo ou grupos de indivíduos e requer maior desempenho individual e responsabilidade no local de trabalho.

A questão que se deve pôr na actualidade é, "*se as organizações e as tecnologias industriais podiam atingir elas próprias tal ponto de flexibilidade que podiam, por sua vez, tornar-se adaptativas às necessidades do homem*" (Emery e Trist, 1969, citados por DUBIN, 1976: pág.6).

Para Dubin, o homem deve ser o actor principal no trabalho, pelo que deve-se esquematizar os processos industriais, as máquinas e as operações de trabalho de modo que a humanidade essencial seja conservada nas referências dos "*designers*", dos supervisores e administradores. Sequencialmente, a industrialização humana através dos processos de produção de bens e serviços e respectivo consumo deve ser entendida como uma adaptação às necessidades do homem colectivo e individual.

Para que a tecnologia se adapte às necessidades do homem é necessário haver instituições com grande impacto no comportamento humano e que actuem de forma interdependente ("*as multi-equal institutions*" de Dubin).

A questão da relação homem-máquina-sociedade no sistema social, segundo a visão sociotécnica, põe em relevo uma crescente preocupação pela função social do trabalho e das suas instituições. Em alguns países mais

avançados como por exemplo o Japão, a organização de trabalho é o grande núcleo da unidade social, à volta do qual se situaria a casa, os serviços de recreio, médicos e de educação.

Para que o cidadão comum seja o que Dubin nos propõe, "*a socially relevant consumer*" (pág. 27) e necessário que o sistema educativo se debruce mais sobre o modo como se vive, enquanto a preocupação da organização social deve ser a de dar preferência à competência tecnológica e à motivação pelo aumento da perícia profissional (o que exige constante reeducação ao longo da vida, pondo assim em causa a questão do aumento de tempo de lazer à medida que se verifica progresso tecnológico) além de estimular a flexibilidade horária, as licenças sabáticas e a mobilidade geográfica.

Os sistemas tecnológicos vão-se modificando e, concomitantemente, as organizações humanas vão-se desenvolvendo. A indústria e o comércio vão pressionar os sistemas tecnológicos a mudar rapidamente o sistema dialéctico e a produção tecnológica. Serão necessários incentivos que motivem os trabalhadores a desenvolver a sua competência e qualidade de intervenção, de modo que a rotura não se instale no sistema social.

2 - O TRABALHO E O LAZER

Para PARKER e SMITH (1976) o trabalho, na sua expressão mais vasta seria a condição básica da existência e da sobrevivência humanas.

À medida que as sociedades foram evoluindo, as formas de interpretação e de finalidade do trabalho foram-se modificando. Enquanto os gregos o consideravam como uma maldição, os hebreus e os primeiros cristãos representavam-no como uma necessidade penosa, um processo de expiar o pecado original.

A Igreja protestante com Calvino como seu expoente máximo introduz a noção de trabalho ético justificando-o como uma vontade de Deus, mas, ao mesmo tempo a sua feição ética repudiava a ideia de se cobiçar os frutos do próprio trabalho.

No século XVIII os socialistas e os utopistas defendem a necessidade de lazer ao mesmo tempo que consideram o trabalho como sendo mais um benefício para a Sociedade do que suportado por considerações de ordem

económica. Mesmo hoje, qualquer empresário analisa o trabalho mais como um dever do que como recompensa.

2.1 - A diferença entre trabalho e lazer

A diferença central entre trabalho e lazer é o facto de o trabalho ter um produto que é predeterminado. A este respeito, Kelly (1990) define o trabalho como sendo uma "*actividade produtiva com resultados predeterminados de valor económico ou social*" (pág. 75).

No lazer não há produto predeterminado. O lazer seria valorizado pela experiência e não, pelo resultado.

Tanto o trabalho como o lazer entram no domínio das actividades das pessoas. O trabalho além de ser produtivo, tem um fim que é orientado, ao passo que o lazer é livre e constitui uma experiência orientada.

2.2 - analogias entre trabalho e lazer

Os trabalhadores que estão hoje no processo produtivo desenvolvem tarefas muito segmentadas, não chegando a ver a relação entre o seu trabalho específico e o produto final. Esse facto retira-lhes a atitude ou então, a percepção de que o trabalho seja de interesse central nas suas vidas, mas antes, uma forma de ganhar dinheiro.

No entanto, tem que se reconhecer que o mundo do trabalho conforme Kelly (1990) salienta, continua a moldar o mundo do não-trabalho. As exigências do trabalho, tornam-no ainda a base da estrutura do tempo da vida das pessoas.

A segmentação do trabalho nos dias de hoje tem conduzido os sociólogos do trabalho a rever as situações de trabalho e a ver o lazer mais misturado com o trabalho. O lazer criaria novos valores, que por sua vez modificariam ou penetrariam no trabalho (Dumazedier, pág. 148).

Parece que, o que é central na vida das pessoas não é, nem o trabalho nem o lazer mas sim as comunidades estáveis e concretas como sejam a família, o lar e os pares.

Segundo Kelly, 80% dos adultos com educação elevada crêem que a família e o lar são os seus interesses mais importantes. O trabalho, o lazer e a

família constituiriam, segundo o mesmo autor, "*life investments*" (pág. 79). Seriam as áreas em que as pessoas dirigem os seus recursos antecipadamente com intenção de, posteriormente, retirarem "*satisfação e significados para as suas vidas*" (ibidem).

2.3 - As componentes do espaço de vida

Para Parker e Smith, o espaço de vida é um conceito que indica as formas de dispendir o tempo que as pessoas têm e compõe-se de seguintes categorias:

- a) - trabalho, tempo de trabalho, tempo vendido, tempo de subsistência;
- b) - tempo relacionado com o trabalho, obrigações de trabalho;
- c) - existência de tempo para fazer face às necessidades fisiológicas; (dormir, comer, etc);
- d) - obrigações de não-trabalho, semi-lazer. Semi-lazer é um conceito desenvolvido por Dumazedier, que o define como lazer parcial, como "*uma actividade mista em que o lazer se mistura com uma obrigação institucional*" (pág.95). A linha divisória entre obrigação e lazer depende em larga medida, segundo Parker e Smith, da "*atitude em relação à actividade*" (pág. 44) (v.g. brincar com as crianças pode ser um dever ou um lazer);
- e) - lazer - tempo livre - horas vagas, tempo não comprometido, tempo discricionário, tempo escolhido.

O tempo discricionário seria para Parker e Smith a essência do lazer, na medida em que significaria, que podemos usá-lo à nossa descrição e de acordo com a nossa própria escolha. No entanto deGrazia considera tempo de lazer como uma contradição, uma vez que o lazer não está adjectivamente relacionado com o tempo. "*O lazer é um estado de ver-se livre de necessidades diárias e as actividades de lazer são aquelas cuja finalidade estão em si mesmas...*" (pág. 290).

Tanto o tempo como a actividade estão presentes nas cinco categorias do espaço de vida. Por sua vez, entre actividades coercivas e as relativamente escolhidas livremente, há actividades que têm o carácter de obrigações. Finalmente, lazer implica liberdade de escolha e, segundo esse sentido, podemos ocupar o tempo de lazer, trabalhando.

2.4 - Padrões de lazer e de trabalho

De acordo com Kelly (1990), três em quatro trabalhadores geralmente estão satisfeitos com o seu trabalho. Por sua vez, a proporção de satisfação pelo trabalho tem a ver com os grupos ocupacionais.

Para Parker e Smith o relacionamento entre o trabalho e o lazer é importante, quando considera, para além das características de personalidade, dos padrões culturais com a sua repercussão no comportamento, a importância das influências subculturais. Neste caso, as experiências ocupacionais são importantes para o lazer correspondente. Nessa linha, - devido a grandes mudanças tecnológicas houve mudança da função de lazer nos trabalhadores manuais. Os trabalhadores saem das fábricas actualmente, com muito mais energia física e com disponibilidade para trabalharem durante o tempo de lazer. Em relação à aceitação do trabalho a maioria dos operários aceita o seu trabalho e têm um sentido claro da relação entre o emprego e, a casa, a segurança e o futuro da família. No entanto, se pudessem escolher, menos de 20% escolheria a mesma profissão de novo;

- os trabalhadores não manuais têm tarefas de rotina completa e, após o trabalho, tornam-se ou muito activos ou apáticos. Entre os empregados de escritório e indiferenciados, 60 a 65%, segundo Kelly (1990), estão contentes com o seu trabalho mas, se tivessem oportunidade de escolha, apenas 45% escolheriam a mesma profissão;

- outros trabalhadores não manuais, cujo trabalho exige mais envolvimento e responsabilidade (engenheiros e professores, v.g.) têm "hobbies" relacionados com o seu trabalho. Cerca de 80% destes profissionais escolheriam de novo a mesma profissão;

- para os executivos não haveria um contorno claro entre trabalho e lazer, em torno das suas ocupações. Por exemplo no Japão, segundo Vogel (1963) "*business is combined with community activities, recreation and personal activities. It is difficult to distinguish working time from leisure time*" (citado por Parker e Smith, pág. 46).

Por conseguinte, procuramos actividades de lazer que estejam em consonância com as actividades adaptativas pessoais e, por outro lado é possível que o papel ocupacional forneça as oportunidades de lazer.

2.5 - Na procura de uma teoria do trabalho e do lazer

Para Parker haveria, a nível individual três tipos de relação entre trabalho e lazer:

a) através do padrão da extensão há semelhanças entre trabalho e lazer em termos de conteúdo. As profissões de trabalhadores sociais, "managers", professores, existem predominantemente no padrão de extensão. As pessoas deste padrão estão moralmente envolvidas no trabalho e têm pouco tempo para lazer. Têm também muita autonomia no trabalho e fazem um uso extensivo das suas competências como refere Etzioni (1961) citado por Parker e os seus amigos íntimos são colegas de trabalho.

b) através do padrão de oposição, os conteúdos do trabalho e do lazer são antagónicos e intencionalmente diferentes. As pessoas incluídas neste padrão consideram o trabalho que realizam uma alienação e são na sua maioria trabalhadores não especializados, mineiros, pescadores.

c) o 3º padrão é o da neutralidade. A diferença crucial entre por um lado o padrão da extensão e da oposição e, por outro lado, o da neutralidade é que, os primeiros mostram uma ligação respectivamente positiva e negativa em relação ao trabalho, enquanto o último mostra uma separação em relação ao trabalho que nem é desempenho nem é opressão.

As pessoas abrangidas por este padrão têm uma atitude prática em relação ao trabalho, considerando-o uma forma de ganhar dinheiro.

A nível social o relacionamento entre as esferas de lazer e do trabalho é sugerido como sendo o da reunificação entre o trabalho e o lazer numa perspectiva holística como a que apresenta MURPHY (1974). O sector económico estaria mais fortemente ligado a forças não económicas, de tal modo que os valores culturais não materiais tenderiam a tornar-se os principais determinantes do que se produz ou consome na sociedade. O trabalho e o lazer são vistos numa perspectiva otimista.

No entanto a perspectiva pluralista tende a concordar com alguns elementos quer pertencentes à perspectiva holística, quer à perspectiva que separa o lazer do trabalho (perspectiva dualista). A perspectiva pluralista

remete-nos para a conjectura de que as satisfações encontradas no lazer são também encontradas no trabalho.

2.6 - Trabalho - tempo - lazer

Estimativas de horário de trabalho desde 1850 apontam para 70 horas em meados do século passado, 55 horas em 1910, 40 horas em 1950 e 30 horas no ano 2000. Por sua vez, a esperança de vida aumentou 10 anos nos últimos 60 anos.

Outras estimativas, entretanto, consideram que o horário de trabalho não diminuiu significativamente e, outros ainda que consideram que a média de trabalho semanal aumentou moderadamente (Galbraith, 1968, citado por Dumazedier, pág. 29).

Em relação ao tempo de lazer, Kelly cita um levantamento realizado nos E.U.A. em 1987, em que é referido que o tempo de lazer passou de 26 horas semanais em 1973 para 16.6 horas em 1987 devido ao crescente número de mulheres empregadas e às pressões do trabalho.

Efectivamente, uma sociedade em evolução acelerada e em crescente complexidade exige, não só uma aprendizagem prolongada, como uma escola permanente "*para todas as idades da vida*" (Dumazedier, pág. 159).

Por sua vez Kelly adianta que, os indivíduos com profissões liberais, "*managers*" e pessoal técnico que carregam altas responsabilidades e que tenham uma orientação de carreira com expectativas avançadas não é provável que vejam o seu horário de trabalho diminuir. Esse facto leva Binder (1969, citado por Kelly, pág. 84) a referir que o nosso tempo é um tempo "*faminto de cultura*" e que a grande carência das classes elevadas na sociedade contemporânea é mais o tempo que o dinheiro. E essa constatação poderá levar a que o valor do rendimento do trabalho se perca, em virtude de não haver tempo para o consumir ou usá-lo.

Serão os que têm melhores rendimentos os que definirão as mudanças e as prioridades. Essas mudanças reflectir-se-ão em novos padrões de tempo (novos horários sociais). Se o lazer for definido mais como fazer, relacionar, e responder do que consumir, o rendimento será menos necessário para o lazer (o lazer ético) e o trabalho não será tão central para a vida das pessoas. A ética do lazer é, segundo Dumazedier "*a de um novo equilíbrio entre as exigências utilitárias da sociedade e as exigências desinteressadas da pessoa*" (pág.59).

3ª SECÇÃO

LAZER, RECREIO E JOGO - uma aproximação conceptual e integradora

1 - LAZER

A primeira aproximação da definição de lazer no mundo contemporâneo partiu de Veblen (1899) que o definiu como "*consumo não produtivo do tempo*" (citado por Kelly, pág. 17). O mesmo autor salientou que o lazer não produz prosperidade ou rendimentos e que é simbólico de estatuto elevado.

Na década de 70 esboça-se um esforço de arrumação de variáveis que constituíssem um espectrum do lazer.

Destacamos neste esforço integrador Kraus (1971) e M. Kaplan (1975). O primeiro apresenta, segundo Kelly, quatro significações comuns de lazer; a condição clássica da visão da liberdade, a visão da determinação de classe, lazer como forma de actividade e tempo livre. Para Kaplan há seis tipos de definições, que não se baseiam nas mesmas premissas:

- a) a definição clássica começaria com o conceito de humanidade e requer liberdade da necessidade;
- b) a aproximação terapêutica considera que para as pessoas menos saudáveis o lazer é bom para elas;
- c) o modelo quantitativo defende que o tempo pode ser identificado pelo modo como é usado;
- d) o conceito institucional baseia-se na divisão funcional das instituições do sistema social, dentro das quais o lazer ocupa o seu espaço (a família, a escola, a Igreja, etc);
- e) O conceito epistemológico baseia o lazer nos valores culturais;
- f) a aproximação sociológica considera que o lazer é definido num contexto social pelos seus actores que criam o universo da sua significação.

Para Murphy (1974) há seis definições de lazer arrumadas num quadro que integra os conceitos de tempo, trabalho e lazer sendo a dimensão básica o continuum constrangimento-auto-determinação (pág. 11):

- a) - lazer como tempo discricionário ou arbitrário (tempo visto na perspectiva quantitativa) - lazer como tempo que sobra num ciclo determinado de trabalho em que as exigências de subsistência e trabalho foram satisfeitas;
- b) lazer como instrumento social - lazer como um meio para fins sociais tal como a terapia para a doença;
- c) - lazer relacionado com a classe social, raça, ocupação - em que o lazer é determinado por factores sociais e hereditários;
- d) - visão clássica - lazer como estado de liberdade, uma "*condition of the soul*";(pág. 3);
- e) - visão anti-utilitária - lazer como um fim em si, não secundário ao trabalho, como autoexpressão e satisfação de autodesempenho, sem a intenção de produzir um resultado útil;
- f) - visão holística - lazer como algo que se pode descobrir em qualquer actividade e em qualquer lugar. A distinção trabalho - lazer é abandonada em favor da definição concordante com a qualidade da experiência. A premissa de Murphy é a de que o lazer verdadeiro é liberdade acentuada da pessoa expressa na actividade, que seja no tempo livre ou no trabalho

A visão holística sugere que "*o lazer é multifacetado, um fenómeno dinâmico ligado a cada indivíduo e a cada grupo de indivíduos, sujeito a circunstâncias, condições e funções que resultam em significações e expressões*" (MURPHY, 1983; pág. 598).

Vamos de seguida descrever o lazer nas suas principais dimensões; tempo, actividade, e experiência ou estado do ser.

1.1 - O lazer como tempo

Para Parker (1971) citado por Torkildsen, há um contraste entre as definições residuais de lazer e outras. O tempo residual é o tempo que resta depois de retirar do tempo total tudo o que não é visto como lazer (pág. 168).

Em 1970 o grupo "*Countryside Recreation Research Advisory*" definiu lazer como "*the time available to the individual when the disciplines of work, sleep and other needs have been met*".

Para Brightbill (1963) no tocante a lazer enquanto tempo, só é lazer quando cai no tempo "*sem limites*", isto é, tempo para além da existência e da subsistência. "*The time to be used according to our own judgement or choice*" (citado

por Torkildsen. pág. 168). É o tempo discricionário. Não é o tempo como quantidade que é lazer mas sim a sua qualidade.

Este aspecto do lazer como tempo visa estabelecer relações positivas entre o lazer e o tempo.

Para Murphy, o lazer como tempo discricionário seria "*uma peculiaridade das sociedades industriais*" (pág. 597).

1.2 - Lazer como actividade

O lazer também é percebido como actividades em que as pessoas participam como desejam, num espaço de tempo disponível.

Segundo o Grupo Internacional das Ciências Sociais do Lazer, este "*consists of a number of occupations in which the individual may indulge of his own free will whether to rest, amuse himself to add to his knowledge, or improve his skills disinterestedly or to increase his voluntary participation in the life of the community after discharging his professional, family and social duties*" (citado por Torkildsen; pág. 169).

Para Dumazedier o lazer seria toda a actividade que apresentasse as seguintes propriedades: "*duas 'negativas' que se definem em relação às obrigações impostas pelas instituições de base da sociedade e duas 'positivas' que se definem em relação às necessidades da personalidade*" (pág. 93). Para Dumazedier e Singer a definição de lazer esgota-se sobretudo nas actividades orientadas para o auto-desempenho e a auto-expressão é enquadrada pelas suas funções de divertimento, repouso e desenvolvimento. É de acordo com esta sequência reflexiva que os autores acabados de referir definem lazer como "*conjunto de ocupações a que o indivíduo se pode entregar de livre vontade, quer para repousar, quer para se divertir, quer para desenvolver a sua informação ou a sua formação desinteressada, a sua participação social voluntária ou a sua livre capacidade criadora, depois de se ter libertado das obrigações profissionais, familiares e sociais*" (pág. 9).

Já Kelly considera que uma actividade é lazer primeiramente quando é escolhida livremente e depois, quando os benefícios são previamente antecipados pelo participante (pág. 20).

Tanto Neulinger (1975) como Loesch (1981) fundamentam o lazer segundo a perspectiva da psicologia salientando a natureza subjectiva da experiência humana. Assim, enquanto para Neulinger lazer implica estar envolvido numa actividade como agente livre e por sua própria iniciativa,

Loesch considera o lazer como *"qualquer actividade que um indivíduo intencionalmente (isto é, conscientemente) define ser lazer"* (citado por T. FREIRE, 1989; pág. 28).

1.3 - Lazer como estado do ser, como experiência.

Esta terceira aproximação remete para a dinâmica do indivíduo, para o seu *"construct"* pessoal. Aqui cabem as atitudes e a experiência.

Retomando de Grazia, este autor na introdução à sua obra entende que o lazer não é *"totalmente realizável"* e que *"é um ideal e não só uma ideia.... É uma forma de ser, uma condição do homem que poucos desejam e ainda menos o alcançam"* (pág. XIX). O lazer seria, como já fizemos referência um estágio de ver-se livre das necessidades diárias e, actividades de lazer seriam aquelas cuja finalidade estão em si mesmas e não teriam nada a ver com o tempo.

A perspectiva da psicologia representada em Neulinger define lazer como *"um estado de espírito; é uma maneira de ser, de estar em paz consigo próprio e com o que faz"* (citado por T. Freire, pág. 28).

Finalmente, o modelo humanístico descrito por Kaplan vê o lazer como um fim em si, *"um estado do ser"* (citado por Torkildsen, pág. 170).

O lazer visto então pela perspectiva da experiência é mais uma condição mental que está localizada na consciência do indivíduo levando Kelly a definir então lazer como *"uma actividade que é escolhida principalmente pelo seu próprio motivo"* (pág. 22).

Resumo

O lazer deve ser percebido como um conceito que incorpora o tempo, a actividade e o estado de ser e em que a dicotomia trabalho/lazer seria eliminada uma vez que ambos estão ligados entre si. Não é só uma atitude de espírito mas também a qualidade da actividade definida por quem participa nela. Assim, e de acordo com Kelly *"leisure is activity chosen in relative freedom for its qualities of satisfaction"* (pág. 7).

2 - LAZER, RECREIO E JOGO: CONCEITOS, EQUIVALÊNCIAS E DIFERENÇAS E RESPECTIVA INTEGRAÇÃO

Lazer, recreio e jogo possuem características próprias, distintas entre si. Apresentam também aspectos e funções peculiares. São, enfim, fenómenos diferentes.

Em cada perfil dos fenómenos referidos há aspectos e componentes que são comuns aos dos outros. (por exemplo, todos proporcionam satisfação, exigem grau de liberdade determinado, etc.)

Além disso, cada fenómeno pode ser descrito por formas opostas como, por exemplo, no caso do jogo. Este pode ser considerado como, sem gosto, espontâneo e, até, ser descrito como uma das grandes criações da Humanidade.

Finalmente, as diferenças e semelhanças entre os fenómenos lazer, recreio e jogo, permitem que se liguem entre si, de modo a formarem um conjunto, um fenómeno-único, totalitário.

Vamos analisar de seguida as diferenças, semelhanças e o modo de integração destes fenómenos.

2.1 - diferenças entre lazer, recreio e jogo

As diferenças manifestam-se, de acordo com Torkildsen, na ênfase, na força, no estilo e na textura.

Vamos começar pelo **jogo**, que é definido como "*doing something for its own sake, for the satisfaction of the moment*" (Kelly, pág. 28). É um comportamento emitido pelo indivíduo, mas que não é motivado pelo seu produto final. Não deve ser controlado nem planeado.

O jogo tem as seguintes características, de acordo com Torkildsen (pág.196) e Ellis (1973) citado por Keller:

- não é real;
- é "*non-conformity*";
- tem o sentido da brincadeira;
- excita os sentimentos, é agradável;
- funciona como meio de, aprendizagem, de mestria, de descoberta de si próprio e do mundo;

- é criativo;
- não é essencial para a sobrevivência;
- preocupa-se com a pessoa total.

É também um elemento importante da socialização do indivíduo, pois, *"a capacidade para formar e manter amizades, começa com o jogo na infância"* (Keller, pág. 579).

O próprio deGrazia define o jogo como *"aquilo que o menino faz"* (pág.216).

No que diz respeito ao recreio, ele é definido como *"voluntary nonwork activity that is organized for the attainment of personal and social benefits including restoration and social cohesion"* (pág. 27).

É o modo como o tempo de lazer é ocupado por qualquer indivíduo. Os *"hobbies"*, andar de bicicleta, ver televisão são formas de recreio.

O recreio, segundo Torkildsen possuiria duas dimensões:

- como actividade de recreio diz respeito às actividades que as pessoas têm durante o tempo de lazer. Como há intencionalidade no uso do tempo de lazer ele é um produto orientado.
- Como um valor orientado preocupa-se com o bem estar da sociedade e faz parte do controlo social. Reforça a organização social, o progresso e a produção. Como salienta Torkildsen *"recreation has become institutionalized insomuch that we have a common understanding of the services, activities and events offered as part of the recreation service"* (pág. 191).

De facto, as pessoas têm, à partida, ou no estado inicial, necessidades que são percebidas e exprimidas e que pretendem ver satisfeitas e em que o sistema social se esforça por identificá-las.

Também o sistema social tenta modificar as preferências individuais sem deixar de se preocupar com o *"estado desejado"* (BROWN, DYER e WHALEY, 1973; pág. 27). Para isso, avalia as aspirações dos indivíduos e procura monitorizar as suas acções, isto é, observar se resultam num estado desejado.

No fundo, as necessidades de recreio são, sobretudo, *"necessidades normativas"* (MERCER, 1973) na medida em que os seus padrões são estabelecidos pelos peritos dos vários domínios do lazer e recreio. As

necessidades exprimidas e sentidas são "*padrões largamente aprendidos*" (Mercer, pág. 41 e que mudam constantemente com o tempo.

- a segunda dimensão proposta por Torkildsen é a de experiência de recreio, experiência essa que é interior. É um processo orientado. Preocupa-se com o auto-desempenho. É um processo através do qual o ser humano se esforça por alcançar níveis ótimos de estimulação para obter satisfação pessoal.

O lazer tem uma dimensão - o tempo - que os outros fenómenos não possuem. O tempo fornece a oportunidade e esta, as actividades, que por sua vez, enquadram o jogo e o recreio.

O lazer tem também, à semelhança dos outros fenómenos duas dimensões - a actividade e a experiência ou estado do ser.

2.2 - Semelhanças entre lazer, recreio e jogo

Continuando a ter como referência Torkildsen, este autor remete-nos para as seguintes características comuns deste fenómenos:

- liberdade;
- auto-expressão
- satisfação;
- qualidade;
- auto-iniciativa;
- ausência de necessidade;
- apelam ao humor;
- qualquer actividade pode funcionar como lazer, recreio e jogo;
- a experiência em si. O jogo pode ser absorvido totalmente no lazer; o recreio é uma experiência interior de consumo e o lazer é a percepção da liberdade que visa o fazer e o experimentar;
- enquanto o jogo é activo, o lazer e o recreio podem ser activos e passivos.

2.3 - a integração do lazer, recreio e jogo.

O lazer, devido à sua variedade de dimensões, pode abarcar a liberdade do jogo, o processo e a instituição de recreio. Constitui também a oportunidade e o meio para que o recreio e o jogo ocorram.

O lazer pode ser visto como um "play, leisure, recreation concept" (Torkildsen, pág. 204) (o sublinhado é nosso) e constitui a principal esfera da vida que traz satisfação inata às pessoas.

Não é só uma série de actividades, nem só tempo atribuído para a actividade, nem só experiência de satisfação ou significação ou percepção da liberdade. "*Rather it is a personal and social opportunity to experience, behave and act in ways which are personally satisfying*" (idem).

4ª SECÇÃO

OS TIPOS DE LAZER

O lazer é um conjunto de actividades mais ou menos estruturado conforme as oportunidades, o acesso, as necessidades do ser humano, as leis do mercado que funcionam como um condicionamento socio-económico da escolha individual das actividades de lazer e o curso da vida em que a pessoa se encontra.

Não há entre os estudiosos dos tipos de lazer concordância nos critérios metodológicos e epistemológicos.

Contudo, não vamos deixar de apresentar as propostas dos diversos autores, até porque eles serão determinantes nas categorizações à priori que estabeleceremos para o nosso trabalho.

1 - OS SEIS TIPOS MAIORES DE M.KAPLAN (1960)

Para M. Kaplan (1960) a actividade de lazer reduz-se a "*seis tipos maiores*" (citado por Dumazedier, pág. 100), que estariam, por sua vez, ligados a seis centros de interesse correspondentes, que passamos a apresentar:

Tipos de Lazer	Centros de Interesse
sociabilidade	peçoas
associação	os interesses
jogos	as regras
artes	as tradições
exploração	ir para o mundo
mobilidade	receber o mundo

No entanto, Dumazedier critica esta classificação de lazer por contemplar categorias que não são operatórias, por não ser exaustiva e por apresentar uma coerência interna fraca.

2 - OS TIPOS DE LAZER DE DUMAZEDIER (1974) E DE deGRAZIA (1966).

Para Dumazedier haveria os seguintes tipos de lazer (pág. 92 e 123-128):

- lazer físico - desportos, passeios a pé, etc.;
- lazer prático - actividades manuais ("*bricolage*");
- lazer artístico - visitar paisagens, monumentos;
- lazer intelectual - leitura de jornais, livros;
- lazer social - visitas a amigos.

A classificação dos lazeres avançada por Dumazedier levanta, como o próprio autor confessa, dificuldades operatórias, por haver vários conteúdos de actividades que podem corresponder ao mesmo interesse e, vice-versa. Propõe, por isso, que cada actividade tenha uma propriedade dominante necessária para a sua existência e que a sua configuração corresponda às configurações significativas dos problemas gerais do desenvolvimento socio-cultural, ou então, "*reduzir as classes de lazeres a priori a elementos binários de dimensões variáveis (interesses corporais/interesses não corporais; interesses manuais/interesses não manuais; interesses estáticos/interesses não estáticos)*" (pág.104).

Também de Grazia formaliza as classificações das actividades de lazer em séries de pares opostos: (pág. 153).

- activa/passiva
- participante/espectador
- solitária/social
- interior/ar livre
- em casa/fora de casa
- sedentária/ou a pé

Entretanto, a procura de tipos de lazer começa a obedecer a critérios mais rigorosos de análise dos dados empíricos. Além disso, o desenvolvimento da tecnologia proporciona o aumento vertiginoso das actividades de lazer para além da memória humana. A necessidade de procurar conceitos em que estejam subjacentes as diferenças individuais nos comportamentos de lazer, assim como a experiência da vida passada, a idade, etc, impõe-se. Só assim se consegue determinar a estrutura tipológica da actividade de lazer.

3 - OS 5 FACTORES DE DUNCAN (1978)

Nesta linha de procura de conceitos mais rigorosos para a elaboração de tipos de lazer D. DUNCAN (1978) esforça-se por apresentar perfis de lazer e propõe-nos cinco factores, a partir da técnica Q que passamos a descrever (pág. 122): (a partir de 2 tipos básicos de análise factorial R e Q respectivamente, correlação entre variáveis e correlações entre pessoas).

1º tipo - tipo "*outdoor*".

2º tipo - tipo que envolve participação mais elevada em actividades "indoor" muitas das quais, fora de casa (frequentar a Igreja, as organizações comunitárias, jantar fora).

3º tipo - que é definido por participantes de uma gama estreita de actividades tipo "*passive indoor*" (ler, ver televisão, etc).

4º tipo - envolve respondentes que se centram em actividades baseadas em casa como, conversar com a esposa, cozinhar, entreter-se com coisas, etc.

5º tipo - envolve participantes em "*passive indoor activities*", excepto ver televisão, cinema, como as indicadas no 3º factor.

Finalmente, Duncan cita Kando (1975) para agrupar os vários tipos de lazer em dois grandes tipos básicos:

1º tipo de lazer criativo-activo, desafiador

2º tipo de lazer espectador-passivo, apático.

A partir daqui o mesmo autor situa os seus tipos de lazer do seguinte modo:

- o 1º tipo de lazer estaria identificado aos homens e centrar-se-ia em actividades ao ar livre;
- o 2º tipo seria passivo;
- o 3º tipo seria orientado para as actividades passivas;
- o 4º tipo teria motivação social e daria ênfase à socialização e ao divertimento;
- o 5º tipo estaria identificado com as pessoas que procuram actividades longe de casa.

4 - UMA TIPOLOGIA DA PSICOLOGIA AMBIENTAL PERSONOLÓGICA.

A Psicologia Ambiental personológica tenta, através de McKECHNIE (1974, 1975) proceder à análise psicológica das diferenças individuais na actividade de lazer e com dois objectivos importantes (1974, pág. 28):

- identificar os padrões ou tipos predominantes de actividade de lazer;
- explorar a personalidade e os correlatos demográficos de participação nos padrões de lazer.

Baseando-se no modelo de Hendee et al (1969) Mckechnie tenta obter uma amostra vasta e representativa no domínio da actividade de lazer. Desenvolve então o seu "LAB" constituído por 120 actividades, tendo cada actividade um "Likert" de 4 pontos. Assim, os respondentes para cada actividade indicam a extensão do seu envolvimento no passado e a expectativa de participação na mesma actividade no futuro. As actividades de lazer seriam agrupadas em, respectivamente, seis e oito grandes tipos (1975, pág. 17 e 18).

LAB PAST	LAB FUTURE
Mechanic	Adventure
Craft	Mechanics
Intellectual	Craft
Slow Living	Easy Living
Sports	Intellectual
Glamour Sports	Ego Recognition
	Clean Living
	Slow Living

5 - A TIPOLOGIA DE KELLY (1973)

Para KELLY (1973) a tipologia do lazer tem-se desenvolvido a partir da definição de lazer com base em duas dimensões: diferenciação do trabalho e liberdade ou ausencia de restrições ou limitações. Esta tipologia demarca as orientações sociais, das relações com os papéis no trabalho, outros papéis institucionais, etc.

Para o efeito o autor propõe-nos quatro tipos de lazer: (pág. 182):

Tipo I - lazer incondicional - é actividade independente da relação de trabalho e é escolhida livremente.

Tal actividade é um fim em si e cuja participação é realizada por razões intrínsecas à actividade. É escolhida pelo seu próprio fim e nenhuma penalização é atribuída por não se participar nela.

Tipo II - lazer coordenado - está relacionado com o trabalho em forma ou conteúdo, mas não é exigido pelo trabalho (o professor, por exemplo, lê em casa o sumário de preparação para a aula, sem que isso lhe seja exigido). A forma de actividade está relacionada com o trabalho, mas o actor é livre de se empenhar ou não na actividade. Tal como no lazer incondicional as razões de participação são intrínsecas à actividade e nenhuma penalização é esperada pelo facto de se participar nela.

Tipo III - lazer complementar - É independente da relação de trabalho, na forma, no conteúdo e nos requisitos. Contudo, as actividades que se praticam são complementares aos papéis sociais primários. Estas actividades de lazer têm uma relação muito baixa com o trabalho e uma associação muito elevada com a restrição que é imposta. A delimitação social percebida tem a ver com a posição ocupacional, de status, comunitário, ou familiar, que se ocupa (por exemplo, espera-se que um administrador bancário participe na liderança de uma organização comunitária ou que um pai brinque com o seu filho devido ao seu papel).

Tipo IV - lazer requerido - Não é definido como lazer. A actividade é requerida pelo trabalho, quer como preparação, quer como recuperação. Tem uma relação alta com o trabalho e com a restrição.

Entretanto, alguns estudos, segundo ainda Kelly (1974) categorizaram as actividades de lazer mais pela forma e conteúdo, do que pela orientação social. Assim surgem quatro grandes categorias que seriam (pág. 183): Recreio, cultura, trabalho, interaccional. O que é feito e não, onde e com quem, é o único critério de diferenciação.

5ª SECÇÃO

OS FACTORES AMBIENTAIS COM IMPLICAÇÕES NO LAZER.

Como a procura de actividades de lazer está associada a uma variedade de inter-relações desde individuais, sociais, etc., podemos agrupar as variáveis que afectam o tipo de lazer em 4 grandes factores:

- a) - factores pessoais não dependentes da motivação, da atitude, ou da personalidade do sujeito;
- b) - factores provenientes do ambiente físico;
- c) - factores sociais e circunstanciais;
- d) - factores que se prendem com a acessibilidade e a oportunidade

Todos estes grupos de factores se interrelacionam.

1 - FACTORES PESSOAIS

Prendem-se com o individual. Remetem-nos, para o processo da socialização do lazer.

1.1 - O processo da socialização do lazer

Quando BURCH (1969) ilustra as várias hipóteses teóricas explicativas do comportamento de lazer, propõe-nos uma convergência entre as hipóteses da, familiaridade e a compensatória e que seria, a que ele designa de "*personal community*". Esta hipótese significaria que a natureza dos círculos sociais íntimos que rodeiam o indivíduo pode ser um determinante crucial na variação do tipo de lazer. Seriam, pois, os círculos sociais dos companheiros de trabalho, da família e dos amigos que moldariam os nossos estilos de lazer (pág. 138). E remata o mesmo autor: "*it seems likely that post-industrial man, just as his tribal and peasant counterparts, finds the shape of his free time formed within small circles of workmates, family and friends*" (pág.1 43).

No prosseguimento operacional da hipótese de Burch, YOESTING e BURKHEAD (1973) examinaram o impacto que tem o nível de participação numa actividade de recreio de um indivíduo enquanto criança, no nível de participação nessa mesma actividade enquanto adulto. Esse estudo levou-os a concluir que "o nível de actividade de um indivíduo como criança parece ter um efeito directo no nível de actividade do mesmo indivíduo enquanto adulto" (pág. 33) e que "childhood residence has no significant effect on the activity level of an individual as an adult" (pág. 34).

Por conseguinte, as actividades de lazer são aprendidas. Tomam lugar na família, na escola, nos contextos dos pares das crianças e jovens.

Para Kelly (1974) as actividades de lazer durante o processo de socialização dividem-se entre as que começam quando criança e as que se iniciam na idade adulta.

Para o mesmo autor 2/3 das actividades de lazer começaram na associação familiar ao passo que 1/3 iniciaram-se com os pares ou na comunidade (ver pág. 191).

Contudo, o mesmo autor numa visão mais prospectiva, admite que uma mesma actividade de recreio pode ter significações sociais diferentes e "role relations" em tempos diferentes. (pág. 192). Assim, o lazer estaria mais relacionado com o papel de "identity-seeking" na juventude, com o "role related" na idade parental, com o "work and community related" na fase intermediária da vida adulta e com "interpersonal or solitary" no período da reforma (idem).

2-FACTORES PROVENIENTES DO AMBIENTE FÍSICO

Compõe o Ambiente físico, o Ambiente Natural e o construído.

2.1 - A importância do Ambiente Natural

Num extremo, podemos considerar que o Ambiente Natural compreende o vasto domínio da matéria orgânica e inorgânica que não é produto, nem da actividade humana, nem da sua intervenção.

No entanto, há ambientes que não incluem artefactos humanos mas deixam marcas da sua actividade como é o caso dos lagos artificiais.

Outro problema que se levanta na delimitação do conceito de Ambiente Natural é o facto de o mundo da Natureza ter sofrido, praticamente em todas as áreas da Terra, a presença da actividade humana.

Finalmente, outro problema que se coloca, é o facto de pedaços da Natureza estarem presentes no Ambiente construído, o que traduz a importância que ela tem como contraforça da dominação de artefactos humanos.

Para Gibson (1979) citado por WOHLWILL (1983) "*it is a mistake to separate the natural from the artificial as if there were two environments*" (pág. 12). Aliás, a mesma conclusão é retirada por Hiemstra e McFarling para quem, o Ambiente Natural e Construído "*não devem ser considerados como mutuamente exclusivos, mas sim como parte de uma continuidade numa série de dimensões*" (pág.27).

2.1.1 - O Ambiente Natural para a Psicologia Ambiental.

Enquanto os evolucionistas defendem que os seres humanos têm uma preferência inata por padrões particulares existentes nos ambientes naturais, os culturalistas defendem que o Ambiente Natural é neutro e que a preferência por este ou aquele Ambiente é aprendida, isto é, tem a ver os repositórios das experiências e emoções e significações retiradas ao longo da vida e dentro das culturas que pertencem (por exemplo, o afecto positivo em relação à Natureza, seria mais um fenómeno da classe média), (Sills, 1975 citado por KNOFF, 1987, pág. 786).

A Psicologia Ambiental, através dos evolucionistas confere à Natureza "*affordances*" (Gibson, 1979) "*atributos*" (Wohlwill, 1983), isto é, propriedades preditoras da preferência ambiental, quer em termos afectivos, quer em termos cognitivos. Assim. ULRICH (1983) resume as propriedades visuais existentes no Ambiente Natural que influenciam as preferências ambientais de forma positiva: (pág. 105).

- "*complexidade*" - que compreende o número de elementos percebidos independentemente num cenário moderado ou alto.

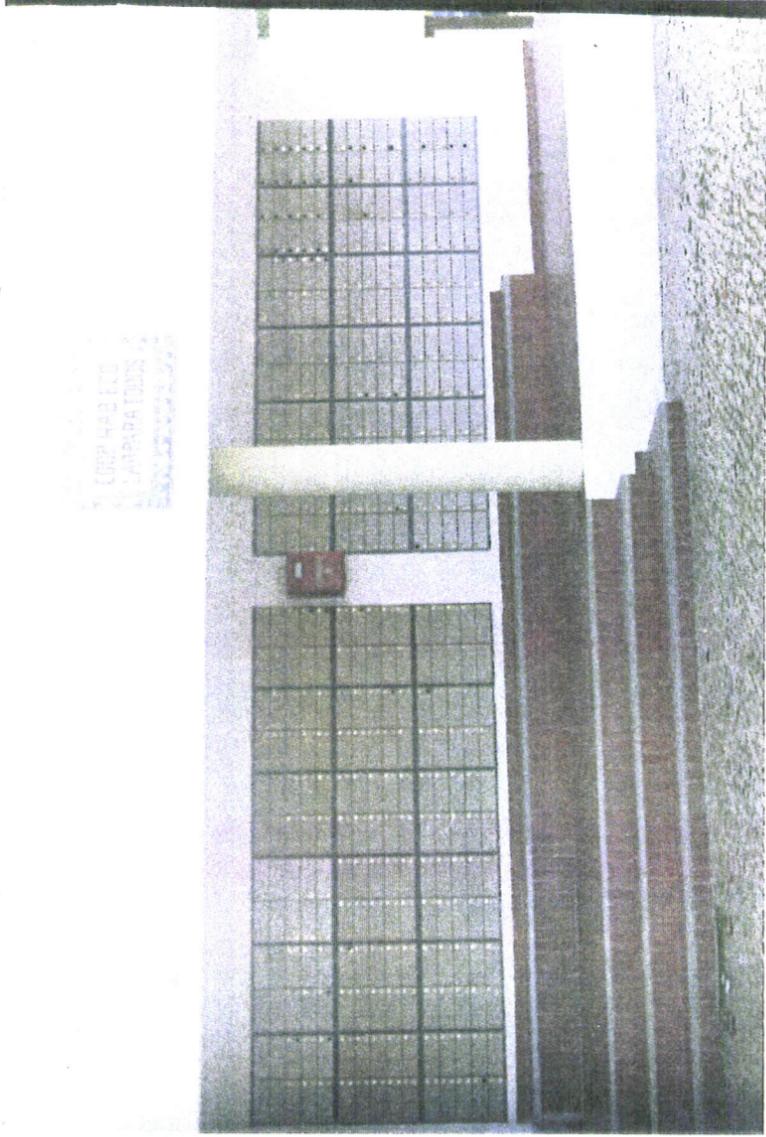
- A complexidade tem "*propriedades estruturais*" que influenciam a preferência estática como é o caso por exemplo de um cenário possuir um ponto focal ou uma área que atraia a atenção do observador;

- um nível moderado a alto em "*profundidade e vastidão*" no cenário ambiental natural que influencie, quer a reacção afectiva inicial, quer o processo seguinte, que é o da avaliação cognitiva;
- a "*textura*" homogénea e nivelada da superfície dos solos e a ausência de movimentos grosseiros, influencia a avaliação cognitiva e a reacção afectiva de momento;
- "*uma vista inclinada ou curva*" se está presente, sinaliza a informação de que a paisagem vai mesmo para além dos limites visuais do observador;
- a ausência de "*ameaça de risco*" para o ser humano e a presença de "*água*" como evocador de interesse, amenidade e sentimento de tranquilidade, são outras propriedades que Ulrich considera afectarem positivamente a relação do homem com o Ambiente Natural.

É evidente que não é o Ambiente Natural em si, que produz o afecto e a resposta estática do ser humano, mas sim as representações que ele organiza cognitivamente sobre o mundo. As pessoas são capazes de organizar, filtrar, enriquecer e fazer subordinar os estímulos ambientais aos seus próprios projectos pessoais ou de grupo.

Para KNOPF (1983) o recreacionista ou o veraneante dos ambientes naturais o seu comportamento é visto como um comportamento "*problem-solving*", isto é, o tempo de recreio é usado para resolver vazios entre os estados normais e os que são preferidos. O veraneante não é visto pois, como um ser passivo, mas como um "*purposive actor*" que opera sistematicamente no seu ambiente realizando estados de "*optimality*" (Stokols, 1978, citado por Knopf, pág. 211). Esse actor, segundo Knopf, é um ser em stress ou tensão, tem uma personalidade, está socializado e interpreta o ambiente como uma história cheia de experiências passadas plenas de emoções e de significados. Assim, o seu relacionamento com o Ambiente dependeria de quatro sistemas de influência: (pág. 226)

- ambiente de casa e de trabalho
- personalidade
- forças sociais
- processos cognitivos.



COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONOMICA " LAR PARA TODOS " :

alguns dos centros de interação social



2.1.2 - A perspectiva da Sociologia Ambiental

Para os sociólogos ambientais, segundo Knopf (1987), as pessoas não actuariam em ambientes naturais isoladas de um contexto social. Por exemplo Kelly (1976) citado por Knopf (1983) descobriu que a actividade de recreio ao ar livre é realizada por "alguma obrigação em relação aos outros" por 26% dos inquiridos. Por sua vez Cheek e Burch (1976) também citados por Knopf descobriram que 96% dos visitantes dos parques naturais, lagos, etc, participavam como membros do grupo (pág. 219).

Como infere Knopf (1987) a experiência ao ar livre é claramente, uma experiência de grupo e, por conseguinte, um problema sociológico. Nessa medida, o comportamento individual "é apenas parte de um quadro mais vasto de transações sociais e não pode ser percebido isolado dessas transações" (Altman, 1977, citado por Knopf, pág. 793).

Para o sociólogo, o Ambiente não é o mundo físico que nos rodeia, salienta ainda Knopf. "The environment, for a person in the outdoors is likely to be construed as the group one is associated with, the character of other social stimulation present, the community in which resides, the institutions to which one belongs" (pág.793).

O Ambiente físico só é importante para as pessoas porque oferece uma arena para a interacção social e, por isso o comportamento e a intencionalidade ao ar livre estão mais ligado às configurações do grupo humano a que pertencemos do que ao conjunto físico em si. Nesse sentido, os sociólogos ambientais remetem-nos para as conclusões das suas pesquisas em Ambiente Natural e que seriam, ainda segundo Knopf, as seguintes:

- a escolha comportamental é correspondida fortemente, com as expectativas do grupo, isto é, os indivíduos confiariam mais no Ambiente social do grupo, que no Ambiente físico;
- cada local ao ar livre transporta as suas próprias ordens normativas. (um comportamento socialmente aceitável pelo grupo num "setting" pode não ser aceite pelo mesmo grupo em outro);
- as trocas sociais podem ser um fim em si próprias, pois as observações do comportamento em parques naturais levaram os sociólogos a concluir que a orientação para o grupo ofusca a orientação para o "setting" físico;

Por conseguinte, concluímos que não é o Ambiente Físico Natural o produtor dominante das sensações durante as experiências ao ar livre e o veraneante, uma figura passiva. Ele será, sim, um criador activo de estimulações e de manipulação do contexto ambiental.

2.1.3 - A vertente económica e de pesquisa do mercado

Os economistas e os pesquisadores de mercado têm-se preocupado em definir a capacidade óptima de utilização dos locais de recreio naturais estudando por exemplo, a relação existente entre o número de visitantes e a disposição de pagar para gozar a experiência de recreio. Avaliam também os preços de entrada nos parques naturais em função dos custos de energia e de preservação do Ambiente.

Somos de opinião que os economistas, os pesquisadores de mercado, os sociólogos e os psicólogos deveriam unificar os seus esforços no sentido de conciliar os desejos dos veraneantes, com a conservação do Ambiente Natural e com os interesses das pessoas que vivem nesses locais turísticos (os visitados) procurados pelos veraneantes, isto é, com a capacidade de carga desses ambientes.

Para Krippendorf o turismo desfere golpes na qualidade do meio ambiente, alterando as características dos locais, da paisagem, da água, do ar, provocando atentados no equilíbrio ecológico. Além disso, provoca o declínio de algumas actividades económicas locais como a agricultura, desenvolve complexo de inferioridade, o servilismo, a urbanização, a criminalidade, em suma provocando alterações de hábitos e costumes nas populações e na vida familiar e comunitária.

Uma metodologia que poderia ajudar esta pesquisa integrada, seria considerar à partida, que a experiência de recreio ao ar livre em especial em "settings" naturais é uma experiência multifásica, que põe em jogo os processos cognitivos e perceptuais que devem merecer a atenção dos pesquisadores. Essa experiência é composta pelas seguintes fases, de acordo com Clawson e Knetsch (1966) citadas por HAMMITT (1987, pág. 652):

- a antecipação - planeamento e antecipação do acontecimento de recreio;
- viajar para - viajar para o local de recreio;



- no local - participação na actividade no local quase sempre em grupo sendo o comportamento realizado no local mais um meio de otimizar a interacção entre os membros do grupo participante;
- viagem de regresso - viajar para casa;
- recordação - evocação e lembrança da experiência.

Resumo

É de concluir que o Ambiente Natural não é o único determinante, pelos seus atributos, dos comportamentos das pessoas, pois elas, quando chegam aos "settings" ao ar livre trazem a influência de um vasto reportório de quadros de estímulos - o grupo social a que pertencem, o equipamento que trazem consigo, a cultura que os moldou, as condições do lar e do trabalho que experimentaram ao longo do ciclo da vida, o registo das suas experiências mais primitivas, as estruturas cognitivas que impõem a sua própria interpretação das experiências e do Ambiente, a sua personalidade, etc.

As pesquisas devem também tratar a Natureza como um estímulo complexo e multidimensional, visual ou não, e, examinar as tendências inatas das pessoas, para além das aprendidas, no contacto com os elementos da Natureza.

Seria também importante que o turismo beneficiasse mais as populações visitadas que os especuladores, não desfigurasse a paisagem, que não onerasse as comunidades locais com despesas infraestruturais incomportáveis. Em vez disso deveria promover empregos em que o artesanato fosse valorizado, impedir a especulação de terrenos e possibilitasse às populações locais o poder de tomar decisões no planeamento dos locais turísticos.

2.2 - A importância do Ambiente construído

O ser humano opera hoje, num mundo predominantemente não natural pois esse mundo também lhe proporciona legibilidade, isto é informação e recursos que podem ser cultivados, e abrigo.

O ambiente construído é um grande sistema composto por muitos subsistemas (Hiemstra e McFarling, 1974). Cada subsistema, desde edifício, logradouro, bairro, cidade, possui características físicas singulares, que

influenciam o comportamento humano. As características físicas das residências e áreas circundantes determinam o relacionamento social, o controlo social e a imagem que as pessoas têm do ambiente. A imagem ou a "atmosfera urbana" (Hiemstra e Mc Farling) são representações mentais das partes da realidade conhecidas através de uma experiência directa ou indirecta, agrupando certos determinantes do meio e combinando-os segundo certas regras (A.RAPOPORT, 1977, pág. 119).

Esta imagem do meio ambiente pode ser analisada segundo três componentes: (LYNCH, 1960, pág. 18)

- a) a identidade (no sentido da individualidade, singularidade);
- b) estrutura, que inclui a relação estrutural do objecto com o observador e com outros objectos;
- c) o significado (o objecto, rua, logradouro, etc, tem que ter para o observador um significado).

Por conseguinte, as imagens da cidade não são só visuais. O indivíduo também organiza e valoriza o meio que o circunda, através do recurso aos mapas mentais. Estes são imagens mentais que ele deduz do seu meio físico e que influenciam primariamente o seu comportamento. Neste mapa mental o indivíduo codifica, adquire, recorda, descodifica a informação acerca do seu meio ambiente espacial. Ajuda-o a compreender e a usar o seu meio ambiente. Os mapas mentais reflectem para os indivíduos "*as suas preferências afectivas, simbólicas e significativas*" (Rapoport, 1977, pág. 124).

Os elementos físicos da imagem urbana mais relevantes para as pessoas são, segundo Lynch, os seguintes: (pág. 57 a 94)

- as vias (ruas, passeios, etc.);
- os limites (paredes, interrupções lineares da continuidade);
- os bairros (regiões urbanas de tamanho médio ou grande e que o observador reconhece como tendo algo de comum e identificável - a este respeito há conhecimento de tentativas de mudança de designação de bairro determinados e que os habitantes recusam por considerarem isso como uma ofensa à sua identidade-);
- os cruzamentos - são pontos locais, estratégicos, de uma cidade, através dos quais o observador pode entrar; são as praças, as junções dos transportes, etc.;
- pontos marcantes ou marcos - são tipos de referência, objectos físicos como, torres, sinais, lojas.

Estes elementos não existem isolados mas operam em conjunto num contexto que dão a forma ao todo, que é a cidade.

Os bairros como áreas citadinas traduzem as diferenças de "status". Com as suas componentes de textura, espaço, forma, detalhe, símbolos, tipo de edifício, costumes, actividades, tipo de habitantes, estado de conservação, topografia, ruídos, cheiros, reforçam a identidade e o sentimento de ligação ao lugar, dos seus habitantes.

2.2.1 - As ruas, os mercados abertos, os logradouros e os parques urbanos.

A sua importância no recreio e lazer das crianças e adultos.

A vida comunitária anterior à revolução Industrial em que os locais de comércio, trabalho, residência e divertimento se misturavam, conferiam às ruas uma diversidade e um espaço de interacção social significativos. As grandes construções deste século e a atribuição dos espaços urbanos a funções específicas ("*the zoning by use*") reduziu a diversidade, desagregou a vida comunitária e as ruas deixaram de constituir um espaço da vida pública.

Para se revitalizar as ruas, os passeios devem ser mais largos de modo a proporcionarem espaços para, equipamentos de recreio e respectiva prática, para os mercados abertos de frutas e legumes, proporcionarem conforto aos adultos de modo que eles se possam sentar e conversar ou ler. Para isso, é importante que as residências estejam defendidas dos ruídos das ruas.

Os mercados públicos são substituídos por supermercados. O crescimento das cidades, os regulamentos sanitários, os códigos arquitecturais, as grandes mudanças nos transportes, o desenvolvimento das técnicas de refrigeração impõem essas mudanças, que não são traduzidas no bem estar das pessoas, quer a nível objectivo, quer a nível subjectivo.

Efectivamente, os supermercados "*afastaram os prazeres sociais de comprar*" (Isogai e Shanjiro, 1972, citados por SOMMER, 1989, pág. 65) e retiraram a vitalidade, a excitação, as trocas de opinião, as características de regateio, a tagarelice, que caracterizavam os mercados públicos abertos.

Os mercados abertos devem ser de novo revitalizados, pois, além de economicamente não exigirem grandes custos, constituem dos poucos lugares de uma cidade onde as distinções sociais se apagam, promovem um contacto mais profundo entre o meio rural e o meio urbano, de modo que os habitantes

das cidades não percam o contacto com as fontes do seu abastecimento alimentar e, onde as diferenças étnicas se apagam. (Sommer, 1989).

Os logradouros públicos ("*public playground*") estão a passar por uma crise de evolução. Os seus espaços são asperos (quase sempre em asfalto) despidos de equipamentos para adultos, que também os consideram como tentativas para controlar o comportamento das crianças (Moore, 1989) e são muitas vezes instalados sem a salvaguarda da sua segurança. Daí, correrem riscos de serem cada vez menos utilizados e menos necessários para a infância da sociedade contemporânea.

No entanto são espaços onde as crianças podem estimular o seu desenvolvimento e um importante local onde as pessoas se podem encontrar e partilhar e criar uma cultura comum. Para isso têm que oferecer uma variedade de cenários que hoje não o fazem.

"The physical quality of playgrounds must be improved through action-research-driven design. Safety issues must be counteracted through risk management and better information about accident prevention" (Moore, pág. 102).

Relativamente aos parques urbanos apesar de terem os settings mais variados correm actualmente riscos de deterioração se não forem reformulados os seus "designs" de acordo com as mudanças actuais no estilo de vida das pessoas. De facto, os padrões da recreação urbana estão a ser afectados por mudanças nos valores e nas atitudes em relação ao trabalho, maior tendência para conhecimentos sociais e menores relacionamentos íntimos e por um maior ênfase no auto-desempenho e nos valores significativos que nos valores instrumentais (Johnson & Field, 1984, citados por HAYWARD, 1989, pág. 195). Finalmente, o desaparecimento dos "terreiros", locais onde as crianças e jovens praticam o jogo da bola, contribuíram para que se afastassem dos desportos activos ou então, para que não adquirissem as perícias técnicas desportivas na fase de iniciação desportiva (13/15 anos).

Comer, sentar, observar, travar comunicação informal, jogar, num espaço urbano seja ele qual for (rua, praça, parque) depende cada vez menos dos utilizadores (que são na sua maioria casuais) e mais da comunidade mais próxima desses locais e da qualidade percebida do ambiente físico (Hayward, idem).

2.2.2 - O lazer e o recreio ao ar livre como função do ambiente da residência.

O recreio tipo "*home based*" é uma extensão da vida doméstica e ocorre em espaços imediatos à residência do cidadão. É este espaço mediato à sua casa e à vista que constitui a principal reclamação do residente. É aí também que ocorrem as principais actividades de recreio e lazer. Segundo **BROWER** e **WILLIAMSON**, (1974) as razões invocadas pelo público para que o espaço imediato à casa seja aquele onde pratica maiores actividades de lazer são as seguintes:

- a) "*convenience*" - estando perto de casa, as pessoas conseguem responder a um chamamento, ao telefone, ver se o assado está pronto, conversar com os vizinhos sem abandonar a família. As crianças também se sentem mais seguras se os pais estiverem por perto.
- b) "*safety*" - a frente das casa é o melhor lugar para as pessoas conversarem e, além disso, a rua da frente oferece visibilidade, tem boa iluminação nocturna.

Os adultos utilizam muito menos os logradouros que a rua da frente ou o respectivo passeio ao passo que as crianças e os pré-adolescentes o utilizam mais, mas, devido à aspereza e à falta de equipamentos capazes, deixa os pais mais apreensivos.

Segundo Moore, 40% das crianças utilizam os logradouros públicos na sua actividade de lazer. Para velhas vizinhanças 90% dos comportamentos fora de casa ocorrem nas entradas colectivas da residência, no passeio e nas vias de acesso ou nos estabelecimentos comerciais em especial entre pessoas de fracos rendimentos económicos e, 50% das actividades de lazer ocorrem fora de casa (Holahan, 1978).

É necessário que a própria comunidade reforce o controlo da qualidade do espaço que envolve a sua residência, tanto em termos de acesso, de utilização, do sentido de posse e de modificação e de disposição (Lynch, 1981, citado por Francis, pág. 158). O controlo do tráfico das ruas permite maior acesso das crianças às mesmas. Por sua vez o controlo social dos parques, praças, mercados abertos, devem ser estimulados. Quanto maior controlo tiver a população sobre as áreas de lazer que envolvem a sua residência, maior é a sua ligação ao lugar e maior é, por conseguinte, o sentido de comunidade.

3 - FACTORES SOCIAIS E CIRCUNSTANCIAS

Este conjunto de factores tem a ver com o "setting" social em que as pessoas tomam parte. Tem a ver com o tempo que têm à sua disposição, com a ocupação que possuem, com os rendimentos e a classe social e também com as subculturas.

3.1 - A classe social, o tempo, o sexo, a idade na participação no lazer.

A classe social entendida como "um grupo de pessoas categorizadas com base na ocupação" (Torkildsen, 1983) é considerado como o factor mais influente na determinação da participação no lazer.

Vamos considerar uma aproximação ao estudo da relação entre o lazer, a classe social, o sexo e a idade.

Como refere BOURDIEU(1989) "*as diferentes classes e fracções de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses*" (pág.11) e, nessa medida, as práticas sociais executam-se através dos estilos de vida , por sua vez encerrados num espaço social determinado. O espaço social e as diferenças que nele se mantêm, para o autor "*'espontaneamente' tendem a funcionar como espaços dos estilos de vida ou como conjunto de standê, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes*" (pg.144). Tendem a funcionar como espaços de estilos de vida na medida em que "*as categorias de percepção do mundo social são, no essencial , produto da incorporação das estruturas objectivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural ...*"(pg.141)

As práticas sociais como desporto, educação, arte, ciência, etc., constituem capitais simbólicos e culturais para as diferentes classes exprimirem as suas diferenças.

Retomando Torkildsen (1983), este autor fundamenta-se no estudo da "*General Household Services -G.H.S. -*" (1977) que mostra que os operários qualificados têm tendência para participação mais elevada nas actividades de lazer, que os não qualificados. Os mesmos estudos da G.H.S. concluem que em termos de espécie e quantidade, a classe média não só é mais activa, cultural,

social e intelectualmente, como ainda pratica mais formas de lazer (em especial, desporto e viagens). Como também auferir maiores rendimentos, consome, em maior proporção, bens não essenciais como recreio e equipamento.

Relativamente aos "executivos", de Grazia é de opinião que têm poucos "hobbies", uma vez que trabalham mais horas que qualquer grupo ocupacional. Também têm actividades cívicas (que aliás já referimos mais atrás) que as percebem como parte do seu trabalho. O seu tipo de vida, afirma de Grazia, "*não lhes permite uma distinção clara entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer*" (pág. 113). Os seus tipos de diversão são preferencialmente, o golfe, o clube, os "cocktails", o cabaré e jantares.

Apesar de constituir o grupo ocupacional com maiores compensações monetárias e gozar do mais elevado prestígio, é o que está mais preso ao sistema. "*Se os executivos são uma força tão poderosa... porque não adquirem mais tempo livre?*" (de Grazia, pág. 116). A este respeito Burdge (1961) sugere que, "*quanto mais ênfase os indivíduos dão ao trabalho, menos favorável é a sua atitude em relação ao lazer*" (citado por BURDGE e FIELD, 1972, pág. 66).

Os diferentes hábitos que as diferentes classes têm através do seu capital simbólico e cultural também se inscrevem, segundo FEATHERSTONE, (1987) no corpo.

De facto, o declínio da capacidade física das pessoas é admitido de forma diferente pelas diversas classes sociais. Enquanto a classe trabalhadora aceita como inevitável a mudança corporal, para a nova classe média "*o corpo é um sinal para os outros*". A classe média procura, através das práticas corporais (aeróbica, jogging, desportos de risco) manter a sua individualidade já manifestada através do capital económico e pelo capital simbólico. Há uma incorporação, digamos do capital simbólico no corpo. Daí que o envelhecimento do corpo seja, como afirma Featherstone, uma fonte de ansiedade para a classe média

Para compreendermos o estilo de vida, as práticas de lazer nas fases do curso da vida, recorda Featherstone, "*devemos considerar as diferentes juventudes e as diferentes idades de velhice e mapeá-los no espaço social em termos de volume e tipo de capital que as diversas fracções possuem em cada estadio particular da vida*" (pg.135)

O lazer não é só um indicador da classe social a que se pertence. É também um indicador da idade que atravessamos no curso da vida. O curso da vida é um processo construído socialmente, salienta Featherstone e não, "*um processo maturacional psicobiológico*" (Rapoports, 1975, citado por

Featherstone).segundo o qual os individuos mudam os seus gostos, atitudes e actividades de lazer à medida que se movem através da vida.

Para Neugarten e Datan (1974) citados por Featherstone as diversas classes sociais teriam uma noção diferente do tempo social, havendo por conseguinte um domínio do relógio social sobre o biológico. O tempo cronológico não seria decisivo no comportamento e nas percepções das pessoas na medida em que as expectativas institucionais e a intensidade dos acontecimentos da vida que proporcionam as condições de percepção de abertura ou de isolamento diferem significativamente entre as diversas classes. Assim por exemplo: enquanto para a classe trabalhadora o período dos 20-30 anos é um período de responsabilidades que exige a confrontação com os problemas da vida de casados e de educação dos filhos, na classe média, a adolescência prolonga-se por este período; relativamente ao período dos 40-60 anos, enquanto para a classe média é o período da liderança e da prosperidade, para a classe trabalhadora esse mesmo período corresponde a um período de declínio .

Por conseguinte, presume-se segundo Neugarten (1975) citado por Featherstone que a idade cronológica é uma variável explicativa pouco consistente para as várias culturas, classes ou sexo. As várias fases da vida não são fixadas ou determinadas para todo o sempre, mas sujeitam-se às mudanças históricas. As pessoas vivem cada vez mais tempo e dentro de algumas décadas pessoas com 70 anos não poderão ser definidas como idosas.

Em relação ao sexo, é sugerido por Featherstone que , enquanto os homens se movem para uma vida activa na primeira metade da vida , na segunda metade revelam uma orientação mais passiva. Relativamente às mulheres teriam uma orientação oposta, com uma fase mais activa, agressiva e dominante na segunda metade da vida.

3.2. O ciclo da vida e o lazer

O ciclo da vida em família permite entretanto esquematizar os papéis que as pessoas assumem em relação ao lazer. Em função disso, tem havido tentativas de desenvolver modelos preditivos de participação em várias formas de recreio e de lazer, independentemente de haver barreiras de acesso às oportunidades de lazer. São modelos que levam em consideração a saúde, os recursos pessoais, a capacidade física e as condições do próprio meio Ambiente como por exemplo, o clima, a morfologia do solo, a hidrografia, etc.

Neste sentido a necessidade de combinar o ciclo da vida da família com as respectivas mudanças nos papéis (trabalho, educação, vida comunitária) e a continuidade ou a mudança correspondente no lazer, levou Kelly (1990) a propôr um modelo com três divisões: "preparation, establishment and reintegration" (o sublinhado é nosso) que procuraremos descrever e complementar com os últimos dias da vida.

a) - Período de preparação

Durante o subperíodo da infância e da adolescência há uma procura por parte dos jovens de uma identidade pessoal (autonomia e independência). É também o período de identificação com os pares, com as instituições sociais como a escola, os clubes, etc. É neste contacto com a família e a comunidade escolar e outras, que a identidade pessoal é formada. Os lazeres praticados e estimulados neste subperíodo é à volta destes contextos e os desportos dominam no quotidiano dos jovens. Também é, nestes contextos que se constroem os namoros.

Por sua vez, os anos escolares e a formação profissional adquiridas vão criar as condições de independência dos jovens e criam também as condições de uma identidade económica. A aquisição da identidade sexual, económica, social, criam as condições para os jovens fazerem o teste da realidade, isto é, experimentarem as suas próprias capacidades em assumir as responsabilidades na vida adulta.

b)- Período do estabelecimento

São os anos de procura e consolidação de status no sistema social. A família e a carreira profissional são centrais neste período da vida em detrimento do lazer. Para os solteiros, os lazeres mais procurados são os lazeres sociais. Para os casados, os lazeres mais procurados são, almoçar ou jantar fora, passar o fim de semana em viagem, etc.

A partir do momento em que têm os filhos e até à fase em que ainda se encontram nos últimos anos dos estudos, as disponibilidades para o lazer diminuem. Muitos pais procuram até arranjar "*biscates*"

Mesmo ao longo dos 15- 20 anos em que os filhos andam a estudar, os lazeres dos pais centram-se à volta dos lazeres dos próprios filhos, partilhando-os com eles. Nesta fase os pais deixam de cuidar dos filhos para se preocuparem com a sua educação.

Nos E.U.A. há, neste período concreto da vida, que é o da educação dos filhos o que os Rapoport designam de "*parental package*" do lazer (citado por Kelly, 1990, pág. 59) Este "*package*" inclui a actividade marital, familiar, doméstico, recreacional como por exemplo , conversar com a esposa/filhos, jogos, viagens, ver televisão, ler, ouvir música, brincar com os filhos, actividades de manutenção doméstica, etc. A maior parte dos lazeres localiza-se no lar e nos locais à volta de casa.

Mas, à medida que os filhos vão-se tornando cada vez mais independentes, os pais também atingem o seu período de maior capacidade financeira. É nessa altura também que os pais se debatem entre si, ou no sentido do lazer partilhado, ou no sentido de que, cada um dos conjuges tenha as suas próprias actividades e correspondentes grupos sociais.

c) - Período de reintegração

É o período em que os adultos se autoavaliam de novo e também as suas vidas. Este período teria, segundo os Rapoport, 3 subperíodos : pós parental, pré-reforma, e de viuvez.

No primeiro subperíodo, as actividades de lazer são de novo partilhadas pelo casal e, as motivações para o lazer estão relacionadas com a autosatisfação e não com a expectativa de desempenho dos papéis, característica dos períodos anteriores. Os casais procuram contextos e oportunidades de renovar a intimidade e o companheirismo e procuram actividades que permitam exprimir-se (controlo do corpo, artes, viagens)

No subperíodo da pré-reforma as pessoas viajam mais, visitam a família, amigos, ou antecipam-se aos anos vindouros comprando equipamentos de lazer para o período da reforma (em que a prosperidade é menor).

Os inquéritos feitos a pessoas em período de reforma mostrou uma associação pertinente segundo Kelly (1990) entre a satisfação no trabalho e a satisfação com o lazer na reforma. Uma boa saúde e rendimentos adequados e amizades íntimas, são condições essenciais para um período de reforma

agradável. A maior parte do tempo de lazer é preenchido com as interações informais.

No subperíodo da viuvez, as pessoas que vivem sós tendem a partilhar o seu tempo com os que se encontram na mesma situação. Há mudanças nos recursos financeiros (para pior), de residência (mais pequena ou então entrada em lares) de papéis na rede social. O lazer é a principal área social em que os velhos relacionamentos são renovados e se fazem novas amizades. Grupos de viúvos desenvolvem um quadro comum de experiências de lazer, como participação na vida comunitária religiosa, viagens em grupo, trocas de livros de leitura, jogar cartas, comer fora, etc. O problema principal, caso não haja falta de saúde reside na possibilidade de utilizar transportes públicos ou transportarem-se nos automóveis pessoais.

Nos últimos anos de vida grande parte do tempo é ocupado na manutenção do self (autoestima, autoconceito) e da residência

Contudo, os idosos estão dependentes do tipo de comunidades a que têm acesso para usufruírem de lazes. Alguns autores como Marans et al (1984) referem que comunidades do tipo "*continuing-care retirement center*" com mistura de idosos saudáveis não proporcionam oportunidades de recreio ao ar livre

O que existe nessas comunidades são "*facilidades e programas de artes, mecânica, jogos, bilhares e grupos corais*". No entanto comunidades cujos utilizadores fossem constituídos por velhos saudáveis e com recursos possuíam oportunidades de recreio ao ar livre como mini-campos de golf, piscinas, courts de ténis.

Finalmente, à medida que o envelhecimento prossegue a participação física no Ambiente vai diminuindo. A zona que compreende as redondezas (até 1000 metros) e a zona comunitária (até 3000 metros) são abandonadas. Os idosos ficam apenas confinados nos últimos dias ao que ROWLES (1984) designa de "*zona de supervisão*" (pág.144). Constitui esta zona o espaço que está dentro do campo visual do lar e que para os idosos muito idosos (o sublinhado é noso) é o mais importante e onde passam a maior parte do tempo. Há um sentido de controlo social pelo muito tempo passado à porta ou à janela a ver acontecimentos, pessoas que o seu campo visual permite e para ser visto também.

3.3 - A cultura popular e as subculturas do lazer.

Tanto o lazer dos grandes grupos convencionais como das minorias que pretendem demarcar-se da cultura popular são também objecto da nossa abordagem.

3.3.1 - O lazer de massas:A cultura popular

Se nos primeiros tempos da Revolução Industrial as oportunidades de lazer eram exclusivas de uma elite social, hoje o panorama é diferente. A redução do horário de trabalho e o progresso nos transportes e nas comunicações permitiram que o acesso ao lazer se tornasse extensivo a muito mais pessoas, apesar de as desigualdades sociais e económicas se manterem e, que muitas pessoas aproveitassem os seus tempos livres para trabalhar e poderem melhorar as suas condições de vida.

Como já referimos um pouco mais atrás, até os governos centrais e municipais fazem incluir nos seus programas, infraestruturas e meios de forma a proporcionar formas de lazer, acesso e oportunidades ao mesmo, a uma grande massa de cidadãos. O lazer é um fenómeno humano tão central como o trabalho na vida das pessoas. Para Roberts (1970) o lazer contemporâneo é um grande "equalizer" na medida em que há tempo de ocupação de lazer para as pessoas de todas as classes (Torkildsen, pág. 175).

Dentro da estrutura de lazer de massas emergiu o conceito de "cultura popular" que tem a ver com os valores culturais comuns e com a identidade das pessoas nessa cultura.

A cultura popular não é definida pela forma ou pelo conteúdo, como diz Kelly. O autor justifica-se afirmando que a cultura popular como cultura reflecte e exprime temas de significado entre grupos identificáveis na Sociedade. Por sua vez apesar de ela ser comercial, representa mais que um simples produto.

De facto, a música, a literatura, o drama e o desporto, em especial o futebol, incorporam-se na cultura popular. Haveria como que uma dialéctica entre o mercado e a percepção da cultura que necessita ser comunicada e tornada concreta.

A essência da cultura popular é que as manifestações e formas de que se reveste estão sempre a mudar.

A cultura popular seria "os média", como a Imprensa, a Rádio, a Televisão, a moda e, no seu todo, é um símbolo da identidade social do grande grupo dos humanos.

Constitui também um meio de controlo social. Efectivamente ela pretende a conformidade ao sistema em detrimento da liberdade e criatividade de um grupo ou de um indivíduo.

Para Lewis (1978) a cultura popular é *"all culture not considered elite culture or serious art, or exclusively defined as the property of a minority subculture, and that is usually, but not necessarily, disseminated through some form of the mass média. It is culture consumed nearly entirely during the leisure time of the majority of member of a social system. Thus, my definition includes popular music, films, sports events, comic books, and even fast food dispensers such as McDonald's or Kentucky Fried Chicken"* (citado por Torkildsen, pág. 176).

O centro da cultura popular contemporânea é a Televisão (Kelly, 1990, pág. 255), não só porque ocupa um lugar importante no uso do nosso tempo de lazer, (apesar de o envolvimento das pessoas ser mais intenso noutras actividades) como se tornou também num meio de legitimar e comunicar o que é popular, isto é, *"aquilo que as pessoas querem"* (Gans, 1974, citado por Kelly, 1990).

4 - A ECOLOGIA DO LAZER: AS OPORTUNIDADES, A ACESSIBILIDADE E A PERCEPÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DO LAZER.

A estrutura ecológica do lugar onde habitamos, isto é a distribuição no espaço das pessoas, das residências, dos locais de trabalho e de lazer e dos transportes são elementos importantes na determinação da estrutura ecológica do lazer, isto é, da estrutura das oportunidades de recreio, da acessibilidade aos espaços, e da percepção que temos do mundo que nos rodeia.

Por sua vez, o ciclo do tempo (passado, presente e futuro), o ciclo da vida (casamento, paternidade, reforma) contribuem também para as orientações e decisões que tomamos ao longo da vida.

A partir da estruturação do tempo e do espaço que as envolvem, as pessoas estruturam a sua comunicação (interacção, evitamento, dominância) e retiram desse processo as significações para a sua vida.

Para Rapoport (1987) os ambientes das várias culturas conceptualizam-se à volta da organização do espaço, do tempo, da comunicação e das significações (pág. 15).

Complementamos estas variáveis com o sistema de regras e costumes da cultura e os recursos disponíveis. É neste ambiente que as circunda que as pessoas fazem as escolhas possíveis dos amigos, das compras, do lazer, adoptam um estilo para as suas vidas, que por sua vez, tem como suporte as forças económicas e sociais que contribuem de forma fundamental para os estilos de vida.

A vida comunitária na actualidade, em especial, nas grandes cidades desintegrou-se. O relacionamento no interior da família e entre ela e a Educação, o Trabalho e o Lazer fraccionou-se, desligou-se e o envolvimento comunitário, modificou-se.

Os estilos de vida ligados ao lazer comunitário reclamam; a contingência do trabalho e fazem emergir novas ideias apontando para novas vocações em que o lazer e o trabalho estejam integrados; há uma perda de compromisso com a família nuclear e dos grupos de parentesco, (que até então dominavam as nossas interacções e os nossos lazeres) a favor de novos empenhamentos como os do concubinato, das comunidades representativas de subculturas como as dos reformados, dos que vivem sós, etc.; a ruptura da vida comunitária no que diz respeito à acessibilidade e à oportunidade de recreio e lazer; uma mobilidade populacional no início da vida activa, com uma imensa população de "*ciganos corporativos*" (Toffler, 1970) que muito raramente permanecem mais de cinco anos no mesmo local, em especial nas regiões mais desenvolvidas.

Numa sociedade tão fracionada, a necessidade de preservar a identidade e a integridade das pessoas (perdida a referência da família nuclear) faz emergir estilos de lazer através da criação de estruturas para a participação comunitária e a correspondente criação de Serviços de Lazer Comunitários.

De facto, a grande autonomia de cada pessoa nos dias de hoje em prosseguir interesses próprios, no campo do trabalho, da educação, da religião, etc. e, ao mesmo tempo, a incapacidade correspondente em ter uma vida urbana isoladamente, levou as instituições comunitárias de lazer a exortar as pessoas que perfilhem interesses e estilos de vida semelhantes a juntar-se e a constituírem grupos organizados para irem ao encontro das necessidades individuais. Essas instituições comunitárias de lazer têm como fim proporcionar os meios para que as pessoas se auto-exprimam e se associem em

grupos espontâneos de lazer (Murphy, 1983, pág. 600) e reconstituam assim através deste meio e dos recursos correspondentes, o sentido comunitário.

Para que os acessos e as oportunidades melhorem, é necessário pois, que os espaços de lazer nos meios urbanos sejam apropriados, em vez de serem utilizados para grandes construções, hipermercados ou até grandes armazéns de mercadorias.

Relativamente ao acesso quanto mais distantes estiverem as oportunidades de lazer, os grandes centros de compras, maiores possibilidades haverá de as pessoas estarem mais tempo em casa e menores serão as possibilidades de as pessoas estabelecerem as interações características da estimulação da boa vizinhança e do controlo social do lugar.

4.1 - A estrutura das oportunidades de recreio ou de lazer e a administração dos seus recursos.

As oportunidades de recreio são geralmente consideradas como um conjunto de "outputs", produtos, ou se quisermos, bens e serviços produzidos pela administração dos recursos de recreio e lazer. Esta constitui deste modo, oportunidades para as pessoas se empenharem numa actividade. A definição unidimensional de oportunidade de recreio como uma oportunidade para uma mera actividade foi alargada para uma definição tridimensional que considera a "oportunidade de recreio como uma oportunidade para uma pessoa se empenhar numa actividade, num setting específico, a fim de realizar uma experiência desejada" (Driver e Brown, 1978, citado por DRIVER e BROWN, 1983, pág. 314).

A dimensão actividade corresponderia aos desejos dos utilizadores em ter oportunidades por exemplo, para pescar, fazer piqueniques, etc. A dimensão "setting" diria respeito às preferências dos utilizadores por diferentes tipos de lugares para se recrearem (uma encosta com neve para esquiar, um lago para fazer esqui aquático). A dimensão experiencial corresponderia ao desejo dos utilizadores dos recursos por oportunidades de realizar diferentes tipos de satisfação no recreio (satisfação em estar com os outros, gosto por assumir riscos, etc).

A exigência dos utilizadores de oportunidades de recreio é variada, pois tem relação com as características económicas, sociais, demográficas e experienciais pelo que a feitura de, uma taxonomia ou, um espectro de oportunidades de recreio e lazer, não é fácil.

Além do que acabámos de referir o conjunto de oportunidades a ser proporcionada aos utilizadores depende também dos pedidos do público, dos recursos disponíveis, dos benefícios sociais a criar, etc.

Finalmente, a efectivação de oportunidades de recreio envolve o desenvolvimento de uma administração de sistemas para determinar a qualidade dos bens e serviços fornecidos, isto é, se os aspectos ou feições dos atributos do setting de lazer que influenciaram a qualidade do recreio são ou não, satisfatórios (por exemplo, se os parques de merendas possuem ou não mesas e lavabos em condições para serem utilizados).

Se a produção de oportunidades de experiência de recreio é proporcionada pelos administradores dos recursos do lazer, a produção das experiências depende do utilizador, que, por sua vez, faz depender essa produção do uso de equipamentos de oportunidades de recreio, da sua perícia ou habilidade e da percepção, isto é, do modo como o utilizador percebe o mundo à sua volta, conforme veremos mais adiante quando abordarmos o papel da percepção, enquanto dimensão da estrutura cognitiva na participação do lazer.

4.2 - A acessibilidade ao lazer e o seu campo geográfico

A acessibilidade ao recreio e ao lazer segundo Griffiths (1981) citado por Torkildsen não se refere só ao acesso e à mobilidade . Ela é definida como "*ability to participate*" pelo que as restrições de participação são eliminadas. Por sua vez, Griffiths divide a acessibilidade dentro de 4 divisões:

- acessibilidade percebida
- acessibilidade física
- acessibilidade financeira
- acessibilidade social

a) A Acessibilidade Percebida

Os recursos, os equipamentos, as facilidades, por si, são apenas meios para as pessoas conseguirem atingir os seus fins de satisfação e de bem-estar.

Quando muito, apenas poderão ajudar-nos a compreender o que se passa à nossa volta e motivarem-nos a explorá-los e a mover-nos.

A qualidade de vida de um ambiente é avaliada pelas pessoas. Elas avaliam os seus conteúdos (pessoas, actividades, construções ou equipamentos, os elementos naturais no cenário urbano) através das transacções que efectuam. Retiram dessas transacções as unidades de sentido, ou se quisermos, as informações perceptivas dos serviços e facilidades existentes.

As categorias perceptuais envolvidas na preferência por determinado ambiente seriam a "Openness" percebida como um conjunto perceptível para o observador e a "smoothness" que teria a haver com a homogeneidade e a pequena extensão da estrutura do solo e a "ease of locomotion" ou facilidade de atravessar um espaço sem esforço excessivo.

Para Kaplan (1987) "*openness e smoothness in turn, presumably affect a rapid, unconscious decision about how easily one could move about in the space suggested by the scene*" (KAPLAN, KAPLAN e BROWN, 1989: pág. 517- 518)

No entanto, PURCELL (1986) considera que a percepção é apenas uma dimensão da estrutura cognitiva. Esta, integra não só as dimensões perceptivas como também abarca as dimensões afectivas e cognitivas, num esquema ou num mapa mental hierarquicamente organizado. Este esquema seria o resultado da "*relação entre a entrada de informação proveniente do Ambiente e a representação armazenada das experiências anteriores com situações ambientais semelhantes*" (pág.6). Caso haja uma discrepância entre os aspectos do Ambiente e a base "*protótipica*" do esquema, haveria o que Purcell afirma, uma resposta afectiva de bloqueio ou de aproximação ao Ambiente.

O afecto reflectiria "*os sentimentos de uma pessoa por um objecto*" (RUSSEL, WARD e PRATT, 1981: pág. 263) e depende do modo como o percebemos e o conhecemos. A avaliação, a actividade e a energia são as principais componentes segundo estes autores, da significação afectiva que damos ao Ambiente.

Para Crandall, a participação no lazer dependeria das motivações, propondo este autor 17 tipos de motivação (ver pág. 48). As motivações seriam muito complexas segundo o mesmo autor na medida em que "*different activities can meet different needs for different people at different times. Different activities can be done for different reasons by the same people at different times: The same activity can be done for different reasons by different people at the same time, and so forth*" (pág.50).

Já a perspectiva de prever o comportamento de lazer a partir da personalidade como previa McKechnie, parece não ser muito consistente.

Efectivamente, o Ambiente também promove comportamentos coercivos, fazendo com que, muitas pessoas, apesar de serem diferentes umas das outras podem actuar de forma semelhante em contextos correspondentes. Há uma deslocação da unidade de análise das diferenças individuais para os contextos e para os grupos humanos, na medida em que a avaliação que os indivíduos fazem isoladamente é muito diferente da que o grupo humano faz ao mesmo Ambiente (RICHARDS, 1990). Propõe este autor que, na *"avaliação do impacto dos 'settings' no comportamento, as variáveis dependentes deveriam envolver estimativas de comportamento médio típico para os 'settings', não o comportamento a nível individual"* (pág. 315). Mesmo na perspectiva das diferenças individuais, segundo Neulinger (1974) citado por MERCER, (1976) *"o principal problema na tentativa de prever o comportamento de lazer a partir dos traços de personalidade pode ter a haver com o facto de que qualquer actividade pode preencher necessidades diferentes para pessoas diferentes ou até a mesma pessoa em tempos diferentes"* (pág.153).

b) A Acessibilidade Física

No proceso da acessibilidade física o local onde vivemos (bairro, tipo de cidade), o modo como se distribuem as facilidades ou oportunidades, o modo de transporte utilizado, assim como a distância que demoramos a chegar aos locais de lazer são factores que implicam na sua participação.

Se procedermos à análise do local onde residimos veremos que a estrutura administrativa local, as atitudes e os valores culturais dominantes, a distribuição da população, as pessoas, a densidade populacional, a prosperidade e o desenvolvimento histórico do local onde se vive, contribuem para que haja uma personalidade colectiva com um dado padrão de dotação de oportunidades de lazer (ver Mercer, 1976). Por exemplo, as pessoas que vivem mais perto do mar, fazem um uso mais elevado das oportunidades de recreio aquático, que as que vivem na província. Outro exemplo: a classe média que na actualidade procura de novo o centro da cidade como local de residência, como está mais perto do local de trabalho e de lazer desloca-se mais a pé que as outras classes que têm que utilizar o automóvel ou o transporte colectivo para esses locais. O estilo de vida de um povo é, como afirma TUAN (1974, b) *"a soma das suas actividades económicas, sociais e ultraterrenas"* (pág. 199).

O tempo é também um factor muito importante no desenvolvimento do comportamento de lazer. Pode haver uma nova oportunidade de lazer em

determinado local (por exemplo piscina) mas as pessoas podem demorar algum tempo a utilizar essa facilidade. As pesquisas de Elson (1974) citadas por Mercer indicam que as pessoas demoram em média 4 anos na fase de procura de um novo ambiente de lazer. É uma sequência natural do tempo que demoramos a ter um sentimento pelo lugar para onde vamos residir (ver Tuan, a).

Na sua luta contra as barreiras ambientais no acesso às oportunidades de lazer, a distância e a distribuição das oportunidades são factores muito importantes na ecologia do lazer. Se os centros de compras estiverem muito distantes, as pessoas praticam o lazer nas suas casas e nas imediações (ver Kelly, b: pág. 403). Aí as crianças e os adultos conversam, andam de bicicleta, jogam à bola, etc. Se, além destes factores, as pessoas contarem com poucos recursos económicos e de meios de lazer, a restrição do acesso ao lazer ainda é mais reforçada.

No caso concreto do nosso País a situação geográfica do Parque Nacional do Gerês, por exemplo, é uma barreira para grande parte da população que vive abaixo da linha do Tejo. A distância em viagem, a qualidade das estradas ou a superutilização das mesmas, assim como o modo de transporte (em geral transportes colectivos de baixa qualidade e de intensidade baixa nas percursos) constituem um "handicap" que pesa muito nas decisões das pessoas que desejariam ter acesso a esse local de lazer. O uso das facilidades de lazer diminui de facto, à medida que a distância aumenta entre a nossa residência e o local de lazer.

O modo de transporte mais utilizado para os locais de lazer ao ar livre e para o trabalho é o automóvel. As famílias com carro têm mais mobilidade e participam em actividades de recreio ao ar livre ou em pavilhões, com maior frequência.

Um modelo da teoria do reforço sugere que as viagens de carro além de encurtarem o tempo de viagem, conferem prestígio, flexibilidade na utilização do horário de partida e de chegada, possibilidades de recreio maiores, privacidade, possibilidades de selecção de percurso, previsibilidade, menores custos em tempo, possibilidades de transportar mais coisas (EVERETT, 1981; pág: 67). Contudo, os custos de manutenção do automóvel e das vias, o stress devido à congestão do trânsito (maior pressão sanguínea, aceleração cardíaca, etc, segundo STOKOLS e NOVACO, 1981, pág:89) e maior poluição, saem também reforçados na avaliação dos reforços negativos do uso do automóvel. O uso do automóvel (que nos E.U.A. consome 27% dos derivados de petróleo) é mais importante para quem utiliza os equipamentos colectivos desportivos a

nível comunitário ou os que se especializam em determinadas actividades de lazer (desportistas federados).

c) A Acessibilidade Social

Já vimos, quando abordámos as oportunidades de lazer a importância que a administração das facilidades e oportunidades de lazer têm, na utilização do lazer por parte das pessoas. A presença ou ausência de equipamentos de lazer, a sua qualidade, os programas visando a participação comunitária, a qualidade dos acessos, as estruturas de preços de acesso, as políticas de planeamento e de administração são muito importantes no processo de participação no lazer.

As restrições mais importantes na participação do lazer são a falta de tempo, a falta de facilidades, a atitude dos fornecedores de lazer e o modo como a facilidade é administrada.

d) A Acessibilidade Económica

Muitas oportunidades de lazer não são acessíveis às classes populares. Envolvem custos de transporte elevados, equipamentos e possibilidades de aquisição incomportáveis para essa população, apesar de o nível de vida das classes populares ter aumentado ao longo do tempo. O espaço da rua e das suas habitações e espaços semipúblicos são os locais de lazer preferidos fora de casa .

4.2.1 - O círculo geográfico imediato do lazer

No fundo, apesar do grande esforço feito pelos décideurs dos planeamentos urbanos e do recreio, o lazer mais comum das pessoas é passado em casa. "A interacção informal no seio da família, ler, ver televisão, projectos à volta de casa, algumas artes e mecânicas, ouvir música e entretenimentos, todos eles, a maior parte das vezes acontecem em casa" (Kelly, pág. 412).

Um estudo do "*National Outdoor Recreation Survey*" realizado em 1977, citado por Kelly refere que, apenas algumas actividades como piqueniques e jogos se praticam à volta de casa. Por sua vez actividades como, passeio a pé,

jogging, passeio de bicicleta, ocorrem numa área até 15 minutos de casa. As actividades que ocorrem entre 15 minutos e uma hora de casa são, a pesca, a natação em piscinas, ténis, golf, etc. Estas actividades são autênticos acontecimentos, uma vez que têm de ser planeadas antecipadamente e, além disso, só são acessíveis por meio de automóvel. Finalmente os parques para crianças estão dentro de um raio de vários blocos de apartamentos e os seus espaços de lazer pouco ultrapassam os 500 metros (para as crianças mais velhas).

Para Tuan, nos bairros mais fechados ou distantes dos centros económicos, sociais, os locais de maiores actividades sociais circunscrevem-se numa primeira zona concêntrica constituída pelo lar e pela rua e numa segunda zona concêntrica, não muito distante da residência. Aí, as pessoas encontram as áreas favoritas do lazer, os cafés locais e até alguns clubes. O bairro é, como afirma Tuan *"o distrito no qual nos sentimos em casa"* (pág.249).

5 - OS DETERMINANTES RURAIS/URBANOS DO LAZER

Entre os determinantes ambientais, temos o meio urbano e o meio rural.No entanto, importa conhecer as motivações que conduzem as pessoas a esses settings. As pesquisas propõem-nos 3 hipóteses motivacionais :

a) - A Hipótese compensatória, que sugere o seguinte: *"sempre que é dada ao indivíduo a oportunidade de impedir a sua rotina regular, ele procurará directamente uma actividade oposta"* (Burch:, 1969, pág.127)

Esta hipótese foi abordada por Wlilensky (1960) e, as *"Outdoor Recreation Resources Revue Commision's"* (ORRRC) em 1962 sugerem , através dos seus achados que *"as pessoas da cidade estão mais inclinadas a fugir para a província nas suas férias, enquanto que, aqueles que nasceram e viveram na província estão mais inclinados a partir para as atracções da cidade"* (citado por Burch , 1969, pg.128).

b) A Hipótese da Familiaridade defende que as pessoas, sempre que tenham liberdade de dispôr do seu tempo, procurarão actividades que sejam a continuação das suas rotinas familiares.Assim quem viva na cidade em princípio terá preferência por ambientes citadinos.

Os dados do trabalho de Burch sugerem que apesar de as hipóteses da familiaridade e compensatória parecerem logicamente opostas nas suas fundamentações, há uma tendência para a convergência ao nível dos grupos humanos, o que aliás também é confirmado por KNOPP, (1972).

c) A Hipótese da Comunidade Pessoal (que já abordámos) considera que as orientações psicológicas para o lazer são filtradas significativamente pelos círculos sociais dos companheiros de trabalho, família e amigos íntimos ou então, por pequenos círculos sociais.

Para Knopp, o indivíduo selecciona no Ambiente físico e social combinações diferentes. Ele será atraído para um determinado local ou contexto, em primeiro lugar, porque ele contém elementos que ele percebe como uma necessidade que está faltando no espaço que ele ocupa.

Este autor procurou avaliar os determinantes rurais/urbanos de procura de lazer para parte das pessoas, segundo um critério de livre escolha (sem dificuldade de acesso e de conhecimento). Em primeiro lugar concluiu através da comparação de uma amostra rural com uma urbana que a dimensão social do ambiente de não lazer era um determinante importante do comportamento de recreio. Concluiu também que os grupos do meio rural tenderiam a valorizar a oportunidade para a interacção de uma forma mais elevada que os grupos do meio urbano e que, quer uns quer outros, caso tenham uma vida profissional que exija contacto com os outros, colocam maior valor na solidão nos seus tempos livres. Finalmente, o mesmo autor sugere que a falta de liberdade no trabalho pode desenvolver o valor da liberdade na experiência de recreio ao ar livre.

Porém, Knopp salientou que muitos aspectos da urbanização estão a afectar, quer os residentes urbanos, quer os rurais. Opinião semelhante é partilhada por Mueller e Gurin (1962) que, ao analisarem o caso concreto dos E.U.A. afirmam que *"com a crescente homogeneidade da nossa cultura muitos valores e diferenças de interesses entre cidade e campo estão a desaparecer e o decréscimo das diferenças dos padrões de lazer ao ar livre poderiam constituir parte dessa tendência"* (HENDEE, 1969: pág. 333).

As hipóteses teóricas que poderiam explicar as diferenças entre o meio rural e o meio urbano na participação do lazer e, concretamente, na sua forma de recreio ao ar livre, são sumarizadas por Hendee do seguinte modo:

- *teorias das diferenças de recreio urbano/rurais baseadas na influência do tamanho e densidade populacional no comportamento humano.*

A participação das pessoas em diferentes formas de recreio ao ar livre dependeria da disponibilidade. Assim, como os residentes da cidade têm menores oportunidades de participar em actividades de lazer rurais, estariam subrepresentados nelas, Teriam por isso, menores oportunidades de participação. Escolheriam actividades que lhes fossem familiares..

No entanto, também é suposto que o movimento de recreio remete para o que. Green (1964) considera, a existência de um desejo de usufruir os valores superiores do passado rural. Esta hipótese implica que a participação na actividade de recreio ao ar livre visa reduzir o contacto social com os outros (citado por Hendee, pág.335-336)

- *teorias das diferenças de recreio urbano/rurais baseadas na influência da cultura nas acções do homem.*

Para Burdge (1961) citado por Hendee, os residentes rurais seriam mais orientados para o trabalho e menos orientados para o recreio ao ar livre e para qualquer forma de lazer, por viverem muito perto da Natureza. Desenvolveriam atitudes fundamentalmente utilitárias (de exploração, de extracção) ao contrário dos urbanos que, em relação à Natureza desenvolveriam atitudes apreciativas.

Ainda dentro deste campo há posições teóricas que consideram que certas actividades ao ar livre têm mais a ver com os estilos de vida como por exemplo a caça e a pesca, actividades dominantes entre os rurais e os indivíduos da classe operária (colarinhos azuis).

Nas conclusões do seu trabalho Hendee propõe que estudos comparativos devem considerar mais a densidade populacional que os lugares de residência, assim como o controlo das variáveis sociodemográficas além dos níveis de exposição a que as pessoas estiveram, e os padrões de valores dos meios tradicionais não urbanos.

Outros autores consideram que os settings de recreio não devem ser divididos numa dicotomia rural/urbano e propõem um spectrum recreacional dividido em seis classes, mas subordinadas a um continuum primitivo - urbano: (WILLIAMS e KNOFF, 1985, pág.352): primitivo, primitivo não motorizado, semiprimitivo motorizado, caminho natural, rural e urbano. Cada

classe è vista como uma forma distinta funcionalmente da experiência de recreio. A mesma actividade de recreio levada a cabo em cenários de classes diferentes pode proporcionar experiências de recreio diferentes. Deste modo, se os cenários diferem na experiência procurada é porque representam populações que procurariam experiências desejadas diferentes.(por exemplo a actividade de campismo vivida em ambientes os mais diferentes possíveis dentro do continuum urbano/rural, o exemplo é nosso). Os cenários diversos poderiam assim evocar estilos singulares de envolvimento pessoal (como participantes ou não participantes, por exemplo).

Conclusão do Capítulo

O lazer é um fenómeno multifacetado com antecedentes socioculturais, genéticos e ambientais e com comportamentos determinados cuja estrutura assenta na capacidade das pessoas, no Ambiente que as rodeia e nas expressões que as pessoas manifestam em relação a ele.

Nenhum dos elementos deste fenómeno pode ser separado , isolado, mas, de acordo com o conceito sistémico, constitui um conjunto organizado e ordenado. As pessoas, os processos psicológicos e os ambientes humanos são pois concebidos como aspectos de um todo, de uma unidade integrada, de um sistema.

Ao longo do curso da vida as pessoas desenvolvem uma sequência ordenada no tempo, de interacções com o ambiente. Desenvolvem um "*setting-program*" que conduz ao desempenho de várias funções ordenadas entre as quais se situa o lazer. Esse "*setting-program*" de lazer das pessoas é produzido num cenário coercivo, estruturado, equilibrado, onde elas habitam - o "*behavior setting*" - constituído por padrões de valores, condições legais, políticas, económicas, tecnológicas, demográficas e geográficas.

Esta concepção paradigmática foi guia de orientação para o desenvolvimento dos temas a seguir apresentados. Aordámos a perspectiva do Lazer ao longo da História da Humanidade, com maior incidência no período industrial e pós industrial, pois é nestes períodos que o afrouxamento das necessidades humanas de sobrevivência e a maior participação comunitária, proporcionam algumas concessões, entre os quais o tempo livre e, dentro dele, o lazer.

Concomitantemente, duas das dimensões da estrutura de vida das pessoas - o Trabalho e o Lazer - passam por fases de disputa da centralidade na estrutura da vida, com maior relevo para o Lazer que procura disputar um espaço na vida das pessoas, até à fase actual em que é sugerido a reunificação entre as duas dimensões .

A necessidade de uma definição conceptual levou-nos a definir alguns conceitos como Lazer, Recreio e Jogo, concluindo-se pela integração dos mesmos . Assim, Lazer é definido como "*play, leisure, recreation concept*".

Descrevemos de seguida os esforços científicos realizados no sentido de se conseguir uma classificação das actividades de lazer arrumando-as num conjunto estruturado subordinado às condições de oportunidade, de acesso, e de acordo com as necessidades humanas e as leis do mercado.

Finalmente, estruturámos a importância dos antecedentes ambientais no comportamento de lazer desde, os factores pessoais, os provenientes do Ambiente Físico construído e natural, os factores sociais e circunstanciais e os ligados à Acessibilidade e Oportunidade e que constituem a Ecologia do Lazer.

NOTAS

(1) Contexto pode designar-se como um conjunto de factores situacionais que podem eventualmente influenciar o fenómeno, o acontecimento, o comportamento, à medida que ele ocorra dentro de um determinado tempo e num determinado espaço (ver Stokols, 1987, pág. 46).

(2) Ao nível das trocas vitais com o ambiente, mormente no que diz respeito à exploração do habitat visando a aquisição de comida, abrigo, companhia, e, sobretudo, a sobrevivência biológica então podemos referir-nos ao sujeito como sendo, segundo a perspectiva de Wapner et alg. (1973) "agente". No entanto, quando se trata de níveis socioculturais, em que os seres humanos são governados por regras, valores, objectivos, e transacionam com o meio ambiente de acordo com essas representações, devemos usar segundo os mesmos autores o termo "pessoa".

(3) Para Wapner, todos os organismos, quer sejam vivos ou não, e que existem num ambiente físico-químico determinado e são influenciados por ele o ambiente a este nível deveria chamar-se de "ambiente" (ambiencia). Quando o ambiente se transforma num recurso onde o agente procura sobrevivência biológica, designamo-lo por "habitat". Finalmente quando a existência dos seres humanos se dá num contexto sociocultural, a este nível, segundo os mesmos autores o ambiente designar-se-ia de "scenes" ou "World".

(4) A interacção segundo o modelo face a face é definido por Goffman como sendo "em linhas gerais, a influência recíproca dos indivíduos sobre as acções uns dos outros, quando em presença física imediata" (pág. 23).

(5) Voltamos a utilizar aqui a definição de Stokols que define situações como sendo "sequences of individual or group activities that occur at a particular time and place" (pág. 51).

(6) Para o mesmo autor que definiu o termo situação, setting ou cenário significa "geographic locations in which various personal or interpersonal situations recur on a regular basis" (item).

(7) Não queremos dizer, com o facto de considerarmos que a adaptação do ser humano ao ambiente é mais colectivo que individual, que a psicologia individual ou dos pequenos grupos não tenham qualquer expressão. Perfilhamos o argumento de Berger 1966 e outros autores da sociologia interpretativa de que a intersubjectividade precede a subjectividade e de que "the self exists by virtue of society, but society is only possible as many selves... The

individual realizes himself in society" citado por SEMIN, 1986, pág. 178). Há pois, uma interdependência entre a realidade psicológica e os processos sociais.

(8) O cidadão não deve trabalhar *"mas 'deve velar algumas horas à noite, para terminar as suas tarefas políticas, se desempenha uma função pública ou, se a não desempenha, para terminar as suas tarefas económicas' a saber, a gestão dos seus domínios, cultivados por escravos"* (Veyne, pág. 129). O elogio do trabalho só surge por parte dos inferiores, os artesãos (padeiros, oleiros, cambistas, vendedores de carne, que se tornam tão ricos como os notáveis. Conforme salienta Veyne *"possuem a riqueza sem possuírem a nobreza"* (pág. 135). Os paulistas como o próprio ideólogo do cristianismo são representantes da classe média, sabem ler e escrever e determinantes na feitura ideológica do lazer durante a Idade Média.

(9) Os banhos e os espectáculos, nas perspectiva de Veyne, não constituíam uma prática de higiene. Eram sim *"um prazer complexo, tal como, entre nos, a vida de praia"* (pág. 193).

(10) Contrariamente a Kelly, Veyne afirma que *"homens livres, escravos, mulheres e crianças, toda a gente tinha acesso aos espectáculos e aos banhos... A melhor parte da vida privada passava-se em estabelecimentos públicos"* (pág. 193).

(11) Para Peter Brown citado por Veyne *"o império Romano deixava o campo livre às oligarquias locais de notáveis, deixando-lhes o cuidado de assegurar as tarefas administrativas, pedia-lhes pouca coisa pela via fiscal e evitava mostrar-se demasiado curioso sobre o modo pelo qual esses impostos eram extorquidos ao campesinato..."* (pág. 123) Contudo, se o império protegia quem controlava, quem controlava pilhava. Como salienta Veyne, citando Cícero, *"saquear as províncias de que se era governador eis, diz Cícero 'a via senatorial do enriquecimento'"* (pág. 109).

BIBLIOGRAFIA

- ALTMAN, I. e ROGOFF, B. (1987)** - World views in Psychology: trait, interactional, organismic and transactional perspectives - *Handbook of Environmental Psychology* - ed. Altman, I. & Stokols, D.; Pub. Wiley & Sons, N.Y.
- BARKER, R. G. (1987)** - Prospecting in Environmental Psychology: Oskaloosa revisited - in *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Altman, I. & Stokols, D., Pub., Wiley & sons, N.Y.
- BERTALANFFY, L. V. (1973)** - *Théorie Générale des Systèmes* - Ed. Bordai, Paris.
- BORDEN, J. e FRANCIS, J. L. (1976)** - Who cares about Ecology?: Personality and Sex Differences in Environmental concern - *Journal of Personality*, 46, (1), 1978, pág. 190-203.
- BOURDIEU, P. (1989)** - *O Poder Simbólico* - Ed. Difel, Lisboa.
- BROWER, S. N. & WILLIAMSON, P. (1974)** - Outdoor recreation as a function of the urban housing environment - *Environment and Behavior*, Sept., pág. 295-345.
- BROWN, P. J., DYER, A. e WHALEY, R. S. (1972)** - Recreation Research - So What? - *Journal of Leisure Research* - Vol.5, 1973, (Winter), pág.16-24.
- BURCH, Jr. W. R. (1969)** - The Social Circles of Leisure: Competing Explanations - *Journal of Leisure Research*, Vol.1, n° 2, Spring, pág. 125--147.
- BURDGE, R. J. e FIELD, D. R., (1971)** - Methodological Perspectives for the study of Outdoor Recreation - *Journal of Leisure Research*, 4, (Winter), 1972; pág. 63- 72.
- CRANDALL, R. (1980)** - Motivation for Leisure - *Journal of Leisure Research* - First Quarter, pág. 45-54.
- CRAVEIRO, J. L. (1993)** - *Estudos de Impacte Ambiental: Uma contribuição sociológica* - Ed. L.N.E.C. (itecs20), Lisboa.
- DAVIS, L. E. e TAYLOR, J. C. (1976)** - Technology, Organization, and Job Structure - *Handbook of Work, Organization, and Society* - Ed. Dubin, R.; Pub. Rand McNally College Publishing Company, Chicago.
- DRIVER, B. e BROWN, P. (1983)** - Contributions of behavioral Scientists to Recreation Resource Management - *Human Behavior and Environment*, Vol.4, - Ed. Altman, I. e Wohlwill, J.: Pub. Plenum Press, N.Y..
- DUBIN, R. (1976)** - Work in Modern Society - *Handbook of Work, Organization, and Society* - Ed. Dubin, R.; Pub. Rand McNally College Publishing Company, Chicago.

- DUMAZEDIER, J. (1974) - *Sociologia Empírica do Lazer* - Ed. Perspectiva, S. Paulo, 1979.
- DUMAZEDIER, J. e ISRAEL, J. (?) - *Lazer, Problema Social*- Ed. Min. Educ. e Cult., Cad. Cultura e Desporto, nº 21, (?).
- DUNCAN, D. J. (1978) - leisure types: factor analyses of leisure profiles - *Journal of Leisure Research*, vol. 10, nº 2, pág. 113-125.
- EVERETT, P. B. (1981) Reinforcement theory strategies for modifying transit ridership - *Human Behavior and Environment*, Vol. 5 - Ed. Altman, E., Wolhwill, J. F. e Everett, P. B.; Pub. Plenum Press, N. Y..
- FEATHERSTONE, M. (1987) - Leisure, symbolic power and the life course - *The Sociological Reiview Monograph*, 33; Pub. Routledge & Kegan Paul, Ltd., London.
- FREIRE, T. (1989) - Lazer e Desenvolvimento Humano - *Jornal de Psicologia*, 8; 1, 27-31.
- GRAZIA de, S. (1962) - *Tiempo, Trabajo y Ocio* - Ed. Tecnos S. A.; Madrid, 1966.
- HAMMITT, W.E. (1987) - Visual recognition capacity during outdoor recreation experiences - *Environment and Behavior*, Vol. 19, nº 6 Nov., pág. 651-672.
- HAWLEY, A. (1986) - *Human Ecology* - University Chicago Press.
- HAYWARD, J. (1989) - Urban Parks: research, Planning, and Social Chance - *Human Behavior and Environment*, Vol. 10 - Ed. Altman, I. e Zube, E.H.; Pub. Plenum Press, N.Y..
- HIERNAUX, J. (1980) - *A Diversidade Biológica Humana* - Ed. Fund. C. Gulbenkian, Lisboa, 1988.
- HOLAHAN, C. J. (1978) - *Environment and Behavior* - Ed. Plenum Press, N.Y..
- KAPLAN, R. KAPLAN, S. e BROWN, T. (1989) - Environmental Preference. A Comparison of four domains of predictors. - *Environment and Behavior*, Vol. 21, nº 5, Sept. ; 509-530.
- KATZ, D. e KAHN. R.L. (1966) - *Psicologia Social das Organizações* - Ed. Atlas, S.A., S. Paulo, 1978.
- KELLER, M. (1988) - Leisure and recreation - *Community Health Nursing: Process and practice for promoting Health* - Stanhope, M. & Lancaster, G. - Ed. T. Lochhaas; Pub. Mosby Company, Washington.
- KELLY. J.R. (1973) - Socialization Toward Leisure: a Developmental Approach - *Journal of Leisure Research*, Vol. 6 (Summer); 1974; pág. 181-193.
- (1990) - *Leisure* - 2ª ed. by Prentice - Hall, Inc.; Englewood Cliffs, N.J..

- KNOFF, R.** (1987) - Human Behavior, Cognition, and Affect in Natural Environment - in *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Stokols, D. & Altman, I.; Pub. Wiley & Sons, N.Y..
- (1983) - Recreational Needs and Behavior in Natural Settings - in *Human Behavior and Environment*, Vol.6- ed. Altman, I. e Wohlwill, J.; Pub. Plenum Press, N.Y..
- KNOFF, T.B.** (1972) - Environmental Determinants of Recreational Behavior - *Journal of Leisure Research*, 4, (Spring), pág. 129-138).
- KRIPPENDORF, J.** (1984) - Sociologia do Turismo (Para uma nova compreensão do lazer e das viagens) - Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro (1989).
- LEVY, J.** (1976) - A Paradigm for Conceptualizing Leisure Behavior: Towards A Person-Environment Interaction Analysis - *Journal of Leisure Research* - First Quarter, 1979, pág. 48-60.
- LYNCH, K.** (1960) - *A imagem da Cidade* - Ed. 70, Lisboa, 1990.
- MANN, S. H.** (1977) - The use of social indicators in Environmental Planning - *Human Behavior and Environment*, Vol. 2 - Ed. Altman, I., Wohlwill, J. F. ; Pub. Plenum Press, N.Y..
- MARANS, R.W., HUNT, M.E. e VAKALO, K.L.** (1984) - Retirement Communities - *Human Behavior and Environment*, Vol. 7 - Ed. Altman, I., Lawton, M.P., Wohlwill, J.F.; Pub. Plenum Press, N.Y..
- McKECHNIE, G.E.** (1974) - The Psychological Structure of Leisure: Past Behavior - *Journal of Leisure Research*, 6, (Winter), pág. 27-45.
- (1975) - *Manual for The Leisure Activities Blank (L.A.B.)* - Pub. Cons. Psychology Press, Inc. Palo Alto.
- MERCER, D.** (1972) - The Concept of Recreational Need - *Journal of Leisure Research* - Vol. 5, (Winter) 1973, pág. 37-50.
- (1976) - Motivational and social aspects of recreational Behavior - *Human Behavior and Environment*, Vol. 1 - Ed. Altman, E. e Wohlwill, J.F.; Pub. Plenum Press, N.Y..
- MURPHY, J.F. e Comp.** (1974) - *Concepts of leisure: philosophical implications* - Ed. Prentice Hall Inc.; Englewood Cliffs, N.J.
- (1983) - Community leisure studies - *Handbook of Social Intervention* - Ed. Seidman, E. - Sage Publications, London.
- PARKER, S.R. e SMITH, M.A.** (1976) - Work and Leisure - *Handbook of Work, Organization, and Society* - Ed. Dubin, R.: Pub. Rand McNally College Publishing Company, Chicago, 1976.

- PORRITT, J.** (1984) - *Seeing Green: the politics of Ecology Explained* - Ed. Basil Blackwell, Inc, Cambridge, 1989.
- PROSHANSKY, H.M.** (1987) - The field of Environmental Psychology: Securing its Future. - in *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Stokols, D. e Altman, I., Pub. Wiley & Sons, N.Y.
- PURCELL, A.T.** (1986) - Environmental Perception and affect; a schema discrepancy model - *Environment and Behavior*, Vol. 18, nº1 Jann. 3-30.
- RAPOPORT, A.** (1977) - *Aspectos humanos de la forma urbana* - Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1978.
- RICHARDS JR, J.M.** (1990) - Units of analysis and the individual differences fallacy in environmental assessment. - *Environment and Behavior*, Vol. 22, May, 307-319.
- ROWLES, G. D.** (1984) - Aging in Rural Environments - *Human Behavior and Environment*, Vol. 7; Ed. Altman, E., Wohlwill, Lawton, M.P.; Pub. Plenum Press, N.Y..
- RUSSELL, J. A.; WARD, L.M., PRATT, G.** (1981) - Affective quality attributes to environments: a factor analytic study - *Environment and Behavior*, Vol. 13, nº 3, May, 259-288.
- SAEGERT, S.** (1987) - Environmental Psychology and Social Change - in *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Stokols, D. e Altman, I.; Pub. Wiley & Sons, N.Y.
- SEMIN, G.R.** (1986) - The individual, the social, and the social individual - *British Journal of Social Psychology*, 25, pág. 177-180.
- SOMMER, R.** (1987) Dreams, Reality, and the Future of Environmental Psychology - *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Stokols, D. e Altman, I.; Pub. Wiley & Sons, N.Y..
- (1989) - Farmers' Markets as Community Events - *Human Behavior and Environment*, Vol 10 - Ed. Altman, I. e Zube, E.H.; Pub. Plenum Press, N.Y..
- STOKOLS, D.** (1987) - Conceptual Strategies of Environmental Psychology - in *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Stokols, D. e Altman, I.; Pub. Wiley & Sons, N.Y..
- STRAUS, D.** (1988) - Human Ecology: The speciality of generalizing - *Human Ecology: steps to the Future* - Ed. Pratt, J. e Young, G.L.; Pub. Society for Human Ecology, Sonoma.
- TOFFLER, A.** (1970) - *Choque do Futuro* - Ed. Livros do Brasil, Lisboa, (?).
- TORKILDSEN, G.** (1983) - *Leisure and Recreation Management* - Ed. E. & F.N. Spon, N.Y..

- TUAN, Yi-Fu** (1974) - *Topofilia* - Ed. Difel, São Paulo, 1980.
- ULRICH, R.S.** (1983) - Aesthetic and Affective Response to Natural Environment - *Human Behavior and Environment*, Vol.6 - Ed. Altman, I. e Wohlwill, J.; Pub. Plenum Press, N.I..
- VICENTE, L.A. e SANTOS, R.S.** (1989) - Sobre a questão das estratégias alternativas em Biologia - *Análise Psicológica*, nº 1,2,3, série VII, a 991, pág.63-
- VLIET, W. Van e BURGERS, J.** (1987) - Communities in Transition: From the Industrial to the Postindustrial Era - *Human Behavior and Environment*, vol.9 - Ed. Altman, I. e Wandersman, A. ; Pub. Plenum Press, N.Y..
- WAPNER, S., KAPLAN, B. e COHEN S.B.** (1973) - An organismic-developmental perspective for understanding transactions of men and environments - *Environment and Behavior*, Vol. 5 nº 3, Sept..
- (1987) - A Holistic, Developmental, Systems - Oriented Environmental Psychology: Some Beginings - *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Stokols, D. e Altman, I.; Pub. Wiley & Sons, N.Y..
- WALLACE, R.E.** (1988) - Mind-Body: monistic dual Aspect Interaccionism - *The Journal of Nervous and Mental Disease*, Vol. 176, nº 1, pág. 4-21.
- WICKER, A. W.** (1987) - Behavior Settings Reconsidered: Temporal Stages, Resources, Internal Dynamics, Context - *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Stokols, D. e Altman, I.; Pub. Wiley & Sons, N.Y..
- WILLIAMS, D. R. e KNOPF, R. C.** (1985) - In search of the Primitive - Urban continuum - the dimensional structure of outdoor recreation settings - *Environment and Behavior*, Vol. 17, nº 3, May, 351-370.
- WOHLWILL, J.F.** (1983) - The concept of Nature: A Psychologist's View - *Human Behavior and Environment*, Vol. 6 - Ed. Altman, I. e Wohlwill, J.; Pub. Plenum Press, N.Y..
- YOESTING, D.R. e BURKHEAD, D.L.** (1972) - Significance of Childhood Recreation Experience on Adult Leisure Behavior: An exploratory Analysis - *Journal of Leisure Research*, Vol. 5, (Winter), 1973; pág. 25-36.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA

Introdução

O problema da metodologia em Ciências Sociais

a) O processo de construção do conhecimento

O processo de construção do conhecimento é determinante para a realização da cientificidade do sistema. Vamos, por isso, descrevê-lo de uma forma sistémica.

Na sua tese sobre a lógica das ciências sociais POPPER (1976) afirmou que o método das ciências sociais; à semelhança das Ciências Naturais "*consiste em experimentar possíveis soluções para certos problemas*" (pág.16), problemas esses, a partir dos quais se iniciam as investigações, para além dos encontrados no decorrer das investigações esses problemas dependem também das circunstâncias históricas que os rodeiam.

Para as Ciências Sociais Popper propõe o que ele designa de "*método de compreensão objectiva*" que consiste em *analisar suficientemente a situação social dos homens activos para explicar a acção com a ajuda da situação*

Para Popper, é a partir dos problemas, isto é, da realidade empírica e observável que as teorias se aproximam, propondo, através das experiências, as soluções para os problemas encontrados. Essas soluções ou a objectividade do conhecimento nas ciências sociais é muito mais difícil de encontrar como refere Popper. No entanto, segundo LOPES (1991) os problemas não podem estar na origem da forma teórica, pois a "*sua equação já envolve uma teorização mínima*" (pág. 220) e a forma teórica já contém, segundo o mesmo autor "*uma maneira de conceber o problema*" (idem).

As teorias nas ciências são meras tentativas de explicação ou de soluções de problemas, tentativas essas de natureza experimental. Se a solução encontrada aguenta as críticas formuladas é porque ela corresponde aos factos pelo que teremos então a verdade científica, que é, por sua vez, temporária, aproximativa do mundo real. A verdade. A verdade é apenas uma ideia, uma norma para se julgar do valor daquilo que se experimenta ou que se consegue

realizar e que para ULMO (1967) tomará dois aspectos: "um apreciará o valor do conhecimento objectivo através de dois critérios internos que serão a verificação e a coerência (é o acordo com o objecto). O outro apreciará a actividade racional do sujeito pensante através de um outro critério interno que será a consistência (que é o acordo do sujeito consigo próprio)" (pg.243)

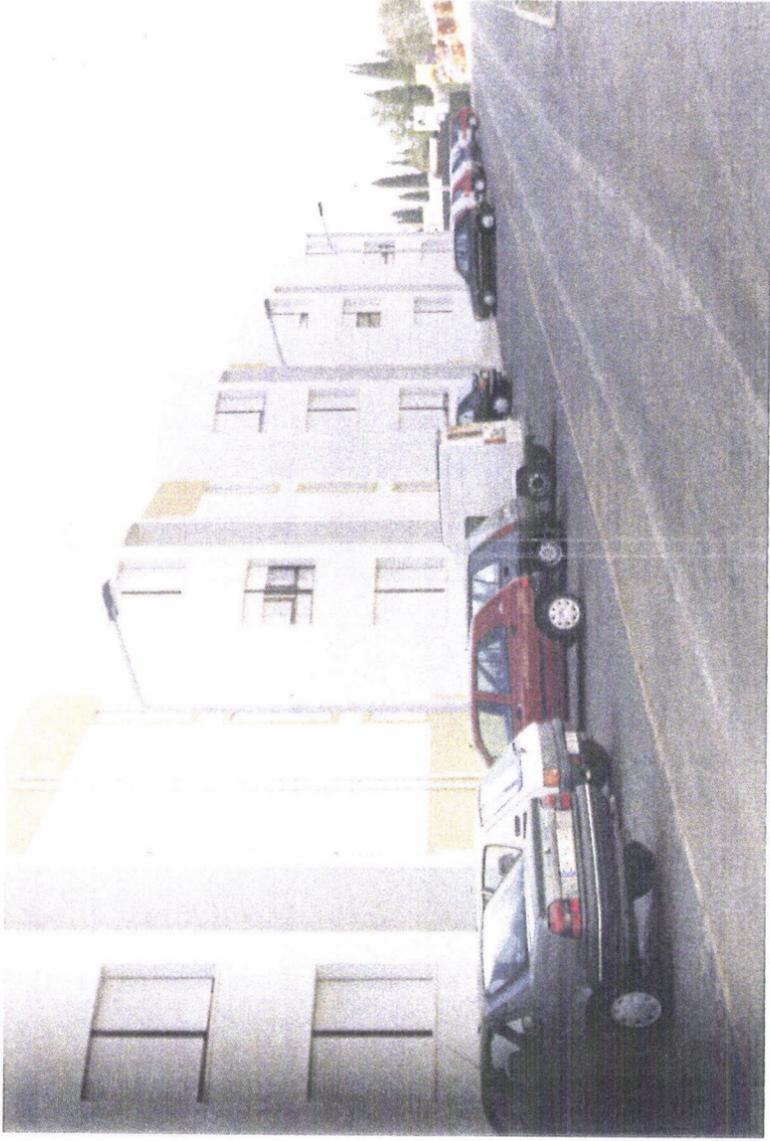
De facto, a observação da realidade nunca é neutra, mas sim fruto de uma interpretação, na medida em que o que observamos, classificamos e ordenamos e categorizamos é realizado de acordo com as nossas teorias. A este respeito POPPER (1956, a) refere que "vejo as nossas próprias teorias científicas como invenções humanas, como redes concebidas por nós para apanhar o mundo (pág. 58). A teoria científica é, como propõe também Ulmo uma correspondência "entre elementos observados e símbolos matemáticos. (ver pág.77). É uma tentativa de explicação, de solução de um problema científico

Por conseguinte, as teorias não podem ser consideradas quer como representações completas do fenómeno a estudar, do objecto, do mundo real, quer como preditoras do objecto do conhecimento (mas sim como hipóteses ou propensões). Isso não significa segundo Lopes (1991) que os novos paradigmas que surjam para explicar os problemas destruam os primeiros.

A complexidade do próprio fenómeno a estudar ao nível das Ciências Sociais exige combinações de várias metodologias das diversas disciplinas para a constituição de modelos que se aproximem desse mesmo objecto. A convergência metodológica é importante para a construção de modelos dedutivos, que não só interpretem a realidade, como também, sejam adequados a ela.

A cientificidade de um sistema segundo Popper citado por COELHO E SILVA (1989) " reside na sua capacidade de resistir à prova de confronto com a realidade dos factos - a experimentação - O objectivo não é a confirmação da hipótese, mas sim a selecção daquela que é menos falsa de entre as que se sujeitam à prova experimental" (pág.11).

A cientificidade de um sistema no mundo contemporâneo exige um esforço do colectivo, fazendo parte desse colectivo o homem comum. A adaptação ao Ambiente é uma adaptação do colectivo e não, de uma elite.



UNIDADE RESIDENCIAL DA COOPERATIVA DE HABITAÇÃO
ECONOMICA " LAR PARA TODOS " ;

Um aspecto das fachadas das frações

b) A escolha do método científico

O método científico emerge neste contexto como um conjunto de procedimentos utilizados para uma aproximação ao objecto do conhecimento. A função do método científico é trazer até nós provas empíricas verificáveis do fenómeno ou de um aspecto do fenómeno a observar

A escolha de determinado método de investigação tem a haver , segundo Coelho e Silva com os paradigmas pessoais de que o investigador se arma no exercício da sua actividade e com os procedimentos ou vias de investigação que ele adopte na construção do conhecimento. Por conseguinte, o investigador mune-se de um paradigma ou de uma "*matriz disciplinar*" (TEJEDOR, 1986), que serve "*como guia para detectar os problemas importantes de uma disciplina; para desenvolver os esquemas explicativos (modelos e teorias); para estabelecer critérios apropriados de trabalho (metodologia, instrumentos, tipos e formas de recolha de dados), de modo a proporcionar as bases epistemológicas a partir das quais se possa construir o conhecimento*" (pág. 90-91)

Os paradigmas dominantes na investigação são, segundo Tejedor os racionalistas e os naturalistas. Estes paradigmas diferiam, segundo Guba (1983) citado por Tejedor nos seguintes pressupostos básicos:

- a natureza da realidade (única para os racionalistas/múltipla para os naturalistas)

1 - a natureza da relação investigador/objecto (investigador separado do objecto/ou ambos em interacção

- a natureza dos enunciados legais (generalização dos resultados, contingência dos contextos/centração na busca do conhecimento nomotético na busca das semelhanças)

Se os paradigmas diferem nos pressupostos básicos que acabámos de referir, também diferem nos critérios metodológicos conforme podemos observar no esquema proposto por Cook e Reichardt (1979) citado por Tejedor (pág.84).

Critérios diferenciadores dos paradigmas

Paradigma Naturalista	Paradigma Racionalista
1 - utilização dos métodos qualitativos	1 - utilização dos métodos quantitativos
2 - filiação fenomenológica (análise da conduta humana pressupõe a referência do seu contexto)	2 - filiação positivista (a análise dos fenómenos dirige-se à determinação das suas causas)
3 - observação naturalista não controlada	3 - observação controlada e provocada
4 - valorização dos conteúdos subjectivos	4 - valorização dos conteúdos objectivos
5 - orientada para a descoberta e exploração. É descritiva, indutiva e expansionista	5 - orientada para a verificação, confirmação. É reducionista, inferencial, hipotética dedutiva.
6 - orientada para a análise dos processos	6 - orientada para análise dos resultados
7 - é válido porque é real, rico e profundo	7 - é fiel, porque os dados são reproduzíveis
8 - não é generalizável. Predominância de estudo de caso	8 - É generalizável. Predominância do estudo de grandes amostras
9 - Holístico	9 - Particularista, atomista
10 - A realidade é dinâmica	10 - A realidade é estática

Entretanto, para que ocorra a prova empírica do fenómeno a estudar é necessário:

- a) proceder à observação ou recolha de dados;

- b) proceder à experimentação ou ao estabelecimento de uma evidência empírica., sendo necessário para isso provocar ou observar mudança numa variável independente e registar as possíveis alterações ou a falta delas noutra variável (que seria a variável dependente) e assim reconhecer a existência ou não de uma relação funcional (que seriam as leis, sendo estas constattivas e não normativas).

A Ciência "ensaia verificar nos factos as regularidades que lá estão contidas; ela procura-as, ela as encontra. Ela utiliza provisoriamente essas regularidades na previsão; qualquer divergência é uma nova via de investigação, uma nova vista de olhos sobre a realidade cujo conhecimento poderá ser enriquecido pela formulação de uma nova lei" (Ulmo, pág.65) As leis são pois condicionadas, por novas condições de experiências , que por sua vez, fornecem novas formulações teóricas. Como questiona **BACHELARD** (1934) o ser humano, em busca de um realismo persistente põe sempre em causa os objectos científicos, constituindo novas realidades. De facto, afirma Bachelard *"a função realista é cada vez mais móvel. Nunca a ciência teve um tal desdém pelos seres que criou. Abandona-os à menor dificuldade"* (pág. 94).

c) *A escolha dos procedimentos científicos*

A escolha de procedimentos sistemáticos numa pesquisa tem como suporte, como já afirmámos, os paradigmas pessoais que estabelecem os critérios apropriados para o trabalho. Mas também tem a haver com a natureza do problema.

Se o paradigma racionalista utiliza a via hipotética - dedutiva é porque procura abordar os aspectos da realidade mais estáveis e fixos (que podemos chamar de invariantes do objecto se empregarmos a expressão de Ulmo, o parentesis é nosso). Esta via é muito antiga. Através dela o investigador formula uma hipótese como solução possível para um problema. Através da experimentação ou observação controlada recolhe uma evidência empírica (factos, indícios, provas) que confirme ou não a hipótese inicial. Um feixe de hipóteses é um corpo de enunciados ou modelo, que, por sua vez, constitui um guia para uma investigação posterior.

O paradigma naturalista utiliza a via analítica-indutiva. Segundo esta via *"temos de nos ficar cuidadosamente pelas nossas observações reais e de nos precaver contra a teorização, pois esta pode fazer-nos adquirir prejuízos teóricos que podem facilmente influenciar ou contaminar as nossas observações se não tivermos muito cuidado"* (POPPER, 1956, b, pág. 77). As generalizações são de âmbito preditivo muito limitado, segundo Tejedor e os investigadores, centram o seu interesse na descoberta de variáveis críticas que permitam efectuar explorações sistemáticas. (ver pág. 85)

Qualquer investigador que perfilhe o paradigma racionalista utilizará predominantemente metodologias quantitativas que se suportam na sua concepção *"racionalista-positivista-empirista"* (Coelho e Silva, pág.17).

O método quantitativo na perspectiva de RICHARDSON (1989) caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas através de técnicas estatísticas, desde média, percentagem, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. A sua intenção é ainda segundo o mesmo autor garantir a previsão dos resultados (que quanto a nós não é absoluta), evitar distorções de análise e de interpretação, e é aplicado nos estudos descritivos para os que procuram descobrir a relação entre variáveis assim como para os que investigam a relação de causalidade entre fenómenos (estudos experimentais).

O método qualitativo é utilizado pelo investigador que perfilha o paradigma naturalista, uma concepção fenomenológica e holística da realidade.

Este método não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. O método em questão *"consiste numa estratégia de investigação fundamentada numa descrição contextual dos fenómenos, sem perda da sequência temporal que lhes é inerente, e com a salvaguarda da independência da orientação processual da análise efectuada"* (Argilaga, 1986, citado por Coelho e Silva, pág. 23).

Quanto aos procedimentos metodológicos, os métodos qualitativos utilizam técnicas de observação, análise de conteúdo, entrevistas, etc.

Esta categorização dicotómica dos paradigmas e dos métodos e procedimentos correspondentes não os torna contraditórios. Eles são complementares no processo de construção do objecto de conhecimento. Segundo Goode e Hatt (1977) citados por Richardson *"a pesquisa moderna deve rejeitar como uma falsa dicotomia a separação entre estudos qualitativos e estudos quantitativos ou entre pontos de vista 'estatístico' e 'não estatístico'. Além disso, não importa quão precisas sejam as medidas, o que é medido continua a ser uma qualidade"* (pág. 38).

d) Os critérios científicos

Os critérios científicos mais determinantes para a objectividade em ciência dizem respeito à **validade** e à **fidelidade** dos procedimentos científicos. A construção e a utilização de um procedimento supõe uma avaliação prévia, em função de critérios determinados.

Um índice de validade traduz, se quisermos, o grau com que um procedimento mede o que visa medir.

A validade interna refere-se à exactidão dos dados e à sua adequação às conclusões, isto é, até que ponto a observação e os resultados produzidos correspondem à realidade estudada.

A validade externa diz respeito às possibilidades de generalização dos resultados a outros grupos com características semelhantes.

No método qualitativo, o investigador consegue medições que apresentam maior validade interna na medida em que *"as observações não estruturadas permitem conhecer detalhes que os instrumentos estruturados (questionários) não podem obter"* (Richardson, pág.47). No que diz respeito à validade externa os métodos qualitativos apresentam uma validade fraca na medida em que as condutas humanas não apresentam parâmetros estáveis,

nem as populações com determinadas características agirão de maneira semelhante.

A fidelidade é um critério que indica a capacidade que devem ter os instrumentos utilizados de produzir medições constantes quando aplicados a um mesmo fenómeno. As medidas repetidas podem, segundo PALLÁS e VILLA (1991), obter-se de 3 formas (pág.112):

- a primeira consiste em que os resultados de um procedimento ou prova sejam analisados por mais de um observador - consistência externa (concordância entre observadores);

- a segunda consiste em realizar a prova em mais de uma ocasião(método de teste-reteste);

- a última com o método de consistência interna que define até que ponto outros investigadores poderão obter os mesmos resultados, reproduzindo os mesmos procedimentos usados pelo investigador inicial no mesmo grupo. Refere-se pois ao grau de concordância entre duas variáveis que medem o mesmo fenómeno.

Os métodos qualitativos apresentam menor consistência interna pois têm problemas na identificação de categorias utilizadas e na codificação dos dados.

O PLANO DA PESQUISA

O nosso estudo observacional é de carácter descritivo e exploratório, na medida em que o fenómeno a estudar está muito pouco divulgado no nosso País, e nem sequer constatámos procedimentos standardizados para o efeito.

É nosso objectivo descrever as frequências e as características mais importantes do problema do lazer numa população. Assim, esta descrição é produzida em função, de um lado, das características sociodemográficas da população objecto de estudo (idade, sexo, classe socio-profissional, rendimentos, naturalidade) meios de lazer. Do outro, é produzida em função da ecologia do lugar e do lazer e das actividades de lazer durante a semana, ao fim de semana e durante as férias, estas devidamente categorizadas à priori em lazeres activo/passivo, solitárias/sociais e ar livre/dentro do lar ou casa, assim como das representações da população em relação a questões abertas que lhes foram presentes (estas categorizadas à posteriori).

A segunda função do nosso trabalho é proporcionar dados, sobre os quais se devem constituir futuras observações mensuráveis assim como procedimentos mais completos e devidamente standardizados. As hipóteses provenientes dessas observações devem ser contrastadas ou sujeitas à prova de evidência em estudos analíticos e experimentais futuros.

O nosso estudo é transversal, na medida em que se descrevem relações entre o lazer e uma série de variáveis, numa população determinada e num determinado tempo. Não temos como perspectiva estabelecer relações de causa/efeito.

Considerando que estamos perante uma pesquisa como a que acabámos de referir, não levámos em consideração, quer a amplitude do universo para a determinação da amostra, quer o nível de confiança estabelecido e o erro de estimação permitido. A amostra, representa aproximadamente 25% da população de condóminos, é aleatória sistemática e estratificada, cuja representatividade é analisada quando apresentarmos os resultados.

O instrumento nuclear de recolha de dados foi um questionário autopreenchido devidamente estruturado, com questões abertas e fechadas, estas com múltiplas opções. A ordem das perguntas baseou-se numa tabela de números aleatórios e as perguntas abertas foram colocadas no meio e no fim do questionário.

Recolhemos também dados das fichas individuais colocadas à nossa disposição pela Direcção da Cooperativa após ter informado a Assembleia de condóminos dos propósitos do nosso trabalho e da importância do nosso acesso às fichas individuais.

Utilizamos, procedimentos estatísticos descritivos e inferenciais, indicados a seguir. Para o efeito utilizamos os programas Microsta e E.P.I.

OS SUJEITOS DO ESTUDO

Utilizámos no nosso estudo uma amostra da população, que na altura compunha-se de um universo de 317 condóminos. Deste marco de referência extraímos uma amostra aleatória estratificada, sistemática e proporcional.

Para isso, dividimos a população em subconjuntos homogéneos em relação a algumas variáveis como idade, sexo, classe socio-profissional e naturalidade. Tentámos assim, assegurar a presença na amostra de elementos que pertencem às estruturas que compoem o universo do nosso objecto de estudo. No processo de estratificação em relação às variáveis que acabámos de mencionar, assegurámos a representação proporcional.

Considerámos uma amostra teórica de 79 pessoas, representativa de 25% da população de condóminos. Como admitimos a possibilidade de termos 10% de perdas, utilizámos o seguinte critério de Moreno, Carné, Porta e Velilla (1989) citados por Pallás e Villa (pág.88):

$$N_a = N \cdot |1/(1-R)|$$

em que N representa o número teórico de sujeitos e R a percentagem de abandonos, respostas incorrectas, recusas, que convencionámos ser de 10%. O valor N_a foi de 87 pessoas, precisamente o tamanho inicial da amostra com a qual começámos o nosso trabalho.

Como a nossa amostra era sistemática procurámos obter a constante k , dividindo por isso a população total pelo número estimado da amostra (87 pessoas). O valor constante de K foi de 4. Do sorteio dos números 1 a 4, foi sorteado o número 1 ($1 + k$).

No processo de estratificação levámos em consideração para o tamanho global da população, a percentagem que cada estrato, sexo, idade, naturalidade) representava nessa população, de modo que a amostra representasse fielmente as mesmas proporções observadas na população de referência. A partir daqui seguimos o procedimento de selecção da amostra sistemática para os estratos que acabámos de salientar.

AS VARIÁVEIS A ESTUDAR

Definir as variáveis de estudo de modo que as categorias sejam excludentes e ao mesmo tempo exaustivas e representativas, não se afigura fácil, na medida em que alguns conceitos tardam em avançar com um paradigma entre os quais o conceito de lazer. No entanto vamos propor as seguintes variáveis

a) variáveis nominais

Entre as variáveis nominais iremos definir os conceitos de lazer e os seus tipos activo/passivo, solitário/social e ar livre/dentro do lar ou em casa

- lazer - é um conceito que incorpora tempo, actividade, estado do ser e em que a dicotomia trabalho/lazer deve ser eliminada. Não é só uma atitude de espírito mas também a qualidade da actividade definida por quem participa nela. Essa actividade é escolhida segundo Kelly em relativa liberdade e pelas suas qualidades de satisfação.

- lazer activo é a actividade que implica movimentos visíveis de ordem física;

- lazer passivo é a actividade que não implica movimentos visíveis de ordem física

- lazer solitário - é a actividade de uma só pessoa, não sendo por isso compartilhada, isto é, mesmo que haja outras pessoas que estejam fazendo a mesma coisa, não implica que haja relação de cooperação (ex: ver televisão)

- lazer social - actividade compartilhadas pelo menos por duas pessoas, incluindo as que têm como meios objectos facilitadores da interacção (ex: jogo de cartas, conversar ao telefone)

- lazer ao ar livre - é toda a actividade de lazer exercida ao ar livre

- lazer dentro do lar - é toda a actividade exercida dentro de casa e relacionada com os membros da família;

- lazer dentro de casa - é toda a actividade exercida em férias, dentro de quatro paredes

Esta classificação inspira-se na proposta por De Grazia (1966) quando aborda as formas de se passar o tempo livre (ver pág. 153 -167)

b) Variáveis ordinais

Resolvemos classificar os elementos da amostra , estabelecendo uma ordem hierárquica entre as categorias. Assim, classificamos os condóminos por camada social, isto é, pelo nível socio económico agrupado em categoria socioprofissional. Baseámo-nos nos critérios adoptados por **BAIRRÃO RUIVO e alg.** (1980). Os níveis socioeconómicos correspondentes às categorias socioprofissionais agrupados em camadas sociais seriam cinco:

camada 1 (superior)

- grandes patrões e proprietários
- grandes patrões da indústria comércio e serviços
- grandes patrões proprietários agrícolas
- indivíduos com ocupação de grandes proprietários
- profissões liberais tradicionais de elevada competência
- profissões de elevada competência técnica e/ou administrativa;

camada 2(média)

- pequenos e médios patrões e proprietários
- patrões da indústria, comércio e serviços
- patrões proprietários agrícolas
- indivíduos com ocupação de proprietários
- directores e quadros administrativos superiores(sem curso superior, oficiais das Forças Armadas)
- Profissões liberais, técnicas e equiparadas de competência média (professores do ensino secundário, assistentes sociais, enfermeiros, contabilistas, professores de ensino primário, investigadores da polícia judiciária). Incluimos também médicos que não exerçam clínica privada, psicólogos, e outros licenciados técnicos superiores
- outras profissões

camada 3 (inferior alta)

- comerciantes isolados , por grosso ou retalho
- pequenos patrões agrícolas, rendeiros ou parceiros e equiparados
- Empregados de comércio(balcão) e profissões equiparadas; empregados de escritório com instrução primária ou sem instrução
- artesãos, mestres, motoristas e operários especializados e qualificados

- sargentos e cabos das Forças Armadas

Camada 4(inferior baixa)

- Operários não especializados

- Trabalhadores dos serviços e profissões equiparadas; polícias, bombeiros, guardas; criados de mesa, cozinheiros, porteiros, pessoal da limpeza, vendedores ambulantes, etc.

- Camponeses, pescadores e profissões equiparadas, assalariados e trabalhadores independentes.

Camada 5

- Assalariados agrícolas, pastores, tractoristas, empregadas domésticas.

Também incluímos nesta camada estudantes, reformados e domésticas

Estão também presentes variáveis intervalares como as referentes às idades e aos rendimentos e distâncias da residência ao local de trabalho

OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O instrumento de colheita de dados foi um questionário. Através dele, procurámos descrever as características dos elementos da amostra e medir algumas variáveis.

a) - Tipo de questionário

O questionário foi autopreenchido. Para o efeito entregámo-lo pessoalmente a cada condómino seleccionado, combinando-o receber um tempo depois (uma semana). Justificámos este tipo de intervenção por estarmos perante uma comunidade bem definida geograficamente, vivermos nós próprios no local, por representar menores custos e, por ser insignificante a percentagem de entrevistados analfabetos (cerca de 1%): Neste caso tivemos que recorrer à entrevista pessoal em virtude de haver questões abertas que necessitavam ser redigidas.

b) - Tipo de perguntas ou questões

O questionário apresenta perguntas abertas, em que não há respostas preestabelecidas. Cada entrevistado responde com as suas próprias palavras. Utilizámos para este efeito a análise de conteúdo, isto é, tivemos que apreciar as temáticas de cada resposta de forma exaustiva. Posteriormente determinámos as unidades de registo, codificando as respostas em frequências.

Após a codificação procedemos à classificação das respostas em categorias. Para isso tivemos que analisar o que cada resposta tinha em comum com as outras no aspecto semântico e agrupá-las.

Houve situações em que procedemos a categorizações à priori. Referimo-nos concretamente à pergunta aberta "*O que é para si o lazer*": Efectivamente categorizámos as unidades de registo dentro das principais dimensões conceptuais do lazer que apresentámos na recensão crítica e a saber: tempo, actividade, estado do ser e relativa liberdade da necessidade.

As categorizações à posteriori a que procedemos devem-se ao desconhecimento de esquemas de padronização de classificação. Deste modo, categorizámos as unidades de registo referente à questão aberta relacionada com o Impacto do Lazer no Ambiente nos seguintes padrões:

- consequências positivas
- consequências negativas
- consequências positivo/negativas
- consequências dependentes de Antecedentes de Educação/prevenção/Equipamentos/Acessos

No processo de categorização visámos sobretudo a quantificação da informação e produzir as respectivas inferências.

A parte nuclear do questionário consiste em perguntas fechadas, cujas respostas eram fixas e preestabelecidas. As perguntas tinham, por isso, respostas múltiplas alternativas e alternativas hierarquizadas.

Nas respostas com alternativas hierarquizadas concedemos uma pontuação semelhante às escalas Likert (pontuação de 1 a 4).

Houve também situações em que as perguntas eram constituídas por frases excludentes. O objectivo era conhecer as atitudes dos elementos da amostra em relação ao tema "*diminuição do horário de trabalho*"

Finalmente houve situações de apresentação de perguntas cujas respostas eram simultaneamente preestabelecidas e abertas, do género "*indique outras*"

c) - formatação do questionário

O questionário, com excepção das perguntas abertas foi totalmente codificado.

Os itens relativamente às actividades de lazer foram ordenados definitivamente, de forma aleatória, através de uma tabela de números aleatórios (Pallás e Villa, pág. 271)

No que diz respeito à disposição o questionário apresentou a seguinte ordem de perguntas:

1 - perguntas que não exigiam formulação de problemas e que remetiam para os itens sociodemográficos

a) sexo idade, profissão, naturalidade, habilitações, etc.

2 - perguntas que não exigiam formulação do problema e que nos remetem para os recursos e ecologia do lazer

a) posse de meios de comunicação, electrodomésticos, lazer, distância local de trabalho

3) - perguntas que constituíram o núcleo do questionário e que nos reenvia para as actividades de lazer nos seus três grandes periodos :

- actividades de lazer durante a semana
- actividades de lazer no fim de semana
- actividades de lazer nas férias.

4) - perguntas que apelam para as atitudes e as percepções dos elementos da amostra e sobre os seguintes temas:

- definição de lazer
- impacto do lazer no Ambiente
- efeitos da redução do horário de trabalho

Relativamente às perguntas sobre as actividades de lazer durante e ao fim de semana consultámos McKechnie (1974, 1975), Kelly (1990) de Grazia (1962), alguns peritos locais na área de Desporto e Recreação. Para as actividades de lazer durante as férias recorremos a vários itens do questionário de Krippendorf (1987, pág. 64-65).

d) - Pré-teste

O questionário foi aplicado a um grupo de 10 pessoas com as mesmas características da amostra e com o objectivo de rever o instrumento em termos semânticos e sintáticos. Posteriormente fizemos nova aplicação, com a revisão já realizada e com a inclusão de um processo codificado para o tratamento de dados.

TRATAMENTO DE DADOS

Alguns dados foram tratados manualmente. Outros, em que tivemos que recorrer a quadros e gráficos utilizámos o programa "Windows 3.1". No processo de construção do questionário e lançamento e tratamento de dados, quer os de Estatística descritiva quer os de Estatística inferencial (quiquadrado, médias e percentagens) utilizámos o programa "E.P.I. 5" e para determinar correlações e teste de proporções e de médias utilizámos o programa "Microstat"

OS PASSOS DO TRABALHO: FASES DA ELABORAÇÃO

O nosso trabalho teve várias fases e demorou dois anos a realizar-se, desde o projecto de pesquisa até à sua apresentação final. Deste modo especificaremos as diversas fases:

1ª - fase : projecto de pesquisa

Esta fase foi de Junho 1992 até a sua apresentação em Novembro do mesmo ano.

Durante a fase do projecto organizámos a literatura sobre a matéria, contactámos alguns peritos, solicitámos informação de algumas fontes .

2ª - fase : execução do primeiro relatório.

Durante este período recolhemos dados sobre o caso particular e sobre o concelho . Procedemos à revisão bibliográfica , contactámos a organização formal do bairro cooperativo no sentido de nos autorizar a aplicação dos instrumentos de pesquisa assim como o acesso ao ficheiro dos associados condóminos.

O primeiro relatório foi redigido e apresentado ao professor orientador em Fevereiro de 1993.

3ª fase : apresentação do segundo relatório

Esta fase coincidiu com a redacção de grande parte da recensão bibliográfica sobre a matéria e com a apresentação do esboço do questionário.

Também tivemos conhecimento que em Assembleia de condóminos foi autorizado a realização do nosso questionário.

Esta fase foi concluída em Junho de 1993

4ª fase: conclusão da revisão bibliográfica, estudo da metodologia do trabalho e préteste do questionário

Nesta fase concluímos a redação do questionário e aplicámo-lo junto de uma amostra de uma população com as mesmas características socio económicas da nossa amostra. Concluímos também neste período a revisão teórica do tema fundamental do nosso trabalho. Esta fase foi concluída em fins de Outubro de 1993.

5ª fase : Aplicação do questionário , levantamento e análise de resultados. Elaboração da discussão . Redacção do relatório preliminar

Este período decorreu até fins de Março de 1994.

LIMITAÇÕES DO TRABALHO REALIZADO

7.1 - Limites provenientes do observador

A origem do erro em Ciências Sociais reside quase sempre "*em atitudes socialmente constituídas*" (Bourdieu, pág.50).

Não podemos, por isso, esconder a nossa origem social que é a da classe média, que tem tendência para ver a realidade e a generalizá-la, segundo os modelos da fracção da classe dominante.

Também viemos de uma ramo das Ciências Humanas em que a unidade de análise é o sujeito e as suas idiossincrasias e não os sistemas em que ele está inserido, sem falar ainda dos métodos de abordagem do sujeito real e das avaliações da personalidade, baseados muito mais na teoria do que na evidência.

Por outro lado, a viragem para o campo das Ciências Sociais fez-nos deparar com dificuldades em encontrar um método de pensar, um paradigma para o processo de construção do objecto, em especial um objecto que pouco ultrapassou os conceitos préformados do senso comum e que ainda está longe de constituir-se em objecto científico. Complementarmente, surgiram problemas na formulação de conceitos, muitos deles, mais próximos de uma linguagem comum (profissão, classe social, papel, etc) com riscos de criação de uma aparente cientificidade.

Também na explicitação dos termos fizemos recurso aos conceitos originais (por exemplo "*settings*", "*behavior setting*") não por rigidez mas por necessidade de rigor, uma vez que na nossa língua desconhecemos as designações correspondentes.

No que diz respeito às condições de realização, dada a nossa pouca prática de experiência social, os contactos para a execução do trabalho e do questionário foram difíceis. Finalmente, tivemos sempre poucos recursos financeiros (só os nossos) ao longo de todo o processo do trabalho.

7. 2 - Limites do trabalho de campo

O campo de estudo do Lazer escolhido para o nosso trabalho - o caso particular do Bairro Cooperativo "*Lar para Todos*" - por ser um fragmento de um campo mais vasto (representa 5% da população da cidade) com poucos efeitos no contexto da cidade, estrategicamente pode não ter justificação científica.

No entanto, justificamos a estratégia utilizada pelo facto de parecer-nos ter mais proveito científico isolar um fragmento de um objecto mais vasto e tentar apreendê-lo, bem como as grandes linhas que o envolvem, com a intenção de construir um modelo, um sistema de relações sustentáveis, um conjunto de invariantes para ser colocado em futuras pesquisas. Daí que, não nos fixássemos no estudo do caso particular em si, pois estão presentes os nossos esforços de pensar relacionalmente com outros casos, realidades mais vastas.

7. 3 - Limites do instrumento de pesquisa e dos conceitos formulados operacionalmente

No processo de construção do questionário não considerámos algumas questões como por exemplo, os jogos de vídeo, o computador, como divertimentos electrónicos concorrentes à T.V. A razão deste facto prende-se com as leituras que procedemos de instrumentos de pesquisa construídos na década de 60 e 70. que não contemplavam estas actividades.

Reconhecemos também a falta de precisão semântica de algumas actividades (longos passeios, por exemplo, em que as pessoas perguntaram se eram realizados a pé ou a pé e de carro).

Quanto aos conceitos operacionais como lazeres activos, passivos, solitários, sociais, há falta de precisão, na sua definição, que aliás de Grazia (1962) ressaltou no seu trabalho. Em relação às actividades, algumas podem pertencer simultaneamente a duas categorias ou tipos de lazer. (ver televisão, v.g. pode ser uma actividade solitária e social)

BIBLIOGRAFIA

- BACHELARD, G.**(1934) - *O Novo Espírito Científico* - Ed. 70, Lisboa(1986)
- BAIRRÃO RUIVO, J. et. alg.** (1980) - *Estudo Epidemiológico da Deficiência Mental*, 1º Vol. - Ed. C.O.O.M.P. , Lisboa
- COELHO E SILVA, J.P.**(1989) - *Os métodos qualitativos na Investigação Educacional -: Aspectos gerais e específicos* - Manuscrito inédito , Coimbra, 1989
- LOPES, A.** (1991) - Empirismo, historicismo e teoricismo: bases de uma perspectiva sistémica da Ciência. *Análise Psicológica*, nº 2, série IX, Abr/Jun 1991; 219-225.
- PALLÁS, J.M.A. e VILLA, J.J.**(1991) - *Metodos de investigacion* - Ed. Doyma, S.A. , Barcelona
- POPPER, K.**(1956;a) - *O Universo Aberto* -Ed. Pub. D. Quixote, 1º Vol. , Lisboa 1992
- (1956:b) - *O realismo e o objectivo da Ciência* - Ed. Pub. D. Quixote, 2º Vol. , Lisboa , 1992
- (1976) - *A Lógica das Ciências Sociais* - Ed. Univ. de Brasília e Ed. Tempo Brasileiro, Lda, Brasília e Rio de Janeiro, 1978, 79- -101
- RICHARDSON, R. J. et. col** (1989) - *Pesquisa Social* - Ed. Atlas S.A. , S. Paulo
- TEJEDOR, F.J.**(1986) - *La Estadística y los diferentes paradigmas de investigación educativa* - Educar, 10
- ULMO, J.**(1964) - *O Pensamento Científico Moderno* - Ed. Coimbra Editora, Coimbra, 1967
- ULMO, J.**(1964) - *O Pensamento Científico Moderno* - Ed. Coimbra Editora, Coimbra, 1967

CAPÍTULO V

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados que iremos apresentar de seguida serão repartidos em dois grupos. Num primeiro grupo iremos contemplar; a representatividade da amostra em relação à população; alguns dados sociodemográficos e da ecologia do lugar; os tipos de lazer durante a semana, ao fim de semana e durante as férias. No segundo grupo iremos considerar: as representações que a população da amostra emite sobre a definição de lazer e o impacto que ele tem no Ambiente; as percepções que a mesma população tem sobre o efeito da redução do horário de trabalho nas suas vidas.

1 - A Representatividade da Amostra: comparação entre a população e a amostra relativamente aos dados sociodemográficos.

1.1. - sexo e idade

A amostra é constituída por 53.8% de condóminos masculinos, valores muito próximos da proporção de condóminos do universo do bairro, pelo que não há diferença significativa entre os valores das duas proporções, conforme podemos observar no quadro nº18

Quadro nº 18: quadro comparativo da proporção de condóminos da amostra e da população e segundo o sexo

	N	Homens %	N	Mulheres %	Total
População	170	53.63	147	46.37	317
Amostra	43	53.80	37	46.20	80

Teste da significância das proporções: para $\alpha = 0,05$ $Z = 0,0305$ e para a hipótese ($H_0:p_1=p_2$)

No que diz respeito à idade, a idade média da população da amostra é de 38.21 anos, valor também muito próximo da média de idade do Universo de condóminos.

Quadro nº 19: Quadro comparativo das idade médias da população do universo e da amostra.

	Idade Média	Desvio	N
População	37.80	9.95	317
Amostra	38.21	10.45	80

$Z = 0.368$ para nível de confiança de 95% e $Z\alpha = \pm 1,96$

1.2 - Naturalidade

Relativamente à distribuição da amostra segundo a sua naturalidade também verificámos que os valores das proporções encontrados não diferem significativamente dos do Universo, conforme podemos ver no quadro a seguir.

Quadro nº 20: Quadro comparativo das profissões entre o universo e a amostra segundo a Naturalidade

	População	Amostra	Valor Z
Freg. Urbana Conc.	29.65	33.80	- 0.72
Freg. Rural Conc.	17.03	12.5	+ 0.986
Fora do Concelho	34.07	38.70	- 0.746
Fora do Distrito	19.24	15.00	+ 0.791

Teste de significância das proporções para nível de confiança de 95%

1.3 - Nível socio-profissional (escala de Warner)

Os valores encontrados na amostra também não diferem significativamente dos encontrados na população. A maior frequência de

indivíduos situam-se no nível 3 e a menor frequência é a constituída pelo nível 5. De qualquer modo remetemos para o quadro nº21

Quadro nº 21: Quadro comparativo das proporções entre o universo e a amostra segundo o nível socio-profissional (escala de Warner).

	População	Amostra	Valor Z
Nível 2	21.45	21.3	+ 0.029
Nível 3	29.02	32.5	- 0.609
Nível 4	28.08	27.5	+ 0.0973
Nível 5	21.45	18.8	+0.521

teste de significância das proporções e para nível de confiança de 95%

2 - A Amostra: alguns dados socio-demográficos

2.1 - Os elementos da amostra e a sua última residência

Quanto à última residência da população que constitui a amostra, constatámos que 90.0% residiam já no concelho, sendo 82.5% na cidade, conforme podemos apreciar no quadro nº22.

Quadro nº 22: Distribuição da amostra segundo a sua sua última residência.

Residência	N	%
Fora do Distrito	5	6.3
Fora do Concelho	3	3.7
Freg. Rural Conc.	6	7.5
Freg. Urb. Conc.	66	82.5
Total	80	100.0

2.2 - Os elementos da amostra e o seu nível de instrução

No que diz respeito ao nível de instrução os dados obtidos levam-nos a concluir que apenas 3.8% dos condóminos possuíam pelo menos a licenciatura, e, com bacharelato, 13.5% de pessoas. A maior frequência de condóminos tem como habilitações máxima o 9º ano (curso geral dos liceus) (ver quadro nº 23).

Quadro nº23: Distribuição da amostra segundo o seu nível de instrução

Habilitações	N	%	%Ac.
1 - Instrução Primária Incompleta	1	1.3	1.3
2 - Instrução Primária Completa	19	23.8	25.0
3 - Ciclo Preparatório	8	10.0	35.0
4 - 9º Ano (Curso Secundário)	20	25.0	60.0
5 - 12º Ano ou Curso Complementar	18	22.5	82.5
6 - Bacharelato	11	13.8	96.3
7 - Licenciatura	2	2.5	98.8
8 - Mestrado	1	1.3	100.0

2.3 - Distribuição da amostra segundo o rendimento por agregado

Se repararmos para o quadro nº 24 verificámos que o grupo de agregados que auferem um rendimento entre 100 e 150.000\$00 é o mais frequente. Por outro lado, 66% dos agregados abordados auferem vencimentos inferiores a 150.000\$00 e com rendimentos compreendidos entre 250 e 500.000\$00 há apenas 6.3% de agregados, além de não haver nenhum com rendimentos superiores a 500.000\$00.

Quadro nº 24: Distribuição da amostra segundo os rendimentos dos agregados.

Rendimentos	N	%	%Ac.
1 - Menos de 50.000\$00	1	1.3	1.3
2 - De 50 a 100.000\$00	21	26.3	27.5
3 - De 100 a menos de 150.000\$00	31	38.8	66.3
4 - De 150 a menos de 250.000\$00	22	27.5	93.8
5 - De 250 a menos de 500.000\$00	5	6.3	100.0
Total	80	100.0	//////

2.4 - composição do agregado familiar

Há uma média de 2.89 pessoas por agregado, (com um desvio padrão = 1.22). A maior frequência é a de agregados compostos por 3 pessoas e os compostos por menos de 5 pessoas constituem 92.5% da amostra (ver quadro nº25).

Quadro nº 25: distribuição da amostra segundo a composição do agregado.

Composição do Agregado	N	%	%Ac.
1 - 1 Pessoa	14	17.5	17.5
2 - 2 Pessoas	14	17.5	35.0
3 - 3 Pessoas	26	32.5	67.5
4 - 4 Pessoas	20	25.0	92.5
5 - 5 Pessoas	5	6.3	98.8
6 - 6 Pessoas	1	1.2	100.0
Total	80	100.0	//////

Em média, em cada agregado vivem 2.9 pessoas (desvio de 1.22)

2.4.1. - Decomposição da estrutura populacional dos agregados da amostra.

Vamos concentrar a totalidade da informação num reduzido número de grupos de modo a tornar mais fácil a análise que pretendemos apresentar. Assim vamos decompor a população dos agregados da amostra nos seguintes grupos funcionais:

0 - 19 anos - 67 pessoas

20 - 59 anos - 152 "

+ de 60 anos - 12 "

total = 231 "

Vamos recorrer aos seguintes índices-resumos construídos a partir dos grupos funcionais acima indicados:

- % de "jovens" = 29.0%

- % de "ativos" = 65.8%

- % de "Velhos" = 5.2%
- Racio de "Velhos"/"jovens"(Ind. Vitalid.) = 17.9
- Racio de Dependência dos "jovens" = 44.1
- Racio de Dependência dos "velhos" = 7.9
- Racio de Dependência total = 52.0

A proporção de "velhos" é bastante baixa em relação à média do País (15.8% em 1980) - (ver Nazareth, 1988, pág. 108); assim como a dos jovens (29.0%) que é ligeiramente inferior à média do distrito. Quanto à percentagem de "activos" ela está próxima dos valores previstos para o país no ano 2.000 (67.1%).

2.5 - Tipologia das Habitações

A maior percentagem da amostra habita em alojamentos do tipo T2 (56.3%). De realçar também que 92.1% se distribui pelas habitações do tipo T2 e T3. Daqui também se pode inferir que a densidade habitacional não é elevada se considerarmos que a composição média por agregado não chega a 3 pessoas. (quadro n° 26).

Quadro n° 26: Distribuição da amostra por tipologia de habitação.

Tipologia Habitacional	N	%	%Ac.
T1	4	5.0	5.0
T2	45	56.2	61.2
T3	28	35.0	96.2
T4	3	3.8	100.0
Total	80	100.0	//////

3 - Ecologia do Lugar: tempo, lugar, pessoas e recursos

Consideraremos na ecologia do lugar, o local de trabalho, a distância a que se encontra, o tipo de meio utilizado para o referido acesso, os recursos que as pessoas usufruem.

3.1 - A distribuição da amostra segundo o local de trabalho

Cerca de 80% da amostra trabalha na cidade. Este valor é significativamente diferente do encontrado no levantamento da população, em que 90.5% trabalha dentro da cidade. ($Z= 2.632$) através do teste de significância das proporções para nível ($\alpha = 0.05$) (quadro nº 27). Entretanto 11.2% da população da amostra não exercia qualquer profissão no momento do levantamento.

Quadro nº 27: Distribuição da amostra segundo o local de trabalho

Local de Trabalho	N	%
Dentro da Cidade	57	80.3
Fora da Cidade	14	19.7
Total	71	100.0

3.2 - Distância entre a residência e o local de trabalho.

A maior parte dos condôminos que constitui a amostra (67.6%) demora menos de 15 minutos a chegar ao local de trabalho e, 91% demora menos de meia hora. A ocorrência mais frequente é a do grupo de condôminos que demora menos de 10 minutos a chegar ao local de trabalho (38%) (ver quadro nº 28).

Quadro nº 28: Distribuição da amostra segundo a distância entre o local de residência e o local de trabalho.

Distância	N	%	%Ac.
1 - Menos de 5 minutos	7	9.9	9.9
2 - de 5 a menos de 10 minutos	27	38.0	47.9
3 - de 10 a 15 minutos	14	19.7	67.6
4 - mais de 15 a menos de 30 minutos	17	23.9	91.5
5 - de 30 a 45 minutos	3	4.2	95.8
6 - Uma hora ou mais	3	4.2	100.0
Total	71	100.0	////

(Para um valor de $\chi^2 0.05$ e $V = 15$ igual a 25.0 o valor encontrado foi de $21.26 < 25.0$ pelo que a distribuição observada não difere de modo significativo da esperada)

Entretanto se compararmos os níveis profissionais e a distância ao local de trabalho (até 15 minutos de distância em tempo) encontramos os valores seguintes: enquanto 82.3% dos condóminos da classe 2 trabalha até 15 minutos das suas residências, apenas 65.3% dos da classe 3 e 50% da classe 4 demoram o mesmo tempo a chegar ao local de trabalho (ver quadro nº 29). No entanto não podemos por isso considerar que haja diferença significativa entre as pessoas de níveis socio-profissionais diferentes quanto ao tempo que demoram a chegar aos locais de trabalho.

Quadro Nº 29: Quadro comparativo da relação entre os níveis socioprofissionais e o tempo que se demora a chegar ao local de trabalho (até 15 minutos) em percentagem

Nível Socioprofissional	Frequência	Total	%
Nível 2	14	17	82.3
Nível 3	17	26	65.4
Nível 4	11	22	50.0

3.3 - Meio de transporte utilizado

A maioria dos condóminos (63.4%) utiliza transporte próprio para se deslocar ao local de trabalho e apenas 25% se desloca a pé. Significativo é o facto de apenas 8.5% dos condóminos que compõem a amostra utilizar o transporte colectivo como meio de chegar ao local de trabalho(ver quadro nº 30).

Quadro nº 30: distribuição dos sócios condóminos segundo o meio de transporte utilizado para se deslocar ao local de trabalho

Meio de Transporte Utilizado	N	%
1 - A Pé	18	25.4
2 - Em transporte colectivo	45	63.4
3 - Em transporte colectivo	6	8.5
4 - Outro	2	2.7
Total	71	100.0

3.4 - Recursos e equipamentos

Na caracterização dos recursos e equipamentos iremos destacar entre os recursos, o facto de as pessoas possuírem ou não automóvel próprio, outros meios de lazer, equipamentos domésticos, apoio doméstico, e outros recursos que traduzam o seu estilo de vida. Nestes tomamos a liberdade de só destacar alguns que convencionamos ser mais importantes como por exemplo leitura de jornais, revistas, livros, televisão, telefone, video e que dão uma ideia do estilo de vida das pessoas.

3.4.1 - Posse de carro

Cerca de 86% dos condóminos que compõem a amostra possuem carro. Quanto ao tipo de carros que possuem, 71.4% são de pequena cilindrada. Em função da amostra e do nº de veículos automóveis podemos então concluir que há um automóvel por cada 1.14 condóminos e, se atendermos ao total dos elementos dos agregados haverá um veículo automóvel para 3.34 pessoas.

Quadro nº 31: caracterização dos elementos da amostra em função da posse de carro

Posse de Carro	N	%
Sim	69	86.3
Não	11	13.8
Total	80	100.0

Quadro nº 32: Distribuição dos carros possuídos pelos condóminos segundo a sua cilindrada

Tipo de Carro	N	%
Grande Cilindrada	6	8.7
Média Cilindrada	14	20.3
Pequena Cilindrada	49	71.0
Total	69	100.0

(Com 95% de confiança podemos dizer que os limites de confiança estão compreendidos, para os sócios que possuem carro entre .787 e .938 para o valor p , se utilizarmos a fórmula: $p \pm 1.96 \sqrt{p(1-p)/N}$).

3.4.2 - posse de outros meios de lazer

Nenhum condómino possui barco de recreio motorizado. Apenas 21.3% possuem bicicleta que é o meio de lazer mais frequente entre os elementos da amostra. Só 1.3% possuem caravana.

Quadro n° 33: Distribuição dos meios de lazer entre os condóminos da amostra

Meios de Lazer	N	%
Bicicleta	17	21.3
Mota	3	3.8
Atrelado	3	3.8
Caravana	1	1.3
Outros (Tenda)	2	2.5
S/Meios de Lazer	54	67.5
Total	80	100.0

3.4.3 - posse de electrodomésticos

Cerca de 96% de condóminos possuem frigorífico e 92.5% possuem máquina de lavar roupa. Quanto a máquina de lavar loiça, apenas 12,5% possuem este bem (ver quadro n° 34).

Quadro n° 34: Distribuição dos electrodomésticos possuídos pelos elementos da amostra em %.

Electrodomésticos	%
Frigorífico	96.3
Máquina de lavar roupa	92.5
Máquina de lavar loiça	12.5

3.4.4 - Posse, uso, de meios de informação/comunicação

Conforme podemos observar no quadro seguinte, apenas 13.8% da população da amostra refere comprar jornal diário com regularidade, ao passo que 38.5% lê jornal semanário. Há maior frequência de população que procura jornais desportivos que os de notícias (22.5%).

No que diz respeito a revistas, dos 50% de condóminos que mencionam comprá-las com regularidade, apenas 11.3% adquire revistas de natureza técnica.

Em relação à apropriação de meios audiovisuais cerca de 89% dos condóminos afirmaram que têm televisão com ligação a satélite; cerca de 63% possuem vídeo, 49% possuem equipamento completo de som, 89% possuem telefone e apenas 2,5% mencionaram que possuíam computador pessoal (que não foi indicado por nós na lista de meios de informação/comunicação). Nenhum condómino possui fax ou telemóvel.

Quadro nº 35: Distribuição de equipamentos e meios de informação /comunicação pela população da amostra

Meios/Equipamentos de Informação/Comunicação	Sim	%
Telefone	71	88.8
Televisão c/ acesso a satélite	71	88.8
Video	50	62.5
Compra de Revistas	40	50.0
Equipamento Completo de Som	39	48.8
Comprar Semanários Regularmente	31	38.8
Comprar Livros Regularmente	22	27.5
Comprar Jornais Desportivos	18	22.5
Comprar Jornais Diários	11	13.8
Comprar Revistas Técnicas	9	11.3

4 - AS ACTIVIDADES DE LAZER

As actividades de lazer que a seguir apresentamos têm a haver com as actividades no decorrer da semana, no fim de semana e durante as férias.

Estas actividades a princípio serão apresentadas de forma descritiva. Posteriormente obedecerão a categorizações à priori de forma a tornar mais precisa a análise que nos propomos realizar.

4.1 - Actividades de lazer durante a semana

As actividades de lazer durante a semana estão ordenadas numa frequência segundo um Likert de 4 pontos que traduzem o nível de intensidade da prática de determinada actividade de lazer. Vamos considerar as actividades que as pessoas praticam com regularidade ou mais que um dia por semana que classificamos num grau 3 e as actividades que se praticam todos os dias e que classificamos num grau 4. As quantidades serão expressas em percentagens.

Após a descrição de todas as actividades vamos tentar categorizá-las de acordo com o critério que apresentamos no capítulo anterior, isto é, segundo a classificação de deGrazia (excepto as sedentárias e a pé)

Quadro nº 36: Distribuição ordenada das actividades de lazer durante a semana, dos elementos da amostra segundo os graus 3 e 4 e em percentagem.

Actividade de Lazer	Grau 3	Grau 4	Total %
1 - ver televisão	6.3	83.8	90.1
2 - conversar com a esposa (marido) e filhos	2.5	75.0	77.5
3 - conversar com os vizinhos e amigos	28.8	41.3	70.1
- ouvir música	26.3	38.8	65.1
5 - brincar com os filhos	26.3	28.8	55.1
6 - ler o jornal	31.3	16.3	47.6
7 - ler revistas	32.5	10.0	42.5
8 - frequentar os cafés do "bairro"	17.5	22.5	40.0
9 - passear a pé	23.8	15.0	38.8
10 - fazer arranjos domésticos, bricolaje, malha,	21.3	12.5	33.8
11 - estar sentado no sofá sem fazer nada	15.0	17.5	32.5
12 - visitar amigos e parentes	26.3	5.0	31.3
13 - ler livros	22.5	8.8	31.1
14 - guiar o carro por prazer	10.0	16.3	26.3
15 - jantar fora	8.8	1.3	10.1
16 - fazer exercício físico	7.5	2.5	10.0
17 - coleccionar objectos	5.0	1.3	6.3
18 - andar de bicicleta, moto	2.5	1.3	3.8
19 - pesca	3.8	-	3.8
20 - jogar cartas, bridge, poker	3.8	-	3.8
21 - jogar futebol, basquetebol, ténis, atletismo	3.8	-	3.8
22 - participar numa actividade organ. comunitária	1.3	1.3	2.6
23 - caça	2.5	-	2.5
24 - snooker	2.5	-	2.5
25 - estudar de noite	2.5	-	2.5
26 - horticultura	2.5	-	2.5
27 - fazer jogging	2.5	-	2.5
28 - praticar dança	1.3	-	1.3
29 - ir a exposições e concertos e similares	1.3	-	1.3

As actividades de lazer da população objecto do nosso estudo centram-se à volta dos meios audiovisuais e dos processo de interacção social (vizinhos e amigos).

4.1.1. - Codificação e categorização das actividades das séries opostas

Vamos, após a codificação apresentada categorizar as actividades em séries de pares opostas: activa/passiva, social/solitária, ao ar livre/no lar. Nas categorizações colocaremos entre parêntesis as codificações que são integradas nas séries. Vamos apresentar os dados por número de casos no grau 4 (pratica todos os dias) e no grau 3 (pratica com regularidade). Assim temos de acordo com o quadro a seguir indicado:

4.1.1.1. - actividades de lazer da série oposta activa/passiva durante a semana.

Quadro nº 37: Distribuição das actividades activas de lazer dos elementos da amostra por nº de casos

Actividades activas	Grau 3	Grau 4	Total
9 - passear a pé	19	12	31
16 - fazer exercício físico	6	2	8
18 - andar de bicicleta	2	1	3
21 - jogar futebol, basq., ténis, atletismo/out.	3	-	3
23 - caça	2	-	2
26 - horticultura	2	-	2
27 - fazer jogging	2	-	2
28 - dança	1	-	1
Total	37	15	52

Actividades Activas (9,16,18,21,23,26,27,28)

Quadro n° 38: Distribuição das actividades de lazer dos elementos da amostra por n° de casos

Actividades Passivas	Grau 3	Grau 4	Total
1 - ver televisão	5	67	72
4 - ouvir música	21	31	52
6 - ler o jornal	25	13	38
7 - ler revistas	26	8	34
11 - estar sentado no sofá sem fazer nada	12	14	26
13 - ler livros	18	7	25
14 - guiar o carro por prazer	8	13	21
20 - jogar cartas, bridge, poker	3	-	3
24 - snooker	2	-	2
25 - estudar de noite	2	-	2
Total	122	153	275

Actividades passivas (1,4,6,7,11,13,14,20,24,25)

Passemos, após a enumeração das actividades activas e passivas, a apresentar o quadro geral dessas mesmas actividades e a sua representatividade.

Da série oposta que convencionamos de activa/passiva, os dados do quadro atrás apresentado permitem constatar que as actividades passivas representam cerca de 84% desta série.(ver quadro n° 39)

Quadro n° 39: Distribuição da série de actividades de lazer activas e passivas durante a semana da amostra segundo o número de casos e em %.

Série de actividades opostas	N	%
activas	52	15.9
passivas	275	84.1
Total	327	100.0

4.1.1.2. - Actividades de lazer da série oposta solitária/social durante a semana.

Vamos de seguida apresentar dados relativos à série do par oposto solitária/social.

Quadro n° 40: Distribuição das actividades solitárias de lazer dos elementos da amostra por n° de casos.

Actividades Solitárias	Grau 3	Grau 4	Total
1 - ver televisão	5	67	72
4 - ouvir música	21	31	52
6 - ler o jornal	25	13	38
7 - ler revistas	26	8	34
9 - passear a pé	19	12	31
10 - fazer arranjos domésticos	17	10	27
11 - estar sentado no sofá sem fazer nada	12	14	26
13 - ler livros	18	7	25
14 - guiar o carro por prazer	8	13	21
16 - fazer exercício físico	6	2	8
17 - coleccionar objectos	4	1	5
18 - andar de bicicleta, moto	2	1	3
19 - pesca	3	-	3
23 - caça	2	-	2
25 - estudar	2	-	2
27 - fazer jogging	2	-	2
Total	172	179	351

Actividades solitárias (1,4,6,7,9,10,11,13,14,16,17,18,19,23,25,27)

Quadro n° 41: Distribuição das actividades de lazer dos elementos da amostra e por número de casos.

Actividades Sociais	Grau 3	Grau 4	Total
2 - conversar com a esposa (marido) e filhos	2	60	62
3 - conversar com os vizinhos e amigos	23	33	56
5 - brincar com os filhos	21	23	44
8 - frequentar os "cafés" do bairro	14	18	32
12 - visitar amigos e parentes	21	4	25
15 - jantar fora	7	1	8
20 - jogar cartas, bridge, poker	3	-	3
22 - participar numa actividade comunitária	1	1	2
29 - ir a exposições, concertos e similares	1	-	1
Total	93	140	233

Actividades Sociais (2,3,5,12,15,20,22,29)

Vejamos agora a distribuição dos casos do total das séries de actividades opostas solitárias/sociais:

Quadro nº 42: Distribuição das séries de actividades de lazer solitária/social durante a semana dos elementos da amostra e por nº de casos.

Série de actividades solitárias e sociais	N	%
solitárias	351	60.1
sociais	233	39.9
Total	584	100.0

De acordo com a nossa definição operacional a distribuição da série oposta acima indicada, dá-nos uma prevalência das actividades solitárias sobre as sociais, em relação às actividades de lazer durante a semana.

4.1.1.3. - Actividades de lazer da série oposta dentro do lar/ao ar livre durante a semana.

Vamos codificar de seguida as actividades que categorizámos a priori de ar livre e dentro do lar.

Quadro nº 43: Distribuição das actividades de lazer ao ar livre dos elementos da amostra por número de casos.

Actividades ao ar Livre	Grau 3	Grau 4	Total
9 - passear a pé	19	12	31
18 - andar de bicicleta, moto	2	1	3
19 - pesca	3	-	3
21 - jogar futebol, basq. ténis, atletismo	3	-	3
23 - caça	2	-	2
26 - horticultura	2	-	2
27 - fazer jogging	2	-	2
Total	33	13	46

Actividades ao ar livre (9,18,19,21,23,26,27)

Quadro n° 44: Distribuição das actividades de lazer dentro do lar dos elementos da amostra por número de casos.

Actividades dentro do Lar	Grau 3	Grau 4	Total
1 - ver televisão	5	67	72
2 - conversar com esposa (marido) e filhos	2	60	62
4 - ouvir música	21	31	52
5 - brincar com os filhos	21	23	44
6 - ler o jornal	25	13	38
7 - ler revistas	26	8	34
10 - fazer arranjos domést., bricolaje, malha	17	10	27
11 - estar sentado no sofá sem fazer nada	12	14	26
13 - ler livros	18	7	25
17 - coleccionar objectos	4	1	5
Total	151	234	385

Actividades dentro do lar (1,2,4,5,6,7,10,11,13,17)

Vejamos agora como se distribui o par da série oposta após a descrição das actividades que as compõem:

Quadro n° 45: Distribuição da série de actividades de lazer ao ar livre e dentro do lar durante a semana dos elementos da amostra por número de casos e em %.

Série de actividades ao ar livre/dentro do lar	N	%
ar livre	46	10.7
dentro de casa	385	89.3
Total	431	100.0

Em 89% de casos as actividades de lazer das pessoas que compõem a nossa amostra realizam-se dentro do lar.

4.2 - As actividades de lazer durante o fim de semana.

As actividades de lazer durante o fim de semana também foram avaliadas pela população da amostra segundo os mesmos critérios dos que foram utilizados para a avaliação da participação nas actividades de lazer durante a semana. Retomaremos também no processo da descrição os graus de

participação mais significativos por parte da população da amostra em todas as actividades de lazer (graus 3 e 4).

Passemos pois, à sua descrição pelo que remetemos para a leitura do quadro nº 46.

Quadro nº 46: Distribuição ordenada das actividades de lazer durante o fim de semana dos elementos da amostra segundo os graus 3 e 4 e em percentagem.

Actividades de Lazer	Grau 3	Grau 4	Total
1 - ver televisão	27.5	61.3	88.8
2 - conversar c/ esposa (marido) e filhos	20.0	52.5	72.5
3 - ouvir música	36.3	30.0	66.3
4 - ouvir rádio	26.3	32.5	58.8
5 - conversar com vizinhos e amigos	30.0	23.8	53.8
6 - ler o jornal	32.5	18.8	51.3
7 - passear de carro com a família	32.5	16.3	48.8
8 - ler revistas	40.0	7.5	47.5
9 - brincar com os filhos	11.3	35.0	46.3
10 - frequentar o "café" do bairro	16.3	30.0	46.3
11 - visitar parentes e amigos	18.8	21.3	40.1
12 - cozinhar por prazer	13.8	23.8	37.6
13 - passear a pé	23.8	12.5	36.3
14 - ler livros	25.0	7.5	32.5
15 - apanhar sol	22.5	8.8	31.3
16 - fazer arranjos domésticos, bricolage, malhas	17.5	12.5	30.0
17 - ver montras, fazer pequenas compras	17.5	12.5	30.0
18 - estar sentado no sofá sem fazer nada	10.0	17.5	27.5
19 - guiar o carro por prazer	13.8	11.3	25.1
20 - ir almoçar ou jantar fora	13.8	7.5	21.3
21 - ser espectador de acontecimentos desportivos	13.8	5.0	18.8
22 - assistir a acontecimentos desportivos/ /escolares	11.3	6.3	17.6
23 - pintar e decorar a casa, esculpir	13.8	2.5	16.3
24 - visitar barragens, parques naturais, estações, arqueológicas	12.5	1.3	13.8
25 - passar o fim de semana fora	10.0	2.5	12.5
26 - fazer exercício físico	5.0	5.0	10.0
27 - acampar com a família/amigos	10.0	-	10.0
28 - pescar	5.0	3.8	8.8

29 - caçar	5.0	2.5	7.5
30 - ir a exposições, concertos	7.5	-	7.5
31 - jogar damas, xadrez, dominó	6.3	-	6.3
32 - jogar cartas, bridge, poker	1.3	3.8	5.1
33 - jogar ou praticar, futebol, atletismo ou outros	1.3	2.5	3.8
34 - fazer jogging	-	3.8	3.8
35 - escrever cartas	3.8	-	3.8
36 - horticultura	2.5	-	2.5
37 - tocar música, fazer teatro	2.5	-	2.5
38 - andar de bicicleta	1.3	-	1.3
39 - jogar à malha	1.3	-	1.3
40 - fazer biscates	1.3	-	1.3
41 - estudar	-	1.3	1.3
42 - ir ao clube de video	13	-	1.3
43 - dormir		1.3	1.3

As actividades de lazer dominantes no fim de semana são também as que se prendem com os meios audiovisuais e com os processos de interacção. Ver televisão, ouvir música, rádio, conversar, ler os jornais e revistas, passear de carro com a família são as actividades dominantes dos condóminos que compõem a amostra.

4.2.1 - Actividades de lazer da série oposta durante o fim de semana.

Utilizaremos também o mesmo critério de enumeração e categorização que foi utilizado em relação às actividades de lazer durante a semana. As actividades serão apresentadas por números de casos a fim de facilitar a avaliação das categorizações que propusemos no nosso trabalho.

4.2.1.1 - Actividades da série oposta activa/passiva durante o fim de semana

Vamos em primeiro lugar codificar as actividades de lazer que entram na série de actividades activas, para de seguida, apreciarmos as duas categorias da série.

Quadro n° 47: Distribuição da série de actividades activas de lazer durante o fim de semana, dos elementos da amostra e por n° de casos.

Actividades Activas	Grau 3	Grau 4	Total
13 - passear a pé	19	10	29
26 - fazer exercício físico	4	4	8
29 - caçar	4	2	6
33 - jogar ou praticar, futebol, atletismo, outros	1	2	3
34 - fazer jogging	-	3	3
36 - horticultura	2	-	2
38 - andar de bicicleta	1	-	1
39 - jogar à malha	1	-	1
Total	32	21	53

actividades activas (13, 26, 29, 33, 34, 36, 38, 39)

Quadro n° 48: Distribuição da série de actividades passivas durante o fim de semana dos elementos da amostra e por n° de casos.

Actividades Passivas	Grau 3	Grau 4	Total
1 - ver televisão	22	49	71
3 - ouvir música	29	24	53
4 - ouvir rádio	21	26	47
6 - ler o jornal	26	15	41
8 - ler revistas	32	6	38
14 - ler livros	20	6	26
18 - estar sentado no sofá sem fazer nada	8	14	22
19 - guiar o carro por prazer	11	9	20
21 - ser espectador de acontecimentos desportivos	11	4	15
22 - assistir a acontecimentos desport/escolares	9	5	14
31 - jogar damas, xadrez, dominó	5	-	5
32 - jogar cartas, bridge, poker	1	3	4
41 - estudar	-	1	1
43 - dormir	-	1	1
Total	195	163	358

actividades passivas (1,3,4,6,8,14,18,19,21,22,31,32,41,43)

Se categorizarmos a série oposta activa/passiva, teremos os seguintes valores:

Quadro n° 49: Distribuição da série oposta de actividades de lazer activas e passivas durante o fim de semana dos elementos da amostra, por n° de casos e %.

Série de Actividades Activas e Passivas ao Fim de Semana	N	%
activas	53	12.9
passivas	358	87.1
Total	441	100.0

As actividades activas são um pouco superiores ao fim de semana do que durante a semana, mas, mesmo assim, representam pouco mais de 10% da série oposta de actividades de lazer activa/passiva.

4.2.1.2 - Actividades de lazer da série oposta solitária/social durante o fim de semana.

Debrucemo-nos então sobre os quadros desta série oposta. Verificamos que as actividades solitárias continuaram a predominar durante o fim-de-semana com 59,7% de casos (contra 54,5% durante a semana).

Quadro n° 50: Distribuição ordenada das actividades solitárias de lazer durante o fim de semana dos elementos da amostra, por n° de casos.

Actividades Solitárias	Grau 3	Grau 4	Total
1 - ver televisão	22	49	71
3 - ouvir música	29	24	53
4 - ouvir rádio	21	26	47
6 - ler o jornal	26	15	41
8 - ler revistas	32	6	38
12 - cozinhar por prazer	11	19	30
13 - passear a pé	19	10	29
14 - ler livros	20	6	26
15 - apanhar sol	18	7	25
16 - fazer arranjos domésticos, bricolage, malha	14	10	24
18 - estar sentado no sofá sem fazer nada	8	14	22
19 - guiar o carro por prazer	11	9	20
23 - pintar e decorar a casa, esculpir	11	2	13
26 fazer exercício físico	4	4	8
28 - pescar	4	3	7
29 - caçar	4	2	6

34 - fazer jogging	-	3	3
35 - escrever cartas	3	-	3
38 - andar de bicicleta	1	-	1
43 - dormir	-	1	1
Total	258	210	468

actividades solitárias (3,4,6,8,12,13,14,15,16,18,19,23,26,28,29,34,35,38,43)

Quadro nº 51: Distribuição ordenada das actividades sociais de lazer dos elementos da amostra por nº de casos.

Actividades Sociais	Grau 3	Grau 4	Total
2 - conversar com esposa (marido) e filhos	16	42	58
5 - conversar com os vizinhos e amigos	24	19	43
7 - passear de carro com a família	26	13	39
9 - brincar com os filhos	9	28	37
10 - frequentar o café do bairro	13	24	37
11 - visitar parentes e amigos	15	17	32
20 - ir almoçar, jantar fora	11	4	15
21 - ser espectador de acontecimentos desportivos	11	4	15
22 - assistir a acontec/desportivos, escolares dos filhos	9	5	14
27 - acampar com a família e amigos	8	-	8
30 - ir a exposições, concertos	6	-	6
31 - jogar damas, xadrez, dominó	5	-	5
32 - jogar cartas, bridge, poker	1	3	4
39 - jogar à malha	1	-	1
Total	155	131	316

actividades sociais (2,5,7,9,10,11,20,21,22,27,30,31,32,39)

Se categorizarmos a série atrás codificada obteremos os seguintes valores (ver quadro nº 52).

Quadro nº 52: Distribuição da série oposta de actividades de lazer solitárias e sociais durante o fim de semana dos elementos da amostra e por nº de casos e em %.

Série Oposta Solitária/Social Activ. de Lazer F. Semana	N	%
Solitária	468	59.7
Social	316	40.3
Total	784	100.0

4.2.1.3 - Actividades da série oposta dentro do lar/ao ar livre durante o fim de semana.

Passemos à apresentação desta série também integrada nas categorizações à priori do nosso trabalho. Em relação ao quadro nº 53 observamos:

Quadro nº 53: Distribuição ordenada das actividades de lazer ao ar livre dos elementos da amostra, por nº de casos.

Actividades ao Ar Livre	Grau 3	Grau 4	Total
13 - passear a pé	19	10	29
15 - apanhar sol	18	7	25
17 - ver montras, fazer pequenas compras	14	10	24
21 - ser espectador de acontecimentos desportivos	11	4	15
24 - visitar barragens, parq. naturais, est. arqueológicas	10	1	11
27 - acampar com a família e amigos	8	-	8
28 - pescar	4	3	7
29 - caçar	4	2	6
33 - jogar ou praticar futebol, atletismo, outros	1	2	3
34 - fazer jogging	-	3	3
36 - horticultura	2	-	2
38 - andar de bicicleta	1	-	1
39 - jogar à malha	1	-	1
Total	93	42	135

actividades ao ar alivre (13,15,17,21,24,27,28,29,33,34,36,38,39)

Passemos de seguida à apresentação dos resultados respeitantes às actividades de lazer dentro do lar (ver quadro nº 54).

Quadro nº 54: Distribuição ordenada das actividades de lazer dentro do lar durante o fim de semana do elementos da amostra, por nº de casos.

Actividades Dentro do Lar	Grau 3	Grau 4	Total
1 - ver televisão	22	49	71
2 - conversar com a esposa (marido) e filhos	16	42	58
3 - ouvir música	29	24	53
4 - ouvir rádio	21	26	47
6 - ler o jornal	26	15	41
8 - ler revistas	32	6	38
12 - cozinhar por prazer	11	19	30
14 - ler livros	20	6	26
16 fazer arranjos domésticos, bricolage, malha, crochet	14	10	24
18 - estar sentado no sofá sem fazer nada	8	14	22
23 - pintar, decorar a casa, esculpir	11	2	13
31 - jogar damas, xadrez, dominó	5	-	5
32 - jogar cartas, bridge, poker	1	3	4
35 - escrever cartas	3	-	3
41 - estudar	-	1	1
43 - dormir	-	1	1
Total	219	218	437

actividades dentro do lar (1,2,3,4,6,8,12,14,16,18,23,31,32,35,41,43)

Vejamos agora a categorização da série de actividades de lazer ao ar livre e dentro do lar da população da amostra (ver quadro nº 55).

Quadro nº 55: Distribuição da série de actividades de lazer ao ar livre e dentro do lar durante o fim de semana dos elementos da amostra, por nº de casos e em %..

Série de Actividades ao Ar Livre e Dentro do Lar	N	%
ao ar livre	135	23.6
dentro do lar	437	76.4
Total	572	100.0

De acordo com o quadro acima indicado em 76% de casos, as pessoas gozam as suas actividades de lazer de fim de semana dentro do lar.

4.3 - Actividades de lazer durante as férias

Nesta alínea iremos destacar o local onde as pessoas passam as suas férias anuais e que recursos possuem para o efeito no que diz respeito ao alojamento de férias. Iremos também saber que tipo de actividades realizam. Essas actividades também serão categorizadas com excepção das actividades que designamos de "coisas novas".

4.3.1 - Local de férias

Se observarmos com atenção o quadro a seguir, observaremos que a maioria da amostra passa o seu tempo de férias na praia (cerca de 61% das pessoas) ou então no seu bairro (cerca de 36% da população da amostra) (ver quadro nº 56). No campo, apenas 12% escolhem esse local o mesmo efeito.

Quadro nº 56: Distribuição dos locais de férias anuais da amostra da população, por nº de casos e em %.

Local de Férias Anuais	N	%
1 - na praia	49	61.3
2 - no bairro	29	36.3
3 - viajar pelo país	16	20.0
4 - no campo	10	12.5
5 - habitualmente não tem férias	8	10.0
6 - viajar pelo estrangeiro	6	7.5

Também não existe qualquer relação significativa entre os níveis sócio-profissionais e a escolha do local de férias com excepção de viagens pelo estrangeiro conforme podemos observar nos quadros seguintes:

Quadro nº 57: Quadro comparativo da relação entre os níveis socio-profissionais e o local de férias na praia.

Na Praia			
NÍVEIS PROFISSIONAIS	+	-	TOTAL
Nível 2	15	2	17
Nível 3	14	12	26
Nível 4	11	11	22
Nível 5	9	6	15
Total	49	31	80

(para um valor χ^2 0,95 e $\sqrt{v} = 3$ igual a 7.815 o valor encontrado foi de 7.00 < 7.815)

Quadro nº 58: Quadro comparativo da relação entre os níveis socio-profissionais e o local de férias no campo.

Na Praia			
NÍVEIS PROFISSIONAIS	+	-	TOTAL
Nível 2	1	16	17
Nível 3	6	20	26
Nível 4	3	19	22
Nível 5	0	15	15
Total	10	70	80

(para um valor χ^2 0,95 e $\sqrt{v} = 3$ igual a 7.815 o valor encontrado foi de 5.51 < 7.815)

Quadro nº 59: Quadro comparativo da relação entre os níveis socio-profissionais e viajar pelo estrangeiro

Viajar pelo estrangeiro			
NÍVEIS PROFISSIONAIS	+	-	TOTAL
Nível 2	4	13	17
Nível 3	1	25	26
Nível 4	1	21	22
Nível 5	0	15	15
Total	6	74	80

(para um valor χ^2 0.95 e $\sqrt{v} = 3$ igual a 7.815 o valor encontrado foi 8.29 > 7.815)

Quadro nº 60: Quadro comparativo da relação entre os níveis socio-profissionais e o local de férias no bairro.

No Bairro			
NÍVEIS PROFISSIONAIS	+	-	TOTAL
Nível 2	15	2	17
Nível 3	14	12	26
Nível 4	11	11	22
Nível 5	9	6	15
Total	49	31	80

(para valor χ^2 0.95 e $\sqrt{v} = 3$ igual a 7.815 o valor encontrado foi de 7.14 < 7.815)

4.3.1.1 - Recursos para as férias anuais

Enquanto 33.8% referem que alugam apartamento para o seu período de férias, 18.8% ou vão para casa de familiares ou então acampam. De referir também que 16% muito possivelmente devem ir e vir no mesmo dia em relação aos locais que escolhem para usufruírem de lazer (praia, campo, viajar) ou então permanecem no seu bairro o tempo total de férias (ver quadro nº 61).

Quadro nº 61: Distribuição dos recursos utilizados pelos elementos da amostra para gozar as suas férias anuais.

Recursos	N	%
1 - vai para casa de amigos	5	6.3
2 - tem apartamento próprio	5	6.3
3 - não utiliza recurso	13	16.3
4 - vai para casa de familiares	15	18.7
5 - vai acampar	15	18.7
6 - aluga apartamento	27	33.7
Total	80	100.0

Por sua vez, são as pessoas do nível socio-profissional mais elevado quem procura alugar apartamento para as suas férias (ver quadro nº 62).

Quadro nº 62: Quadro comparativo da relação entre o nível socio-profissional e os recursos para férias anuais.

NÍVEIS PROFISSIONAIS	Alugar Apartamento		TOTAL
	+	-	
Nível 2	9	8	17
Nível 3	8	18	26
Nível 4	9	13	22
Nível 5	1	14	15
Total	47	53	80

(Para um valor χ^2 0.95 e $\sqrt{3}$ igual a 7.815 o valor encontrado foi de 8.33 > 7.815 pelo que há diferenças entre o nível socio-profissional e a possibilidade de alugar apartamento)

4.3.2 - Actividades de lazer nas férias

Houve um elemento da amostra que referiu nunca ter tido férias na sua vida activa, pelo que só podemos debruçar-nos sobre 79 casos.

Pela leitura do quadro nº 63 constatamos que, dormir ou descansar, passear, ver televisão, ouvir rádio, conversar com outras pessoas, nadar, tomar banho, ler, são as principais actividades de lazer praticadas por mais de 60% dos condóminos que compõem a nossa amostra.

À semelhança do que produzimos para as actividades de lazer durante os períodos já referidos, vamos também categorizar as unidades codificadas ou as actividades de lazer do período de férias.

Quadro nº 63: Distribuição das actividades de lazer durante as férias dos elementos da amostra, por nº de casos.

Actividades de Lazer	N	%
1 - dormir, descansar	63	79.7
2 - passeios	58	73.4
3 - ouvir rádio, ver televisão	56	70.9
4 - conversar com outras pessoas	55	69.6
5 - nadar, tomar banho no mar	54	68.4
6 - ler livros, novelas, revistas, banda desenhada, jornais	53	67.1
7 - ir ao restaurante, ir ao bar beber qualquer coisa	46	58.2
8 - brincar com os filhos	43	54.4
9 - bronzear-se ao sol	39	49.4
10 - tirar fotografias, filmar	37	46.8
11 - olhar as montras, fazer pequenas compras	36	45.6
12 - fazer longos passeios a pé	36	45.6
13 - visitar lugares interessantes, monumentos, museus	33	42.3
14 - assistir a festas populares, ir a parques de diversões	29	36.7
15 - espreguiçar-se na praia, no campo	26	32.9
16 - comer as especialidades da região	25	31.6
17 - contar anedotas e adivinhas	20	25.3
18 - jogar cartas, praticar jogos de salão	17	21.5
19 - fazer coisas novas	16	20.3
20 - jogar à bola ou outros jogos colectivos	16	20.3
21 - ir ao cinema	16	20.3
22 - organizar festas, noitadas, alinhar em churrascos	14	17.7
23 - assistir a acontecimentos desportivos	14	17.7
24 - praticar "hobbies" como, jardinagem, decoração, mecânica	14	17.7
25 - visitar jardins zoológicos	9	11.4
26 - dançar, frequentar discotecas	8	10.1
27 - assistir a acontecimentos culturais, conferências	7	8.9
28 - visitar parques nacionais	6	7.6
29 - fazer turismo no estrangeiro	5	6.3
30 - assistir a serviços religiosos e participar em actividades	5	6.3
31 - ir para as termas, estações de águas, massagens	3	3.8
32 - outras actividades	2	2.5

4.3.2.1 - Série oposta activa/passiva das actividades de lazer durante as férias.

Se passarmos à leitura dos quadros n.ºs 64, 65 e 66, constatamos que, mesmo durante as férias, há uma prevalência das actividades de lazer passivas (cerca de 55%).

Quadro n.º 64: Distribuição ordenada das actividades de lazer activa durante as férias dos elementos da amostra e por n.º de casos.

Actividade de Lazer Activas	N	%
2 - passeios	58	73.4
5 - nadar, tomar banho no mar	54	68.4
8 - brincar com os filhos	43	54.4
11 - olhar as montras, fazer pequenas compras	36	45.6
12 - fazer longos passeios a pé	36	45.6
13 - visitar lugares interessantes, monumentos, museus	33	42.3
14 - assistir a festas populares, ir a parques de diversões	29	36.7
20 - jogar á bola ou outros jogos colectivos	16	20.3
22 - organizar festas, noitadas, alinhar em churrascos	14	17.7
24 - praticar hobbies como, jardinagem, decoração, mecânica	14	17.7
25 - visitar jardins zoológicos	9	11.4
26 - dançar, frequentar discotecas	8	10.1
28 - visitar parques nacionais	6	7.6
29 - fazer turismo no estrangeiro	5	6.3
Total	361	//////

actividades de lazer activas (2,5,8,11,12,13,14,20,22,24,25,26,28,29)

Quadro n° 65: Distribuição ordenada das actividades de lazer passivas durante as férias dos elementos da amostra e por n° de casos.

Actividades Passivas	N	%
1 - dormir, descansar	63	79.7
3 - ouvir rádio, ver televisão	56	70.9
4 - conversar com outras pessoas	55	69.6
6 - ler livros, novelas, revistas, banda desenhada, jornais	53	67.1
7 - ir ao restaurante, ir ao bar beber qualquer coisa	46	58.2
9 - bronzear-se ao sol	39	49.4
15 - espreguiçar-se na prai, no campo	26	32.9
16 - comer as especialidades da região	25	31.6
17 - contar anedotas e adivinhas	20	25.3
18 - jogar cartas, praticar jogos de salão	17	21.5
21 - ir ao cinema	16	20.3
23 - assistir a acontecimentos desportivos	14	17.7
27 - assistir a acontecimentos culturais, conferências	7	8.9
30 - assistir a serviços religiosos, participar em actividades	5	6.3
31 - ir para termas, estações de águas, massagens	3	3.8
Total	445	//////

actividades passivas (1,3,4,6,7,9,15,16,17,18,21,23,27,30,31)

Quadro n° 66: Distribuição da série oposta de actividades de lazer activa/passiva durante as férias dos elementos da amostra, por n° de casos e em %.

Série Oposta Activa/Passiva Durante as Férias	N	%
activa	361	44.8
passiva	445	55.2
Total	806	100.0

4.3.2.2 - Série das actividades de lazer solitárias e sociais durante as férias.

Vamos apresentar os quadros referentes às actividades solitárias e sociais, bem como o que representa o conjunto das actividades da série. A sua leitura permite-nos inferir que no período de férias as pessoas desenvolvem preferencialmente actividades sociais (54,6%).

Quadro nº 67: Distribuição ordenada das actividades solitárias durante as férias dos elementos da amostra e por nº de casos.

Actividades Solitárias	N	%
1 - dormir, descansar	63	79.7
3 - ouvir rádio, ver televisão	56	70.9
5 - nadar, tomar banho no mar	54	68.4
6 - ler livros, novelas, revistas, banda desenhada, jornais	53	67.1
9 - bronzear-se ao sol	39	49.4
10 - tirar fotografias, filmar	37	46.8
15 - fazer longos passeios a pé	37	46.8
24 - praticar "hobbies" como, jardinagem, decoração, mecânica	14	17.7
Total	352	//////

actividades solitárias (1,3,5,6,9,10,15,24)

Quadro nº 68: Distribuição das actividades de lazer sociais durante as férias, dos elementos da amostra, por nº de casos.

Actividades Sociais	N	%
4 - conversar com outras pessoas	55	69.6
7 - ir ao restaurante, ir ao bar beber qualquer coisa	46	58.2
8 - brincar com os filhos	43	54.4
11 - olhar as montras, fazer pequenas compras	36	45.6
13 - visitar lugares interessantes, monumentos, museus	33	42.3
14 - assistir a festas populares, ir a parques de diversões	29	36.7
16 - comer as especialidades da região	25	31.6
17 - contar anedotas e adivinhas	20	25.3
18 - jogar cartas, praticar jogos de salão	17	21.5
20 - jogar à bola ou outros jogos colectivos	16	20.3
21 - ir ao cinema	16	20.3
22 - organizar festas, noitadas, alinhar em churrascos	14	17.7
23 - assistir a acontecimentos desportivos	14	17.7
25 - visitar jardins zoológicos	9	11.4
26 - dançar, frequentar discotecas	8	10.1
27 - assistir a acontecimentos culturais, conferências	7	8.9
28 - visitar parques nacionais	6	7.6
29 - fazer turismo no estrangeiro	5	6.3
30 - assistir a serviços religiosos e participar em actividades	5	6.3
31 - ir para as termas, estações de águas, massagens	3	3.8
Total	407	//////

actividades sociais (4,7,8,11,13,14,16,17,18,20,21,22,23,25,26,27,28,29,30,31)

Quadro nº 69: Distribuição da série oposta da actividade de lazer solitária/social durante as férias dos elementos da amostra e por nº de casos e %.

Série Solitária/Social Durante as Férias	N	%
solitária	352	45.4
social	407	54.6
Total	759	100.0

4.3.2.3 - Série de actividades de lazer ao ar livre e dentro de casa durante as férias.

Em vez de utilizarmos a série de actividades dentro do lar e ao ar livre resolvemos, pelo facto de as pessoas passarem o tempo de férias fora do lar utilizar a série ao ar livre/dentro de casa.

Colocadas estas considerações vamos então apresentar os quadros das actividades ao ar livre e dentro de casa, assim como o da série correspondente.

Contrariamente ao que se passa nas actividades de lazer durante a semana e durante o fim de semana, nas actividades de lazer durante as férias, prevalecem as actividades ao ar livre com 54.6 % de casos.

Quadro nº 70: Distribuição ordenada das actividades de lazer ao ar livre durante as férias, dos elementos da amostra, por nº de casos.

Actividades ao Ar Livre	N	%
2 - passeios	58	73.4
5 - nadar, tomar banho no mar	54	68.4
9 - bronzear-se ao sol	39	49.4
11 - olhar as montras, fazer pequenas compras	36	45.6
12 - fazer longos passeios a pé	36	45.6
13 - visitar lugares interessantes, monumentos, museus	33	42.3
14 - assistir a festas populares, ir a parques de diversões	29	36.7
15 - espreguiçar-se na praia, no campo	26	32.9
20 - jogar à bola ou outros jogos colectivos	16	20.3
22 - organizar festas, noitadas, alinhar em churrascos	14	17.7
23 - assistir a acontecimentos desportivos	14	17.7
24 - praticar "hobbies" como, jardinagem, decoração, mecânica	14	17.7
25 - visitar jardins zoológicos	9	11.4
28 - visitar parques nacionais	6	7.6
29 - fazer turismo no estrangeiro	5	6.3
31 - ir para as termas, estações de águas, massagens	3	3.8
Total	392	//////

actividades ao ar livre (2,5,9,11,12,13,14,15,20,22,23,24,25,28,29,31)

Quadro nº 71: Distribuição das actividades de lazer dentro de casa durante as férias, dos elementos da amostra e por nº de casos.

Actividades Dentro de Casa	N	%
1 - dormir, descansar	63	79.7
3 - ouvir rádio, ver televisão	56	70.9
4 - conversar com outras pessoas	55	69.6
6 - ler livros, novelas, revistas, banda desenhada, jornais	53	67.1
7 - ir ao restaurante, ir ao bar beber qualquer coisa	46	58.2
18 - jogar cartas, praticar jogos de salão	17	21.5
21 - ir ao cinema	16	20.3
26 - dançar, frequentar discotecas	8	10.1
27 assistir a acontecimentos culturais, conferências	7	8.9
30 - assistir a serviços religioso e participar em actividades	5	6.3
Total	326	//////

actividades dentro de casa (1,3,4,6,7,18,21,26,27,30)

Quadro n° 72: Distribuição da série de actividades de lazer ao ar livre/dentro de casa, dos elementos da amostra e por n° de casos.

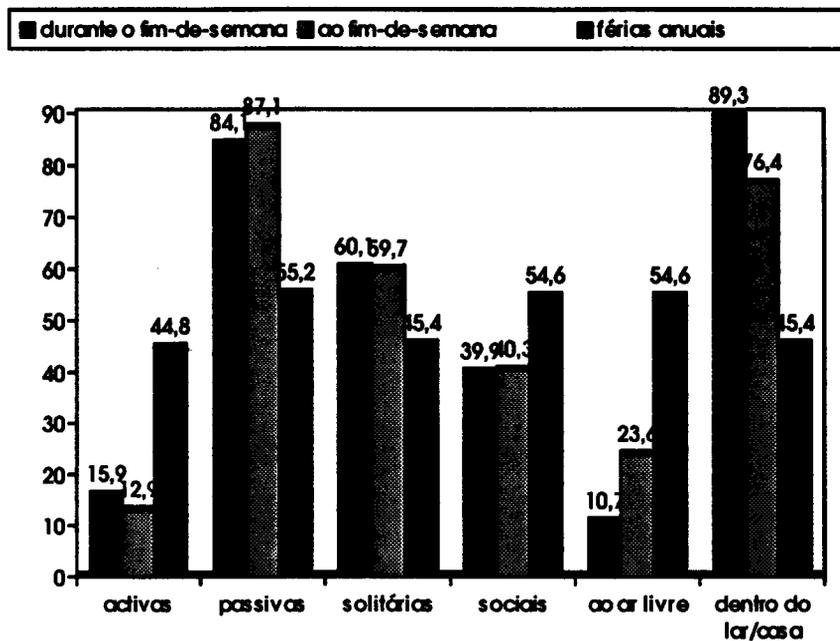
Série ao ar Livre/Dentro de Casa	N	%
ao ar livre	392	54.6
dentro de casa	326	45.4
Total	718	100.0

No entanto comparando as seis actividades de lazer durante a semana, ao fim de semana e durante as férias dos elementos que compõem a amostra constatamos que as actividades passivas dominam em todos os momentos de lazer e só nas férias anuais as actividades sociais e as de ar livre prevalecem sobre as solitárias e as praticadas dentro de casa (ver quadro n°73).

Quadro n° 73: Quadro comparativo das series opostas das actividades de lazer ao longo do ano dos elementos da amostra e por %.

Series de actividades	durante a semana	ao fim-de-semana	férias anuais
1 - activas	15.9	12.9	44.8
2 - passivas	84.1	87.1	55.2
3 - solitárias	60.1	59.7	45.4
4 - sociais	39.9	40.3	54.6
5 - ao ar livre	10.7	23.6	54.6
6 - dentro do lar	89.3	76.4	45.4

Gráfico n° 1: Gráfico de Barras dos tipos de Actividades de lazer



5 AS PERCEPÇÕES DOS ELEMENTOS DA AMOSTRA

5.1. - Os efeitos da redução do horário de trabalho: a percepção da amostra

Que fariam as pessoas, se tivessem mais tempo livre nas suas vidas? Até que ponto as decisões das organizações formais em diminuir o tempo de trabalho, iriam influenciar as oportunidades e a acessibilidade ao lazer das pessoas? O cenário desse impacto é, conforme o quadro a seguir apresentado (quadro n° 74) o seguinte:

As atitudes positivas em relação ao lazer só estão expressas na resposta n° 4, que mereceu a atenção de somente 18.7% das pessoas. As respostas apontadas pela maioria indicam claramente que a componente trabalho ocupa ainda um lugar muito mais central nas suas vidas que o lazer.

Quadro nº 74: Quadro representativo da percepção dos elementos da amostra sobre os efeitos da redução do horário de trabalho.

Efeitos de Redução do Horário de Trabalho	N	%
1 - as pessoas tornar-se-iam moles e preguiçosas	3	3.8
2 - com tão pouco que fazer as pessoas aborrecer-se-iam	8	10.0
3 - as pessoas encontrariam coisas que fazer e estariam tão ocupadas como agora	14	17.5
4 - as pessoas desejariam esse tempo extra, descansariam mais e seriam mais felizes	15	18.7
5 - não sei/nunca tinha pensado no assunto	17	21.2
6 - as pessoas aproveitariam o resto do tempo para fazer "biscates" e ganhar mais dinheiro para comprar coisas	23	28.8
Total	80	100.0

5. 2 - A definição de lazer: percepção da população da amostra. Análise de conteúdo e unidades de sentido.

Vamos decompor as respostas em definições que remetem quer para a definição de lazer enquanto tempo, quer para as que remetem para lazer enquanto actividade e estado do ser.

Iremos também codificar respostas que referem não haver lazer e para as que põe como condição de lazer a actividade que é partilhada e não isolada ou individual. Deste modo, teremos:

- 1 lazer é não trabalho, são actividades extraprofissionais ou actividades não ligadas ao trabalho - *7 casos*
- 2 Lazer é tempo para as actividades em que se cumprem obrigações familiares, se trata da casa, e se dedica a actividades que dêem prazer e liberdade - *5 casos*
- 3 Lazer é tempo para descansar, dormir, não fazer nada, estar sentado a ver televisão, ouvir música, ler o jornal, revistas - *12 casos*
- 4 Lazer como tempo para descansar, dormir, ver televisão e fazer outras actividades que se gosta e dêem prazer - *18 casos*

- 4 Lazer como tempo para descansar, dormir, ver televisão e fazer outras actividades que se gosta e dêem prazer - *18 casos*
- 5 lazer são actividades ou conjunto de actividades, culturais, lúdicas e desportivas, agradáveis, saudáveis, num tempo disponível, depois de cumpridas as tarefas por obrigação - *24 casos*
- 6 lazer é, evasão, escape, quebra do quotidiano, alívio de tensões, stress, tempo para si próprio, isento de pressões, algo muito importante para o bem estar físico, psíquico e social - *10 casos*
- 7 é toda a actividade que me permite viver o meu tempo livre, de forma agradável e que possa partilhar com os outros - *2 casos*
- 8 Lazer não existe, é trabalhar a toda a hora - *2 casos*

TOTAL = 80 Casos

As unidades de sentido das codificações apresentadas podem ser agrupadas nas suas dimensões de tempo e actividade em simultâneo com os tipos activo e passivo:

Quadro nº 75 : Quadro representativo das percepções da definição de lazer

	N	%
Lazer como tempo e actividades que incluem obrigações e actividades passivas e activas, que dêem prazer (1,2) - <i>12 casos</i>	12	15
Lazer como tempo e actividades não obrigatórias, activas ou passivas, que dêem prazer e praticadas em liberdade (3,4,5,7) - <i>56 casos</i>	56	70
Lazer como estado do ser (6) - <i>10 casos</i>	10	12.5
Lazer como actividade não existente - <i>2 casos</i>	2	2.5
	80	100.0

Constatámos que os conceitos predominantes da amostra, não fazem incluir as obrigações entre as actividades de lazer (70% da amostra). A

miscelânea das actividades obrigatórias e não obrigatórias na concepção do lazer é apenas referido por 15% da amostra.

5.3 - O Impacto do Lazer no Ambiente. as percepções dos elementos da amostra

Vamos categorizar as unidades codificadas em cinco tipos de consequências; as consequências positivas, as consequências negativo/positivas, as consequências negativas; as consequências dependentes de Antecedentes de Educação/Prevenção/Equipamentos/Acessos e, finalmente as respostas em que não é assumida qualquer opinião.

Após estas considerações vamos então explicitar os resultados que obtivemos, de acordo com o critério que convencionámos.

5.3.1 - Consequências positivas/optimismo

- É bom para o desenvolvimento das terras, dos lugares e., as pessoas poderão encontrar mais alternativas de lazer - **4 casos**
- Vai ser melhor. As pessoas tomam mais contacto com a Natureza , terão maior estabilidade emocional, um maior equilíbrio físico, mental, social, familiar - **4 casos**
- O Ambiente terá muito a ganhar com o lazer, pois as pessoas, ao contactarem com a Natureza aperceber-se-ão da sua beleza e riqueza e isso fará com que seja mais respeitada e protegida - **3 casos**

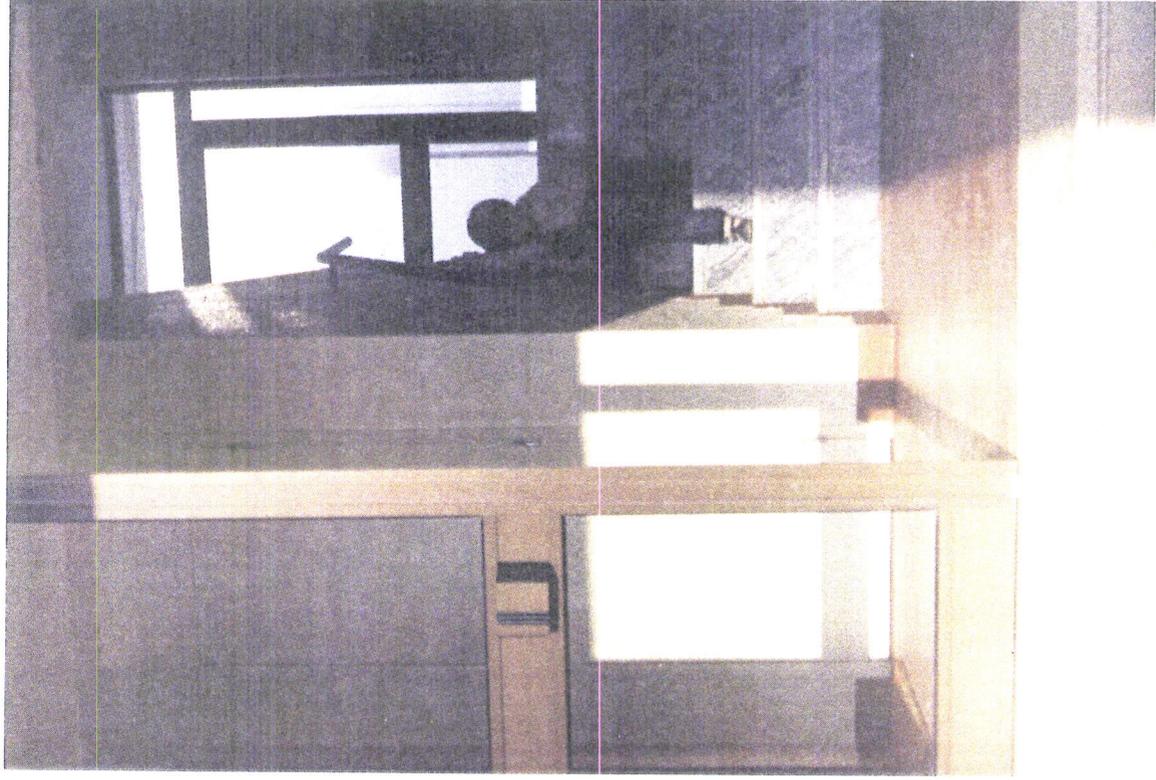
5.3.2 - Consequências negativas/pessimismo

- Consequências nefastas, catastróficas. Aumentará a poluição, os acidentes, os fogos, os lixos, as reservas animais e naturais serão destruídas. Os ambientes naturais não serão conservados por muito tempo, aumentará o desequilíbrio entre o homem e o Ambiente, porque as pessoas são descuidadas, não estão mentalizadas. O pior que pode acontecer é o lazer

COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONOMICA

" LAR PARA TODOS " :

Portmenotes dos espaços semipúblicos



transformar-se numa indústria de turismo.. Há um número excessivo de pessoas para determinados locais ameaçando esta afluência os equilíbrios ecológicos desses locais. Por onde o Homem passa, o Ambiente é degradado pelo que as actividades de lazer nunca terão consequências positivas para o Ambiente. O lazer traz sempre mais destruição que benefícios - *23 casos*

5.3.3 - Consequências positivo/negativas

- Traz benefícios e poluição. Traz mais comércio para as terras, haverá mais oportunidades de se fazer turismo, mas, por outro lado, traz mais poluição, degradação do Ambiente. Com o tempo torna-se cada vez mais difícil dar vazão às pessoas que se queiram deslocar a esses lugares - *10 casos*

5.3.4 - Consequências dependentes de Antecedentes de Educação/ /Prevenção/ /Equipamentos

- Se se respeitar os locais, se se preservar o Ambiente, se as pessoas forem conscientes, não haverá degradação do Ambiente. Preservando o Ambiente, preserva-se o lazer - *17 casos*
- Se houver desenvolvimento só virado para o comércio haverá mais poluição; a afluência dos humanos põe em risco as espécies animais se não forem criadas vastas zonas protegidas; as transformações actuais influenciam o desenvolvimento das populações locais alterando hábitos, pelo que, se não houver simbiose com a Natureza, o lazer pode degradar o Ambiente - *5 casos*
- Um contacto humano descuidado, inconsciente, com a Natureza poderá pôr em risco o seu património. Deve-se educar e mentalizar as pessoas de modo que os contactos com a Natureza tenham os menores prejuízos para ela - *5 casos*
- O maior acesso a esses locais obriga a criar mais espaços e parques para os turistas e a respeitar mais a Natureza; se houver boa qualidade de

equipamentos, serviços e planeamento e se se respeitar as condições naturais, surgirão mais e melhores locais de lazer - **3 casos**

5.3.5 - Respostas não especificadas

- Não sei, não faço ideia, nunca pensei no assunto, não tenho pensado no assunto - **6 casos**

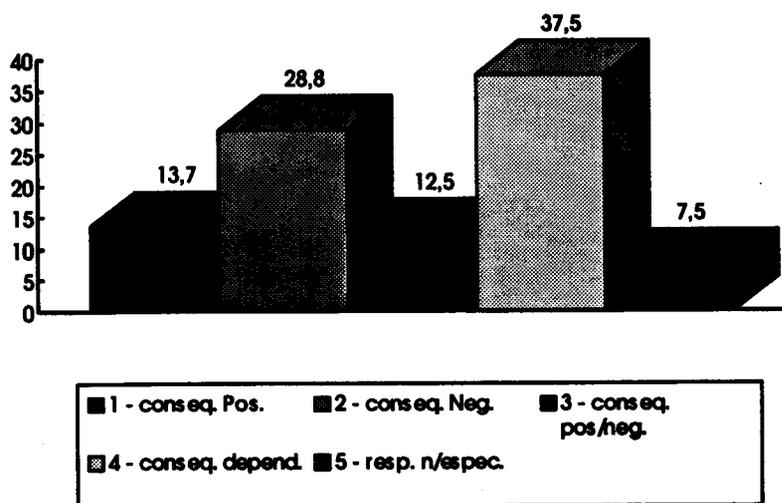
Transpondo para um quadro as categorizações efectuadas temos:

Quadro nº 76 : Quadro representativo das percepções do impacto do ambiente no lazer

Impacto do Lazer no Ambiente	N	%
1-Consequências positivas	11	13.7
2-Consequências negativas	23	28.8
3-Consequências Postivo/negativas	10	12.5
4-Consequências dependentes de Antecedentes Educação/ /Prevenção Equipamentos/Acessos	30	37.5
5-Respostas não especificadas	6	7.5
Total	80	100.0

Pelo quadro que apresentámos atrás concluímos que a maior frequência de pessoas é de opinião de que o Impacto do Lazer no Ambiente é dependente de um conjunto de medidas de Educação/Prevenção/Equipamentos e Serviços (37.5%). Por outro lado, quase um terço dos elementos da amostra é de opinião de que os efeitos do Lazer no Ambiente são negativos.

Gráfico n° 2: Gráfico de Barras do impacto do lazer no ambiente



CAPÍTULO VI

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1 - Ecologia e Actividades de Lazer

a) Actividades de lazer durante a semana e ao fim-de-semana

As dez principais actividades de lazer das pessoas que compõem a amostra da população de condóminos do Bairro Cooperativo "*Lar para Todos*" durante a semana e ao fim de semana ocorrem no lar e nas imediações. Os meios de comunicação, as relações face a face com os filhos, conjuge, vizinhos e amigos, passear a pé, frequentar o "*café*" do bairro, constituem as actividades prevalentes das pessoas.

Confirmam-se deste modo as conclusões de Mann (1977) de que as actividades do tipo "*relaxing, doing nothing*" como "*ver televisão, ler, conviver, ouvir rádio e relaxar*" são as mais importantes para as famílias urbanas, aumentando estas actividades à medida que a densidade populacional aumenta. Os nossos resultados confirmam as conclusões e as pesquisas de Kelly (1978, 1990) quando descreve, as características do lazer na era pós industrial e as conclusões do seu trabalho junto de três comunidades norte-americanas.

Efectivamente, Kelly (1990) refere que a actividade de lazer na era pós industrial centrar-se-á em casa e que o divertimento electrónico constituirá a maior oportunidade de lazer e, conseqüentemente, o mais escolhido. Relativamente às pesquisas efectuadas nas comunidades que foram objecto do seu estudo concluiu que as principais actividades de lazer seriam as interacções com a família, os amigos, os vizinhos, além da leitura, televisão e jogos ao ar livre, que na nossa amostra não têm qualquer representatividade.

Conversar com os vizinhos, passear a pé, ir ao café do bairro são, quanto a nós, actividades do tipo "*home based*" ou realizadas nas imediações da casa. As pessoas preferem estas actividades fora de casa porque lhes proporcionam conforme salientam Williamson e Brower (1974) sentimentos de "*convenience*" e de "*safety*". Por sua vez, os nossos dados também confirmam os de Holahan (1978) relativamente às actividades fora de casa, ao salientar que 90% desses comportamentos ocorrem nas entradas colectivas, ao longo dos passeios e nos estabelecimentos comerciais. No nosso caso concreto para além destes locais

públicos e semipúblicos, há logradouros, outros locais preferidos pelas crianças para brincar apesar de serem agrestes, mas que possibilitam-lhes condições de "safety" e, aos pais, de "convenience" na medida em que eles se situam em frente e nas traseiras das casas, que, por sua vez, têm visibilidade para esses locais públicos.

b) actividades de lazer durante as férias

Em relação às férias, constatámos, pelos nossos resultados, que as pessoas não fazem coisas significativamente diferentes das que fazem no seu lazer quotidiano, o que vem confirmar Krippendorf(1984), quando salienta que nas férias carregamos connosco o nosso quotidiano.

Entretanto, comparando os resultados da nossa amostra e da amostra de Krippendorf, relativamente às actividades de lazer, constatámos que 75% das 12 principais actividades da nossa amostra entram no grupo das 12 principais actividades de lazer da amostra de Krippendorf, conforme podemos observar no quadro a seguir

Temos a ressaltar, no entanto que há variáveis que podem interferir neste processo de ordenação. Por exemplo, Krippendorf não refere o ciclo da vida da média das pessoas que respondem ao questionário, nem a sua classe de rendimentos e educação. Além disso a razão por que as pessoas da amostra colocam em 2º e 4º lugares as actividades expressas, pode ter a haver com factores climáticos, subordinados por sua vez à hipótese motivacional compensatória que Burch nos propõe.

Quadro nº 77: Quadro comparativo das 12 principais actividades de lazer nas férias entre a nossa amostra e a de Krippendorf

Actividades da Amostra de Krippendorf		Actividades da nossa Amostra	
1º - Passeios	71%	1º - Dormir, Descansar	79,7%
2º - Nadar, Tomar banho no Mar	65%	2º -Passeios	73,4%
3º - Excursões pelos Arredores	61%	3º - Ouvir rádio, ver TV	70,9%
4º - Bronzear-me ao Sol	56%	4º - Conversar c/ outras pessoas	69,6%
5º - Conversar c/outras pessoas	56%	5º - Nadar tomar banho no mar	68,4%
6º - Dormir, descansar	53%	6º - Ler, livros, revistas, novelas, jornais	67,1%
7º - Tirar fotografias, filmar	50%	7º - Ir ao restaurante, ir ao bar beber qualquer coisa	58,2%
8º - Olhar as montras, fazer pequenas compras	50%	8º Brincar c/os filhos	54,4%
9º - Ir ao restaurante, ir ao bar beber qualquer coisa	47%	9º - Bronzear-se ao sol	49,4%
10º - Fazer longas caminhadas	47%	10º - Tirar fotografias, filmar	46,8%
11º - Visitar pontos e interessantes, monumentos, museus	47%	11º - Olhar as montras, fazer pequenas compras	45,6%
12º - Comer as especialidades locais	43%	12º - Fazer longos passeios a pé	45,6%

Obs: As pessoas podiam indicar diversas actividades

Finalmente, a constatação de que não há resultados significativamente diferentes entre a nossa amostra e a que Krippendorf apresenta no que diz respeito às actividades de lazer, remete-nos para a conjectura de que a nossa amostra vive os problemas comuns da era pós industrial no que diz respeito às formas de lazer

c) - A Ecologia do Lazer: a acessibilidade e a oportunidade

Os resultados que obtivemos proporcionam-nos uma conjectura suportada precisamente na relação entre a estrutura ecológica do lugar e a estrutura ecológica do lazer. Assim, quanto mais distante estiverem as pessoas dos centros de lazer activos (desportos) mais possibilidades há de ficarem em casa durante o tempo livre.

Para as pessoas, o acesso às facilidades não é percebida, neste caso, como fácil de atravessar sem esforço excessivo pois a sua residência encontra-se a mais de 5 e 10 minutos a pé (Kaplan, Kaplan e Brown, 1989) (Holahan e

Wandersman,1987)(Frémont, 1985). O bairro é de facto o distrito onde nos sentimos em casa, como refere Tuan(1974)

Podemos também inferir que o tempo, inscrito no ciclo da vida das pessoas que compõem a nossa amostra (fim da primeira fase da vida adulta, início da segunda fase) é responsável pelo desinteresse das pessoas em participar nessas actividades. Finalmente, a prática de lazeres activos obriga as pessoas a utilizarem o automóvel e também um planeamento prévio dessa actividade(à custa de desistência de outras). Como os custos de manutenção do automóvel são elevados e as pessoas preferem, como refere Frémont (1985) situações que não exijam esforço, perdas de tempo, ou projectos programados, preferem permanecer num raio que não ultrapasse os 500 metros em relação ao lar. Esta "concha" é imprescindível no quotidiano das pessoas , fora do tempo de trabalho.

Não admira, por isso, que tanto durante a semana como no fim de semana apenas 3.8% das pessoas pratiquem desportos colectivos ou individuais. Presume-se também , que no seu processo de socialização a prática desses desportos não se tenha inscrito na vida das pessoas com regularidade.

d) - Os tipos de lazer

Os tipos de lazer passivos, dentro de casa/lar e solitários (nas férias os lazeres sociais são predominantes) dominam a vida das pessoas. Os dados estão de acordo com as impressões de deGrazia, quando afirma "*que cada vez mais o tempo livre se consome em actividades oculares*" (pág. 293)

Também, as actividades determinantes destes tipos de lazer são típicas da cultura popular, em que o centro do lazer é a televisão, música popular, revistas, jornais. Estas actividades constituem no seu todo um símbolo de identidade social do grande grupo dos humanos. No fundo estas actividades são o que as pessoas de facto querem (Gans, 1974)

e) - As actividades de lazer e a hipótese compensatória

A praia constitui a zona preferida por quase 70% dos elementos da nossa amostra no seu período de férias, independentemente do seu nível socioeconómico, conforme demonstrámos na análise que efectuámos. Estes

resultados remetem-nos para a hipótese de que estamos perante uma motivação compensatória conforme propõe Burch(1969). Assim, sempre que é dada uma oportunidade às pessoas que vivam longe da costa de escaparem da sua rotina regular de lazer, elas procurarão os locais junto ao mar para as suas férias anuais.

f) - O lazer e o ciclo da vida

Os elementos da nossa amostra, pela sua idade média(38 anos) inscrevem-se no período de estabelecimento do ciclo da vida. As suas actividades de lazer correspondem assim ao "parental package" dos Rapoport. Este grupo de actividades inclui obrigações familiares, interacções face a face e actividades de recreio como, jogos, meios de comunicação, viagens, brincar com os filhos. Os locais para o exercício dessas actividades são, o lar e as suas imediações.

2 - As percepções dos elementos da amostra

2.1 - A definição de lazer

A percepção de 70% dos elementos da amostra considera as actividades de lazer como tempo livre e actividades não obrigatórias que dêem prazer e praticadas em liberdade. Estas dimensões entram no quadro das significações de Kraus (1971) citado por Kelly (1990), e que relembramos: a condição da visão clássica da liberdade e lazer como forma de actividade e tempo livre. Apenas 15% incluem no lazer as obrigações de não trabalho, correspondente ao conceito desenvolvido por Dumazedier (1974) de semi-lazer. e que Parker e Smith (1976) contestam, na medida em que a linha divisória entre obrigação e lazer dependeria da atitude assumida em relação ao trabalho. Assim, estar com as crianças tanto pode ser uma obrigação, como lazer.

2.2 - A percepção do impacto do lazer no Ambiente

Pelas categorizações que apresentámos, concluímos que a maioria das pessoas já foi confrontada com os impactos negativos que o Lazer tem proporcionado ao Ambiente. A percepção dominante que faz depender o Impacto positivo do Lazer no Ambiente de um conjunto de condições que remetem para a Prevenção/Educação/Qualidade de Equipamentos/Acessos, corresponde ao que formulámos, quando abordámos a vertente económica e de pesquisa do mercado em relação aos Ambientes Naturais. Aí referimos que o Turismo só pode ter um Impacto positivo no Ambiente se, beneficiar mais a população que é visitada, não desfigurar a paisagem, não sobrecarregar as comunidades locais com infraestruturas pesadas e incompatíveis, criar empregos que valorizem a economia local, impedir a especulação de terrenos, e ainda, se possibilitar às comunidades visitadas o acesso às tomadas de decisão nos planeamentos turísticos.

2.3 - Os efeitos da redução do Horário de Trabalho sobre o Lazer

Os nossos resultados puseram em evidência que 28.8% dos elementos da amostra é de opinião que a redução do horário de trabalho seria aproveitado para fazer trabalho extra ("*biscates*")

Estes resultados são semelhantes aos obtidos através dos inquéritos realizados, nos E.U.A. e na Rússia em que, pelo menos 1/4 dos trabalhadores, transformaria o seu tempo livre em tempo de trabalho (Dumazedier, 1974, pág.35). Daí que o mesmo autor proponha que "*tecer loas à diminuição uniforme do tempo de trabalho é adoptar uma concepção ideológica da situação*" (ibidem), é ainda, ignorar a manutenção das desigualdades sociais e a centralidade do trabalho para uma minoria hiperactiva e necessitada. Para eles, o tempo livre para uso exclusivo do lazer "*parece muito longe da sua mente*" (deGrazia, 1962, pág.215)

Por outro lado só 19% da amostra refere que as pessoas aproveitariam o aumento do tempo livre para descansar e ser mais feliz. Este facto leva-nos a conjecturar que o trabalho e as obrigações familiares continuam a ocupar um lugar central na vida das pessoas. O tempo livre é, para a maioria das pessoas uma forma "*de pôr em dia o trabalho de casa*" (deGrazia, 1962, pág. 121) As exigências do trabalho fazem dele, como já referimos quando analisámos a

relação entre o trabalho e o lazer, a base da estrutura do tempo da vida das pessoas. Parece-nos também importante considerar as posições de Parker e Smith (1976) quando afirmam que os trabalhadores hoje têm muito menos trabalho pesado e que esse facto proporcionar-lhes-ia maior disponibilidade para trabalhar durante o tempo de lazer. Finalmente, relembramos Kelly (1990) ao salientar que entre 1973 e 1987 o tempo de lazer diminuiu de 26 horas por semana para 16 horas.

CAPÍTULO VII

CONCLUSÃO

A)-REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO

A.1) Reflexão e conjecturas sobre os resultados obtidos em relação às actividades de lazer e sobre as percepções dos elementos do caso particular

A população que constitui a nossa amostra vive num contexto em que predomina a Economia de Serviços (60% da população trabalha no sector de serviços) uma característica das sociedades pós industriais.

No que diz respeito à Ecologia do Lazer, os acessos às oportunidades de Lazer, mesmo para uma cidade pequena não são suportáveis, na medida em que aos centros de lazer activos não chegam os Transportes Colectivos e, em relação aos centros de Lazer sociais (que se encontram no centro da cidade) a distância é considerada por nós não suportável, pois distam a mais de 20 minutos a pé, nem existem transportes colectivos depois das horas de Trabalho. Finalmente, as pessoas não viveram tempo suficiente no bairro e também ainda não incorporaram perceptivamente, a importância da oportunidade de recreio activa apesar de a maioria das pessoas viver há mais de quatro anos no bairro. Este facto leva-nos a sugerir que as pessoas no seu processo de socialização não foram motivadas pelos familiares e amigos pela prática de desportos na sua infância e juventude. Enfim, todas estas constatações confirmam os nossos resultados de que as pessoas preferem ficar no seu bairro durante o tempo livre.

Além disso, como no próprio bairro não há grande diversidade de centros de compras, que são meios de interacção social e, nem os espaços públicos possuem conforto e oportunidades de recreio agradáveis e diversificadas, as pessoas preferem ficar em casa ou nas imediações, essa concha imprescindível de que fala Frémont (1985).

Consequentemente, os tipos de lazer das pessoas são eminentemente passivos e as actividades correspondentes realizam-se dentro do lar e nas imediações ("*home based*").

Quanto às actividades de lazer, elas são predominantemente oculares ou baseadas nas interacções com familiares e vizinhos, actividades essas, típicas das sociedades pós industriais como os E.U.A.. Mesmo nas férias as actividades de lazer praticadas pelas pessoas, são pouco diferentes das quotidianas, como provámos no capítulo da discussão dos resultados, essas também típicas das sociedades europeias mais avançadas como a Suíça e a Alemanha (ver Krippendorf, 1984).

Somos finalmente levados a sugerir, pelos resultados obtidos, a hipótese motivacional compensatória que Burch (1969) analisa e operacionaliza, quando se debruça sobre os determinantes rurais/urbanos do lazer Assim, propomos a seguinte hipótese compensatória:

"sempre que é dada ao indivíduo que vive no interior de um país a oportunidade de impedir a sua rotina regular, ele procurará directamente uma actividade na zona marítima ou costeira". Esta proposta hipotética traduz evidentemente, os resultados obtidos na nossa amostra, em que 70% respondeu que passa as suas férias habitualmente na praia.

As percepções de 70% dos elementos da amostra sobre a definição de lazer incluem todas as dimensões abordadas na nossa recensão crítica, isto é, põem em evidência a visão clássica da liberdade e a condição de lazer como forma de actividade e tempo livre.

No entanto, o que é mais significativo na percepção das pessoas que foram objecto do nosso trabalho é o facto de o trabalho e as obrigações familiares continuarem a ocupar um lugar central na vida das pessoas e na estrutura do seu tempo, confirmando assim o que deGrazia (1962) defende, quando afirma que o lazer "*é um ideal*" (pág.XIX) e ainda "*...uma condição do homem que poucos desejam e que menos alcançam*".

Finalmente, no que diz respeito ao Impacto do Lazer no Ambiente, sintomática a consciência colectiva dos elementos da amostra, quando mais de 85% das pessoas avaliam os impactos negativos do Lazer no Ambiente, proveniente da sua utilização turística. Esta constatação remete para as Organizações e para os "*members staff*" a responsabilidade de incluir no Planeamento Urbano concelhio dotações orçamentais e equipamentos que defendam o Ambiente da sua utilização com imposição de taxas para o seu uso e, acima de tudo, que façam incluir nas tomadas de decisão os pareceres da

comunidade, que tem consciência colectiva dos impactos do Lazer no Ambiente, quer seja natural, quer seja construído.

A.2) Reflexão sobre a Relação entre a Tecnologia, a Organização o Trabalho e o Lazer

As grandes mudanças tecnológicas que se verificaram na Era Pós Industrial, o crescimento correspondente da Economia, as grandes movimentações sociais, pressionam as Organizações ou os Sistemas Organizacionais a alterar frequentemente no seu interior as suas estruturas como as do Trabalho, da Autoridade e do Lazer. Contudo, também sabemos que essas mudanças tecnológicas são o resultado das escolhas ou opções sociais das Organizações que as impõem. Há pois, uma interdependência entre a Tecnologia e o "*planning*" do Sistema Social.

Especificando este contexto, constatamos que cada vez mais os "*designs*" tecnológicos promovem uma elevação da qualidade de vida no Trabalho. Mas, para que essa qualidade de vida se eleve de década para década, o "*design*" tecnológico exige dos indivíduos e das organizações cada vez maior desempenho e responsabilidade, pelo que as instituições do Sistema Social terão que interagir de forma interdependente para que as necessidades humanas sejam satisfeitas. E assim, tanto o Trabalho como o objecto da construção do nosso conhecimento, que é o Lazer, deixam de ser fenómenos isolados e constituem-se em fenómenos dinâmicos, multifacetados e interdependentes.

A segmentação do trabalho nos dias de hoje revê com mais frequência as situações da sua ocorrência e, o lazer aparece não só mais misturado com o trabalho, como ainda, cria novos valores, que, por sua vez, penetram ou modificam o trabalho. O Trabalho, o Lazer, a Família e os Pares deveriam constituir investimentos onde as pessoas aplicassem os seus recursos com a intenção de obter satisfação e significado para as suas vidas.

Se as relações Homem-Máquina-Sociedade põem em evidência a capacidade da Organização Social para relevar cada vez mais a competência tecnológica e a motivação pela perícia profissional, também pressiona a capacidade do Sistema Educativo para avaliar a qualidade de vida e a percepção das necessidades. O Sistema Social não tem tréguas neste processo adaptativo do Homem ao Ambiente, pelo que terá de evitar que se instalem

roturas graves nas relações sociais e a degradação das condições de vida das grandes minorias que serão os "de-skill", os velhos, os sem casa, etc. e ainda, a estagnação do processo permanente da reindustrialização. Finalmente, neste processo adaptativo não se deve, quer agredir o Ambiente, quer o ser humano (que deve ser liberto do "stress" e do "de-skill" ao nível do trabalho).

A Economia de Serviços vai obrigar o homem comum e as máquinas a mais horas de trabalho e de desenvolvimento pessoal para se fazer face às necessidades que se vão produzindo. Já deGrazia (1962) previa esta tendência (1962) ao salientar que "a Tecnologia não parece ser boa amiga do lazer" (pág.289), expressão corroborada por Kelly (1990) quando afirma que o tempo de lazer tem vindo a diminuir nas últimas duas décadas. Por conseguinte, o tempo livre também vive à sombra do Comércio, na medida em que as leis do mercado também padronizam bens e serviços de lazer.

Deste modo, a apropriação pelo Comércio e Marketing dos indicadores sociais e, a Tecnologia, vão ter efeitos profundos no lazer, que será mais rico e variado e ocupará um lugar de destaque na economia do consumidor.

Com efeito, o desenvolvimento do divertimento electrónico doméstico e dos "mass média", constituirão as oportunidades de lazer, mais escolhidas e este centrar-se-á em casa. Simultaneamente, haverá uma tendência para a Informação Comercial encher as nossas caixas de correio, debaixo da porta, na T.V., ou pessoas a telefonar ou a bater à porta para pedir informações sobre os produtos que adquirimos, ou para comprarmos qualquer coisa, ou para pedir ajuda. Estas intrusões tendem pois a esbater a diferença entre a vida pública e a vida privada das pessoas, que cada vez têm menos possibilidades de estar com elas próprias.

Por sua vez, o desenvolvimento dos Transportes, das Comunicações e dos Equipamentos promoverão viagens e bens de lazer cada vez mais rápidos e baratos, muito embora as actividades de lazer nas férias não sejam muito diferentes dos lazeres quotidianos, apesar de mais ricos e variados

A.3) Reflexão sobre a construção do conhecimento do nosso objecto de estudo

Enquanto não ocorrer a reunificação entre o Trabalho e o Lazer na vida das pessoas, a demarcação entre estas duas áreas manter-se-á. Enquanto o trabalho constituir a base da estrutura do tempo da vida das pessoas, o lazer

será sempre uma actividade escolhida em relativa liberdade e está sujeito às circunstâncias, às condições e às funções das quais resultam determinadas significações e expressões ou manifestações.

A construção do objecto do nosso conhecimento, não é coisa que se produza com um único fôlego, na medida em que não é muito preciso e circunscrito. As suas principais definições são limitadas a uma ou duas dimensões como sejam as que salientámos como por exemplo, o conceito de tempo, que é determinado pelas estruturas económicas industriais, ou as emoções dentro das experiências que se vivem.

A perspectiva holística define o lazer como algo que se pode descobrir em qualquer actividade (que até pode ser o trabalho) e em qualquer lugar, desde que a pessoa se sinta em liberdade acentuada expressa na actividade que exerce. As invariantes liberdade e a satisfação pelo seu uso são as propostas, mas também elas são dependentes das circunstâncias históricas, económicas, sociais e tecnológicas, que as produzem.

Por conseguinte, o Lazer como um dos instrumentos da construção da realidade social, tal como a Cultura e a Velhice é complexo e multidimensional. É, como remata Kelly (1990), experiência, decisão, desenvolvimento, identidade, interacção, institucional, política e humana, pelo que nenhuma teoria explicativa do fenómeno é completa. No entanto, deve continuar a ser pesquisado, para não cair a posteriori no campo das Ciências Sociais. Queremos dizer com esta afirmação, que o problema do Lazer, não deve ser estudado quando as Administrações o impuserem como problema social. A História do Lazer, do trabalho de construção dos instrumentos e procedimentos para a sua constituição, devem manter-se acesos de modo que o Lazer constitua um problema social central na estrutura da vida e não, particular

BIBLIOGRAFIA GERAL

- AIELLO, J.R.** (1987) - Human Spacial Behavior - in *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Altman I. & Stokols D. Vol.1 - Wiley & Son, N.Y.
- ALTMAN, I. e ROGOFF, B.** (1987) - World views in Psychology: trait, interactional, organismic and transactional perspectives - *Handbook of Environmental Psychology* - ed. Altman, I. & Stokols, D.; Pub. Wiley & Sons, N.Y.
- ARGEL, D. e MARQUES H.G.** (1991) - *Quatro décadas de Beja - uma busca das bruscas transformações, 1950-1989* - Ed.C.M.B.
- BABA, Y. & AUSTIN, D.M.** (1989) - Neighborhood environmental satisfaction, victimization, and social participation as determinants of perceived neighborhood safety - in *Environment and Behavior*, Vol 21, nº6, Nov. 1989, pág. 763-780.
- BACHELARD, G.**(1934) - *O Novo Espírito Científico* - Ed. 70, Lisboa(1986)
- BAIRRÃO RUIVO, J. et. alg.** (1980) - *Estudo Epidemiológico da Deficiência Mental, 1º Vol.* - Ed. C.O.O.M.P. , Lisboa
- BARKER, R. G.** (1987) - Prospecting in Environmental Psychology: Oskaloosa revisited - in *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Altman, I. & Stokols, D., Pub., Wiley & sons, N.Y.
- BERTALANFFY, L. V.** (1973) - *Théorie Générale des Systèmes* - Ed. Bordai, Paris.
- BORDEN, J. e FRANCIS, J. L.** (1976) - Who cares about Ecology?: Personality and Sex Differences in Environmental concern - *Journal of Personality*, 46, (1), 1978, pág. 190-203.
- BOURDIEU, P.** (1989) - *O Poder Simbólico* - Ed. Difel, Lisboa.
- BRILL, M.** (1989) - Transformation, nostalgia, and illusion in public life and public place - in *Human Behavior and Environment*, vol. 10 - Ed. Altman I. & Zube E. H. - Pub. Plenum Press, N.Y.
- BROWER, S. N. & WILLIAMSON, P.** (1974) - Outdoor recreation as a function of the urban housing environment - *Environment and Behavior*, Sept., pág. 295-345.
- BROWN, P. J., DYER, A. e WHALEY, R. S.** (1972) - Recreation Research - So What? - *Journal of Leisure Research* - Vol.5, 1973, (Winter), pág.16-24.
- BURCH, Jr. W. R.** (1969) - The Social Circles of Leisure: Competing Explanations - *Journal of Leisure Research*, Vol.1, nº 2, Spring, pág. 125-147.

- BURDGE, R. J. e FIELD, D. R., (1971) - Methodological Perspectives for the study of Outdoor Recreation - *Journal of Leisure Research*, 4, (Winter), 1972; pág. 63- 72.
- CABRITA, A.M.R. (1991) - Breves reflexões sobre a qualidade da habitação cooperativa - *Habitação Cooperativa em Portugal (1974-1991)* - Ed. FENACHE (1992)
- CAMPBELL, B. (1983) - *Ecologia Humana* - Ed.70, Lisboa, 1988.
- CANTER, D. e THORNE R. (1972) - Attitudes to housing - *Environment and Behavior*, pág. 3-32, March.
- CARVALHO, Lobo de (1987) - *Projecto Base Arquitectura da CHE*-documento inédito (fotocopiado)
- CASTELLS, M. (1984) - *Problemas de investigação em sociologia urbana* - Ed. Presença, Lisboa.
- COELHO E SILVA, J.P.(1989) - Os métodos qualitativos na Investigação Educacional -: Aspectos gerais e específicos - Manuscrito inédito , Coimbra, 1989
- CRANDALL, R. (1980) - Motivation for Leisure - *Journal of Leisure Research* - First Quarter, pág. 45-54.
- CRAVEIRO, J. L. (1993) - *Estudos de Impacte Ambiental: Uma contribuição sociológica* - Ed. L.N.E.C. (itecs20), Lisboa.
- CUTLER N.E. (1979) - Age variations in the dimensionality of life satisfaction. *Journal of Gerontology*, vol. 34 n°4, pág. 573-578.
- DAVIS, L. E. e TAYLOR, J. C. (1976) - Technology, Organization, and Job Structure - *Handbook of Work, Organization, and Society* - Ed. Dubin, R.; Pub. Rand McNally College Publishing Company, Chicago.
- DELGADO, M. J. (1973)- *Ensaio Monográfico* (histórico, biográfico, linguístico e crítico)- Ed. C.M.Beja.
- DRIVER, B. e BROWN, P. (1983) - Contributions of behavioral Scientists to Recreation Resource Management - *Human Behavior and Environment*, Vol.4, - Ed. Altman, I. e Wohlwill,J.: Pub. Plenum Press, N.Y..
- DUBIN, R. (1976) - Work in Modern Society - *Handbook of Work, Organization, and Society* - Ed. Dubin, R.; Pub. Rand McNally College Publishing Company, Chicago.
- DUMAZEDIER, J. (1974) - *Sociologia Empírica do Lazer* - Ed. Perspectiva, S. Paulo, 1979.
- DUMAZEDIER, J. e ISRAEL, J. (?) - *Lazer, Problema Social*- Ed. Min. Educ. e Cult., Cad. Cultura e Desporto, n° 21, (?).

- DUNCAN, D. J. (1978) - leisure types: factor analyses of leisure profiles - *Journal of Leisure Research*, vol. 10, nº 2, pág. 113-125.
- ECOFORUM (1987) - Algumas linhas orientadoras para uma estratégia de desenvolvimento do concelho de Beja- *Arquivo de Beja- Vol.IV , IIª série*, - ed. C.M.Beja .
- EDELSTEIN, M.R. & WANDERSMAN, A. (1987) - Community Dynamics in Coping with toxic contaminants - in *Human Behavior and Environment*, Vol.4 - ed. Altman, I. & Wandersman, A. - Pub. Plenum Press, N.Y.
- EVERETT, P. B. (1981) Reinforcement theory strategies for modifying transit ridership - *Human Behavior and Environment*, Vol. 5 - Ed. Altman, E., Wolhwill, J. F. e Everett, P. B.; Pub. Plenum Press, N. Y..
- FEATHERSTONE, M. (1987) - Leisure, symbolic power and the life course - *The Sociological Review Monograph*, 33; Pub. Routledge & Kegan Paul, Ltd., London.
- FERREIRA, R. H. (1989) - A intervenção do arquitecto na cidade histórica: o caso de Beja - in *Cadernos do Centro Histórico de Beja*, nº 2, Beja.
- FONSECA, A.B. (1966) - *Mariana Alcoforado - a freira de Beja e as "lettres portugaises"*, Lisboa.
- FRANCIS, M. (1989) - Control as a dimension of Public Space Quality - Ed. Altman I. & Zube E. - *Human Behavior and Environment*, Vol 10 - Plenum Press, N.Y.
- FREIRE, T. (1989) - Lazer e Desenvolvimento Humano - *Jornal de Psicologia*, 8; 1, 27-31.
- FRÉMONT, A. (1976) - *A Região, espaço vivido* - Ed. Liv. Almedina, Coimbra, (1980)
- GHEKIERE, L. (1991) - *Marchés et politiques du logement dans la CEE* - Ed. La Documentation Française, Paris.
- GOLDFIELD D.R. (1987) - Neighborhood preservation and Community Values in Historical Perspective - Ed. Altman I. & Wandersman A. - *Human Behavior and Environment*, Vol 9, Plenum Press, N.Y.
- GREENBIE, B. B. (1982) - Social territory, Community Health, and Urban Planning - in KAPLAN S. & KAPLAN R. ed. - *Humanscape (Environments for people)* - Ulrich's Books Inc., Ann Arbor, Michigan.
- GRAZIA de, S. (1962) - *Tiempo, Trabajo y Ocio* - Ed.Tecnos S. A.; Madrid, 1966.
- HAMMITT, W.E. (1987) - Visual recognition capacity during outdoor recreation experiences - *Environment and Behavior*, Vol. 19, nº 6 Nov., pág. 651-672.

- HANSON, R.W. & GERBER K.E. (1990) - *Coping with chronic pain* - Ed. Guilford Press, N.Y.
- HAWLEY, A. (1986) - *Human Ecology* - University Chicago Press.
- HAYWARD, J. (1989) - Urban Parks: research, Planning, and Social Chance - *Human Behavior and Environment*, Vol. 10 - Ed. Altman, I. e Zube, E.H.; Pub. Plenum Press, N.Y..
- HEIMSTRA, N.W. & McFARLING L.H. (1974) - *Psicologia Ambiental*. Ed. E.P.U., S.Paulo, (1978).
- HIERNAUX, J. (1980) - *A Diversidade Biológica Humana* - Ed. Fund. C. Gulbenkian, Lisboa, 1988.
- HOCHLEITNER (1991) - citação in D. Notícias, suplemento de 23/9/91.
- HOLAHAN, C. J. (1978) - *Environment and Behavior* - Ed. Plenum Press, N.Y..
- HOLAHAN, C.J. & WANDERSMAN, A. (1987) - The community Psychology perspective in Environmental Psychology - in *Handbook of Environmental Psychology*, Vol.1, Ed. Stokols D. & Altman I. Pub.Willey & Son, N.Y.
- HUTTMAN, E. (1985) - Transnacional Housing Policies, common problems and solutions - in *Human Behavior and Environment*, Vol. 8 - Ed. Altman I. & Wandersman A. - Pub. Plenum Press, N.Y.
- KAPLAN, R. KAPLAN, S. e BROWN, T. (1989) - Environmental Preference. A Comparison of four domains of predictors. - *Environment and Behavior*, Vol. 21, nº 5, Sept. ; 509-530.
- KATZ, D. e KAHN. R.L. (1966) - *Psicologia Social das Organizações* - Ed. Atlas, S.A., S. Paulo, 1978.
- KEANE, C. (1991) - Socioenvironmental determinants of community formation - in *Environment and Behavior*, Vol.23, nº 1, Jann. 1991, pág. 27-46.
- KELLER, M. (1988) - Leisure and recreation - *Community Health Nursing: Process and practice for promoting Health* - Stanhope, M. & Lancaster, G. - Ed. T. Lochhaas; Pub. Mosby Company, Washington.
- KELLY. J.R. (1973) - Socialization Toward Leisure: a Developmental Approach - *Journal of Leisure Research*, Vol. 6 (Summer); 1974; pág. 181-193.
- (1990) - *Leisure* - 2ª ed. by Prentice - Hall, Inc.; Englewood Cliffs, N.J..
- KNOPP, T.B. (1972) - Environmental Determinants of Recreational Behavior - *Journal of Leisure Research*, 4, (Spring), pág. 129-138).
- (1987) - Human Behavior, Cognition, and Affect in Natural Environment - in *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Stokols, D. & Altman, I.; Pub. Wiley & Sons, N.Y..

(1983) - Recreational Needs and Behavior in Natural Settings - in *Human Behavior and Environment*, Vol.6- ed. Altman, I. e Wohlwill, J.; Pub. Plenum Press, N.Y..

KRIESBERG, L. (1979) - *Social Inequality*. Ed. Prentice-Hall, New Jersey.

KRIPPENDORF, J. (1984) - Sociologia do Turismo (Para uma nova compreensão do lazer e das viagens) - Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro (1989).

LAWRENCE, R.J. (1987) - What makes a house a home - in *Environment and Behavior*, Vol. 19, nº2, March \987, pág. 154-168.

LITTLE, B.R. (1987) - Personality and Environment - in *Handbook of Environmental Psychology* - ed. Altman I & Stokols D. - Pub. Wiley & Son, N.Y.

LEVY, J. (1976) - A Paradigm for Conceptualizing Leisure Behavior: Towards A Person-Environment Interaction Analysis - *Journal of Leisure Research* - First Quarter, 1979, pág. 48-60.

LYNCH, K. (1960) - *A imagem da Cidade* - Ed. 70, Lisboa, 1990.

LOPES, A. (1991) - Empirismo, historicismo e teoricismo: bases de uma perspectiva sistémica da Ciência. *Análise Psicológica*, nº 2, série IX, Abr/Jun 1991; 219-225.

LUCAS, A.L. (1993) - *folhas inéditas sobre o parque desportivo do concelho de Beja* (cedidas amavelmente).

MAGANO, O. (1991) - Dez anos de História - *Habitação Cooperativa em Portugal* (1974-1991)- Ed. FENACHE, 1992.

MALVEIRO, M.I. (1990) - *Desertificação e dinâmica populacional no concelho de Mértola - uma perspectiva ecológica* - dissertação de mestrado, Univ. de Évora.

MANN, S. H. (1977) - The use of social indicators in Environmental Planning - *Human Behavior and Environment*, Vol. 2 - Ed. Altamn, I., Wohlwill, J. F. ; Pub. Plenum Press, N.Y..

MARANS, R.W., HUNT, M.E. e VAKALO, K.L. (1984) - Retirement Communities - *Human Behavior and Environment*, Vol. 7 - Ed. Altman, I., Lawton, M.P., Wohlwill, J.F.; Pub. Plenum Press, N.Y..

MARQUES, OLIVEIRA A.H. (1973) - *História de Portugal* - Vol. III e VII - Ed. Palas, Lisboa, 1986).

MARVÃO, A. (1982) - Os cantares alentejanos - in *a Descoberta de Portugal* - Ed. Selecções Reader's Digest, Lisboa.

MCCRAE, R.R. & COSTA, P.T. (1990) - *Personality in Adulthood*. The Guilford Press, N.Y.

- McKECHNIE, G.E.** (1974) - The Psychological Structure of Leisure: Past Behavior - *Journal of Leisure Research*, 6, (Winter), pág. 27-45.
- (1975) - *Manual for The Leisure Activities Blank (L.A.B.)* - Pub. Cons. Psychology Press, Inc. Palo Alto.
- MERCER, D.** (1972) - The Concept of Recreational Need - *Journal of Leisure Research* - Vol. 5, (Winter) 1973, pág. 37-50.
- (1976) - Motivational and social aspects of recreational Behavior - *Human Behavior and Environment*, Vol. 1 - Ed. Altman, E. e Wohlwill, J.F.; Pub. Plenum Press, N.Y..
- MESTRE, J.F.** (1988) - Do arrabalde de S. Francisco ao Bairro das Portas de Mértola - in *Cadernos do Centro Histórico de Beja*, nº 1, Beja.
- (1991) - *Beja, olhares sobre a cidade* - Ed. C.M.Beja.
- MICHAELS, R.M.** (1981) - Future transportation: organization of the design process - in *Human Behavior and Environment*, vol 5 - ed. Altman, Wohlwill, & Everett, Plenum Press, N.York.
- MOORE, R.C.** (1989) - Playgrounds at the Crossroads: What We know, What we need to Know - Ed. Altman I. & Zube E. - *Human Behavior and Environment*, Vol 10 - Plenum Press, N.Y.
- MORIARTY, B.M.** (1974) - Socioeconomic status and residential locational choice - in *Environment and Behavior*, Vol. 6 , nº4, Dec., pág. 448-469.
- MURPHY, J.F. e Comp.** (1974) - *Concepts of leisure: philosophical implications* - Ed. Prentice Hall Inc.; Englewood Cliffs, N.J.
- (1983) - Community leisure studies - *Handbook of Social Intervention* - Ed. Seidman, E. - Sage Publications, London.
- NAZARETH, J.M.** (1988, a) - *Portugal - próximos 20 anos* - (unidade e diversidade da Demografia Portuguesa) - Ed. F.C. Gulbenkian, Lisboa.
- NAZARETH, J.M.** (1988, b) - *Princípios e métodos de análise da Demografia Portuguesa* - Ed. Presença, Lisboa.
- PALLÁS, J.M.A. e VILLA, J.J.**(1991) - *Metodos de investigacion* - Ed. Doyma, S.A. , Barcelona.
- PARKER, S.R. e SMITH, M.A.** (1976) - Work and Leisure - *Handbook of Work, Organization, and Society* - Ed. Dubin, R.: Pub. Rand McNally College Publishing Company, Chicago, 1976.
- PASTALAN, L.A.** (1982) - Privacy as an Expression of Human Territoriality - in *Humanscape (Environments for people)* - Ed. Kaplan S. & Kaplan R. Ann Arbor, Ulrich's Book, Inc. Michigan, 1982.

- PIKUNAS, J. (1979) - *O Desenvolvimento Humano* - Ed. McGraw- Hill do Brasil, S. Paulo (1981).
- POPPER, K.(1956;a) - *O Universo Aberto* -Ed. Pub. D. Quixote, 1º Vol. , Lisboa 1992
- (1956:b) - *O realismo e o objectivo da Ciência* - Ed. Pub. D. Quixote, 2º Vol. , Lisboa , 1992
- (1976) - *A Lógica das Ciências Sociais* - Ed. Univ. de Brasília e Ed. Tempo Brasileiro, Lda, Brasília e Rio de Janeiro, 1978, 79-101
- PORRITT; J. (1984) - *Seeing Green: the politics of Ecology Explained* - Ed. Basil Blackwell, Inc, Cambridge, 1989.
- PRIEMUS, H. (1986) - Housing as a social adaptation process (a conceptual scheme) - *Environment and Behavior*, Jann. 1986 pág. 31-52.
- PROSHANSKY, H.M. (1987) - The field of Environmental Psychology: Securing its Future. - in *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Stokols, D. e Altman, I., Pub. Wiley & Sons, N.Y.
- PURCELL, A.T. (1986) - Environmental Perception and affect; a schema discrepancy model - *Environment and Behavior*, Vol. 18, nº1 Jann. 3-30.
- QUINTELA, J.G.P. (1991) - Sociabilidades em habitat cooperativo - in *Habitação Cooperativa em Portugal* - Ed. FENACHE, 1992.
- RAPOPORT, A. (1977) - *Aspectos humanos de la forma urbana* - Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1978.
- (1980) - Cross-Cultural aspects of Environmental Design- - *Human Behavior and Environment*, Vol. 4 - Ed. Altman I., Rapoport, A. and Wohlwill J.F. - Pub. Plenum Press, N.Y.
- RIBEIRO, O., LAUTENSACH H. E DAVEAU S. (1987) - *Geografia de Portugal* - Vol 1, Vol 2, Vol 3, - Ed. Sá da Costa, Lisboa, 1988 e 1989.
- RIBEIRO, J.S. (1846) - *Beja, no ano de 1845* - ed. fac simile C.M. Beja, 1986.
- RICHARDS JR, J.M. (1990) - Units of analysis and the individual differences fallacy in environmental assessment. - *Environment and Behavior*, Vol. 22, May, 307-319.
- RICHARDSON, R. J. et. col (1989) - *Pesquisa Social* - Ed. Atlas S.A. , S. Paulo
- RIVLIN, L.G. (1987) - the neighborhood, personal identity, and group affiliations - Ed. Altman & Wandersman A. - *Human Behavior and Environment*, Vol. 9, Plenum Press, N.Y.
- ROUCHE, M. (1989) - *Alta Idade Média Ocidental - História da vida privada* - Vol 1, - ed. Afrontamento, 2ª edição, 1990.

- ROWLES, G. D.** (1984) - Aging in Rural Environments - *Human Behavior and Environment*, Vol. 7; Ed. Altman, E., Wohlwill, Lawton, M.P.; Pub. Plenum Press, N.Y..
- RUPPRECHT, G.V.** (1975) - *Cooperativas de Construção e Habitação* - Ed. Perspectivas & Realidades, Lisboa.
- RUSSELL, J. A.; WARD, L.M., PRATT, G.** (1981) - Affective quality attributes to environments: a factor analytic study - *Environment and Behavior*, Vol. 13, nº 3, May, 259-288.
- SAEGERT, S.** (1985) - The role of Housing in the experience of dwelling - In *Human Behavior and Environment*, Vol. 8 - Ed. Altman I. & Wandersman A. - Pub. Plenum Press, N.Y.
- (1987) - Environmental Psychology and Social change - in *Handbook of Environmental Psychology*, Vol. 1, Ed. Altman I. & Stokols D. - Pub. Wiley & Son, N.Y.
- SANTOS, M. O. Gomes dos** (1988) - *Qualidade Subjectiva da Vida e Planeamento Social* - Univ. Évora (Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica)
- SEMIN, G.R.** (1986) - The individual, the social, and the social individual - *British Journal of Social Psychology*, 25, pág. 177-180.
- SERRÃO J. e MARQUES A.O.** (1986) - *Portugal na crise dos séculos XIV e XV* - Ed. Presença, Lisboa, 1987.
- SOMMER, R.** (1969) - *Espaço Pessoal* - Ed. E.P.U., S. Paulo, 1973.
- (1987) Dreams, Reality, and the Future of Environmental Psychology - *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Stokols, D. e Altman, I.; Pub. Wiley & Sons, N.Y..
- (1989) - Farmers' Markets as Community Events - *Human Behavior and Environment*, Vol 10 - Ed. Altman, I. e Zube, E.H.; Pub. Plenum Press, N.Y..
- STOKOLS, D.** (1987) - Conceptual Strategies of Environmental Psychology - in *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Stokols, D. e Altman, I.; Pub. Wiley & Sons, N.Y..
- STRAUS, D.** (1988) - Human Ecology: The speciality of generalizing - *Human Ecology: steps to the Future* - Ed. Pratt, J. e Young, G.L.; Pub. Society for Human Ecology, Sonoma.
- TEJEDOR, F.J.**(1986) - La Estadística y los diferentes paradigmas de investigación educativa - *Educación*, 10 ULMO, J.(1964) - O Pensamento Científico Moderno - Ed. Coimbra Editora, Coimbra, 1967
- TOFFLER, A.** (1970) - *Choque do Futuro* - Ed. Livros do Brasil, Lisboa, (?).

- TORKILDSEN, G.** (1983) - *Leisure and Recreation Management* - Ed. E. & F.N. Spon, N.Y..
- TUAN, Yi-Fu** (1974) - *Topofilia* - Ed. Difel, São Paulo, 1980.
- (1977) - *Space and place* - ed. University of Minnesota Press, Minneapolis.
- ULMO, J.**(1964) - *O Pensamento Científico Moderno* - Ed. Coimbra Editora, Coimbra, 1967
- ULRICH, R.S.** (1983) - Aesthetic and Affective Response to Natural Environment - *Human Behavior and Environment*, Vol.6 - Ed. Altman, I. e Wohlwill, J.; Pub. Plenum Press, N.I..
- VEYNE, P.** (1989) - *O Império Romano - História da vida privada* - Vol 1, - Ed. Afrontamento, 2ª edição, 1990.
- VIANA, A.** (1944) - *Origem e evolução histórica de Beja* - Ed. Minerva Comercial, Beja.
- VIANA, A. et al** (1950) - *Guia de Beja* - Ed. C.M. Beja.
- VICENTE, L.A. e SANTOS, R.S.** (1989) - Sobre a questão das estratégias alternativas em Biologia - *Análise Psicológica*, nº 1,2,3, série VII, a 991, pág.63-
- VLIET, W. Van e BURGERS, J.** (1987) - Communities in Transition: From the Industrial to the Postindustrial Era - *Human Behavior and Environment*, vol.9 - Ed. Altman, I. e Wandersman, A. ; Pub. Plenum Press, N.Y..
- VURPILOT, L.** (1966) A Percepção do Espaço - *Tratado de Psicologia Experimental*, Vol 6, - Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1969.
- WALLACE, R.E.** (1988) - Mind-Body: monistic dual Aspect Interaccionism - *The Journal of Nervous and Mental Disease*, Vol. 176, nº 1, pág. 4-21.
- WALDEN, T.A., NELSON, P.A., SMITH, D.E.** (1981) - Crowding, privacy, and coping - *Environment and behavior* - Vol.13, nº2, Mar. 1981, pág. 205-224.
- WAPNER, S., KAPLAN, B. e COHEN S.B.** (1973) - An organismic-developmental perspective for understanding transactions of men and environments - *Environment and Behavior*, Vol. 5 nº 3, Sept..
- WAPNER, S.** - (1987) - A Holistic, Developmental, Systems - Oriented Environmental Psychology: Some Beginings - *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Stokols, D. e Altman, I.; Pub. Wiley & Sons, N.Y..
- WERNER, C.** (1987) - Home Interiors (A time and Place for Interpersonal Relationships) - *Environment and Behavior*, Vol. 19, nº2, Mar. 1987, pág. 169-179.
- WICKER, A. W.** (1987) - Behavior Settings Reconsidered: Temporal Stages, Resources, Internal Dynamics, Context - *Handbook of Environmental Psychology* - Ed. Stokols, D. e Altman, I.; Pub. Wiley & Sons, N.Y..

WILLIAMS, D. R. e KNOFF, R. C. (1985) - In search of the Primitive - Urban continuum - the dimensional structure of outdoor recreation settings - *Environment and Behavior*, Vol. 17, nº 3, May, 351-370.

WOHLWILL, J.F. (1983) - The concept of Nature: A Psychologist's View - *Human Behavior and Environment*, Vol. 6 - Ed. Altman, I. e Wohlwill, J.; Pub. Plenum Press, N.Y..

YANCEY, W. (1971) - Architecture, interaction and social control - the case of a large Scale Public Housing Project - in *Environment and Behavior* - March, 1971, pág. 3 - 21).

YOESTING, D.R. e BURKHEAD, D.L. (1972) - Significance of Childhood Recreation Experience on Adult Leisure Behavior: An exploratory Analysis - *Journal of Leisure Research*, Vol. 5, (Winter), 1973; pág. 25-36.

Outras Publicações

Acta nº 1 da Cooperativa de Habitação Económica de 16/12/64.

Diário de Governo IIIª série , nº 34, pág. 415.

Diário da República de 12/12/77 IIIª série, pág. 11537.

Diário da República de 7/3/78 IIIª série, pág.2607.

Diário da República, de 30/10/82, IIIª série, nº 252, pág. 15030.

Diário da República, de 28/2/91, IIIª série, nº 49, pág. 3712 e 3713

Estatísticas Demográficas - 1989 - Ed. I.N.E. (1990).

Estatísticas Demográficas- Censos 1991- Ed. I.N.E. 1992.

Estatutos da Cooperativa de Habitação Económica "LAR PARA TODOS"

P.D.M. (1987) - relatório nº2.

P.D.M. (1987) - relatório nº3.

P.D.M. (1988?) - relatório nº4.

P.D.M. (1988?) - relatório nº5.

P.D.M. (1988?) - relatório nº6.

P.D.M. (1989) - relatório nº 24.

Rodoviária Nacional - Informação ao Público - Azeitão, 28/4/1993.

ANEXOS

Questionário

I

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Sexo
M
F

Idade _____

1 - Natural da freguesia de _____

1.1. Concelho de _____

2 - Última residência antes da actual:

2.1. Freguesia _____

2.2. Concelho _____

3 - Profissão actual _____

4 - Nível de Instrução: (assinale com X no interior do quadrado)

4.1 - Instrução primária incompleta

4.2 - Instrução primária completa

4.3 - Ciclo preparatório

4.4 - 9º ano ou Curso Secundário (5º ano)

4.5 - 12º ano ou Curso Complementar

4.6 - Bacharelato

4.7 - Licenciatura

4.8 - Mestrado

4.9 - Outro

Qual _____

5 - Distancia da residência ao local de trabalho: (assinale com X)

5.1 - Menos de 5 minutos

5.2 - De 5 a menos de 10 minutos

5.3 - De 10 a 15 minutos

5.4 - Mais de 15 e menos de 30 minutos

5.5 - De 30 a 45 minutos

5.6 - Mais de 45 minutos e menos de 1 hora

5.7 - Uma hora ou mais

6 - Meio de transporte utilizado regularmente para o local de trabalho:

6.1 - A pé

6.2 - Em transporte próprio

6.3 - Transportes colectivos

6.4 - Outro

Qual _____

7 - Local de trabalho:

7.1. Cidade

7.2. Fora da cidade

Se trabalha na cidade o local específico do seu trabalho é:

7.1.1. Zona do centro histórico

7.1.2. Zona do "Mira Serra"

7.1.3. Outra Zona

Qual? _____

8 - Rendimento global mensal líquido do agregado:

8.1 - Menos de 50.000\$00

8.2 - De 50.000\$00 a 100.000\$00

8.3 - De 100.000\$00 a menos de 150.000\$00

8.4 - De 150.000\$00 a menos de 250.000\$00

8.5 - De 250.000\$00 a menos de 500.000\$00

8.6 - Mais de 500.000\$00

9 - Apoio de serviço doméstico (empregados domésticos)

9.1 - Tem vários criados e criadas

9.2 - Tem várias criadas

9.3 - Tem uma criada e mulher a dias eventual

9.4 - Tem mulher a dias diária

9.5 - Tem mulher a dias não diária

9.6 - Não tem empregado(a) doméstico(a)

10 - Posse de carro:

10.1 - Tem carro de grande cilindrada (ex: mais de 1700cm³)

Quantos?_____

**10.2 - Tem carro de cilindrada média (entre 1400
e 1600 cm³)?**

Quantos?_____

**10.3 - Tem um carro de pequena cilindrada
(inferior a 1300 cm³)?**

Quantos?_____

10.4 - Não tem carro

11 - Posse de meios de lazer:

- 11.1 - Tem barco de recreio motorizado
- 11.2 - Tem caravana
- 11.3 - Tem atrelado
- 11.4 - Mota
- 11.5 - Bicicleta
- 11.6 - Outros Quais _____

12 - Da lista que se segue assinale com X os electrodomésticos que possui.

- 12.1 - Tem frigorífico
- 12.2 - Tem arca frigorífica
- 12.3 - Tem máquina de lavar roupa
- 12.4 - Tem máquina de secar roupa
- 12.5 - Tem máquina de lavar louça

Indique outros meios que possua: _____

13 - Da lista de meios de informação/comunicação que se seguem assinale com X os que possui ou adquiriu

- 13.1. Compra jornal diário regularmente
- 13.2. Compra jornal semanário com regularidade

13.3. Compra jornal desportivo com regularidade

13.4. Compra revistas com regularidade

13.4.1. do quotidiano

13.4.2. técnicas/científicas

13.5. Compra livros com regularidade

13.6. Tem televisão e acesso a TV por satélite

13.7. Tem televisão s/acesso a satélite

13.8. Tem video

13.9. Tem equipamento completo de Som

13.10. Tem Fax

13.11. Tem Telefone

13.12. Tem Telemóvel

13.13. Outros

Quais _____

14 - Composição dos restantes elementos do agregado familiar

Nº	Parentesco	Idade	Profissão	Habilitações	Sexo
1	Próprio				

15 - Qual é o tipo da sua habitação (assinale com X o tipo de habitação que se aplica a si)

T1

T2

T3

T4

II

QUESTIONÁRIO DE LAZER

1 - O que é para si o lazer ?

2 - Actividades de lazer do dia a dia

Em baixo apresentamos uma lista de actividades de lazer que as pessoas têm **no seu dia a dia, durante a semana**. Para cada actividade indique a frequência com que a pratica, usando o seguinte sistema, que a seguir apresentamos:

- 1 - Nunca ou raramente se dedicou a essa actividade**
- 2 - Um dia por semana pratica essa actividade**
- 3 - Pratica ou faz essa actividade mais de um dia por semana**
- 4 - Todos os dias a pratica**

Coloque 1, 2, 3 ou 4, conforme a sua opinião, na quadricula correspondente a cada actividade abaixo mencionado. É importante responder a todas as actividades.

2.1 - Jogar futebol, basquetebol, ténis, pratica atletismo

ou outros desportos colectivos e individuais

2.2 - Conversar com a esposa (marido) e filhos

2.3 - Coleccionar objectos

- 2.4 - Jogar cartas, bridge, poker
- 2.5 - Ler o jornal
- 2.6 - Ir assistir a treinos desportivos
- 2.7 - Frequentar o "café" do bairro
- 2.8 - Ler livros
- 2.9 - Ouvir música
- 2.10 - Visitar amigos e parentes
- 2.11 - Fazer jogging (corrida de manutenção)
- 2.12 - Guiar carro por prazer
- 2.13 - Participar numa actividade organizativa comunitaria
- 2.14 - Brincar com os filhos, passear com a família
- 2.15 - Fazer exercício físico
- 2.16 - Frequentar discotecas
- 2.17 - Conversar com os vizinhos ou amigos
- 2.18 - Passear a pé
- 2.19 - Ver televisão
- 2.20 - Estar sentado no sofá sem fazer nada
- 2.21 - Jantar fora
- 2.22 - Praticar dança clássica ou outra, pintar
- 2.23 - Ler revistas
- 2.24 - Fazer, arranjos domésticos, bricolage, malha, crochet

2.25 - Ir a exposições, concertos e similares

2.26 - Andar de bicicleta/moto

2.27 - Jogar damas, xadrez, dominó

2.28 - Indique outras actividades que até aqui não mencionou e que pratica durante a semana. Ao mesmo tempo mencione o grau de participação nas referidas actividades.

3 - Actividades de lazer de fim de semana

Em baixo está indicada uma lista de actividades de lazer que as pessoas praticam **no fim de semana**. Para cada actividade indique a frequência com que a pratica, usando o seguinte sistema, que a seguir apresentamos:

1 - Nunca se dedicou a essa actividade

2 - Um fim de semana ou outro pratica essa actividade

3 - Pratica ou faz essa actividade com regularidade

4 - Todos os fins de semana a pratica

Coloque 1, 2, 3 ou 4 conforme a sua opinião na quadricula correspondente a cada actividade abaixo mencionada. É importante que responda a todas as questões.

3.1 - Visitar parentes ou amigos

3.2 - Apanhar sol

3.3 - Assistir a acontecimentos desportivos/escolares

/outros em que os filhos façam parte

3.4 - Jogar cartas, bridges, poker

3.5 - Guiar carro por prazer

3.6 - Ver televisão

3.7 - Pintar e decorar a casa, esculpir

3.8 - Estar sentado no sofá sem fazer nada

3.9 - Pescar

3.10 - Passar o fim de semana fora

3.11 - Ler revistas

3.12 - Ler o jornal

3.13 - Escrever cartas

3.14 - Fazer exercício físico

3.15 - Ouvir rádio

3.16 - Ir a exposições, concertos

3.17 - fazer arranjos domésticos, bricolage, malha, crochet

3.18 - Caçar

3.19 - Passear a pé

3.20 - Ler livros

3.21 - Acampar com a família e amigos

3.22 - Conversar com os vizinhos e amigos

3.23 - Fazer jogging (corrida de manutenção)

3.24 - Ser espectador de acontecimentos desportivos

3.25 - Ir ao "café" do bairro

**3.26 - Visitar barragens, parques naturais, estações
arqueológicas**

3.27 - Brincar com os filhos

3.28 - Ir almoçar ou jantar fora

3.29 - Ver montras, fazer pequenas compras

3.30 - Jogar xadrez, damas, dominó

3.31 - Ouvir música

**3.32 - Jogar ou praticar futebol, atletismo, andebol
ou outros desportos colectivos ou individuais**

3.33 - Passar de carro com a família

3.34 - Cozinhar por prazer

3.35 - Conversar com a esposa (marido)

3.36 - Indique outras actividades até aqui não mencionadas e que pratica durante o fim-de-semana. Ao mesmo tempo mencione o grau de participação nas referidas actividades.

_____	<input type="checkbox"/>

4 - Onde passa a maior parte do seu tempo de férias anuais:

- | | |
|---|--------------------------|
| 4.1 - no seu bairro | <input type="checkbox"/> |
| 4.2 - na praia | <input type="checkbox"/> |
| 4.3 - no campo | <input type="checkbox"/> |
| 4.4 - viajar pelo país | <input type="checkbox"/> |
| 4.5 - viajar pelo estrangeiro | <input type="checkbox"/> |
| 4.6 - habitualmente não tem férias | <input type="checkbox"/> |
| 4.7 - outras | <input type="checkbox"/> |

Quais? _____

4.8 - Se passa as férias no campo ou na praia que alojamento utiliza em geral:

4.8.1 - vai para casa de amigos

4.8.2 - vai para casa de familiares

4.8.3 - aluga apartamento

4.8.4 - vai acampar

4.8.5 - tem apartamento próprio

5 - Quais destas actividades você praticou durante as últimas férias: (assinale com um X no quadrado correspondente, se o exemplo se aplica a si)

5.1 - passeios

5.2 - nadar, tomar banho no mar

5.3 - excursões pelos arredores

5.4 - bronzear-se ao sol

5.5 - conversar com outras pessoas

5.6 - dormir, descansar

5.7- tirar fotografias, filmar

5.8 - olhar as montras, fazer pequenas compras

5.9 - ir ao restaurante, ir ao bar beber qualquer coisa

5.10 - fazer longos passeios a pé

5.11 - visitar lugares interessantes, monumentos, museus

- 5.12 - comer as especialidades da região
- 5.13 - espreguiçar-se na praia, no campo
- 5.14 - ler livros, novelas, revistas, banda desenhada, jornais
- 5.15 - ouvir rádio, ver televisão
- 5.16 - jogar cartas, praticar jogos de salão
- 5.17 - jogar à bola, ou outros jogos colectivos
- 5.18 - dançar, frequentar discotecas
- 5.19 - brincar com os filhos
- 5.20 - fazer coisas novas
- 5.21 - visitar parques nacionais
- 5.22 - fazer turismo no estrangeiro
- 5.23 - organizar festas, noitadas, alinhar em churrascos ou sardinhas
- 5.24 - assistir a acontecimentos desportivos
- 5.25 - visitar jardins zoológicos
- 5.26 - assistir a manifestações culturais, conferências
- 5.27 - assistir a festas populares, ir a parques de diversões
- 5.28 - assistir a serviços religiosos e participar em actividades do mesmo tipo
- 5.29 - contar anedotas e adivinhas
- 5.30 - ir para as termas, estações de águas, massagens

5.31 - ir ao cinema

5.32 - praticar hobbies como, jardinagem, decoração,
mecânica, crochet, malha

5.33 - Outras

Quais? _____

- 6 - Fala-se muito da possibilidade de no futuro a semana de trabalho ser de quatro ou três dias. Das várias afirmações a seguir indicadas assinale com X *aquela* que lhe pareça exprimir melhor os efeitos que a redução do horário de trabalho teria sobre as pessoas. Por favor assinale só uma das afirmações apresentadas.

6.1 - As pessoas tornar-se-iam moles e preguiçosas

com tanto tempo livre

6.2 - Com tão pouco que fazer as pessoas aborrecer-se-iam.

6.3 - As pessoas encontrariam coisas que fazer e

estariam tão ocupadas como agora

6.4 - As pessoas desejariam esse tempo extra,

descansariam mais e seriam mais felizes

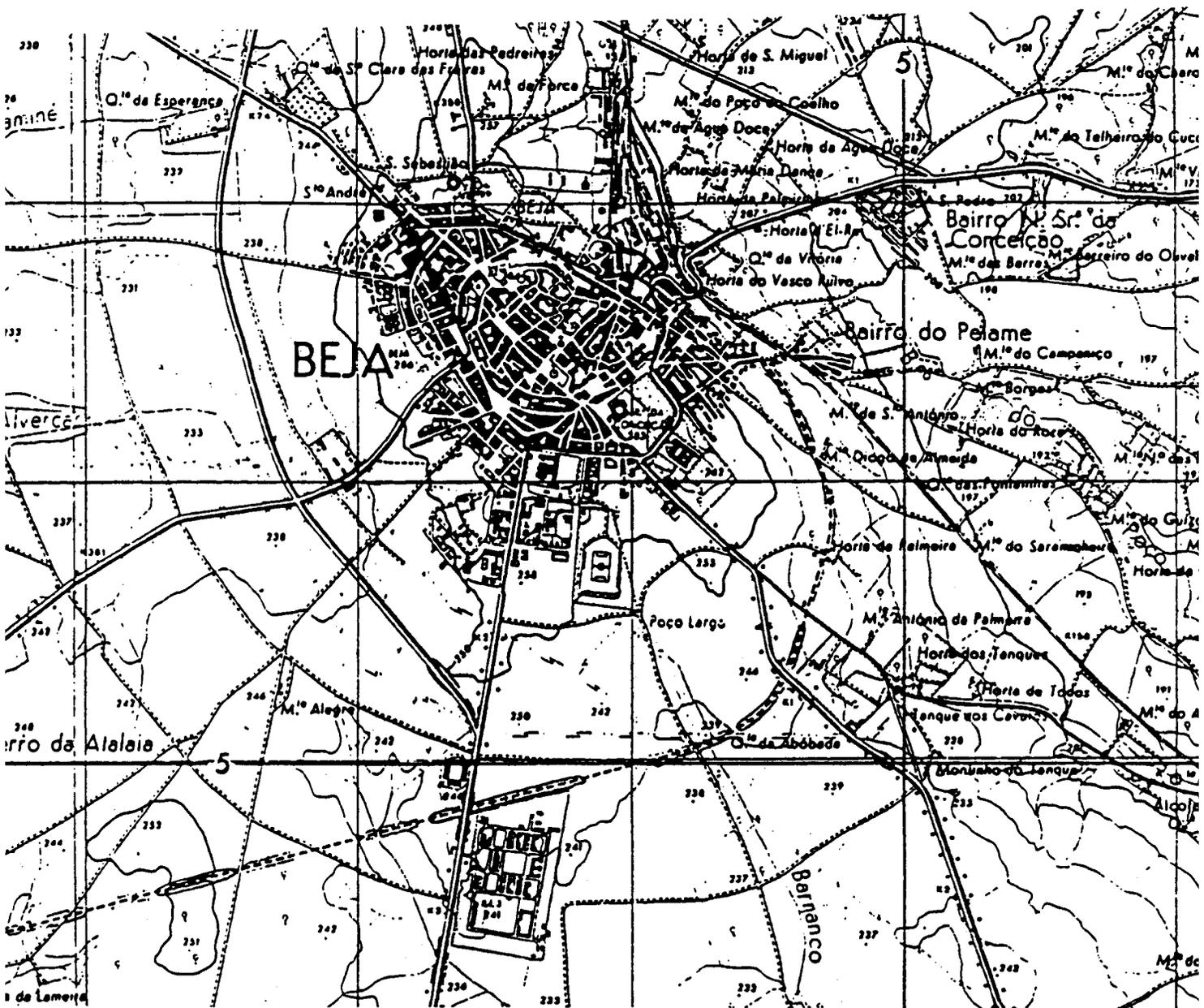
6.5 - Não sei/nunca tinha pensado neste assunto

6.6 - As pessoas aproveitariam o resto do tempo

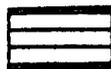
para fazer "biscates" e ganhar mais dinheiro

para comprar coisas

PLANTA DA CIDADE DE BEJA



EXPANSÃO HABITACIONAL



ZONAS DE PROTECÇÃO



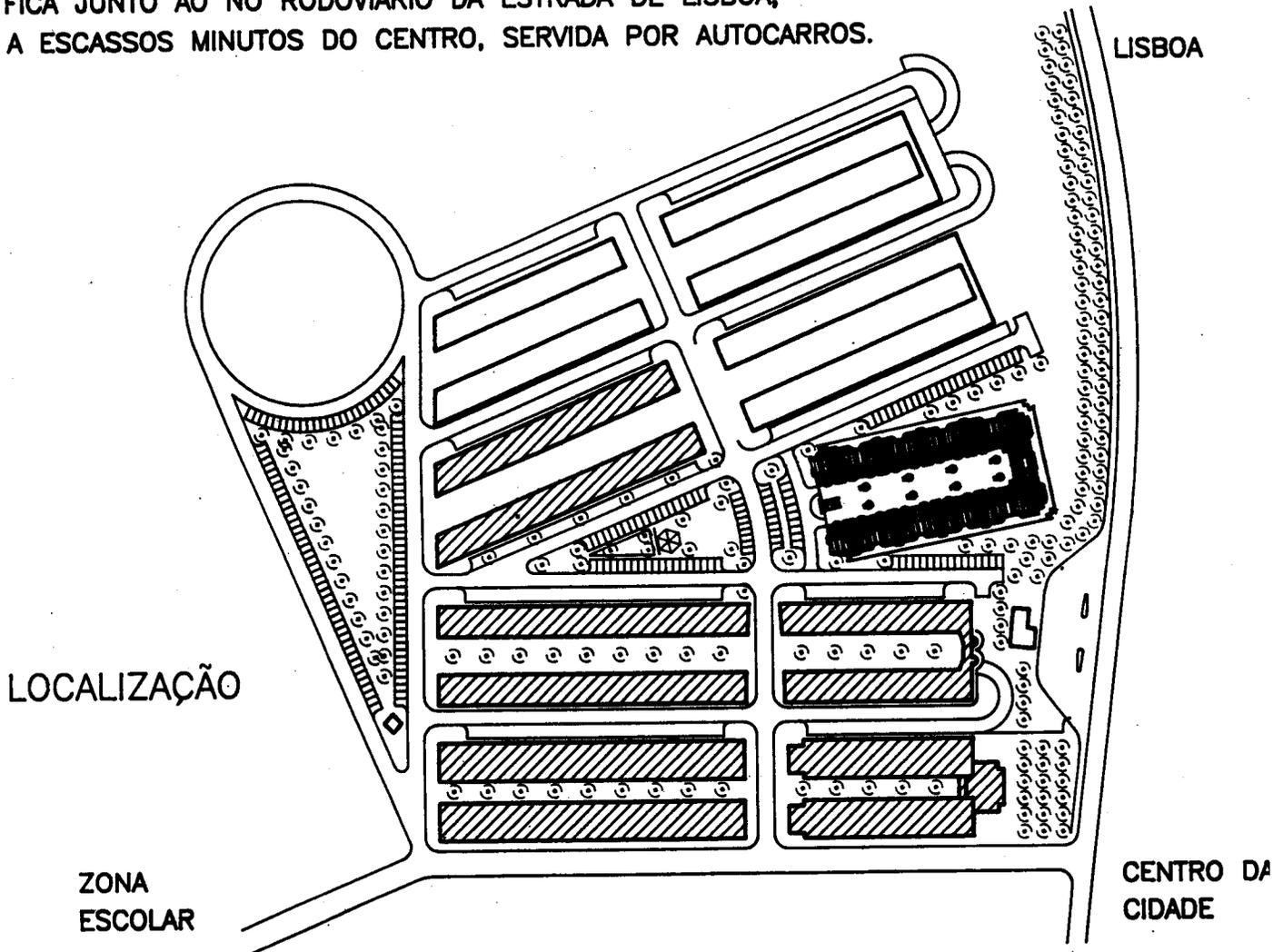
ESPAÇOS LIVRES



Fonte:
Estudos prévios do PDM
Beja - 1984

PLANTA DA UNIDADE RESIDENCIAL

LOCALIZADA NUMA ZONA PRIVILEGIADA NA CIDADE, A URBANIZAÇÃO LAR PARA TODOS, FICA JUNTO AO NÓ RODOVIÁRIO DA ESTRADA DE LISBOA, A ESCASSOS MINUTOS DO CENTRO, SERVIDA POR AUTOCARROS.



.....

RESULTADOS PRELIMINARES POR FREGUESIAS
(1981 - 1991)

.....

	1981						1991					
	Pop. Presente		Pop. Resid.	Fam.	Aloj.	Edif.	Pop. Presente		Pop. Resid.	Fam.	Aloj.	Edif.
	Total	Homens					Total	Homens				
REGIÃO DO ALENTEJO	572 506	280 830	578 430	196 712	250 220	222 089	540 694	264 505	541 548	196 059	267 202	235 110
BAIXO ALENTEJO	155 641	76 113	158 957	51 972	67 145	63 128	142 272	69 612	141 206	50 770	72 530	66 681
CONCELHO	38 402	18 671	38 246	12 141	14 933	12 187	37 114	18 151	35 007	12 860	15 947	12 288
ALBERNOA	1 086	533	1 105	390	516	513	915	435	761	342	575	573
BALEIZÃO	1 528	753	1 564	534	766	762	1 225	595	1 241	462	763	762
BERINGEL	2 689	1 287	2 763	938	1 177	1 175	1 700	797	1 725	633	895	891
CABEÇA GORDA	1 776	852	1 829	627	837	826	1 578	763	1 625	619	789	786
MOMBEJA	551	276	554	193	267	264	494	254	510	194	295	293
NOSSA SENHORA DAS NEVES	2 452	1 227	2 486	738	851	786	2 131	1 054	1 481	706	857	822
QUINTOS	625	308	641	216	357	276	467	231	470	177	262	262
SALVADA	1 484	734	1 510	523	650	650	1 404	696	1 413	520	723	723
SALVADOR	5 227	2 554	5 300	1 615	1 811	1 296	5 355	2 571	5 320	1 891	2 308	1 580
SANTA CLARA DE LOUREDO	916	445	931	295	350	348	879	434	884	251	303	300
SANTA MARIA DA FEIRA	4 155	1 968	4 187	1 219	1 325	1 157	3 598	1 673	3 499	1 153	1 293	1 183
SANTA VITÓRIA	1 062	516	1 092	393	563	563	813	395	823	322	522	511
SANTIAGO MAIOR	7 525	3 627	7 153	2 152	2 503	1 613	7 796	3 704	7 467	2 573	2 833	1 576
SÃO BRISSOS	377	294	160	56	119	119	316	248	132	45	84	84
SÃO JOÃO BAPTISTA	5 554	2 631	5 553	1 785	2 102	1 105	6 642	3 420	5 811	2 265	2 445	949
SÃO MATIAS	837	386	852	271	404	401	722	344	746	292	402	395
TRINDADE	558	280	566	196	335	333	431	209	437	166	247	247
TRIGACHES	*	*	*	*	*	*	648	328	662	249	351	351

(*) Freguesias reordenadas; freguesias novas depois de 1981.

RESULTADOS PROVISÓRIOS, POR LUGARES

				Pop. Presente 1991		Famílias	Alojamentos	Edifícios	Infraestruturas Sanitárias				
				Total	Homens	1991	1991	1991	Água	Elec.	Esgo.	Lixo	
REGIÃO ALENTEJO				539 359	263 354	196 705	268 527	235 644					
BAIXO ALENTEJO				141 556	69 264	50 823	72 629	66 728					
CÓDIGOS TOTAL DO CONCELHO				36 980	18 008	12 913	15 945	12 282					
DT	CC	FR	LG	FREGUESIA / LUGAR									
02	05	01		ALBERNOA	915	435	342	575	573				
02	05	01	0001	ALBERNOA	865	409	323	489	487	S	S	S	S
02	05	01	0000	ISOLADOS	50	26	19	86	86				
02	05	02		BALEIZÃO	1 225	595	462	763	762				
02	05	02	0053	BALEIZÃO	1 058	503	412	626	625	S	S	S	S
02	05	02	0057	S. PEDRO DE POMARES	12	8	4	20	20	N	N	N	N
02	05	02	0000	ISOLADOS	155	84	46	117	117				
02	05	03		BERINGEL	1 700	797	633	896	891				
02	05	03	0006	BERINGEL (*)	1 671	781	624	886	881	S	S	S	S
02	05	03	0000	ISOLADOS	29	16	9	10	10				
02	05	04		CABEÇA GORDA	1 578	763	619	789	786				
02	05	04	0009	CABEÇA GORDA	1 538	740	601	759	756	S	S	S	S
02	05	04	0000	ISOLADOS	40	23	18	30	30				
02	05	05		MOMBEJA	494	254	194	295	293				
02	05	05	0006	BERINGEL (*)	26	12	14	14	12	S	S	S	S
02	05	05	0011	MOMBEJA	412	212	163	223	223	S	S	S	S
02	05	05	0013	MONTE DA CORTE NEGRA	11	6	4	11	11	N	S	N	N
02	05	05	0000	ISOLADOS	45	24	13	47	47				
02	05	06		NOSSA SENHORA DAS NEVES	2 131	1 054	706	857	822				
02	05	06	0018	MONTE PADRÃO	64	38	15	20	20	S	S	S	S
02	05	06	0019	NEVES	1 085	529	365	408	376	S	S	S	S
02	05	06	0020	PORTO PELES	93	45	25	28	28	S	S	S	S
02	05	06	0021	VILA AZEDA	196	92	69	84	83	S	S	S	S
02	05	06	0084	MONTE NOVO DA ESTRADA	27	13	10	12	12	S	S	S	S
02	05	06	0000	ISOLADOS	666	337	222	305	303				
02	05	07		QUINTOS	467	231	177	262	262				
02	05	07	0028	PISÕES	20	10	10	13	13	S	S	S	S
02	05	07	0029	QUINTOS	280	130	113	143	143	S	S	S	S
02	05	07	0000	ISOLADOS	167	91	54	106	106				
02	05	08		SALVADA	1 404	696	520	723	723				
02	05	08	0031	SALVADA	1 280	630	475	641	641	S	S	S	S
02	05	08	0032	VALE DE ROCINS	48	24	20	38	38	S	S	S	N
02	05	08	0000	ISOLADOS	76	42	25	44	44				
02	05	09		SALVADOR	5 363	2 547	1 894	2 309	1 572				
02	05	09	0059	BEJA (*)	5 122	2 421	1 803	2 193	1 471	S	S	S	S
02	05	09	0076	BAIRRO DAS SAIBREIRAS	123	60	44	44	43	S	S	S	S
02	05	09	0000	ISOLADOS	118	66	47	72	58				
02	05	10		SANTA CLARA DE LOUREDO	879	434	251	303	300				
02	05	10	0034	SANTA CLARA DE LOUREDO	820	402	233	276	275	S	S	S	S
02	05	10	0000	ISOLADOS	59	32	18	27	25				
02	05	11		SANTA MARIA DA FEIRA	3 598	1 669	1 191	1 291	1 183				
02	05	11	0059	BEJA (*)	2 398	1 066	821	895	791	S	S	S	S
02	05	11	0063	CAEIRAS	199	94	67	78	76	S	S	S	S
02	05	11	0081	BAIRRO DA ESPERANÇA	851	425	244	258	256	S	S	S	S
02	05	11	0082	BAIRRO S. MIGUEL	74	38	30	29	29	S	S	S	S
02	05	11	0000	ISOLADOS	76	46	29	31	31				
02	05	12		SANTA VITÓRIA	813	395	322	499	488				
02	05	12	0069	MONTE DA MINA DA JULIANA	19	8	6	19	19	S	S	S	S
02	05	12	0070	SANTA VITÓRIA	625	296	249	346	346	S	S	S	S
02	05	12	0077	MINA DA JULIANA	112	52	44	86	86	S	S	S	S
02	05	12	0000	ISOLADOS	57	39	23	48	37				
02	05	13		SANTIAGO MAIOR	7 736	3 660	2 584	2 852	1 601				
02	05	13	0059	BEJA (*)	6 431	3 010	2 172	2 336	1 092	S	S	S	S
02	05	13	0072	PENEDO GORDO	1 190	593	379	477	473	S	S	S	S
02	05	13	0000	ISOLADOS	115	57	33	39	36				
02	05	14		S. BRISSOS	317	248	46	84	84				
02	05	14	0038	S. BRISSOS	86	42	30	47	47	S	S	S	S

(**) - Ver tabela de lugares que se repartem por mais do que um concelho

(Continua)



(Continuação)

CÓDIGOS				Freguesia / Lugar	Pop. Presente 1991		Famílias	Alojamentos	Edifícios	Infraestruturas Sanitárias			
DT	CC	FR	LG		Total	Homens	1991	1991	1991	Água	Elec.	Esgo.	Lixo
02	05	14	0000	ISOLADOS	231	206	16	37	37				
02	05	15		S. JOÃO BAPTISTA	6 559	3 349	2 265	2 447	949				
02	05	15	0059	BEJA (*)	6 054	2 875	2 243	2 419	931	S	S	S	S
02	05	15	0000	ISOLADOS	505	474	22	28	18				
02	05	16		S. MATIAS	722	344	292	402	395				
02	05	16	0040	MONTE DA APARIÇA	7	5	4	22	22	N	N	N	N
02	05	16	0041	MONTE DOS ARRAMADOES	15	10	5	10	10	N	S	N	N
02	05	16	0042	MONTE DA CAROCHA	5	3	2	11	11	N	S	N	N
02	05	16	0044	S. MATIAS	615	283	254	289	282	S	S	S	S
02	05	16	0000	ISOLADOS	80	43	27	70	70				
02	05	17		TRINDADE	431	209	166	247	247				
02	05	17	0046	AZINHALINHO	15	8	7	13	13	N	S	N	N
02	05	17	0049	POMBEIROS	14	6	7	13	13	N	S	N	N
02	05	17	0051	TRINDADE	288	137	111	159	159	S	S	S	S
02	05	17	0000	ISOLADOS	114	58	41	62	62				
02	05	18		TRIGACHES	648	328	249	351	351				
02	05	18	0007	TRIGACHES	619	314	240	342	342	S	S	S	S
02	05	18	0000	ISOLADOS	29	14	9	9	9				

(*) - Lugares repartidos por mais do que uma freguesia

LUGARES REPARTIDOS POR MAIS DO QUE UMA FREGUESIA

CÓDIGOS				Lugar / Freguesia	Pop. Presente 1991		Famílias	Alojamentos	Edifícios	Infraestruturas Sanitárias			
DT	CC	FR	LG		Total	Homens	1991	1991	1991	Água	Elec.	Esgo.	Lixo
02	05		0006	BERINGEL	1 697	793	638	900	893	S	S	S	S
02	05	03	0006	BERINGEL	1 671	781	624	886	881	S	S	S	S
02	05	05	0006	MOMBEJA	26	12	14	14	12	S	S	S	S
02	05		0059	BEJA	20 005	9 372	7 039	7 843	4 285	S	S	S	S
02	05	09	0059	SALVADOR	5 122	2 421	1 803	2 193	1 471	S	S	S	S
02	05	11	0059	SANTA MARIA DA FEIRA	2 398	1 066	821	895	791	S	S	S	S
02	05	13	0059	SANTIAGO MAIOR	6 431	3 010	2 172	2 336	1 092	S	S	S	S
02	05	15	0059	SÃO JOÃO BAPTISTA	6 054	2 875	2 243	2 419	931	S	S	S	S